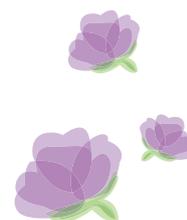


Gênero na
Amazônia



Belém, n. 26, julho/dezembro, 2024



GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero



Coordenação

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)
Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA)
Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA)
Maria Angelica Motta Maués (UFPA)
Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

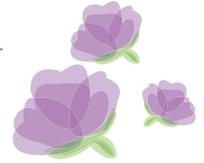
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecilia Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Luiz Augusto Pinheiro Leal (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 26, julho/dezembro, 2024



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Cristina Alves Maneschy é Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Graduada em Ciências Sociais pela UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França. Realiza pesquisas sobre gênero, desenvolvimento e meio ambiente.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é Professora Adjunto 4 (IFCH/UFPA); Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA); graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades (GEPEM/UFPA). Área temática: gênero, afetividades, sexualidades, diversidade sexual.

Adelma Pimentel é Professora Titular na UFPA. PHD em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento pela UEVORA-PT; Orientadora de mestrado e doutorado na UFPA, linha de pesquisa: Fenomenologia: teoria e Clínica.

Copyright ©2024/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Adelma Pimentel
Maria Luzia Miranda Álvares
Maria Cristina Alves Maneschy
Telma Amaral Gonçalves

Editores do Periódico para Web

João Santiago Lisboa
Ana Carolina Álvares Branco
Adelma Pimentel

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Revisão Técnica

Responsabilidade dos/as autores/as a revisão gramatical final do texto.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 26 (jul./dez. 2024). - Belém: GEPEM, 2024.

ISSN 2238-8184

Qualis B2

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/www.gepem-ufpa.com.br

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br; gepem-ufpa.com.br/observatorio

Fanpage: www.facebook.com/projetogepem Instagram: [@gepemufpa](https://www.instagram.com/gepemufpa)

Sumário/Sumario/Contents

APRESENTAÇÃO 11
Maria Luzia Miranda Álvares	
Ana Carolina Álvares Branco	



SEÇÃO A



Cultura e Resistência na construção da equidade de gênero

A Palavra Nômade em Escrituras Vacantes 17
La Palabra Nómada en Escrituras Vacantes	
The Nomad Body in Scriptures of Deviance	
<i>Monica Toledo Silva</i>	
<i>As Representações Raciais das Mulheres Paraenses Através dos Cartes-de-Visite de Augusto Fidanza de 1869</i> 31
Las Representaciones Raciales de las Mujeres Paraenses a través de la Cartes-de-Visite de Augusto Fidanza de 1869	
The Racial Representations of Woman from Pará through Augusto Fidanza's Cartes-de-Visite from 1869	
Lourdes Maria Santana Galvão	
Ana Paula Bastos da Silva	
João Antônio Fonseca Lacerda Lima	

Estudos Aproximativos acerca da Teoria da Reprodução Social 45

Estudios Aproximados sobre la Teoría de la Reproducción Social

Approximate Studies on the Theory of Social Reproduction

Karina Camille Marques Cezar

Olga Myrla Tabaranã Silva

30 Anos do GEPEM e onde esteve a Geografia da UFPA? 53

30 Años del GEPEM y ¿dónde quedó la Geografía de la UFPA?

30 Years of GEPEM and where has UFPA Geography been?

Aline Lima Pinheiro Machado

Magali Caldas Barros

Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães

SEÇÃO B

Trabalho feminino, Cuidados e Direitos

“Aqui criei minha família e tive meu dinheiro”: relações de gênero e interseccionalidades no setor alimentício do Ver-o-Peso em Belém/PA 69

“Aquí crié mi familia y tuve mi dinero”: relaciones de género y interseccionalidades en el sector alimentario de Ver-o-Peso en Belém/PA

“Here I raised my family and had my money”: gender relations and intersectionalities in the food sector of Ver-o-Peso in Belém/PA

Andréa Silva de Melo

Daniela Ribeiro de Oliveira

Luísa Maria Silva Dantas

Educação Sexual Para Mulheres Ribeirinhas: uma concepção Freiriana

.... 85

Educación Sexual Para Mujeres Ribeirinhas: una concepción Freireana

Sexual Education for Riverside Women: a Freirean conception

Monique Evelin Lobato da Silva

Caroline Carvalho Silva

Gabriela Costa Faval

SEÇÃO C

Políticas Públicas, Saúde, Direito e Legislação

Gênero como Integração Regional: a construção do III plano estadual de políticas para as mulheres no Estado do Pará

.... 95

Género como Integración Regional: la construcción del III plan de política estatal para las mujeres en el Estado de Pará

Gender as Regional Integration: the construction of the III state policy plan for women in the State of Pará

Karen Gabriely Sousa Santos

Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão

Programa Ciência na Escola: possibilidade de inclusão de mulheres nas ciências no Sul do Amazonas

.... 117

Programa Ciência na Escola: posibilidad de inclusión de mujeres en las ciencias en el Sur de Amazonas

Programa Ciência na Escola: possibility for the inclusion of women in the sciences in Southern Amazonas

Ruth Reis Oliveira

Kethlen Garcia dos Santos

Vanessa da Conceição Nascimento Pereira

Elrismar Auxiliadora Gomes Oliveira

Tributação e Subalternização: uma revisão de literatura? 137

Fiscalidad y Subalternización: ¿una revisión bibliográfica?

Taxation and Subalternization: a literature review?

Luiz Alberto Cerbino da Cunha Junior

Maria Stela Campos da Silva

Quando o Judiciário Viola a Perspectiva de Gênero: análise de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça 153

Cuando el Poder Judicial Viola la Perspectiva de Género: análisis de Sentencias del Superior Tribunal de Justicia

When the Judiciary Violates the Gender Perspective: analysis of judgments from the Superior Court of Justice

Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho

Luanna Tomaz de Souza

SEÇÃO D

Participação, História e Representação política de mulheres

História das Mulheres na Amazônia Paraense: historiografia, desafios e perspectivas 169

Historia de las Mujeres en la Región Amazónica de Pará: historiografía, desafíos y perspectivas

History of Women in the Amazon Region of Pará: Historiography, challenges and perspectives

Cristina Donza Cancela

SEÇÃO E

Conferência 30 anos do GEPEM/UFPA

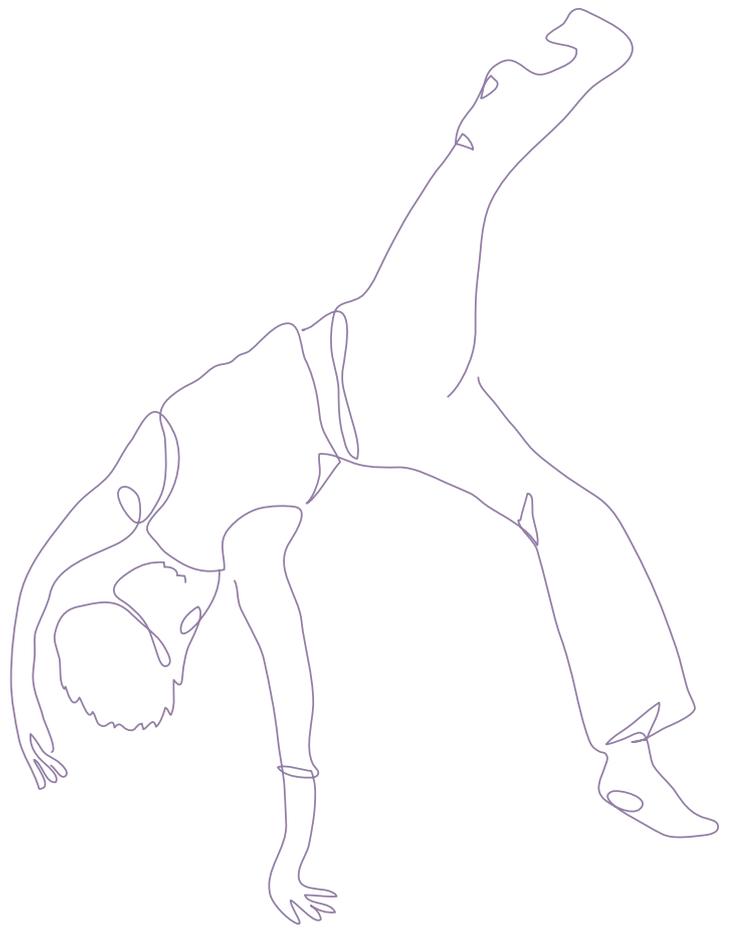
Enfoque Decolonial e Interseccional em Saúde Mental de Mulheres

.... 191

Enfoque Descolonial e Interseccional de la Salud Mental de las Mujeres

Decolonial and Intersectional Approach to Women's Mental Health

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel



Cultura, Resistência e a Luta das Mulheres contra a Violência de Gênero e por Direitos e Representação

Nesta edição do periódico, apresentamos às/aos leitoras/es o segundo volume de 2024. Os textos celebram os trinta anos do GEPEM. A leitura é um convite ao estudo sobre as condições que envolvem a equidade entre gêneros e o reconhecimento da identidade amazônica. A edição é uma fonte científica para visitantes que estarão em Belém, durante a COP-30, em novembro de 2025.

Na publicação, ressaltamos a importância de ampliar-se as políticas públicas voltadas a educação, e legislações para a preservação do Bem Viver¹ de todas as mulheres. A organizamos em seis seções: **a) Cultura e Resistência na construção da equidade de gênero; b) Trabalho feminino, Cuidados e Direitos; c) Políticas Públicas, Saúde, Direito e Legislação; d) Participação, História e Representação política de mulheres; e Seção e) Conferência 30 anos do GEPEM.**

Na **Seção A**, temos o artigo **“A Palavra Nômade em Escrituras Vacantes”**, de Monica Toledo Silva, o tema envolve a Literatura Desviante. Mais especificamente, trata da escrita como um ato performativo; vendo esta ação como uma maneira silenciosa de comunicar o que é sentido pelo corpo e seu sensorial, de exprimir sua presença no mundo. *“O gesto da escrita atualiza a presença sensória e compõe realidades num ensaio orgânico desde um estado carregado de visibilidades, e de discursos do corpo como conteúdos enredados Escrever (imaginar em palavras) a situação de um corpo”*. A autora apresenta uma “estética escrita e visual performada por intensidades e durações” de seu próprio corpo e senso.

Segue o texto **“As representações raciais das mulheres paraenses através dos cartes-de-visite de Augusto Fidanza de 1869”**, em que os autores Lourdes Maria Santana Galvão, Ana Paula Bastos da Silva e João Antônio Fonseca Lacerda Lima, através da análise de quatro fotografias (*cartes-de-visite*) do fotógrafo português Augusto Fidanza (feitas em terra belenense, em 1869), esperam entender o contexto iconográfico das mulheres ali retratadas, o quanto tal momento cultural da época (*Belle Époque*) contribuiu para uma divulgação de “civilidade ocidental”, por suposto, “exótica” ao público europeu, demonstrando a força que tal mídia (assim como jornais e pinturas àquele tempo) exercia ao ditar tendências e introjetar ideologias numa população que objetivava o “embranquecimento” de corpos alheios.

No ensaio **“Estudos Aproximativos Acerca da Teoria da Reprodução Social”**, de Karina Camille Marques Cezar e Olga Myrlla Tabaranã Silva, as autoras apresentam reflexões de uma disciplina optativa de doutorado em Serviço Social (UFPA), nomeada “Reprodução Social, Feminismo e Marxismo”, cuja literatura utilizou-se do conceito criado pelo filósofo marxiano György Lukács entre outros. O texto que levou ao debate sobre essa categoria foi “Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária”, de Lise Vogel (2022), apresentando reflexões e argumentos ontológicos e críticos com base nas relações sociais capitalistas, e no quanto o trabalho feminino contribui para a manutenção desse sistema e na reprodução social que o preserva.

Aline Lima Pinheiro Machado, Magali Caldas Barros e Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães elaboraram o artigo **“30 Anos do GEPEM e onde esteve a Geografia da UFPA?”**. O texto utiliza metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de registros históricos, focando na relação entre a Geografia e os estudos de Gênero, segundo as autoras, uma área que

¹ Conceito que favorece a defesa de seus direitos e a valorização da sua ancestralidade e racialidade

apresenta uma lacuna insistente há cerca de 70 anos no curso de Geografia da UFPA. Recentemente, a formação do Grupo de Trabalho Geografia e Gênero da Amazônia (GT GGEAMA) vem sendo incentivada em diálogo com o Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM/UFPA), propondo-se caminhos futuros para fortalecer o campo de estudos de gênero na Geografia amazônica e a avaliação da “re-espacialização” da mulher na sociedade.

Na **Seção B**, apresentamos o artigo **“Aqui criei minha família e tive meu dinheiro”: relações de gênero e interseccionalidades no setor alimentício do Ver-o-Peso em Belém/PA**”, de Andréa Silva de Melo (autora), Daniela Ribeiro de Oliveira e Luísa Maria Silva Dantas (co-autoras), que expõe parte de uma pesquisa desenvolvida para a dissertação de mestrado da autora, abordando, numa perspectiva socioantropológica de inspiração etnográfica, as relações desenvolvidas com as feirantes e suas narrativas biográficas, em torno das trajetórias sociais das mulheres em estudo. O trabalho objetiva entender as experiências e vivências (interseccionais) das boieiras (mulheres que trabalham no setor alimentício) da feira do Ver-o-Peso, o labor diário e os obstáculos vividos por estas mulheres em decorrência de adventos externos (primeiramente, a COVID; e, depois, a COP30), destacando algumas histórias das entrevistadas.

Monique Evelin Lobato da Silva, Caroline Carvalho Silva e Gabriela Costa Favali apresentam o artigo **“Educação Sexual Para Mulheres Ribeirinhas: Uma Concepção Freiriana”** com base em uma pesquisa entre moradoras de Poçoão, em Cotijuba/Pará, construindo relatos e análises sobre a importância da discussão e entendimento de assuntos relacionados à saúde feminina – muitas vezes considerado um tabu, pela população. Nesse local, foi realizada uma oficina e palestras com as mulheres ribeirinhas que ali vivem. O artigo se utiliza da metodologia freiriana – que se traduz em uma abordagem educacional valorizando a participação coletiva de alunos/as e professores, a fim de integrar os conhecimentos científicos e populares, informando acerca de seus corpos, direitos e saúde. O texto conclui que, apesar dos resultados satisfatórios do estudo, ainda há muito a ser trabalhado na comunidade.

Na **Seção C** temos o artigo **“Gênero como Integração Regional: a construção do III Plano Estadual De Políticas Para As Mulheres No Estado Do Pará”**, em que as autoras Karen Gabriely Sousa Santos e Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão analisam as estratégias de integração regional para a construção do 3º Plano Estadual de Política para as Mulheres do Estado do Pará (2022), correlacionando com planejamentos realizados em anos anteriores, suas falhas e pontos interessantes, e discutindo a importância dos estudos feministas dentro dessas áreas de debate para que a promoção dos direitos das mulheres no Estado paraense – em especial àquelas que vivem longe da região metropolitana – seja efetivada. Buscando responder ao questionamento: *“como a integração regional é mobilizada pela categoria gênero no Terceiro Plano Estadual De Políticas Para As Mulheres?”* o diagnóstico a que chegaram foi que *“as ações pontuais nas regiões de integração demonstraram-se insuficientes na garantia de direitos subjetivos e coletivos das mulheres no Pará”*.

“Programa Ciência na Escola: possibilidade de inclusão de mulheres nas ciências no Sul do Amazonas” é o artigo apresentado pelas autoras Ruth Reis Oliveira, Kethlen Garcia dos Santos, Vanessa da Conceição Nascimento Pereira e Elrismar Auxiliadora Gomes Oliveira. Explora o aspecto das políticas de incentivo à participação de mulheres em editais e projetos de pesquisas científicas apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), em especial, analisando a influência do “Programa Ciência na Escola (PCE)” no Município de Humaitá, na Região Sul do Amazonas. A investigação utilizou uma pesquisa documental com abordagem

qualitativa, e foi desenvolvida na perspectiva do mapeamento em pesquisa educacional de Biembengut (2008 *apud* OLIVEIRA *et al.*).

Luiz Alberto Cerbino da Cunha Junior e Maria Stela Campos da Silva se presentificaram nesta Edição da RCGA com o artigo **“Tributação e Subalternização: uma revisão de literatura?”**. Objetivaram verificar e responder à pergunta: *“em que medida a atual literatura tributária produzida no Brasil aborda os marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe?”*. Os autores realizaram uma revisão de literatura sistemática na base de Periódicos CAPES e avaliaram em formas quantitativa e qualitativa os trabalhos publicados. Concluíram com a necessidade de desenvolvimento do estudo do direito tributário desde uma perspectiva científica de caráter social, devido ao baixo retorno de resultados durante a pesquisa frente aos marcadores propostos.

“Quando o Judiciário Viola a Perspectiva de Gênero: análise de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça”, de Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho e Luanna Tomaz de Souza, aplicou pesquisa documental e bibliográfica de cunho qualitativo, com técnica de análise de conteúdo, para a investigação de dois acórdãos que abordam o descumprimento da perspectiva de gênero pelos(as) julgadores(as). Tal documento visa identificar como o tribunal se manifesta quando a inobservância das lentes de gênero decorre do próprio Judiciário, ao mesmo tempo em que contribui para o debate sobre a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero como uma forma de romper com a visão androcêntrica, na qual a justiça é permeada, fazendo com que os julgadores compreendam e considerem as diversas realidades vivenciadas e que impactam as mulheres em âmbito nacional.

Na **Seção D**, apresentamos o texto de Cristina Donza Cancela: **“História das Mulheres na Amazônia Paraense: historiografia, desafios e perspectivas”**, analisando o percurso dos estudos sobre as mulheres no Pará. Nessa abordagem, investiga pesquisas iniciais feitas na década de 1980 até os anos 2000, discutindo a importância da variável gênero para a compreensão e questionamento das narrativas historiográficas sobre a Amazônia. Segundo o texto, tais estudos só foram possíveis pelo uso e valorização de fontes pouco utilizadas pela historiografia, como cartas, periódicos, processos criminais etc., essenciais para que se redimensionasse a historiografia, vendo-a agora por outra perspectiva não antes vista. A autora aproveita para fazer um levantamento de artigos feitos na UFPA (e/ou universidades parceiras) sobre a temática mulheres, sejam elas abordadas de maneira direta ou indireta pela pesquisa.

Na **Seção E**, temos o texto **“Enfoque Decolonial e Interseccional em Saúde Mental de Mulheres”**, de Adelmá do Socorro Gonçalves Pimentel (PPGP/UFPA). Resulta da **conferência final** exposta no evento comemorativo dos 30 anos do Gepem/UFPA (agosto 2024). Seu olhar focou na discussão sobre as conquistas que muitas mulheres trilham durante sua jornada de vida. Procurou alertar para a importância dos estudos de gênero e políticas públicas em saúde psíquica emocional para todas as mulheres, criticando a forma como estas eram (e ainda são) tratadas como “loucas” perante situações de violência, argumentos que procuram desqualificar as opiniões das “vítimas” e apresentando as tomadas de decisão na sociedade, igualmente associadas ao termo ‘loucura’. Sua denúncia percorre os hospitais psiquiátricos que funcionaram como instituição higienizadora desse ‘mal’ que costumava incidir sobre o gênero feminino.

Sob o escopo deste roteiro, a Edição nº 26-2024 (julho/dezembro) celebra o canal de comunicação comprometido com a emissão das vozes não escutadas. Também convida as/os leitoras/es a refletirem sobre as questões de gênero, raça, classe e identidade que permeiam as nossas vivências cotidianas e amazônicas. Esperamos que esta coletânea inspire diálogos e novas pesquisas, contri-

buindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e culturais que moldam a nossa sociedade. Cada texto intenta ser uma semente de aprendizagens sobre equidade para mulheres e homens na Amazônia!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), março de 2025.

Maria Luzia Miranda Álvares

*Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPA.
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e
Relações de Gênero-GEPEN*

Ana Carolina Álvares Branco

*Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.
Graduada em Design de Produto/IESAM.*



Seção

A

**Cultura e Resistência na
construção da equidade de
gênero**



A Palavra Nômade em Escrituras Vacantes

La Palabra Nómada en Escrituras Vacantes

The Nomad Body in Scriptures of Deviance

Monica Toledo Silva

Resumo: Através de leituras transversais acerca dos modos de migração vivenciados na literatura por autores distintos, que por razões variadas são estrangeiros em outro país, este artigo apresenta modos de vida desde realidades transculturais, para sugerir que o pensamento nômade, presente em estudos de filósofos como Agamben, Derrida, Negri e Zumthor, apropria-se da linguagem performativa e do entendimento do corpo como um campo de mobilidade e reinvenção permanente de si. A criação de imagens, visuais e escritas, ultrapassa gêneros fixos para navegar por autobiografias próprias em formas criativas de tempos e espaços simultâneos; este ensaio apresenta um processo investigativo também autoral, num exercício de linguagens visual e escrita acerca de uma expressão da forma narrativa da própria autora.

Palavras Chave: Corpo. Literatura. Desvio. Subjetividade. Migração.

Resumen: A través de lecturas transversales sobre los modos de migración vividos en la literatura por distintos autores, quienes por diversas razones son extranjeros en otro país, este artículo presenta modos de vida desde realidades transculturales, para sugerir que el pensamiento nómada, presente en estudios de filósofos como Agamben, Derrida, Negri y Zumthor, se apropia del lenguaje performativo y de la comprensión del cuerpo como campo de movilidad y reinvención permanente de sí. La creación de imágenes, tanto visuales como escritas, va más allá de los géneros fijos para navegar a través de las propias autobiografías en formas creativas de tiempos y espacios simultáneos; Este ensayo presenta un proceso investigativo también autoral, en un ejercicio de lenguajes visuales y escritos sobre una expresión de la propia forma narrativa del autor.

Palabras Claves: Cuerpo. Literatura. Desvío. Subjetividad. Migración.

Abstract: Through cross-readings of the modes of migration experienced in literature by different authors who, for various reasons, are foreigners in another country, this article presents ways of life from trans-cultural realities, to suggest that nomadic thinking, present in studies by philosophers such as Agamben, Derrida, Negri and Zumthor, appropriates performative language and the understanding of the body as a field of mobility and permanent reinvention of the self. The creation of images, both visual and written, goes beyond fixed genres to navigate through their own autobiographies in creative forms of simultaneous times and spaces; this essay presents an investigative process that is also authorial, in an exercise of visual and written languages about an expression of the author's own narrative form.

Keywords: Body. Literature. Deviance. Subjectivity. Migration.

Monica Toledo Silva – Artista e pesquisadora das imagens do corpo nas artes audiovisuais, cênicas e literárias. Semiótica (PUC SP), com pós doutorados em Comunicação (UFMG), Artes (UNICAMP) e Humanidades (USP). Site: <http://monica1605.wixsite.com/mysite>. E-mail: monica1605@gmail.com

INTRODUÇÃO

1. A Palavra Nômade em Escritas Vacantes

*Permanecemos na língua para melhor dominá-la;
melhor corroê-la; melhor, enfim, desfazê-la. (Paul Zumthor)*

Através de leituras transversais e um interesse crescente sobre modos de migração e realidades do refúgio vivenciados por indivíduos magrebinos e europeus que por razões distintas são estrangeiros em outro país, este artigo apresenta formas de vida desde realidades transculturais, sugerindo que o pensamento nômade se apropria da linguagem performativa e do entendimento do corpo como um campo de mobilidade e reinvenção permanente de si.

Os novos refugiados que nos últimos anos constituem o fenômeno que ultrapassa as noções de pertencimento e identidade, e afoga dicotomias desde antes datadas – corpo e cultura, natureza e espaço, um e outro, dentro e fora –, convidam a explorar a cada tempo novos nomadismos e territórios. O entendimento de um sujeito provisório que vive suas realidades em durações e estados de presença próprios, fragilidade e potência em igual medida. Partindo da condição de refugiados que renovam incessantemente cenários americanos e europeus, entre campos e margens, proponho ultrapassar as noções clássicas de pertencimento e identidade e explorar estes a cada tempo novos nomadismos (porque também são nossos) e territórios (visíveis e invisíveis).

O olhar sobre obras literárias nas realidades da migração traz a cultura como sistema complexo de encontros (ou fronteiras) e revela uma comunicação indeterminada por contextos de alteridade. O marroquino *queer* Abdellah Taia (2021, p.49), desde a perspectiva da fuga para uma vida mais digna, relata um encontro com espaços também vacantes das periferias da França:

Eu adoro Paris. É a minha cidade. Eu não tenho cidadania francesa, mas ninguém pode me negar este direito. Este pertencimento. Paris é minha cidade, meu reino, meu caminho. Era pra cá que eu queria fugir. É como ir ao teatro ou ao cinema para assistir um espetáculo com o seu ator favorito, não aquele que te excita sexualmente, mas aquele que te faz sonhar. É isso que encontro nos paquistaneses. A paz. O paraíso. O amor que dispensa palavras. Eu estava certa em não desistir. Meu destino finalmente se cumpriu, verdadeiro desde o início. Havia um sentido para essa vida torturada, sem gosto, por tanto tempo arruinada. Eu precisei atravessar o imenso deserto para finalmente encontrar meu oásis. O desejo de um coração sincero sempre será atendido. A estrada escura pode levar a qualquer lugar. O inferno talvez seja eterno mas um dia ele deixa de ser apenas o inferno. Ele se transforma. Nós nos adaptamos. Algo se abre em nós. O que acontece dentro de mim me ultrapassa. Eu vivi muitos dramas e tragédias em Paris. Aqui conheci a imundície, a podridão, o sórdido, o inominável. Nada mais me afeta. Apenas meu amor por Iqbal me guia. Naquela noite eu recusei todos os clientes. E cuidei de Iqbal. Esquentei o leite com tomilho. Despejei em um grande vasilhame. Coloquei bastante açúcar. E preparei um doce de tâmara. (TAIA, 2021)

A situação do deslocamento ultrapassa as situações ou realidades do refúgio, migração e nomadismo para caracterizar a escritura de muitos artistas como forma de expressar acontecimentos do corpo. Dessa maneira, apresento narrativas que ultrapassam bordas bem delineadas de espaços

e tempos determinados, em mapeamentos provisórios configurados dinamicamente por estados de presença. Sendo o destino o trajeto, o meio torna-se o lugar.

A diversidade ofertada pelo ato de deslocar-se, portanto, amplia a percepção da migração impositiva do fluxo forçado de refugiados para alocar-se num pensamento vivo e atemporal que desconhece o espaço físico e, antes, o agrega em narrativas performadas por um corpo vivo – atento, afetado, aberto. Esta natureza de linguagem é forma de se mapear realidades próprias, reinventar gestos, gerar processos de significação, compor narrativas. Percebendo a imaginação como parte da realidade e o corpo como criador de si próprio, a todo instante atravessado por imagens e memórias atualizadas, e o afeto como desestabilizador de certezas, como lidar com a fantasia sem que esta deixe de ser parte da realidade cotidiana?

Negri (2018, p.175) acrescenta que “os efeitos da imaginação se originam nas coisas corpóreas, e assim suas causas não envolvem nenhuma coisa futura. A imaginação percorreria todo o real, seguindo em tudo os traços do intelecto, concatenando imagens e palavras sem interrupção. A subjetividade se constituiria como o *comatus* humano, desdobrando-se em torno de si. Palavra fraturada, escrita como rastro que exprime uma presença, que evoca um entendimento sensorial. Uma certa literatura desviante e aberta ao vazio ocupa espaços híbridos na evolução da linguagem literária. Autoras e autores de nacionalidades muito distintas, do Brasil ao Marrocos, EUA e França, revelam escritas decolonizantes em enunciados distantes das especificações de gênero literário.

Expandir nomenclaturas como ficção, realidade e dramaturgia, é renovar formas de apresentação do sujeito e do objeto em suas subjetividades. Sylvia Plath compartilha em sua coleção de obras em momentos de solidão ou desamparo. A abordagem de si, numa escrita performativa, navega e se atribui gêneros e narrativas simultâneas e promove a diversidade dos elementos sígnicos (objetos singulares de cada obra) que vêm se configurar num desenrolar espalo-temporal próprio. A passagem do tempo no mundo (cronometrado, regulamentado) se distancia do tempo do corpo em si, um conglomerado de tempos e espaços simultâneos que evidenciam realidades de cada autor.

Se já não vemos novidade quando lemos a tragédia que se une à fantasia, ou o romance à história, ao encontrarmos estas estratégias num universo que desfaz tempo e lugar para se apresentar como imortal, sobrevivente ou simples *flanêur* de ruínas ou guetos marginalizados, nos deparamos com realidades do nomadismo e da migração para muito além dos contextos de guerra e êxodo –como presenciamos na última década de maneira extensiva, desde a travessia de africanos e asiáticos em botes infláveis pelo Mediterrâneo, aos deslocamentos intercontinentais na América, recentes travessias trágicas de palestinos para o Egito, fluxo de milhões de ucranianos para países vizinhos, que vêm somar-se a esta paisagem urbana de qualidade abjeta, que mal se recompôs das últimas guerras europeias, como as da ex-Iugoslávia e ex-países soviéticos.

Enquanto Derrida (2016) aponta para a ilusão da unidade, que permitiria o percurso entre as formas poéticas e as estruturas psicológicas, aproximando discursos distintos de uma historicidade “desde há muito subtraída ao pensamento”, Negri (*ibid.*, p.264-5) propõe uma “total aderência da espontaneidade da mente e da subjetividade” ao problematizar o afeto e as afecções do corpo, “pelas quais a potência de agir do próprio corpo fica acrescida ou diminuída, favorecida ou impedida, e ao mesmo tempo as ideias dessas afecções.”

Composições narrativas que representam um discurso tal qual ele se apresenta no mundo: um composto de referências simultâneas, pensamentos transpostos, falas interruptas, somadas a

esquecimentos, distrações, abandonos. Para Merleau-Ponty (1964), o caráter corpóreo da significação não é só objeto do pensamento: “No processo contínuo de atualizações, essa materialidade ou corporeidade da linguagem torna-a ambígua; ao fazer parte do mundo da experiência, a linguagem é uma faculdade do mundo sensível, familiar a nós”.

O mundo da palavra seria comunicação entremeada de silêncios e desvios. A abordagem do corpo como um conjunto de acontecimentos unidos por redes de relações viabiliza o entendimento de práticas aderentes a partir de vivências. O gesto da escrita atualiza a presença sensorial e compõe realidades num ensaio orgânico desde um estado carregado de visibilidades, e de discursos do corpo como conteúdos enredados. Escrever (imaginar em palavras) a situação de um corpo: recuperado, inédito, afetado; a escrita como ato performativo. Terminologias para ações corpóreas no mundo e na arte é tarefa tão científica quanto inventiva, que requer uma busca híbrida. Por Monique Malcher (2020, p.143):

E é sempre o mesmo lugar com pessoas estranhas, que perderam o caminho que alguém quis para elas. Sei me mover, cobra que sou, me desfaço de tudo, e engulo o mundo enquanto quebro os ossos que restaram. A história é de vida passada, onde tudo foi feito do jeito que não consegui repetir nessa, mas tudo é eterno retorno. E a música vai refurando as narinas, Florianópolis parece menos fria às vezes, lembro de Belém, na noite estranha, cheirando morte e vida. É difícil ser estranha por aqui. Danço bem sozinha e a panturrilha dói, o sangue não circula, a mão das lembranças segura uma das pernas, engato no movimento, sempre achei que poderia me sentir por acidente um alguém livre. Não sinto muito por nada. É julbo e preciso dançar para gastar pesadelos. As árvores dançam junto. São muitos os tons de verde, são tantos como tantas foram as esperanças na caminhada até esse ponto, ainda perdido. Verde-claro, cintilante, neon, opaco. A árvore que se apresentou para mim naquela noite tinha todos os verdes nas folhas, era um degradê que sorria quando o vento batia, e riam as folhas miúdas. Decifrando meus últimos acontecimentos de migrar para não querer de novo morrer, e já quis tantas vezes. O problema talvez seja eu, não o meu lugar. E que lugar é mesmo meu... tenho que acreditar que esse outro lugar é melhor que o rio, que a falta de sal. Não é "de onde tu é", mas "tu não é daqui né", os dias têm sido sempre com essa pergunta. Em nada combinávamos, eu e a árvore, mas papeamos, duas senhoras solitárias e fortes. A água do mar batia na raiz, podia sentir meus pés molhados mesmo que não estivessem. Eu era a árvore, vivendo, caminhando como se meus pés não estivessem conectados ao chão. Tenho raiz, uma raiz de rio, de barco, de floresta, de cidade castigada, colonizada, mas forte, apesar de tanto e de tudo. Aonde quer que eu vá ainda tenho um sentimento doído de não lugar mas quando ouço a voz da mainha sei que sou dos rios do Pará, por mais que em qualquer outro lugar não entendam o que é ser desse canto. Faz tanto tempo que cheguei a Santa Catarina que procurei uma árvore como essa, que lesse minhas tantas lembranças ruminadas. Lembro de tudo sempre e vou remoendo. Já fui árvore sem folhas. Era difícil estar tão longe de Belém. A árvore da Lagoa fez um barulho de chuva pra chamar a atenção, ela já sabia tudo sobre a ruminação, sobre o que temi, desejei. Era um espelho dos meus anos, e balançava, sorrindo. Era a voz da mamãe nas folhas, que voaram ao meu encontro. Era o barulho do mar fingindo ser rio só pra me agradar. Era minha casa no meio do lugar nenhum. Meu território é onde os pés tocam, aqui também tinha que ser minha casa.

Leyla Perrone-Moisés (2016, p.72) nos lembra que, apenas no século XIX, a literatura se torna uma disciplina autônoma, sob a forma de história literária, e seu estudo cimentava nacio-

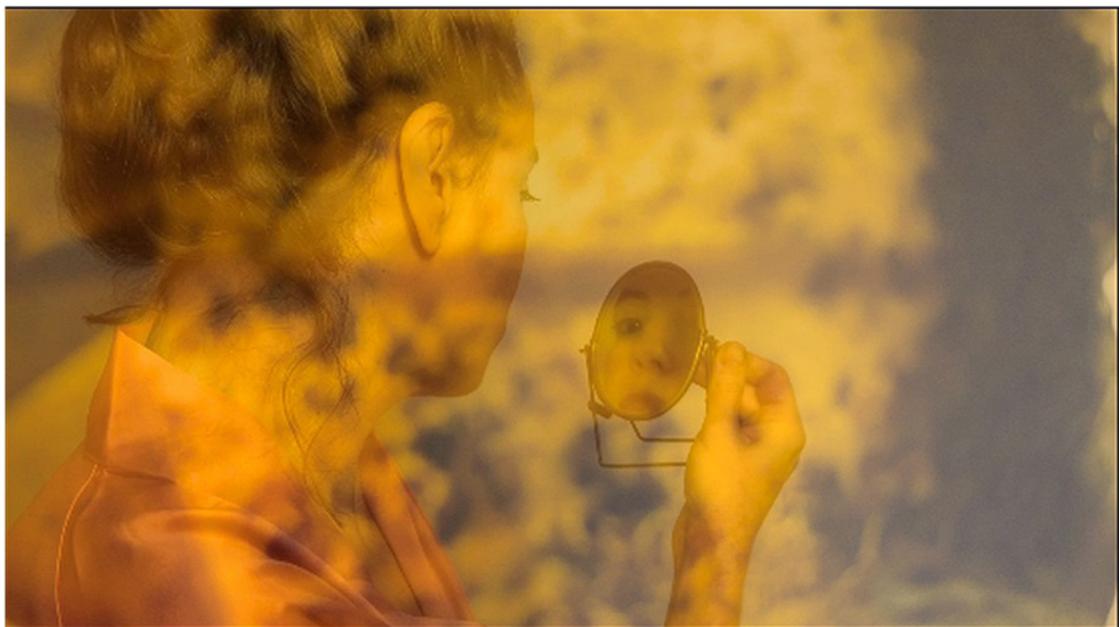
nalidades (século da consolidação de nações, reforço dos nacionalismos). Hoje em dia, o estudo particular de literaturas nacionais teria-se tornado artificial e anacrônico. Na prática, opina a teórica brasileira, as literaturas nacionais do chamado ocidente nunca existiram isoladas umas das outras.¹

Um campo da literatura emerge de enunciados que revelam realidades fragmentadas em práticas autorais complexas, que efetivam encontros inescapáveis entre linguagens e usos da palavra não apenas como portadora de sentido. O exemplo “clássico” segue sendo o *nouveau roman* francês, tendo o manifesto (“A era da suspeita”, 1956) de Nathalie Sarraute e o ensaio de Alain Robbe-Grillet (“Por um novo romance”, 1963) como ícones da celebração deste movimento moderno, também muito celebrado em adaptações para o cinema. O *nouveau roman* decreta a morte do romance de tipo balzaquiano – personagens individualizadas e intrigas inteligíveis –, optando por uma atitude fenomenológica, com descrições impessoais, ambientes e gestos que criam narrativas a serem interpretadas pelo leitor, como enigmas.

As modernas Sylvia Plath, Virginia Woolf e Simone de Beauvoir somam-se à jovem parense Monique Malcher em vozes que vivenciam sua corporeidade desconfigurando suas vivências em novos territórios. O ato de deslocar-se ultrapassa realidades do refúgio para alocar-se num pensamento atemporal que desconhece o espaço físico e, antes, o agrega em narrativas performadas por um corpo atento e aberto. Palavra fraturada, escrita como rastro, que não diz mas que exprime uma presença, num entendimento cognitivo de espacialidade linguística, semiótica e sensória, *embodied*. Assim diz Sylvia Plath (2020, p.171):

A pedras jaziam inertes e frias sob meus pés descalços. Tive certa nostalgia dos sapatos pretos. Uma onda se formou e quebrou, tocando o meu pé. A umidade parecia vir do fundo do oceano, onde peixes brancos e cegos viajavam movidos pela própria luz rumo ao grande frio polar. Imaginei dentes de tubarões e cartilagens de baleia espalhados como lápides por lá. Esperei, como se o mar pudesse decidir por mim. Outra onda quebrou aos meus pés, enfeitada de espuma branca, e o frio agarrou-se aos meus tornozelos com uma dor terrível. Covarde, minha pele crispu-se diante de uma morte como aquela. Sob uma luz violeta peguei minha bolsa e voltei pelas pedras frias até o lugar onde meus sapatos faziam sua vigília. Parecia haver fumaça saindo dos meus nervos, como aquela que saía das churrasqueiras e da estrada. Toda a paisagem - praia, encosta, mar e pedras - tremia diante dos meus olhos como a cortina de um palco. Fiquei me perguntando em que ponto do espaço aquele azul besta e ilusório do céu ficava preto. Estava sentada na saleta de leitura ou no meu quarto quando uma enfermeira sorridente aparecia e anunciava a chegada de um visitante. Eu odiava aquelas visitas porque sentia que elas ficavam comparando minha obesidade e meu cabelo seco com aquilo que eu havia sido e com o que elas queriam que eu fosse e eu sabia que saíam de lá completamente desconcertadas.

¹ Roland Barthes (*apud* PERRONE-MOISÉS, 2016, p.79) aponta três funções, ou forças, da literatura: lugar de saberes (*mathesis*); ela não sabe coisas (como as ciências), mas sabe das coisas; busca representar o real (*mimesis*), irrepresentável na linguagem verbal – sendo essa a busca que a constitui –; a literatura joga com os signos (e não usa os signos [*semiosis*]), deslocando-os de seus usos habituais e práticos, e tornando-os visíveis .



Imagens 1 e 2: Frames do vídeo “Tea time” (Monica Toledo Silva, 2021).

2. Pensamentos Deslocados

A abordagem do corpo como um conjunto de acontecimentos unidos por redes de relações inspira o entendimento de práticas criativas que convergem desde vivências pessoais e de experiências na formulação de textos e na elaboração de imagens. A criação de imagens, visuais e escritas, ultrapassa gêneros fixos para navegar por autobiografias em formas criativas que nos permitem agir e criar a partir de acontecimentos, e a ação atualiza nossa presença perceptiva e sensorial.

Uma obra escrita é também geradora de imagens, ativando ficções próprias em falas múltiplas, e geram discursos simultâneos que se perdem e se repetem ao longo do tempo e espaço, e dialogam com o corpo como fenômeno, potência ou estado aberto. O fluxo do pensamento do corpo se manifesta em todas as formas discursivas. A criação é atrelada ao pensamento na condição de esboço e tensão que lhe são inerentes.

A linguagem se dá como corporeidade que acena para a subjetividade e objetividade como indissociáveis. A presença se configura na duração e intensidade, numa amplitude que independe do tempo (sendo atemporal) e do espaço (em sua materialidade). A enunciação de um corpo deslocado ocupa este espaço de passagem, lembrado ou futuro, que torna o rio, o mar, a pedra, a cama, um vir a ser próprio. Corporeidade expandida por um território sempre a ser criado, vivência tornada real na relação com o entorno, com o vazio de afetos proporcionado por um outro espaço, agora sensorio, criador de paisagens que ressignificam os modos de viver a realidade.

O transitório como matéria criativa aciona a percepção de uma singularidade também dinâmica. Outros entendimentos para práticas de escrita do corpo podem ser pensados nas formas do nomadismo da linguagem literária, aderentes aos indivíduos em terras estrangeiras, em estados que são atualizados a cada tempo e lugar em vivências nas quais convergem futuros e passados. Estas experiências ganham visibilidade em realidades sobrepostas, acionando um nomadismo como forma e sentido para os deslocamentos nos contextos de uma estética migratória. Para este corpo-situação, apresento uma estética escrita e visual performada por intensidades e durações.

As imbricações semióticas nos alcances dos pensamentos de Lotman, Jakobson, e mais tarde Saussure e escolas derivadas da semiótica da cultura desde sua origem russa na linguística sempre convivendo com as artes, é ao mesmo tempo estar no mundo, sensível a ele, atento a convergências das linguagens estéticas em representações (apresentações) do corpo móvel e afetado por seu entorno – que também é feito por ele. Assim, entre desvios de sentido e novos significantes, há uma semiótica desde sempre híbrida; propomo-nos a investigá-la desde campos de subjetividade em convergências das linguagens. Entre desvios de sentido, (re)encontramos uma possibilidade de investigação desde nossas subjetividades e criação de memórias e imaginários.

O conhecimento como intuição contempla as coisas como contingentes, e não como necessárias: "cada ideia de qualquer corpo, ou de uma coisa singular, existente em ato". Do latim *textum*, tecido, tecer, a palavra texto seria "maneira de tecer" ou "coisa tecida", que adquire o sentido da evolução semântica, estruturação ou "composição literária" (SOUZA, *apud* RIBEIRO, 2020, p.115). Em sua dimensão ontológica, palavras seriam fios, e o texto, o tecido organizado, num todo significativo oral, escrito, verbal, não verbal.

Derrida (2016, p.250; 243) aponta para a ilusão da unidade, que "permitiria nos dois sentidos a transferência de figuras analógicas e o percurso do domínio compreendido entre as formas poéticas e as estruturas psicológicas", e passa a proceder numa espécie de "proximidade infinita entre estes dois discursos numa profunda incompatibilidade e contudo infinitamente próximos um do outro.

O filósofo argelino elucida a historicidade desde há muito subtraída ao pensamento, mais respeitador da singularidade selvagem perante o problema da obra e da loucura", e acrescenta que rupturas que são desvendamentos já se anunciam sempre "na confusão e na noite, isto é, também sucessivamente na animalidade e na natureza em geral". Derrida alude simultaneamente à via do sentido e a do não-sentido.

A subjetividade dá vazão ao novo, e busca dar forma à ação criativa, que se reinventa e se adapta, e navega por estudos científicos que oxigenam as linguagens clássicas; é também investigar modos pelos quais se fazer presente em escrituras audiovisuais, impressas, virtuais.

A performance nas artes hoje (visuais, sonoras, em escrituras e dramaturgias) se dá ao agregar conteúdos transitórios, móveis². Nesse sentido, a performance é desdobramento do

² *Mousikè* (grego) designa a dança, a música, as estruturas métricas do poema e a prosódia da palavra, de forma una.

ato para além de uma intenção. Toda presença provoca uma ruptura, e engendra um ritmo particular na duração coletiva e na história dos indivíduos. A performance se dá no ato da escrita ao incorporar conteúdos correntes, e escrita performativa ressemantiza a dinâmica corporal na arte.

Esse processo de apropriação pela arte tradicional das linguagens cênica e audiovisual ressignifica um vasto complexo enunciativo na performances Gestos performativos não respondem a convenções comuns, mas impõem seus novos significados, “totalizando uniões de campos semânticos, dinâmicos e flexíveis.” (GLUSBERG, 2003, p.57).

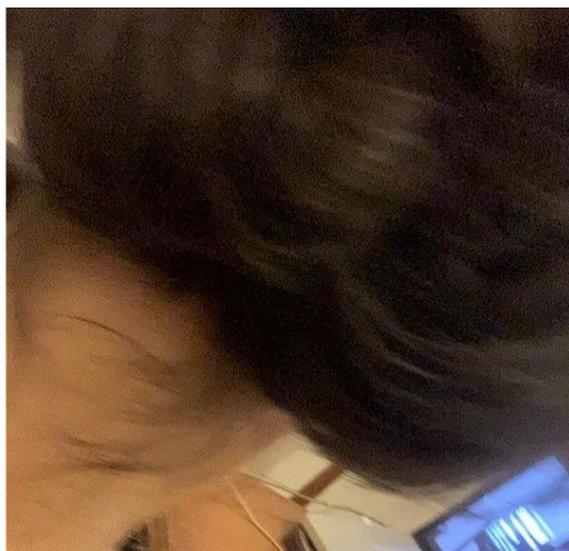
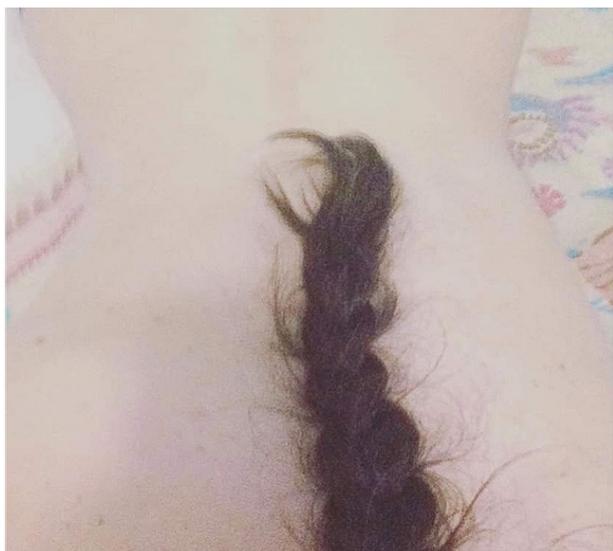
Em meus vídeos e escritos, frequentemente sem nome, por vezes seriados a fim de me permitir a evolução de um tema visual ou mental – um personagem, um lugar, uma memória, que insistem a se mostrar de modos diferentes –, terminam por promover uma narrativa múltipla desencadeada por trocas de sujeitos ou objetos ao mesmo tempo; isto é, quem diz se desloca, a palavra passa de um para outro, como um diálogo entre os signos, objetos significantes, que oscilam e se alternam entre coadjuvantes e protagonistas.

Minhas imagens e palavras são gesto de soberania no corpo. Menos atravessadas pelo vento ou por um outro que, quando aparece, transfigura uma escolha prévia e assume outra direção, como muitas vezes em que mudamos de ideia, de canal ou de página em sequências descontínuas que manifestam um corpo presente naquele momento, como em “Venta” (inédito):

*os galbos prata gritam em silêncio
talher não se bate no prato
olhos enormes brilham mais que a faca quando doentes
parece que já sequei
os dedos nos galbos
o garfo no calado
a barriga no quase*

*a imagem do corpo não se vê
como a mulber deserta, a mulber venta, a que junta
uns tantos de si pra dividir
por mil e um e sempre sobra*

*o silêncio do mundo
só pode viver em mim
esgotante riso que se faz festa
de quem*



Imagens 3 e 4: Estudos sobre visibilidade (Monica Toledo Silva, 2020).

3. Escrituras Desviantes

A capacidade de entrega do corpo a uma realidade ou estado de vacância que se faz emergente, insistente, um estado vazio que não se preenche com acontecimentos, coisas, lugares ou pessoas – o sentimento vivo de uma amplitude na qual nenhum gesto é capaz de ocupar conscientemente mais que um pequeno abrigo, momentâneo afago, consiste na consciência deste estado vacante do qual se ocupam os autores exemplificados aqui. Esta condição ultrapassa a situação de refúgio ou realidade de migração e se torna uma qualidade da escrita, porque é sensória e constante e abre-se em campos infinitos de enunciação.

Os vazios férteis de Virginia Woolf, desde a 2ª Guerra, são compartilhados por Simone de Beauvoir em seu “O peso da idade II” (1961) desde Paris, onde passa fome, participa de barricadas e começa a formular “O segundo sexo” (1949). Mas é nos passeios de bicicleta com Sartre pelo interior francês, fugindo das bombas, que introduz sua escrita poética libertária, "quando suas pernas ocupam todo o seu corpo", quando se encontra cansada, assustada, e comenta teorias e sensações físicas em passagens brilhantes, como esta de “Mal entendido em Moscou” (2018, p.76.):

Cada manhã antes de abrir os olhos ela reconhecia sua cama, seu quarto. Mas às vezes quando dormia de tarde experimentava ao acordar aquela estupefação pueril: por que eu sou eu... como se a consciência, emergindo despercebida do sono, hesitasse antes de se reencarnar. O que a surpreendia - como a criança quando toma consciência de sua própria identidade - era se encontrar no âmago de sua própria vida e não na de outra pessoa: por qual acaso... eu poderia ter sido uma outra, mas então teria sido uma outra que se interrogaria sobre si. Isto lhe provocava a vertigem de sentir de uma só vez sua contingência e a necessária coincidência com sua história. Nicole, sessenta anos, professora aposentada. Ela se lembrava do primeiro cargo, das folhas mortas que estalavam sob os pés no outono de sua província. Então o dia da aposentadoria - separado dela por um lapso de tempo duas vezes mais longo que o quanto vivera - lhe parecia irreal como a morte. Pensava com nostalgia sobre a porta pela qual não passaria mais, os corredores encerados, os risos que nunca mais ouviria. E esta linha possuía a precisão de uma cortina de ferro. Estou do outro lado. E pensou no jardim de Ville-neuve, no perfume dos ciprestes e das rosas castigadas pelo sol. Voltando de Moscou, vou deixar Paris e me insta-

lar na Provence. Viver como turista não é sempre divertido, comentou ele. De qualquer modo, ficar mais dez dias não é motivo para drama, declarou ela. No corredor, estavam reconciliados. (BEAUVOIR, 2018)

“A infinidade do outro não seria o que é se não guardasse em si a negatividade do indefinido” (do grego *apeiron*: indeterminado): Lévinas (*apud* DERRIDA, 2016, p.162-3) sugere que o infinitamente outro "tolera e mesmo exige a alteridade infinita", e então seria preciso renunciar à toda linguagem – em primeiro lugar às palavras infinito e outro –, este só poderia ser o que é (infinitamente outro) na finitude e na mortalidade. Toda redução do outro seria uma possibilidade, eventualidade. A necessidade de ter acesso ao sentido do outro "em sua alteridade irreduzível" seria chamada violência – tal necessidade como origem da relação com o outro, sendo ao mesmo tempo não-violência, uma vez que "abre a relação com o outro." Esta economia, essa abertura, acessaria a liberdade ética.³ (*ibid.*, p.182-3):

O pensamento condiciona o respeito do outro como o que ele é: outro. Sem esse reconhecimento, que não é um conhecimento, sem esse "deixar-ser" de um sendo (outrem) existindo fora de mim sendo o que ele é - antes de tudo em sua alteridade - nenhuma ética seria possível. "Deixar-ser" é expressão de Heidegger que concerne a todas as formas possíveis do sendo e mesmo àquelas que não se deixam transformar em objetos de compreensão. Deixar-ser o outro em sua existência e em sua outridade é ter acesso ao que é existência e ao que é o ser que ambas pressupõem.

Em meus experimentos com a mobilidade, dialogo com uma realidade vacante que me permite perceber uma natureza inconstante, que exploro também com a câmera em formas de apresentação possíveis desde paisagens voláteis, ainda que comuns. Compartilho a seguir quatro imagens (*frames*) desta obra realizada após um passeio peculiar que se revelou um encontro de espaços num só tempo presente, de lugares possíveis porque afetados, e que preenche um vazio perene.

O vídeo “*Mermaids' talk*” (2023) resgata um rosto feminino que se enfeita, inspirado na sereia, ser mítico atemporal. Corpo, água e árvores fundidos e refletidos buscam uma forma de apresentação do feminino que sempre se resgata em si mesmo, atravessando espaços vazios e desejos possíveis. Em “*Tea time*”, experimento a passagem do tempo no isolamento da pandemia colecionando sachês secos de chá, sobrepostos à minha própria imagem diante de um pequeno espelho pelo qual sucessivamente pinto e limpo o rosto, em sobreposições de cores que diluem pensamentos.

Marcelle Marcé (2018, p.30) valida o que cada um põe em ação "num momento de vulnerabilidade ampliada ou situação de precariedade", e lembra que os astros – no latim, considerar é contemplar os astros – devem ser olhados com cuidado para tomar em estima. Giorgio Agamben (2018, p.37) complementa esta prática com a ideia da aventura – do latim *adventus*, *eventus* – como narrativa que vive apenas nela e através dela, sendo o próprio evento de palavra não o dom de narrar, mas o próprio narrar. Aventura seria, assim, uma "forma autônoma, parte da série

³ A noção de violência como dissimulação ou opressão do outro já é apontada por Lévinas como alteração do outro enquanto ele é o que é. Derrida questiona (2016, p.190-1) a ideia de finitude como violência original do discurso, segundo Lévinas, que obedeceria à ordem de voltar-se contra si, de ser sempre, como linguagem, retorno contra si que reconhece o outro como tal. A história como finitude e violência permitiria o aparecer da história como tal, que dissimularia sua própria abertura como logos – finitude, história, violência. Interpretação "do fundo de um silêncio, de um afeto da fala, que só pode ser dita esquecendo-se de si, para os gregos; estranho diálogo entre a fala e o silêncio."

infinita das experiências, (...) e aproximada dos sonhos - fora da conexão significativa do todo da vida e mesmo fora de sua continuidade.". Afirmar Virginia Woolf (2021, p.19):

Considerando como é comum a doença, a tremenda transformação espiritual que ela traz, as assombrosas terras desconhecidas que se descortinam quando as luzes da saúde se apagam, os ermos e desertos da alma que um brando ataque de gripe revela, os precipícios e prados salpicados de flores coloridas que a mais leve das febres deixa à mostra, os carvalhos antigos e obstinados que o adoecer desenraíza em nós, como descemos até o poço da morte e sentimos as águas do aniquilamento se fecharem sobre nossas cabeças e despertamos... As grandes guerras que o corpo, tendo o pensamento como seu escravo, trava na solidão do quarto contra o ataque da febre ou a investida da melancolia, são negligenciadas. Uma mera colegial quando se apaixona tem Shakespeare ou Keats para falar em seu lugar; mas basta um padecente tentar descrever sua dor para o médico que a língua seca. Não há nada pronto à sua disposição. Ele se vê obrigado a cunhar palavras por conta própria e, tomando em uma das mãos a dor e na outra um naco de puro som (como talvez tenha feito o povo de Babel no princípio), os amassa de tal modo que dali brote uma palavra novíssima. Provavelmente algo risível. Os seres humanos não andam de mãos dadas ao longo de todo o caminho. Existe em cada um uma floresta intocada; um campo nevado onde não há sequer pegadas de pássaros. Por aqui vamos nós e assim até preferimos.

Sendo a linguagem como um domínio e articulações e o entendimento do corpo como agente e repercussor de intensidades e afetos, princípios organizativos em linguagens confluentes (no lugar de ancoragens fixas) revela-se uma forma fértil para lidar com os desdobramentos e hibridizações das linguagens no fluxo de novas formas de narrar, criar e (re)constituir histórias.

A percepção do refúgio na literatura é ampliada por experiências de autores e/ou personagens, por deslocamento forçado (como o impulsionado por guerras e outras formas de violência, violação de direitos humanos, regimes totalitários), estendendo-se a campos imaginários e fugas mentais, em renovadas articulações das palavras.

A literatura desviante foge do gênero e tem o corpo do autor atravessado por espaços distintos (culturas, trânsito de nacionalidades, vivências em países diversos, ou deslocamentos na própria composição do texto e construção de paisagens, que em si (senão quando a própria autora é a personagem) trasladam por tempos diversos pela narrativa.

A imaginação também atua por intensidades sensoriais, atribuindo à realidade um lugar sensível e desejante (onde se quer estar, em simultaneidade aos acontecimentos compartilhados ou atestados por outros). A fronteira e a migração também se apresentam na arte da escrita como aberturas por onde agregar forma ou sentido, por esses corpos “expandidos” que não se limitam a um só tempo e espaço, desejo e memória: cortes e fissuras, dramas particulares, ocupam um extenso presente.

Quando navegamos por passados distantes, reconfiguramos fatos ao revê-los, reinterpretá-los agora em conjunto com a lembrança que ficou – a cena o grito o susto. Na criança, tudo parece grande, a visão perturbadora da novidade; na jovem, ganha-se em intensidade, quantidades sem fundo nem tamanho. Então um grande normal se configura por algumas décadas, quando achamos que temos que dar conta da vida, domá-la, aceitá-la, como um apaziguamento levado com aridez, rancor, culpa ou em estado de guerra latente.

Se de trás das cortinas permitimos entrever cenas já sem nome nem lugar, damos vazão a imagens que retornam de impressões represadas. E que podem se organizar numa forma nova ou arranjo atraente pra que novos afetos lhes atribuam sentidos. Um arranjo (des)organizado recusa padrões literários e se aventura num misto semântico que alterna sujeitos, muda pontos de vista, como um olhar oscilante que capta coisas distintas ao mesmo tempo.

A ideia de real ou de imaginário também se esvai em configurações discrepantes que são a forma possível pela qual palavras se organizam, como nestes três poemas de “Deságua” (2025):

*um romance sem tempo
no texto que vira poema
o corpo chora
mais quando está duro
e seco
tentando se mover da coisa
qualquer
dói ficar olhado sem poder
ir
dançar pra chorar sem lágrima*

*tentar reatar-se
atar a si mesma*

*um corpo de luz passeia em mim
olhar atento vadia
sem sombra de dúvida já vi assim
a sobra sabe o lugar de si*



Imagem 5: frame do vídeo “Mermaids talk” (Monica Toledo Silva, 2022).



REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *A aventura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018
- BEAUVOIR, S. de. *Mal-entendido em Moscou*. Record, 2018 [1967-1992]
- _____. *O peso da idade II*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016 [1961]
- DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2016 [1967]
- GLUSBERG, J. *A arte da performance*. São Paulo: Perspectiva, 2003
- MALCHER, M. *Flor de gume*. São Paulo: Pólen, 2020
- MARCÉ, M. *Siderar, considerar: Migrantes, formas de vida*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018
- MERLEAU-PONTY, M. *Le Visible et l'invisible, suivi de notes de travail*. Claude Lefort (ed). Paris: Gallimard, 1964
- NEGRI, A. *A anomalia selvagem*. São Paulo: Politeia, 2018
- PLATH, S. *A redoma de vidro*. São Paulo: Biblioteca azul, 2020
- PERRONE-MOISÉS, L. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das letras, 2016
- RIBEIRO, Ana E. *Tarefas da edição*. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2020
- SILVA, M. T. Abordagens visuais de um corpo vivo. *Letras em Revista*, v.15 n.2. Teresina: UESPI, 2024
- TAIA, A. *Um país para morrer*. São Paulo: Nós, 2021
- WOOLF, V. *Sobre estar doente*. São Paulo: Nós, 2021
- ZUMTHOR, P. *Escritura e nomadismo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005



As Representações Raciais das Mulheres Paraenses Através dos Cartes-de-Visite de Augusto Fidanza de 1869

Las Representaciones Raciales de las Mujeres Paraenses a través de la Cartes-de-Visite de Augusto Fidanza de 1869

The Racial Representations of Woman from Pará through Augusto Fidanza's Cartes-de-Visite from 1869

Lourdes Maria Santana Galvão

Ana Paula Bastos da Silva

João Antônio Fonseca Lacerda Lima

Resumo: O ano de 1869 está inserido em uma época de intensas transformações sociais, econômicas e culturais em Belém-PA, sendo marcado pela escravidão, pelo racismo científico, pelo segundo reinado, pela pós-Cabanagem e pelo ciclo da borracha. Nesse cenário, o artigo tem o objetivo de explicar de que modo essa estrutura se refletiu na simbologia dos corpos sociais femininos belenenses no século XIX através dos *cartes-de-visite* do fotógrafo Augusto Fidanza de 1869, intitulados “Cabocla”, “Vendedora de frutas no Pará”, “Mulata” e “Afro-brasileira”. A metodologia incluiu levantamentos bibliográfico, literário e imagético. Os resultados consistiram na representação da mulher negra, parda e indígena perante a sociedade, a qual era atrelada aos tipos sociais vigentes que estereotipavam e sexualizavam seus corpos.

Palavras Chave: Augusto Fidanza. *Cartes-de-visite*. Mulheres.

Resumen: El año 1869 es insertado en una época de intensas transformaciones sociales, económicas y culturales en Belém-PA, siendo marcado por la esclavitud, racismo científico, segundo reinado, post-Cabanaje y el ciclo del caucho. En ese escenario, el artículo tiene como objetivo explicar de qué modo esa estructura reflejó en la simbología de los cuerpos sociales femeninos Belenenses en el siglo XIX, a través de los *Cartes-de-visite* del fotógrafo Augusto Fidanza de 1869, titulados "Cabocla", "Vendedora de frutas en Pará", "Mulata" y "Afrobrasileña". La metodología incluyó estudios bibliográficos, literarios e imagéticos. Los resultados consistieron en la representación de la mujer negra, parda e indígena ante la sociedad, era vinculado a los tipos sociales vigentes que estereotipaban y sexualizaban sus cuerpos.

Palabras Claves: Augusto Fidanza. *Cartes-de-visite*. Mujeres.

Abstract: The year 1869 is inserted in a time of intense social, economic and cultural transformations in Belém-PA, being marked by slavery, scientific racism, second reign, post-Cabanagem and the rubber cycle. In this scenario, the article aims to explain how this structure reflected in the symbology of social bodies of female Belenenses in the nineteenth century, through the visit cards of photographer Augusto Fidanza of 1869, entitled "Cabocla", "Fruit seller in Pará", "Mulata" and "Afro-Brazilian". The methodology included bibliographic, literary and imagery surveys. The results consisted of the representation of black, brown and indigenous women before society, was linked to the current social types that stereotyped and sexualized their bodies.

Keywords: Augusto Fidanza. *Cartes-de-visite*. Woman.

Lourdes Maria Santana Galvão – Pós-graduanda pelo Centro Universitário FIBRA. Conselheira do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará (CEDS-SEIRDH). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4485236718584920>. E-mail: lourdessantanag@gmail.com

Ana Paula Bastos da Silva – Pós-graduanda em História da Amazônia pelo Centro Universitário FIBRA. Discente do 7º semestre do curso de Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2932727251726063>. E-mail: annaplbastos@gmail.com

João Antônio Fonseca Lacerda Lima – Professor do Magistério Superior do curso de História na Universidade do Estado do Pará (UEPA) e do curso de Teologia na Faculdade Católica de Belém (FACBEL). Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0208828882728238>. E-mail: joao.afl.lima@uepa.br

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por intenção analisar e fomentar a discussão sobre os corpos sociais femininos belenenses no século XIX através das representações étnico-raciais femininas, dentro dos *cartes-de-visite* de Augusto Felipe Fidanza de 1869, que pertencem à coleção “Vistas do Pará”, produzidas em um estúdio na Rua das Mercês em Belém do Pará. A cidade e a sociedade em que o fotógrafo se encontrava eram marcadas pela escravidão, pelo racismo científico, pelo segundo reinado, pela pós-Cabanagem e pela economia da borracha.

Esse período também consistiu na *Belle Époque*, que vislumbrou um salto de desenvolvimento com uma forte onda de influência europeia sobre os ares da Amazônia. Logo, deixava de fazer parte de um imaginário europeu e tornava-se destaque com ondas migratórias. Assim, a cidade necessitava ser harmônica tanto em questões urbanas, higiênicas e sociais, tendo como modelo a Europa, notadamente, a França.

De início, ressalte-se que a formulação da proposta de pesquisa foi fruto de indagações a respeito do teor da inspiração do fotógrafo, ao registrar essas mulheres em tal contexto social. Nesse sentido, como não é possível se inteirar de tais conhecimentos exatos, devido à falta de fonte direta, ligada à curadoria do processo de criação do autor, faz-se a análise das nuances performáticas e adeços presentes nas mulheres fotografadas. Para mais, a partir do ano e local em que as fotografias foram feitas, faz-se um recorte temporal e espacial para o desenvolvimento do trabalho em uma Belém da segunda metade do século XIX.

Havia um novo controle sobre os corpos que exportava o modelo cívico de um lugar exótico. Adjunto, a fotografia se transforma em um local de criação de realidades no Brasil, havendo sua expansão como um artifício de produção de memórias e representações, elevando, assim, a imagem do homem e a natureza ao intangível.

Os *cartes-de-visite* passaram a ser o novo objeto dentro das mais altas representações de poder, sendo agregados para fins comerciais, revolucionando a imagem e desenvolvendo um processo de mercado interno urbano e social.

Desse modo, busca-se entender, na pesquisa, as nuances provocadas pelo longo processo de escravidão em meio ao seu declínio, de modo que o racismo científico e a *Belle Époque* culminaram nas representações étnico-raciais das mulheres paraenses, de forma interna, externa, coletiva e individual, pelos *cartes-de-visite* do fotógrafo Felipe Fidanza. Para isso, selecionamos: “Cabocla”, “Vendedora de fruta no Pará”, “Mulata” e “Afro-brasileira”, as quais, atualmente, estão intituladas assim na plataforma no formato físico e digital da Biblioteca Geográfica Central do Instituto alemão Leibniz (*Leibniz-Institut fuer Laenderkunde*), pela qual tivemos acesso a essas fontes.

No período em questão, entrava em voga a construção de um tipo feminino característico do novo contexto amazônico, de forma a desvincular as figuras exóticas e, ao mesmo tempo, agregar uma imagem de concordância social dessas mulheres, que passariam a traduzir o novo modelo de sociedade.

Para a elaboração e a sustentação argumentativa do trabalho, foram utilizadas como principais autoras as obras de Maria Nazaré Sarges (2002, 2011) para a imersão histórica do período de tempo estudado de 1869, entrelaçado com a economia da borracha e o início da *Belle Époque*; Sandra Koutsoukos (2006), auxiliando no que concerne às interpretações da fotografia e à representação negra no século XIX; a socióloga e historiadora Lilia Schwarcz (1993), para entender o funcionamento do racismo científico no século XIX e os seus tentáculos em um Brasil racista; e

Amanda Teixeira (2019 e 2020), com suas publicações sobre mulheres escravizadas na cidade de Belém. Por sua vez, as fotografias de Fidanza, tipos sociais e adornos, são fundamentais para o entendimento da relação de gênero, vestimenta, raça e leitura das fotos selecionadas na atual análise.

Para levar a efeito o pretendido, organizamos este trabalho em dois tópicos: o primeiro, “Gênero, raça e classe na sociedade fotografada”, apresenta as teorias de tipos sociais do século XIX e a importância da discussão de raça, gênero e classe para o entendimento interseccional das representações étnico-raciais femininas de 1869. No segundo, “Representações femininas na iconografia”, procura explicar a cidade e a sociedade belenense em um período de transformações culturais e urbanísticas perante a *Belle Époque*; além da análise das imagens das quatro mulheres presentes no *cartes-de-visite* e os seus significados.

1. Gênero, Raça e Classe na Sociedade Fotografada

As violências cometidas na Amazônia ocorrem desde a sua matriz colonial, na qual a usurpação de corpos era moeda de troca e símbolo de posse, principalmente, na relação feminina com o outro dentro da hierarquia social. Tal violência se reverbera na interseccionalidade de raça, gênero e classe, pondo as mulheres negras, pardas e indígenas em lugares e visões subalternas.

No século XIX, com a *Belle Époque*, o Pará recebeu diversas influências da Europa, que circulavam meios e modos de expor a impressão de modernidade da cidade das mangueiras, sendo a fotografia um dos principais meios da distribuição desse arquétipo para contribuir com a sociedade gomífera. Aspectos que impunham à mulher, em meio a uma discussão sobre modernidade e civilidade, uma narrativa de padronização e idealização de costumes europeus.

Além disso, no mesmo período, estudos raciais se tornaram recorrentes entre os teóricos, como Robert Knox (1791-1862), Arthur Gobineau (1816-1882) e Ludwing Gumplowicz (1838-1909), fomentando o racismo científico e ideológico que contribuía para a degeneração de uma sociedade miscigenada e a procura do embranquecimento, sendo o ponto de questionamento para embasar as diferenças biológicas com teorias evolucionistas de subjugação das raças em favorecimento da branquitude europeia (SCHWARCZ, 1993).

Essa vivência interseccionada pelo gênero e pela racialidade no período foi registrada pelas iconografias, como os *cartes-de-visite*, e pelas propagandas em jornais e pinturas, que ditaram os novos preceitos do que era considerado um ser humano, exportada comercialmente para demonstrar as ideias de modernidade em Belém. Nesse contexto, a atividade fotográfica começou a ter grande destaque na Amazônia durante os anos de 1840 e 1850, sendo movimentada por profissionais que, em grande maioria, eram estrangeiros.

No que tange às fotografias, Peter Burke (2017, p. 123) assevera que “imagens são especialmente valiosas na reconstrução da cultura cotidiana de pessoas comuns”. Haja vista que a inserção delas entre as pessoas na sociedade não se deu de forma flexível, em vista disso, a adaptação era imposta ou sorrateiramente vista através das mídias como fotografias, pinturas e jornais, que ditaram os novos preceitos do que era ser um ser humano.

Nessa senda, o Brasil no final do século XIX se tornou palco da nova metamorfose social, desde o crescimento do liberalismo até o declínio do sistema escravista, o qual encontrou seus pares em teorias raciais, que geraram divisões político-socioculturais, que agregaram consequências irremediáveis para todo o país.

Com a estrutura colonialista estabelecida, novas visões transformistas pairavam sobre o país, buscando interpretações da sociedade e do indivíduo que a pertencia. Para isso, o naturalismo e o evolucionismo eram as correntes de pensamento crescentes no Brasil. Tais teorias e ideologias, voltadas ao estudo e à classificação da “mestiçagem” dos povos, interessavam às elites e à coroa do país, sobretudo pelo fato de que, no período, a propaganda da sociedade moderna e seu embrandecimento eram fundamentais para o progresso da nação (SCHWARCZ, 1993).

Foi extremamente aplicável à nova moralização do Estado, que era um dos objetivos principais, com isso, além de todas as reformas urbanas feitas no país. Nesse cenário, houve o favorecimento do desenvolvimento e engrandecimento do homem, regidos sobre padrões excludentes e racializados da época (SCHWARCZ, 1993). A noção inerente da capacidade do homem, partindo dos ideais rousseauianos, era a moda entre as elites da época, pois, para ser um cidadão, era necessário alcançar o topo de uma pirâmide que se estratificou em um tempo veloz. A hierarquização, antes imposta e feita pelos meios divinos, agora ganhava o caráter científico. A sociedade brasileira já não era mais a mesma, uma vez que conflitos sócio-políticos abalaram a coroa e, conseqüentemente, os meios e modos de vivências na sociedade, além disso o declínio de velhos princípios deu chance ao estabelecimento de outros novos.

Em consonância com Schwarcz (1993), as elites intelectuais locais absorveram, de forma passiva, as teorias evolucionistas e aceitaram um tratado entre raça e sociedade. Os meios midiáticos eram a expressão mais explícita de uma burguesia embrionária e sedenta por refinamento nos folhetins, de tal forma que as pinturas, a ciência, os romances e a fotografia deveriam espelhar essas mudanças.

As nuances da nova realidade social já eram apresentadas com questões raciais bem marcadas (SCHWARCZ, 1993). Quando voltadas à relação feminina, as mulheres racializadas tinham um trato diferenciado em relação à mulher europeia e burguesa. Logo, também configurou uma figuração moldada de uma sociedade: a criação de estereótipos da mulher sensual e da moral frouxa, em grande parte, relacionada ao pecaminoso (COTRIM, 2020), sendo, por fim, retratadas em jornais, mostruários e pinturas, que cumpriam o papel de testemunho das questões sociais em desenvolvimento.

Tais representações (que penetraram como ar) se tornaram um fenômeno nas produções midiáticas, delineando a órbita intelectual da época e transmitindo a mais latente classificação dos corpos. Contexto em que havia a moralização e a desmoralização dos principais totens daquela sociedade: o homem branco, a mulher branca e as mulheres racializadas, que, dentro de suas classificações, eram a mulher negra, a indígena e a mestiça no século XIX (COTRIM, 2020). Submetidas a interjeições sociais e exploratórias, eram envoltas nos pensamentos dicotômicos que censuravam e, concomitantemente, exotizavam essas mulheres.

Diante disso, o Pará desenvolveu, em grande escala, a produção de látex, tendo seu auge entre 1870 e 1910, época em que a Amazônia teve o maior índice econômico já produzido (SARGES, 2002). Logo, era moldada uma classe dominante paraense, que, desde a interiorização da metrópole, era representada por grandes proprietários de terras e pelos altos funcionários da burocracia portuguesa, cujo monopólio se deu pela força de mão de obra indígena e africana, que agora precisavam se adaptar ao novo sistema de economia da borracha, delimitando uma alteração expressiva da estrutura social belenense ante à criação de *boulevards*, cafés e salões de festas (SARGES, 2002).

A cidade chegaria ao seu auge alguns anos mais tarde, porém já estava cristalizada, nesse momento, a construção de símbolos sociais que, imageticamente, precisavam entrar em concordância. Sobressaltando as camadas restantes das etnias indígenas aos negros e pardos escravizados e ex-escra-

vizados, eram, sem dúvida, o maior resultado de toda essa pompa, de modo que, além das camadas mais ricas de Belém, eram apresentadas as camadas mais pobres de seu seio social (SARGES, 2011).

Nos olhares lascivos em periódicos, fotografias e exposições, a exotização dos corpos era a nova moda (CANCELA, 2021), em vista disso, era necessário aprofundar o entendimento do ser humano e como ele é formado, vislumbrando-se como um acerto ao grande comércio que se amplificou. A exotização das camadas populares dentro da Amazônia se deu entre os tipos sociais, particularmente, voltados às mulheres. Nesse contexto, a apresentação da exuberância era concomitantemente atrelada ao erotismo de todas as diversidades, de forma que, entre elas, perpassam a figura da mulher paraense sobre as representações de camadas populares.

O idealismo sobre o que era ser uma mulher, portanto, estava atrelado a camadas mais profundas do código de posturas, e a busca pelos bons modos, enfeites e etiquetas era parte do propósito de condicionamento da cidade de Belém a um lugar moderno, sonhado, desejado e, principalmente, comercializado. Ocasionalmente em pinturas e fotografias espalhadas pelo mundo todo, essas produções materializavam a socialização da erotização dos corpos femininos, dos quais faziam parte as camadas populares de Belém, como as vendedoras de cheiro, flores e lavadeiras (TRINDADE, 1995).

Sobreviviam nas ruas hostis da grande cidade, espaço privilegiado pelo homem que, aos poucos, foi conquistado por essas mulheres cuja atividade econômica era a venda nas ruas ou a busca por outros serviços (OLIVEIRA; LEAL, 2009). Um poderio astuto da soberania masculina que ficava implícito nas esquinas da cidade, em que a rua se tornava a manifestação dos princípios privados e domésticos daquela sociedade, mesmo que o desbravamento feminino das ruas tivesse seu papel fundamental no desenvolvimento das relações sociais. Nessa senda, os finais do século XIX não facilitariam a insurreição dessas mulheres, porquanto a violência era sutilmente concebida pelas imposições de comportamento morais que, caso não atingissem seus preceitos e conformes, originariam nomenclaturas de inferioridade, subordinação e misticismo nos folhetins, que não representavam a parcela real da vivência destas mulheres.

Segundo Ana Pantoja (2004), havia, pela parte das autoridades, uma preocupação relacionada ao trabalhador negro nos anos que se seguiram até a abolição, tanto que relatórios e instituição de leis visavam à regulamentação de serviço, controle que avançara nas lacunas do ambiente do trabalho e na vida privada, silenciando, vigiando e punindo essas mulheres.

Trabalhadoras que foram lesadas, devido à sua condição de classe, raça e gênero dentro da objetificação, satisfizeram um mercado crescente e uma hegemonia mundial. Mesmo que detentoras de certa liberdade durante a *Belle Époque*, suas representações eram postas em lugares de sua forma exótica e sensual ante às mulheres paraenses, em especial, as que envolviam as camadas populares, que mantinham seus traços e sua corporeidade única (HAGE, 2011), estando relacionadas aos critérios vigentes, o que tornava a mulher parte de um folclore do imaginário popular e mundial. De tal modo que eram objetificadas, opondo sua subjetividade em torno de um padrão em voga, o da construção da domesticação, convertendo a si próprias em uma noção de totalidade.

2. Representações Femininas na Iconografia

No século XIX, a questão da raça começou a ser classificada por questões fenotípicas e morfológicas, como pigmentação da pele, textura de cabelo, tamanho do crânio e formato do nariz. Logo, em 1850, o médico Robert Knox (1791-1862), considerado fundador do racismo científico,

em sua obra “*The Races of Man*” (As raças dos homens), criou as tipologias raciais, concluindo que havia uma superioridade biológica mediante a distinção de raça e defendendo que a miscigenação causaria híbridos inférteis e que a natureza distinta entre os tipos raciais explicaria a superioridade dos europeus, particularmente, os arianos.

Por sua vez, Arthur de Gobineau (1816-1882) afirmou que as pessoas negras tinham uma capacidade craniana inferior ao branco, tendo o avanço da civilidade guiado pelos tipos raciais humanos superiores – os europeus – sobre os inferiores, que eram os flagelos dos problemas mundiais (JACKSON; WEIDMAN, 2006). Em 1875, o professor Ludwig Gumpowicz (1838-1909) desenvolveu o darwinismo social, defendendo que as relações sociais e raciais eram determinadas pela seleção biológica/natural, não podendo ser evitadas, para que as raças superiores sobrevivessem, adaptando-se o “melhor” (JACKSON; WEIDMAN, 2006). Dando a ideia que os europeus escravizaram e colonizaram os outros povos porque estavam no alto da cadeia biológica.

No Brasil, enquanto a primeira constituição brasileira defendia o direito à cidadania, a questão racial passou a ser discutida entre cientistas, políticos, médicos e escolas do direito, que negavam a igualdade entre os homens brancos e racializados por meio de bases da ciência evolutiva e determinista do darwinismo social (MIRANDA, 2010). Em vista disso, de acordo com Bento (2008), o primeiro censo do Brasil, em 1872, aderiu às variáveis de raças como subtópico de homens livres e escravizados, tendo como resultado as categorias de branco, pardo, preto e caboclo.

Nesse cenário atuou Felipe Augusto Fidanza, um importante fotógrafo português que, entre os anos de 1869 e 1902, exerceu seu ofício no Norte do país. Na ótica de Vasquez (1993), Fidanza foi para Belém o que Augusto César Malta (1864-1957) foi para Rio de Janeiro, isto é, um registrador do desenvolvimento social e urbano que marcou as primeiras décadas do século XX.

Assim, mesmo estando na cidade antes de começar o período da *Belle Époque*, registrando, fotografando e comercializando sua obra, foi no período do intendente Antônio Lemos (1843-1913) que surgiu o propósito de tentar exportar a imagem de uma cidade modernizada e civilizada aos padrões europeus no cenário nacional e internacional pelos álbuns de fotografias e *cartes-de-visite*. Sendo, portanto, produzidas com viés político da cidade, que permeou todo o trajeto de sua construção (SARGES, 2011). É importante salientar que a fotografia, no início do século XX, também foi um modelo de revolução midiática e comunicacional da época.

Com a sua fotografia marcada pelo registro do cotidiano da cidade de Belém (PA), dentro da nova dinâmica econômica e social da Borracha, Fidanza apresentou um grande impacto visual ao retratar um arco diversificado que construía o panorama da cidade. Os *cartes-de-visite* foram uma grande tendência em meados do século XIX e início do século XX, visto que panfletou uma renovação na apresentação fotográfica que revolucionou toda a indústria comercial, com muita influência e divulgação. Logo, o microcosmo belenense era instigante ao olhar europeu.

O que chama a atenção nas obras de Fidanza é a forma como as mulheres racializadas, hoje lidas como pessoas negras, indígenas ou pardas, foram representadas nas fotografias em seu estúdio, dado que questionamos o motivo pelo qual essas mulheres são fotografadas durante o século do racismo científico, cujas teorias sobre superioridade branca entre outras raças estavam crescendo no Brasil, o qual ainda vivia em um sistema escravocrata.

No final de século XIX, o Brasil era apontado como um caso único e peculiar de miscigenação racial pelos viajantes europeus, sendo o país palco de muitos fenômenos históricos, sociais e econômicos sobre as leis abolicionistas e o novo ideário positivo-evolucionista, que cumpria com

papel estratégico dentro do modelo liberal de atuação política acerca do Estado, em que o liberalismo e o racismo eram equivalentes às teorias sobre o homem em sociedade (SCHWARCZ, 1993).

Tal questionamento se faz presente nas fotografias de Augusto Fidanza no final do século XIX, uma vez que ele retratou mulheres pretas, pardas e indígenas no Pará em seu estúdio, usando roupas com ornamentação ocidentalizada e outros traços simbólicos que demonstravam um grau de “civilidade”, como as posições performáticas capturadas pela câmera, além de construir uma estética que encenava o modelo de “civilidade”, deixando claro ao estrangeiro um modelo de escravidão “pacificada” (KOUTSOUKOS, 2006).

Dito isso, nos cartões se encontram mulheres com trajes divergentes da estética europeia, possuindo objetos que, simbolicamente, rementiam aos supostos trabalhos e ocupação social encontrados na sociedade. Koutsoukos (2006) evidencia essas fotografias como exóticas pelo olhar estrangeiro e que retratam uma ideia em geral preconcebida, resultando em uma espécie de encenação do sujeito, em que o tecido da roupa, turbantes, roupas e adereços típicos de inspiração africana ou indígena estavam presentes. Apesar dessas características serem vistas pelo estrangeiro como “exóticas” de certo modo, representam em conjunto uma identidade dessas mulheres.

Augusto Fidanza registrou mulheres, no seu estúdio, de diferentes corpos e traços, para registrar “tipos sociais de humanos” que viviam na Amazônia, arquetizando cada detalhe, entre o olhar e os objetos de cena, a posição do rosto e a própria vestimenta. Das fotografias, foram selecionadas quatro *cartes-de-visite*, do ano 1869, a “Cabocla”, a “Vendedora de fruta no Pará”, a “Mulata” e a “Afro-brasileira”, que, na época, eram os termos de conceito racial atrelado a essas mulheres.

Figura 1: Fotografia – Cabocla



Fonte: Fidanza (1869).

Intitulada de “Cabocla”, a fotografia traz uma mulher de cor negra de corpo inteiro na posição semifrontal, possuindo adornos como as pulseiras em seu braço e trajando uma blusa e saia de cor clara com detalhes na barra inferior. No viés de Teixeira (2020), a tonalidade branca do tecido

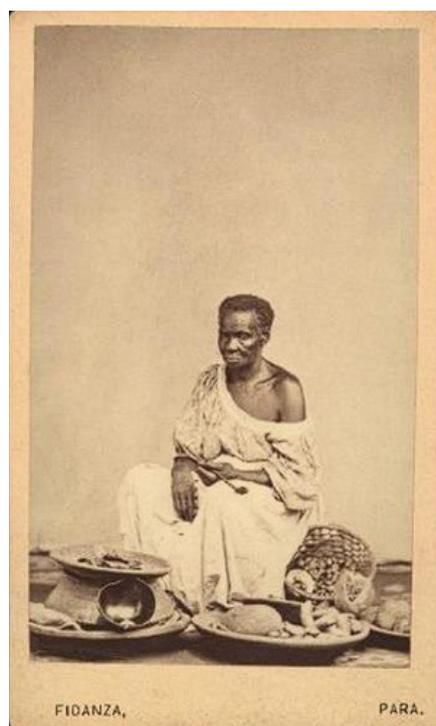
era mais barato para a classe pobre. Sua bolsa carregada no braço esquerdo, feita de palha em vista do traçado e grossura das fibras, possivelmente seja de buriti, matéria-prima que Barbosa, Lima e Mourão (2010) afirmam ser uma espécie de palmeira mais abundante do bioma amazônico, sendo utilizada por indígenas e populações rurais, possivelmente, feita por ela ou não.

Sua flor no cabelo e penteado “emprestado do outro” (TEIXEIRA, 2020, p. 8) são simbologias que evidenciam uma padronização do modelo europeu imposto. A “Cabocla” (Figura 1) é uma das quatro *cartes-de-visite* que mais se aproxima dos trajes e modelos europeus do século em questão. Sendo assim, consegue-se captar a assimilação da cultura europeia imposta a essa mulher, sendo também permeado de elementos locais.

Captando os detalhes nos fenótipos da mulher, notam-se traços indígenas em suas feições, dando a probabilidade da escolha do nome da titulação da imagem, pois o termo “caboclo” advém do tupi *caa-boc*, que significa “o que vem da floresta” (LIMA, 1999, 1992; COSTA PEREIRA, 1975), originalmente, era usado pelos indígenas na costa do Brasil para se referir aos que viviam no interior. Depois, no período colonial, referia-se aos indígenas catequizados e descendentes da miscigenação com o europeu (PARKER, 1985), sendo uma forma de apagamento étnico. Entretanto, no século XIX, foi utilizado para nomear, de forma genérica, os habitantes das áreas rurais da Amazônia (GALVÃO, 1955; LIMA, 1997).

Ademais, o olhar da mulher na fotografia sem se fixar ao fotógrafo e sem muita expressão transparece toda a construção da cena desejada pelo fotógrafo, com o objetivo de ficar explícita a “Cabocla”, assimilando-a aos modelos europeus. Também se nota tal aspecto em seus pés descalços em contato com o chão, dando a entender sua posição social como escrava. Sendo possível subentender que sua foto foi solicitada por seus senhores, visto que, para Koutsoukos (2006), esse código era estabelecido para que não se houvesse dúvidas sobre o seu papel a ser exibido conforme os gostos de seu possível senhor.

Figura 2: Fotografia – Vendedora de frutas no Pará



Fonte: Fidanza (1869).

No caso da “Vendedora de frutas no Pará”, a fotografia registra uma senhora de idade avançada trajando uma blusa de manga longa e decotada, deixando exposto o seu ombro esquerdo. De acordo com Fabiana Beltramim (2009), as maneiras que os corpos femininos negros eram enxergados evidenciavam o teor sexualizado e carregado de malícias. Seus cabelos, símbolo cultural de beleza, autoestima e autoafirmação étnica, ao estarem brancos, eram raspados para que se enganasse sua idade nos processos de venda da escravidão (FREYRE, 1979; CAMPELLO, 2021), fazendo-se um movimento de domesticação, desumanização e de violência.

É notório o fato de a vendedora carregar um cachimbo na sua mão esquerda, característica que, simbolicamente, remetia ao “exótico”, posto que era comum entre as mulheres negras africanas para que, desse modo, determinadas fotografias fossem vendidas como *suvenir* (KOUTSOUKOS, 2006).

Dito isso, sua posição sentada em contato com o chão, atrás das frutas em segundo plano e com a cabeça inclinada, olhando para baixo de forma melancólica, revela a imposição de desumanização e subjugação pelas lentes de Fidanza.

Figura 3: Fotografia – A Mulata



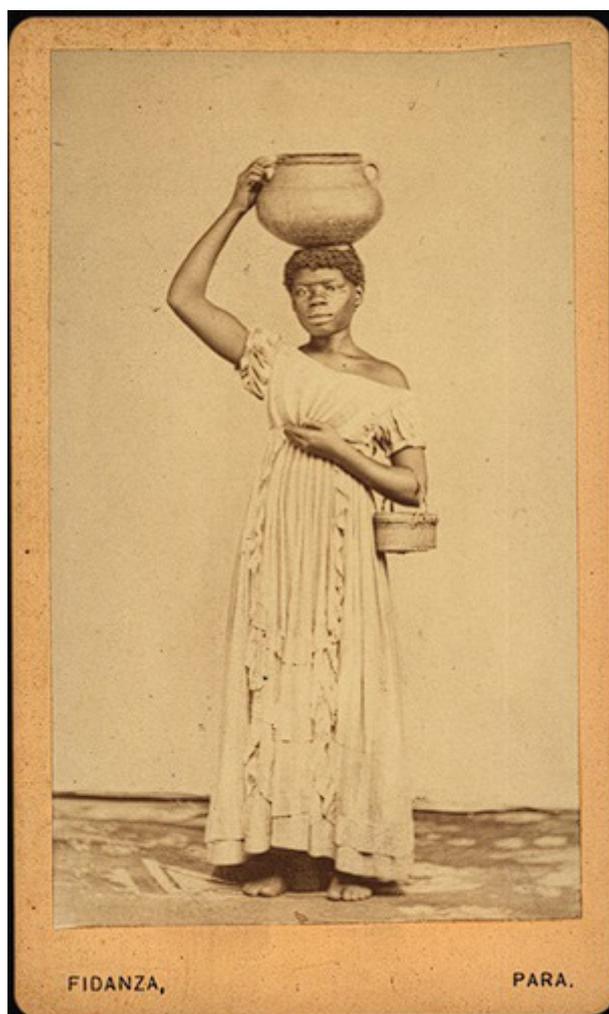
Fonte: Fidanza (1869).

O termo “mulato” caracteriza os descendentes entre os africanos e ibéricos no território brasileiro, possuindo peles negras mais claras e/ou com fenótipos europeus. Tendo sido o símbolo da “democracia racial”, criada posteriormente, seu significado era extremamente pejorativo, carregado de preconceito racial e misoginia, recebendo forte conotação sexual por serem julgadas como fáceis, ao contrário das mulheres brancas que viviam no privado (SILVA, 2018).

Quanto à Figura 3, no registro, a mulher está de corpo inteiro na posição frontal, calçando sapatos, o que revela sua possível liberdade, além do vestido longo e branco, detalhes nas bainhas e seus ombros à amostra, com o objetivo de sexualizar o seu corpo; assim como em *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (2019), a mulher negra (traficada do continente africano) era associada à cozinha e à contação de histórias durante a infância dos brancos, enquanto a “mulata”, erotizada pelo homem europeu, seria predestinada aos relacionamentos sexuais e “caminhos do amor”.

Outro ponto explícito refere-se às duas caixas na cabeça com um tecido dobrado e a outra caixa debaixo do braço esquerdo, que, segundo Teixeira (2020), sugestiona-se que as caixas de roupa, simbolicamente, remetem à atividade profissional dessa mulher, podendo ser costureira, vendedora ou lavadeira.

Figura 4: Fotografia – Afro-brasileira



Fonte: Fidanza (1869).

A “Afro-brasileira” (Figura 4) retrata uma mulher jovem de corpo inteiro na posição frontal com traços africanos, possuindo um vestido simples longo de cor clara, porém sujo e sem nenhuma joia em seu corpo, como a da Figura 2. Com a alça no ombro um pouco à amostra, igual à Figura 2 e 3, a fotografia, intitulada “Afro-brasileira”, sugestiona um ar sexualizado sobre os corpos negros e remete aos estereótipos do “exótico”. Possuindo o cabelo raspado, embora diferente da Figura 2, por se uma mulher jovem, a ação poderia ser realizada pelas senhoras que as torturavam, em detri-

mento de ciúmes do marido que as violentavam. Isso posto que o uso de cabelos longos e soltos seria sensual, configurando crime semelhante ao adultério (CAMPELLO, 2021).

Além disso, a “Afro-brasileira” traz uma cestinha carregada no seu braço direito, ao passo que sustenta, em cima da cabeça, uma espécie de vaso, ponto simbólico que sugestiona uma função naquele meio social, além dos pés descalços sugerirem uma condição de escravidão (KOUTSOUKOS, 2006).

Sendo assim, a encenação presente nos *cartes-de-visite* da “Mulata” (Figura 3) e da “Afro-brasileira” (Figura 4) remetem a arquétipos de mulheres presentes no período em que Fidanza transitava em Belém, adaptando cenas urbanas e simulando as condições de trabalho e social dentro do estúdio (TEIXEIRA 2020). Tendo a finalidade de passar para o exterior os tipos sociais encontrados na Amazônia e no Brasil, apresentando os costumes e as vestimentas diferentes que, simbolicamente, remetem ao “exótico”, como os turbantes, os adereços e tudo que fugisse do padrão modular europeu.

Segundo Koutsoukos (2006, p. 106), o “exótico era todo e qualquer elemento que fosse estranho para cultura ocidental”. Em decorrência disso, compravam-se os *cartes-de-visite* para ter como souvenir de apreciação, ao passo que, para a classe burguesa intelectual, usava-se para as análises das cores, dos traços físicos e morfológicos, na medida em que as teorias raciais e darwinismo social estavam em grande demanda nesse período para a comprovação da supremacia branca e europeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Belém, construída desde seu contato com o colonialismo europeu e a exploração das etnias africanas e indígenas, moldou-se conforme a sociedade amazônica, cheia de traços próprios à imposição sociocultural branca. Adjuntos dessa consequência, o olhar de subalternidade marca a sua história. No século XIX, no período da *Belle Époque*, a cidade serviu de palco para a escravidão, o imperialismo, o racismo científico e a economia da borracha, carregando o peso de se adaptar ao olhar europeu para que assim fosse desejada e comercializada. Havendo uma dicotomia social, a vida cotidiana na cidade divergia do que a mídia governamental queria demonstrar e impor, em vista dos costumes da assimilação.

Esses meios comunicacionais da época eram divulgados, sobretudo, pelo comércio da fotografia, que revela o poder, o *status* e a imposição de um modelo. Tendo muito valor para a imagem internacional, com divulgações em massa, geram grande rentabilidade e obtenção de lucro para os autores. Nesse panorama, o português Augusto Fidanza, em sua estadia em Belém, ao realizar a coleção “Vistas do Pará” de 1875, ressaltou os tipos de pessoas que compunham o cenário belenense. Em um século que o desenvolvimento de teorias de racismo científico entraram em vigor, a catalogação, a tipificação e as análises das diferentes raças ditas “inferiores” condenaram, coisificaram e desumanizaram o mestiço, o negro e o indígena. Portanto, sob a premissa da escravidão e da colonização, efetuou, assim, registros das camadas populares e atores sociais.

Estando em um mundo de enraizamento entre o oprimido e opressor, a mulher racializada, escravizada ou alforriada era subjugada ao olhar branco, que impunha, em seu arquétipo, a sexualização e a exotificação, tornando-se o foco de desejo para souvenir e para os estudos etnográficos da burguesia intelectual. O Brasil estava preso em um processo de abolição lenta e gradual, em vista disso, era necessário passar a ideia de uma escravidão pacífica perante os registros, a exemplo da

representação das Figuras 1, 2, 3 e 4, sendo reproduzida nos estúdios uma adaptação de cenas urbanas, simulando as condições de trabalho e social de forma amenizada. Além disso, levou os tipos sociais que chamavam atenção do que era diferente e estranho do europeu.

Em virtude disso, podemos afirmar que os *cartes-de-visite* produzidos por Fidanza têm o objetivo de reiterar a exotização, a tipificação e a desumanização dos corpos de mulheres negras e pardas mediante as tipificações sociais em uma sociedade cujo racismo científico caminhava para a eugenia, com a valorização do eurocentrismo e da supremacia da raça branca pura.

Atualmente, ainda se lida com a perpetuação dessas representações nessas mulheres, ainda que não mais em cartões de visitas, mas na comunicação visual. Como a estrutura racista que está entranhada estruturalmente no país antes mulheres negras e pardas, manifestando-se por meio institucional e pessoal, estendem-se às manifestações culturais, sociais, econômicas, religiosas e ambientais. Quando a interseção do gênero e raça se depara com vivências específicas relacionadas ao racismo, a exotização da mulher racializada é explorada e exportada internacionalmente, sendo a domesticação dos seus corpos uma premissa que interfere diretamente na perda de subjetividade em detrimento de um objeto em comum, o que culmina no apagamento histórico de individualidade e localidade de agência e atuante social dos indivíduos, que também contribuíram para aquela sociedade.

Mesmo que os registros em *cartes-de-visite* dessas quatro mulheres sejam estáticos e tenham enchido os bolsos de Fidanza, sem terem seus nomes revelados, reconhecidos e, portanto, invisibilizados, além de suas imagens e corpos categorizados, estereotipados e exotificados mundo à fora, o objetivo do autor com essas imagens não deve ser conformado, embelezado e admirado. Na verdade, para nós, a análise dessas imagens de “ontem” deve estimular o pensar do Brasil atual e de seus desafios atrelados ao racismo e à misoginia, contexto em que a História seja revista e ressignificada sob outras representações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. I.; LIMA, A. D.; MOURÃO JUNIOR, M. Biometria de frutos de buriti (*Mauritia flexuosa* L. F. -aracaceae): produção de polpa e óleo em uma área de savana de Roraima. *Amazônia: CI e Desenvolvimento*, Belém, v. 5, n. 10, p. 71-85, jan./jun. 2010.

BELTRAMIM, Fabiana. *Sujeitos Iluminados: A reconstituição das experiências vividas no estúdio do Christiano Jr.* 2009. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BENTO, Mário Rogerio. *Classificação racial: entre ideologia e a técnica.* 2008. 120 f. Dissertação (mestrado em ciências sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: o uso de imagem como evidência histórica*. Bauru, EDUSC, SP, 2017.
- CAMPELLO, E. O segredo de Conceição Evaristo em “Fios de ouro” e em “O sagrado pão dos filhos”. *Letras de hoje*, [S.l.], v. 56, n.2, pg. 204-214, 2021. Disponível: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/view/40479>>
- CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início XX*. São Paulo: Livraria da Física, 2021.
- COSTA PEREIRA, J. V. Caboclo Amazônico. In: *TIPS e Aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 12-15.
- COTRIM, A. A figuração da mulher negra e a crítica do naturalismo em Machado de Assis: Armininda, Sabina e Mariana. *Inter Litteras*, [S.l.], n. 2, p. 145-188, 30 nov. 2020.
- FIDANZA, Felipe Augusto. *A vendedora*. 1869. Fotografia i:9,2 x 5,5 cm. Disponível em: <<https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browsw.tt.html>>. Acesso em: 7 dez. 2022.
- FIDANZA, Felipe Augusto. *Afro-brasileira*. 1869. Fotografia, i: 9,2x 5,5 cm. Disponível em: <<https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browsw.tt.html>>. Acesso em: 7 dez. 2022.
- FIDANZA, Felipe Augusto. *Cabloca*. 1869. Fotografia i:9,2 x 5,5 cm. Disponível em: <<https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browsw.tt.html>>. Acesso em: 7 dez. 2022.
- FIDANZA, Felipe Augusto. *Mulata*. 1869. Fotografia, i: 9,2x 5,5 cm. Disponível em: <<https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browsw.tt.html>>. Acesso em: 7 dez. 2022.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. [S.l.]: Global Editora, 2019.
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiro do século XIX*. 2. ed.. São Paulo: Instituto Joaquim Nabuco de pesquisas sociais, 1979. p.79-174
- GALVÃO, E. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa da Itá, Amazonas*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1955.
- HAGE, Fernando. Olhares e imagens da mulher paraense atravessando a cidade entre os séculos XIX e XX. *Colóquio de Moda*, 8., Belém, p. 1-14. Anais [...]. Belém, 2011.
- JACKSON, John P.; WEIDMAN, Nadine. The origins of scientific racism. *The journal of black in higher education*, [S.l.], p. 66-79, 2006.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *No estúdio do fotógrafo: representação e autorrepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX*. Campinas, SP: [s.n.], 2006.
- LIMA, D. A Construção Histórica do Termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32. 1999.
- LIMA, D. Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém, Pará: CEJUP, UFPA-NAEA, 1997. p. 285-314.
- LIMA, D. *The Social Category Caboclo: history, social organization and outsider's social classification of the rural population of an amazonian region*. Dissertation (Ph.D.) – University of Cambridge, Cambridge, 1992.
- MIRANDA, Monique. *Classificação de raça, cor e etnia: conceitos, terminologias e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil, no período de 2000 a 2009*. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em saúde pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo cruz, Rio de Janeiro, 2010.

- OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. Cenas do Mundo do Trabalho: Fragmentos de Experiências e Trajetórias de Mulheres Negras em Belém do Pará (1890-1910). *Revista Gênero UFF*, Niterói, v. 4, n. 2, p. 31-52, 2004.
- PARKER, E. The Amazon Caboclo: an introduction and overview. In: PARKER, E. (Ed.). *The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives*. [S.l.: s.n.]. *Studies in Third World Societies*, n. 32, p. 17-51, June 1985.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SARGES, Maria de Nazaré; PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. Fotografia Fidanza: um foco sobre Belém (XIX/XX). *Revista de Estudos Amazônicos*, v. VI, p. 01-31, 2011.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil de 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Lilian Ramos. Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afro-descendente no Brasil no par de línguas espanhol – português. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 57, n. 1, p. 71-88, 2018.
- TEIXEIRA, Amanda Gatinho. A moda que veio das ruas: vestuário e adornos dos tipos sociais femininos em Belém PA (1870 – 1912). *Revista Arts Histórica*, Rio de Janeiro, n 19, p. 201-225, 2019.
- TEIXEIRA, Amanda Gatinho. No estúdio fotográfico de Fidanza: a construção da imagem das mulheres escravizadas na cidade de Belém (1869 – 1875). *Revista Dobras*, Belém, n. 30, p. 157-180, 2020.
- TRINDADE, Ronaldo José, Mulheres de Má Vida: Meretrizes, Infieis e Desordeiras em Belém (1980-1905). In: ÁLVARES, Maria Luzia M.; D'INCAO, Maria Angela. (Org.). *A Mulher Existe? Uma Contribuição ao Estudo da Mulher e Gênero na Amazônia*. Belém: UFPA – GEMPA, 1995. p. 42- 48.
- VASQUEZ, Pedro. *A Fotografia no Brasil do Século XIX: 150 anos do Fotógrafo Marc Ferrez 1843-1993*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1993.

Estudos Aproximativos Acerca da Teoria da Reprodução Social

Estudios Aproximados sobre la Teoría de la Reproducción Social

Approximate Studies on the Theory of Social Reproduction

Karina Camille Marques Cezar

Olga Myrlla Tabaranã Silva

Resumo: Este artigo é síntese de reflexões propostas pela disciplina optativa a nível de doutoramento do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPA intitulada “Reprodução Social, Feminismo e Marxismo”. A disciplina mencionada propôs-se apresentar a Teoria da Reprodução Social em seu aprofundamento categórico-ontológico *Lukacsiano* e, a partir disso, pensar as relações sociais de mulheres, na perspectiva de defesa do feminismo. Nosso objetivo com este ensaio é apresentar uma aproximação com o debate sobre a Teoria da Reprodução Social a partir de sua principal teórica, fazendo reflexões com a funcionalidade da opressão de gênero no capitalismo.

Palavras Chave: Teoria da Reprodução Social. Relações Sociais. Feminismo.

Resumen: Este artículo es una síntesis de las reflexiones propuestas por la disciplina optativa a nivel de doctorado del Programa de Posgrado en Trabajo Social de la UFPA titulada Reproducción Social, Feminismo y Marxismo. La citada disciplina se propuso presentar la Teoría de la Reproducción Social en su profundización categórica-ontológica lukácsiana y, a partir de ello, pensar las relaciones sociales de las mujeres, desde la perspectiva de la defensa del feminismo. Nuestro objetivo con este ensayo es presentar una aproximación al debate sobre la Teoría de la Reproducción Social a partir de su teoría principal, reflexionando sobre la funcionalidad de la opresión de género en el capitalismo.

Palabras Claves: Teoría de la Reproducción Social. Relaciones Sociales. Feminismo.

Abstract: This article is a synthesis of reflections proposed by the optional discipline called from the Postgraduate Program in Social Work at UFPA entitled Social Reproduction, Feminism and Marxism. The aforementioned discipline set out to present the Theory of Social Reproduction in its Lukacsian categorical-ontological deepening and, from this, think about the social relations of women, from the perspective of defending feminism. Our objective with this essay is to present an introductory synthesis of the Theory of Social Reproduction based on its main theory, reflecting on the functionality of gender oppression in capitalism.

Keywords: Social Reproduction Theory. Social relationships. Feminism.

Karina Camille Marques Cezar – Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). E-mail: karinamarquesas@hotmail.com

Olga Myrlla Tabaranã Silva – Assistente Social, formada pela Universidade da Amazônia (2011); Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2015) e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2022). Atualmente é professora - EMANCIPA Formação em Direitos Sociais, membro do Grupo e Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Política Social na Amazônia. É assistente social servidora pública do município de Belém/PA na Fundação Papa João XXIII e na Secretaria Municipal de Saúde. E-mail: olgamyrllass@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao se estabelecer como organização social, o capitalismo ergue suas condições de reprodução social que, para Marx (2017), estão relacionadas intimamente com a produção de mais valor, mas que não se confundem. Conforme Marx, “todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução. As condições da produção são simultaneamente as de reprodução” (2017, p. 661). Na trajetória histórica da humanidade, este modelo de produção da mercadoria e expropriação do trabalho humano se complexifica, gera novos e aperfeiçoa outros dispositivos do arranjo produtivo que demandam, daquelas e daqueles que se dedicam a entender seu movimento dialético, uma investigação comprometida em captar a essência do real e das transformações desse sistema, sem desconsiderar a sua totalidade, suas leis gerais.

Com o objetivo de avançar com os debates marxianos sobre as dimensões de produção e reprodução social da mercadoria e do mais valor, como também agregar novas dimensões a estas discussões, surge, ao longo dos anos 1960, um movimento de mulheres feministas socialistas e marxistas que se propõem a analisar e intervir nessa realidade particular a partir da mediação da funcionalidade do gênero feminino para o capital. Correntes como a feminista-socialista e a feminismo-marxista se propuseram, cada uma a seu modo, a explicar o processo de opressão, controle e subjugação das mulheres sob a dominação do modo de produção capitalista, considerando o momento histórico de aperfeiçoamento desse modelo de produção, na perspectiva de extrair mais valia do trabalho humano e, concomitantemente, mercadorizar a vida social, privada, nas relações humanas de sociabilidade.

Neste trabalho, daremos ênfase aos debates em torno da Teoria da Reprodução Social, por meio da sua notável interlocutora no século XX, Lise Vogel, e sua célebre obra “Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária”, com o intuito de apresentar as principais argumentações e reflexões da autora fundamentadas em seu debate ontológico e crítico, ancorado nas relações sociais capitalistas.

1. Teoria da Reprodução Social: ensaios aproximativos

O contínuo processo investigativo de Marx e Engels sobre a organização social do capital, que se erguia no início do século XIX, produziu importantes contribuições teórico-práticas para o campo das ciências sociais modernas e às organizações de classe ao elaborarem larga bibliografia crítica e de posicionamento contrário ao modelo capitalista. Estas produções bibliográficas figuram, até hoje, como obras intelectuais atemporais que retratam as contradições dessa sociedade.

Os estudos sistemáticos destes autores propuseram, primeiramente, mas não nessa ordem, o norte investigativo a partir de um método materialista, histórico e dialético, comprometido em interpretar o movimento da realidade conforme sua dinâmica própria, reconstruindo-o teoricamente. Em seguida, subsidiaram seus precursores ao elaborarem uma teoria social que analisa criticamente as relações de produção e reprodução social desse modelo em curso e, por fim, sugerem um posicionamento político contra-hegemônico, cujo horizonte está na emancipação humana, por meio de uma revolução do proletariado enquanto classe para si.

Nestas sucessivas aproximações, os autores afirmam que este novo ordenamento terá, na dinâmica entre as classes sociais antagônicas, os sustentáculos das relações de exploração do trabalho

assalariado, cujo princípio se apoia no discurso do “livre” comércio (compra e venda) da mão de obra de homens e mulheres para serem inseridos no circuito produtivo e na produção de mercadoria por meio da expropriação do valor trabalho dessa classe proletária que, no capitalismo, será apropriado individualmente pelos donos dos meios de produção.

Na dicotomia entre a classe que concentra meios de produção e capital e a maior parcela que integra a classe que depende exclusivamente da venda de sua força de trabalho, está uma das categorias centrais dos estudos marxianos: a luta de classes. Nessa sobreposição de classe,

as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. [...] As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes [...] portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. (MARX, 1986, p. 67. Grifos dos autores)

Não são as ideias que determinam a realidade, ao contrário. É diminuto propor uma transformação de ideias sem que haja intervenções concretas na realidade cotidiana, onde acontece a reprodução de ideias, comportamentos e expressões culturais. Tangencialmente, ao pensarmos sobre a perpetuação dessas ideias, de uma idealização de modelo a ser seguido com intenção de manutenção do capitalismo, estamos reafirmando o que teoria social marxiana denomina de nível da reprodução social, o qual é responsável pela continuação das relações sociais existentes, garantindo a permanência da exploração entre classes.

Orientando-se na tradição marxiana e propondo um avanço nesse campo teórico-prático, ganham força, no início do século XX, correntes feministas que encontram nas relações de gênero, enquanto uma das camadas que mediam as relações sociais mais gerais, uma notória categoria de análise que contribuirá para pensar a heterogeneidade das classes sociais, dando ênfase ao papel de gênero nessa sociabilidade do capital. Especificamente, a Teoria da Reprodução Social desnaturaliza o trabalho não-pago, sob o viés de cuidado, da reprodução da classe trabalhadora quando

elabora sua análise da *contradição entre capital e trabalho examinando a relação entre o circuito imediato de produção e reprodução de mais-valor e a dinâmica de reprodução da própria força de trabalho, como parte do trabalho social ocupado majoritariamente por mulheres* que se ocupam tanto com o trabalho pago e não-pago, com as atividades de manutenção, criação e recriação da vida dos trabalhadores como parte do processo de reprodução do capital. Portanto, as teóricas da TRS apresentam uma importante elaboração no campo feminista, em particular no interior do marxismo, à medida que sua análise ao articular trabalho reprodutivo, classes sociais e reprodução do capital desvela os fundamentos das questões de gênero na sociabilidade capitalista (SAMPAIO; PEREIRA, 2023, p. 284. Grifos nossos).

Em um breve preâmbulo histórico, evidenciamos que o livro “Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária”, obra precursora escrita pela socióloga e historiadora marxista Lisa Vogel, foi lançado pela primeira vez em 1983 na América do Norte (nos Estados Unidos), em um contexto sociopolítico desfavorável de contrafluxo dos levantes populares do pós-II Guerra Mundial e de ascensão do neoliberalismo. Após um vasto período no ostracismo, foi relançado em

2013 também na América do Sul, ganhando sua publicação no Brasil em 2022, por meio da editora Expressão Popular.

Em notas introdutórias de sua obra, Vogel (2022) descreve o estimulante debate das feministas-socialistas nos anos 1960 que, alicerçadas em leituras marxistas, defendiam uma teoria de sistemas duplos ou teoria dualista que, ainda nesta obra, Vogel se posiciona contrária, propondo, em contrapartida, uma teoria unitária que anos depois seria chamada de Teoria da Reprodução Social.

A mencionada corrente teórica dualista defendia que haveria dois motores que movimentam o desenvolvimento da história no capitalismo, a dizer: a luta de classes e a luta entre os sexos. Para Vogel (2022), essa argumentação se apresenta frágil e débil, haja vista que era incapaz de explicar a dinâmica entre exploração capitalista e opressão de gênero feminino. Também reproduzia, em alguma medida, uma perspectiva a-histórica que, por vezes, recai em equívocos teóricos, como aqueles referentes à teoria do valor em Marx. Todavia, a autora não rejeita as contribuições desse movimento.

A emergência de uma tendência feminista-socialista [...] foi um desenvolvimento extremamente importante. [...] se solidarizou com as lutas anti-imperialistas e progressistas [...] colocou-se em oposição a uma crescente tendência feminista radical que considerava a supremacia masculina a raiz de toda opressão humana e o principal obstáculo à libertação feminina. (VOGEL, 2022, p. 106)

Vogel afirma que “a tradição socialista é profundamente falha [...] nunca abordou adequadamente a questão das mulheres, mas que o marxismo pode, no entanto, ser utilizado para desenvolver um quadro teórico” (2022, p. 107). Nesse ínterim, a autora ressalta que as feministas socialistas das décadas de 1960 e 1970 foram hábeis em situar o trabalho doméstico em termos da reprodução da força de trabalho, produzindo uma análise materialista da opressão das mulheres. Entretanto, ao mesmo tempo, consideraram os fenômenos ideológicos e psicológicos em suas análises, o que contribuiu para que parte delas tenha recaído em uma visão economicista.

Para Vogel (2022), Marx contribui muito com o debate quando considera a reprodução da força de trabalho e da classe trabalhadora enquanto elementos entrelaçados e indispensáveis para a perpetuação do capital, colocando, dessa forma, a reprodução social e geracional da classe trabalhadora no centro da dinâmica desse sistema. A autora evidencia também que a obra de Engels “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de 1884, que trata sobre os modos de organização da vida social, associa o papel da mulher ao surgimento da ideia de família que, por sua vez, está atrelada ao surgimento da propriedade privada.

A autora, assim, nos adverte para a relação de exploração do trabalho diante da opressão contra a mulher não apenas nas relações familiares.

Tomando como base o todo, os escritos maduros de Marx constituem os princípios de uma base teórica para analisar a situação das mulheres desde o ponto de vista da reprodução social. [...] Os recentes esforços feministas-socialistas para situar as mulheres em termos de um conceito de reprodução da força de trabalho constituem, portanto, a primeira tentativa sólida de desenvolver uma compreensão da opressão às mulheres baseada na teoria de Marx sobre a reprodução social. (VOGEL, 2022, p. 219)

Este debate de reprodução social e opressão de gênero resulta, como mencionado anteriormente, em uma renovação no campo marxista no século passado, lançado em um período em que essa corrente teórico-prática estava em descrédito e ascendiam correntes do pensamento pós-modernos, as quais revogavam o fim da história, a individualização das opressões e mitigações superficiais para fenômenos estruturais (NETTO, 2012; COUTINHO, 2017). Ademais, a teoria da reprodução social exemplifica como a teoria-social deve ser resgatada e aprofundada, propondo uma nova mediação na leitura da realidade vinculada à legalização social desta sociabilidade contraditória.

As reflexões expostas na obra literária de Vogel vinculam-se a categorias concretas da tradição marxiana, particularizando-as para o momento histórico do século XX, balizadas em arcabouço teórico de outras autoras feministas que largamente são mencionadas em seu texto para elaborar uma nova síntese sobre a categoria opressão de gênero no capitalismo.

Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais. O fundamento desse conjunto é em seu aspecto ontológico primário o próprio processo econômico, que, emergindo do trabalho, como determinação central ontológica do ser social assim surgido, determina de maneira primária todas as linhas de desenvolvimento. (LUKÁCS, 2010, p. 293)

É importante ressaltar que a lógica do processo da reprodução social da vida tem muitas marcações moralizantes do que se considera “feminino”. No que diz respeito à reprodução da vida, das relações sociais, como afirma Lukács (2010) acima, há de se considerar que a quantidade dos meios de subsistência para as pessoas que produzem este sistema não é suficiente para manter um indivíduo trabalhador/a como tal em sua condição, devido às próprias necessidades naturais com alimentação, vestimenta, habitação entre outras. As necessidades humanas e sociais da classe trabalhadora são diferentes de acordo com as particularidades desta. Por outro lado, a extensão das necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, são produtos históricos. A produção tem uma série de condições baseadas em necessidades “do estômago e da fantasia”.

A resposta às necessidades humanas dos seres sociais se caracteriza no processo de produção de valores de uso, os quais são absorvidos pelas famílias que vivenciam determinadas realidades ensejadas nesta sociabilidade, ao ponto que se moldam em valores individualizantes e opressores. Deste modo,

embora o fruto de seu trabalho não articule no mercado capitalista, a dona de casa desempenha função importantíssima na preservação do sistema capitalista, na medida em que os serviços que presta incidem diretamente na produção e na reprodução da força de trabalho, mercadoria imprescindível à reprodução do capital. (SAFFIOTI, 2013 *apud* MACHADO, 2023, p. 58)

Assim configura-se a matriz da opressão feminina no patriarcado, este entendido como o sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem e colocando-se totalmente ajustável ao sistema capitalista, ainda que não tenha sido criado por ele (ARRUZZA, 2015). A funcionalidade do patriarcado ao capital funda-se em valores sociais ao se analisar os conceitos de dominação-exploração/exploração-dominação, os quais, por sua vez, não podem ser hierarquizados na análise sociológica ou da luta política (gênero, raça e classe), mas que configuram a essência da reprodução social da vida.

Para Saffioti, sendo o patriarcado um sistema de dominação anterior ao capitalismo, o primeiro se molda para coexistir e potencializar o processo de dominação-exploração presente no segundo. Essa relação é alterada conforme o contexto social e os processos de desenvolvimento e crise pelos quais passa o capitalismo desde sua gênese. (MACHADO, 2023, p. 61-62)

A diferenciação e fragmentação dos debates sobre gênero, raça/etnicidade e as classes sociais é funcional a este sistema social e econômico de forma estruturante, uma vez que esta fragmentação e isolamento de análises justifica a diferenciação de classes. Assim, o poder de organização da coletividade que vivencia estas opressões, torna-se perigoso para a existência desta forma de organização social. Historicamente, a união e o reconhecimento das opressões torna a existência da sociedade capitalista mais difícil. Logo, associar o debate marxista sobre opressões, alienação e exploração à perspectiva unificada de classe e suas mais variadas formas de subjugação, torna-se um grande obstáculo para a continuidade desta forma de sociabilidade.

Por isso, lutar contra a opressão racial, sexual, heterossexual e classista é uma urgência para os movimentos sociais e para o fortalecimento da classe trabalhadora. “A classe contém raça e gênero, assim como o gênero contém raça e classe, e assim sucessivamente” (MACHADO, 2023, p. 72). Deve-se,

[...] considerar a relação entre o trabalho dispensado para produzir mercadoria e o trabalho dispensado para produzir pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo, ampliando e complexificando, assim, o conceito de trabalho. (MACHADO, 2023, p. 74)

O trabalho necessário para reproduzir pessoas é essencial como sustentáculo do capital, uma vez que, por ser subjetivado, não é reivindicado como trabalho formal. No entanto, em sua execução cotidiana, o trabalho de reprodução social é fundamento da existência e desenvolvimento da classe trabalhadora. Este trabalho é, majoritariamente, realizado por mulheres e assumido por estas como característica natural do gênero e obrigação de fazer com perfeição. “[...] se o trabalho do trabalhador produz toda a riqueza em nossa sociedade, quem então produz o trabalhador?” (BHATTACHARYA, 2019 *apud* MACHADO, 2023, p. 75).

Nesta conjuntura, mulheres produzem e reproduzem a classe trabalhadora, mercadoria primária do capital. Produzem no sentido biológico, geram, cuidam, educam, e reproduzem no sentido social ao considerar os cuidados de uma vida toda, da educação e formação de valores e por meio da criação de formas de existência e de sobrevivência, a partir das atividades cotidianas de cuidado. Além de ampliar a noção de trabalho, a teoria da reprodução social enfatiza a diversidade dos corpos que trabalham, na medida em que “o trabalho é uma experiência concreta, corporificada” (FERGUSON, 2018 *apud* MACHADO, 2023, p. 76).

Os corpos que trabalham não são apenas diferentemente sexuais, eles também são diferentemente especializados em sentido tanto geográfico como social. Todos nós nascemos e trabalhamos para reproduzir o mundo em locais sócio-históricos e geográficos específicos. [...] esses sociais são alcançados de maneira desigual pela desigual dinâmica sempre expansiva do capitalismo. Dependendo de quais espaços os diferentes corpos ocupam no interior desse sis-



tema mundial hierárquico [...] o trabalho e as vidas das pessoas são valorados de maneira diferente. (FERGUSON, 2018 *apud* MACHADO, 2023, p. 76)

A forma de exploração dos corpos que trabalham no capital está associada à regulamentação moral de suas formas de existência. A classe trabalhadora pauperizada tem gênero e raça definidos moralmente, ao ponto que o capital e sua forma de alienação, escamoteia, muitas vezes, a visualização da exploração pelas próprias pessoas que dedicam suas forças de trabalho ao processo produtivo e/ou reprodutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio aproximativo esboçamos algumas das reflexões teóricas e sínteses analíticas sobre a Teoria da Reprodução Social. Esta leitura de realidade apresenta-se como um avanço nos debates contemporâneos sobre gênero e é conteúdo obrigatório para aquelas e aqueles que pretendem se aprofundar nesta temática. Entretanto, é preciso mencionarmos a necessidade de aprofundamento sobre as reflexões dialéticas entre gênero, raça, classe e sexualidade, tema este abordado por sucessoras do movimento da Teoria da Reprodução Social, que trouxeram, observando a realidade contemporânea, importantes contribuições para esta corrente teórica.

Para tanto, é essencial um aprofundamento no debate ontológico de Marx e de Lukács tendo em vista fundamentar o reconhecimento do funcionamento produtivo e reprodutivo do ser social nesta sociedade e suas repercussões para os sujeitos que a compõe. Não há como debater reprodução social e feminismo sem levar em consideração os fundamentos orgânicos e sociais descritos na ontologia do ser social para ancorar as análises de reprodução da vida social nesta estrutura capitalista, patriarcal, racista, xenofóbica, preconceituosa e bárbara que estamos vivenciando na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ARRUZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, v. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf> . Acesso em: 5 jan. 2024.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 1º edição, São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do Ser Social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. LUFT, Lya; NASCIMENTO, Roney [trad]. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MACHADO, B. A. Repensando o capitalismo brasileiro como totalidade contraditória. In: MACHADO, B. A.; SOUZA, F. F. de. (Org.). *Gênero, raça e reprodução social: Teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.
- MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*. 5º edição. Editora Hucitec, São Paulo, 1986.
- MARX, K. *O livro-capital 3: Crítica da economia política*. Livro 3: O processo de circulação do capital. Editorial Boitempo, 2017.
- NETTO, J. P. *Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal*. 5º edição, São Paulo: Editora Cortez, 2012.
- SAMPAIO, D.; PEREIRA, J. Teoria da Reprodução Social: a crise do trabalho reprodutivo educativo no contexto neoliberal e de crise pandêmica no Brasil. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 282–301, 2023. DOI: [10.9771/gmed.v15i3.57000](https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57000). Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/57000>>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2022.

30 Anos do GEPEM e Onde Esteve a Geografia da UFPA?

30 Años del GEPEM y ¿Dónde Quedó la Geografía de la UFPA?

30 Years of GEPEM and Where has UFPA Geography Been?

Aline Lima Pinheiro Machado

Magali Caldas Barros

Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães

Resumo: O artigo analisa a relação entre a Geografia e os estudos de gênero na Universidade Federal do Pará (UFPA), destacando a ausência histórica de interseções entre essa ciência e as pautas feministas, apresentadas pelo Grupo de Estudos Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM). Criado em 1994, o GEPEM promove discussões sobre direitos das mulheres e diversidade na Amazônia. No entanto, em 70 anos de Geografia na UFPA, a aproximação com questões de gênero foi limitada, sendo recentemente incentivada com a formação do Grupo de Trabalho Geografia e Gênero da Amazônia (GT GGEAMA), em 2022. A pesquisa utiliza metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de registros históricos. O estudo de Maria Luzia Miranda Álvares, “Histórias, Saberes e Práticas: os Estudos sobre Mulheres entre as Paraenses”, documenta o desenvolvimento dos estudos feministas no Pará e a resistência em introduzir essa pauta na Geografia. O artigo organiza-se em três seções: a primeira explora o papel do GEPEM; a segunda analisa lacunas e desafios históricos; e a terceira discute a importância das memórias para uma Geografia de gênero. Conclui-se que a ausência da Geografia nos debates de gênero foi uma lacuna importante, mas o diálogo promovido pelo GEPEM e o GT GGEAMA sinaliza uma mudança necessária, promovendo uma ciência geográfica mais inclusiva e alinhada à diversidade na Amazônia.

Palavras Chave: Gênero. Amazônia Paraense. Humanidades. Mulheres.

Resumen: El artículo analiza la relación entre la Geografía y los estudios de género en la Universidad Federal de Pará (UFPA), destacando la ausencia histórica de intersecciones entre esta ciencia y las agendas feministas, abordadas por el Grupo de Estudios Eneida de Moraes sobre Mujer y Relaciones de Género (GEPEM). Creado en 1994, el GEPEM promueve discusiones sobre los derechos de las mujeres y la diversidad en la Amazonía. Sin embargo, en 70 años de Geografía en la UFPA, el acercamiento a las cuestiones de género ha sido limitado, siendo incentivado recientemente con la formación del Grupo de Trabajo Geografía y Género de la Amazonía (GT GGEAMA) en 2022. La investigación utiliza una metodología cualitativa, con revisión bibliográfica y análisis de registros históricos. El estudio de Maria Luzia Miranda Álvares, “*Histórias, Saberes e Práticas: os Estudos sobre Mulheres entre as Paraenses*” (Historias, Saberes y Práticas: Estudios sobre Mujeres entre las Paraenses), documenta el desarrollo de los estudios feministas en Pará y la resistencia a introducir esta agenda en la Geografía. El artículo se organiza en tres secciones: la primera explora el papel del GEPEM; la segunda analiza brechas y desafíos históricos; y la tercera discute la importancia de las memorias para una Geografía de género. Se concluye que la ausencia de la Geografía en los debates de género fue una brecha importante, pero el diálogo promovido por el GEPEM y el GT GGEAMA señala un cambio necesario, promoviendo una ciencia geográfica más inclusiva y alineada con la diversidad en la Amazonía.

Palabras Claves: Género. Amazonas Pará. Humanidades. Mujer.

Abstract: This article analyzes the relationship between Geography and gender studies at the Federal University of Pará (UFPA), reflecting on the lack of intersections between this science and feminist issues, widely addressed by the Eneida de Moraes Study Group on Women and Gender Relations (GEPEM). Established in 1994, GEPEM promotes discussions on women's rights and diversity in the Amazon. However, over 70 years of Geography at UFPA, engagement with gender issues has been limited, only recently encouraged by the creation of the Working Group on Geography and Gender in the Amazon (GT GGEAMA) in 2022. The research employs a qualitative methodology, including bibliographic review and analysis of historical records. The study by Maria Luzia Miranda Álvares, “*Histórias, Saberes e Práticas: os Estudos sobre Mulheres entre as Paraenses*” (Histories, Knowledge, and Practices: Studies on Women among the People of Pará), documents the development of feminist studies in Pará and the resistance to incorporating this agenda into Geography. The article is organized into three sections: the first explores the role of GEPEM; the second analyzes historical gaps and challenges; and the third discusses the importance of memory for a gender-focused Geography. It concludes that the absence of Geography in gender debates was a significant gap, but the dialogue fostered by GEPEM and GT GGEAMA signals a necessary shift, promoting a more inclusive and diversity-aligned geographical science in the Amazon.

Keywords: Gender. Amazon of Pará. Humanities. Women.

Aline Lima Pinheiro Machado – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA/IFCH. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, na área de Organização e Gestão do Território pela Linha de pesquisa Dinâmicas socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia. E-mail: pinheiro.algeo30@gmail.com

Magali Caldas Barros – Graduada (2018) e Mestre (2021) em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Pesquisadora, desde 2011, do Grupo de Pesquisa Geografia do Turismo (GGOTUR). E-mail: magalicaldas@ufpa.com

Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães – Pós-Doutora em Educação e Formação (Université de Tours- França, 2024). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO-UFPA (2024-2026). E-mail: alcidema@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Iniciamos este texto a partir de um momento que nos motivou a desenvolver este artigo. Como geógrafas e integrantes do Grupo de Trabalho Geografia e Gênero da Universidade Federal do Pará (UFPA), buscamos, por meio de uma das maiores referências no debate de gênero e sexualidades desta universidade, o Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” (GPEM), alguma memória que pudesse revelar ou reencontrar uma Geografia vinculada a esse tema. Ao contactarmos, em 2024, a Professora Maria Luzia Álvares (GPEM), nos deparamos novamente com a ausência da Geografia em um grupo tão importante para a universidade. “Acho que esse curso tem necessidade de incluir em seus estudos um item sobre a situação de mulheres e gênero”, afirmou a Professora Maria Luzia em diálogo neste ano de 2024.

O Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes (GPEM), criado em 1994, completa três décadas de atuação, desempenhando um papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres, equidade de gênero e questões feministas na Amazônia. A partir da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Belém, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), junto às Faculdades e Pós-graduações de Ciências Sociais, Filosofia, História e Psicologia vinculados ao IFCH, com exceção da Geografia.

Neste artigo, propomos analisar, junto à trajetória do GPEM, como a Geografia da UFPA, enquanto ciência desenvolvida institucionalmente no IFCH, tem se relacionado com as pautas levantadas pelo GPEM ao longo de sua existência, partindo da inquietude provocada pela aproximada inexistência da Geografia na história do grupo, bem como da ausência do debate de gênero, sexualidade e diversidades na própria Geografia da UFPA Campus Belém. Toma-se, com este mote, um caminho para pensar e discutir as lacunas identificadas, os movimentos insurgentes e velados que compreendem o tema de gênero e interseccionalidades na ciência geográfica posto os 30 anos de existência do GPEM e os 70 anos do curso de Geografia da UFPA.

Segundo relato da Professora Maria Luzia Álvares, uma das fundadoras do GPEM, os movimentos de pesquisa e estudos sobre mulher e gênero no Pará ocorreram “sem estar integrados a um projeto feminista, mas em torno de demandas relacionadas ao tema mulher, envolvendo algumas pesquisadoras de áreas diversas, na década de 1970” (ÁLVARES, 2010, p. 105). Como se observa nesse importante registro, a história de materialização do GPEM se institucionaliza no IFCH, fundado em 1954 como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém (UFPA, 2019). Nessa mesma trajetória, o curso de Geografia se desenvolve a partir de 1955, inicialmente vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém. Posteriormente, o curso foi integrado ao Núcleo de Geociências e, em seguida, ao então Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), que se tornaria Instituto em 1977 (UFPA, 2019).

Conforme a revisão bibliográfica realizada para esta discussão, a temática de gênero, sexualidade e interseccionalidades na Geografia da UFPA (Campus Belém) esteve ausente até a criação, em 2022, do Grupo de Trabalho Geografia e Gênero da Amazônia (GT GGEAMA), vinculado à Faculdade de Geografia e Cartografia e ao Programa de Pós-graduação em Geografia da mesma instituição. Considerando a importância de captar as memórias na oralidade e suprir lacunas bibliográficas, percebe-se a falta de registros detalhados e acessíveis sobre a trajetória do curso de Geografia da UFPA ao longo de seus 70 anos. Essa ausência reforça a provocação que orienta este artigo: em 30 Anos do GPEM, onde esteve a Geografia da UFPA?

Esta pesquisa de caráter qualitativo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica sobre a atuação do GEPEM, especialmente por meio do importante registro de Maria Luzia, intitulado “Histórias, Saberes e Práticas: os Estudos sobre Mulheres entre as Paraenses” (ÁLVARES, 2010), onde se situa a história de existência do GEPEM, junto aos movimentos que trazem as pautas feministas e de gênero no Pará. É deste registro que se impulsiona a busca por vestígios de uma Geografia Paraense à luz de apontamentos de temas envolvidos nas diversidades sociais. Assim, a revisão enfoca nos principais movimentos acadêmicos do Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes" ao longo de sua trajetória, além de considerar a literatura geográfica sobre gênero, corpo e território, buscando esclarecer como (e se) essas discussões foram incorporadas às pautas do grupo.

A metodologia desenvolvida inclui ainda uma apresentação dialógica de alguns relatos levantados a partir das autoras deste artigo à soma desta busca e ponto de partida para compreendermos a lacuna existente na Geografia, bem como contatos pontuais vinculados ao GEPEM. Este percurso metodológico nos possibilita ligar este levantamento aos movimentos atuais da Geografia Paraense na UFPA, assim como geógrafas e geógrafos que participaram de debates sobre gênero nesse contexto.

Este artigo organiza-se em quatro seções principais, cada uma orientada para aprofundar o diálogo entre a Geografia e os estudos de gênero na Amazônia, referenciando a história do GEPEM. Inicialmente, em “GEPEM 30 anos e sua relevância para as Humanidades na UFPA”, apresentamos a trajetória histórica do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM), destacando suas contribuições para a expansão dos debates sobre gênero no campo das humanidades na Universidade Federal do Pará. Em seguida, “Geografia e Gênero na Amazônia: onde esteve e como está?” reflete sobre as ausências e desafios enfrentados pela Geografia no tratamento de questões de gênero na região amazônica, a partir de lacunas históricas e seus impactos na produção de conhecimento. Na terceira seção, “Entre encontros se faz a dúvida e a descoberta”, consideramos a importância das experiências e das memórias na formação de uma Geografia de gênero na UFPA. Por fim, as considerações finais sintetizam as discussões e propõe caminhos futuros para fortalecer o campo de estudos de gênero na Geografia amazônica.

1. GEPEM 30 Anos e sua Importância para as Humanidades e para a Geografia da UFPA

Ao longo de seus 30 anos de existência, o Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero (GEPEM) consolidou-se como uma referência para o desenvolvimento dos estudos de gênero e feminismo na Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua atuação estende-se por várias áreas das humanidades, promovendo debates e pesquisas que abrangem questões sociais, culturais, históricas e políticas, com um olhar interseccional sobre gênero e diversidade na Amazônia.

O impacto do GEPEM não se limita à produção acadêmica: ele tem sido um espaço de formação para pesquisadoras e pesquisadores, situando-se enquanto referência para a reflexão crítica e construção de saberes. O grupo vem fomentando o diálogo entre a academia e os movimentos sociais, através das questões presentes no mesmo, contribuindo com pautas relevantes para a Amazônia. Em seu trigésimo aniversário, o grupo reafirma sua importância como um pilar nas humanidades da UFPA, impulsionando o compromisso com a igualdade e a justiça social.

As lutas das sufragistas paraenses, lideradas por figuras como Orminda Ribeiro Bastos¹ e Elmira Ribeiro Lima², formaram as primeiras bases de um movimento feminista no Pará, onde mulheres com formação acadêmica, mas fora dos círculos acadêmicos, defenderam publicamente a igualdade política feminina. Esse ativismo inicial é um precursor do trabalho desenvolvido pelo GEPEM, que herdou o compromisso de dar visibilidade e respaldo intelectual à luta por justiça e direitos das mulheres na região.

O GEPEM atualiza e expande essas pautas, agora com um alcance acadêmico e social ampliado, promovendo estudos, debates e engajamento interseccional em um espaço de formação que conecta a universidade e movimentos sociais. Com isso, o grupo reafirma, na contemporaneidade, a relevância histórica e cultural das primeiras militâncias feministas, contribuindo para uma tradição de resistência e transformação social na Amazônia.

Segundo Álvares (2010, p. 2), nos anos de 1980, começa-se a aprofundar estudos sobre a mulher ao nível de pós-graduação neste contexto regional com aproximação aos movimentos de mulheres. Destacam-se o MOPROM (Movimento de Promoção da Mulher) e o MMCC (Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade), além da UMB (União de Mulheres de Belém), que anteriormente era o CEDEPAM (Centro de Estudos, Debates e Participação da Mulher) e a Federação de Mulheres, ligada ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como movimentos que fortaleceram a luta contra o regime militar.

Álvares (2010) pontua que, em 1985, a antropóloga Jane Felipe Beltrão organizou o Seminário sobre a Mulher na Região Norte-Brasil, promovendo a divulgação de pesquisas sobre o tema, repetido em 1986. Nos anos de 1990, as pesquisas sobre a mulher se intensificam no Pará, mas o uso da teoria de gênero feminista ainda não se consolida na região, ao contrário do Sul e Sudeste. Em 1992, a participação de pesquisadoras paraenses no I Encontro de Pesquisadoras sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte e Nordeste, em Salvador, estimula a introdução da teoria de gênero na UFPA, com influências do texto clássico de Joan Scott. Em 1994, a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre a Mulher e Relações de Gênero (GEPEM) na UFPA, liderado pela professora Luzia Álvares, marca a institucionalização desses estudos, atraindo pesquisadoras de várias áreas e colaborando para um entendimento interdisciplinar do tema na perspectiva feminista e outras.

É possível compreender que esses movimentos detalhados por Álvares (2010) explicam uma organização impulsionada por um ciclo de retroalimentação das pautas emergentes, conectadas ao movimento político, feminista e democrático das décadas de 1970 a 1990. Ao acessarmos a história do GEPEM, como apresenta Álvares (2010), e sem a possibilidade aqui de um aprofundamento

¹Segundo Álvares (2006, p. 15), Orminda foi “jornalista, professora de grego no Colégio Paes de Carvalho, militante espírita e advogada, atuante no Fórum de Belém. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1925, fez parte da equipe dos advogados do jurista Evaristo de Moraes. Engaja-se ao movimento nacional, sendo uma das fundadoras da União Universitária Feminina, em 1929, associação considerada “filha direta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”. Tornou-se assessora jurídica dessa associação, cuja Presidente era Bertha Lutz. A atuação sufragista de Orminda Bastos, no Pará, até 1925, manteve-se diretamente ligada ao jornalismo, tribuna efetiva do feminismo e do anti-feminismo locais; e às conferências que realizava para debater o assunto”.

² Em Rodrigues (2022, p.1), identifica-se que Elmira Ribeiro Lima foi reconhecida em 1930 como uma das mais destacadas representantes da cultura feminina na Amazônia, graças à sua carreira consolidada como poetisa, defensora do espiritismo e participante ativa na política. Entre 1912 e 1937, sua atuação foi frequentemente noticiada nos jornais de Belém, abrangendo diversas áreas: contribuiu com obras literárias, integrou grupos feministas, participou de associações filantrópicas e promoveu a Doutrina Espírita.

nos detalhes e resultados que compõem essa trajetória, é possível situar que a significativa importância do grupo é marcada pela conjuntura histórico-política de cada período. Além de ser um processo acumulativo e contínuo, trata-se de momentos que perpassam não apenas pela totalidade, mas, como pontua Silva (1998, p. 105), por uma “apreensão da realidade que se modifica constantemente e, para reconhecê-la, precisamos fazer recortes”.

Retomando o registro de Álvares (2010) e avançando para o fechamento desta seção, destaca-se que, em meio aos primeiros movimentos institucionais de pesquisa sobre gênero e feminismo na UFPA, foram defendidas duas dissertações de mestrado na Universidade de Brasília (UnB) que marcaram o início dessa trajetória: em 1977, a antropóloga Maria Angélica Mota Maués apresentou “Trabalhadeiras e Camarados: um estudo do *status* das mulheres numa comunidade de pescadores”; e, em 1979, a antropóloga Jane Felipe Beltrão defendeu “Mulheres da Castanha: um estudo sobre trabalho e corpo”. Denota-se, a exemplo destas pesquisas iniciais em consonância com os encontros promovidos pelo GEPEM, como o grupo vem promovendo o debate e, com isso, a estruturação de linhas de abordagem, de modo a integrar as múltiplas dimensões e interdisciplinaridades presentes no grupo.

Entre os diversos vieses de problematização que impulsionam este escrito, destaca-se, neste percurso narrado pela Professora Maria Luzia Álvares (2010), o relato de Jane Felipe Beltrão (1979) sobre a elaboração de sua dissertação, em meio às lacunas teóricas então existentes. Durante esse processo, Jane Beltrão contou com o apoio de várias mulheres, dentre as quais menciona o nome da Professora Albertina Oliveira, que, para esta pesquisa, ilumina a importância das geógrafas na história da Geografia paraense. Sendo também o primeiro contato de nós, autoras, com o nome de uma docente da Geografia atuando desde a década de 1970, questionamo-nos: quem foi essa professora ainda desconhecida para algumas gerações de geógrafas/os paraenses?

Em meio à discussão incentivada por Albertina Oliveira, do Departamento de Geografia, e por Ana Rita Pereira Alves, de História e Antropologia, que trabalhavam com a Prof.^a Maria Helena Bentes, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da UFPA, estas colegas me incentivaram a fazer uma proposta de trabalho a ser apresentada à UFPA e ao CNPq, relativo a um seminário sobre a mulher. E qual não foi a minha surpresa quando vi a proposta aprovada como projeto de pesquisa financiada pelas duas instituições. (ÁLVARES, 2010, p. 6)

Albertina Fortuna de Oliveira, a professora do então Departamento de Geografia e também do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), mencionada por Jane Beltrão, assim como outros nomes de docentes da Geografia em seus 70 anos de história, ainda faz parte de registros que, em certa medida, são restritos e não possuem fácil acesso aberto. Fato este que se justifica pela necessidade de uma busca e o levantamento mais específico do quadro docente completo destes 70 anos e ainda em andamento, aguardando a conclusão de processos solicitados para a apuração institucional.

No entanto, ao considerar a importância de compreender a história de um curso que atualmente integra um instituto fundamental às humanidades na Amazônia, o IFCH, refletimos sobre o apagamento de uma trajetória que revela processos significativos para entender imbróglis que traduzem, principalmente, que apenas em 2022 se materializou na Geografia da UFPA (Campus Belém) um olhar voltado para o gênero enquanto abordagem e ação. Isso se estende também ao fato da não participação dessa Geografia em toda a existência do GEPEM.

Valendo-se da colocação da geógrafa Maria Encarnação Beltrão Spósito: “a história das mulheres cientistas vem sendo contada aos pingos, como um conta-gotas cujo orifício se amplia conforme a importância delas e das lutas empreendidas para alcançar uma equidade de gênero” (SPÓSITO, 2024, p. 17), ressaltamos a necessidade de visibilizar e valorizar as contribuições das mulheres na ciência. Na Geografia paraense, na Geografia da UFPA (Campus Belém), ainda teremos que contar em pingos?

2. Geografia e Gênero na Amazônia: onde esteve e como está?

Historicamente, a Geografia incorporou a categoria de Gênero gradualmente em suas análises, ao prosseguir dos seus desdobramentos teóricos, contudo, nas últimas décadas, discussões sobre interações sociais em diversos espaços e escalas vêm acompanhando as análises geográficas, especialmente no contexto amazônico, como se pretende apresentar nesta seção.

A importância dessa abordagem na Geografia brasileira se consolida entre as décadas de 1970 e 1980, quando o campo das ciências sociais passa a integrar questões antes negligenciadas, como gênero, raça e classe, sendo Rosa Ester Rossini uma pioneira para este campo da geografia no Brasil, como corroboram Silva e Ornat (2016).

A Geografia Feminista ganha força no contexto anglo-saxão, com estudos que questionam a ausência de gênero como categoria de análise, propondo uma crítica aos espaços público e privado e como os mesmos são influenciados por normas de gênero (MASSEY, 1994). Influenciadas decisivamente pela corrente feminista, as pesquisas tornam mais evidentes as vivências e identidades de gênero impactadas por dinâmicas espaciais complexas, marcadas por fatores culturais, econômicos, sociais e ambientais.

No campo geográfico, a perspectiva feminista introduziu metodologias e teorias que abordam o espaço de forma mais crítica e inclusiva, compreendendo o gênero como essencial para a organização das relações sociais e espaciais. Dessa forma, gênero torna-se uma categoria central para a compreensão da sociedade e do território, como defendem diversas autoras, entre elas: Silva (2007), Rossini (2008) e Moreira (2022), que, ao apresentar conjunturas da Geografia de gênero atreladas a outras abordagens, fornecem subsídios importantes para situar este movimento.

Inicialmente, destaca-se que, enquanto categoria de análise, gênero amplia o entendimento de identidade e permite assimilar um sistema de relações sociais e de dinâmicas de poder entre os sexos, pondo à prova a noção de fixidade quanto aos papéis de gênero ao longo da história (SCOTT, 1995). Além disso, deve “(...) descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. (...) tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais (SCOTT, 1995, p. 22). Nessa compreensão do conceito/categoria de gênero, é importante salientar que “a geografia de gênero não é ‘Geografia das ou de mulheres’, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista” (SILVA, 1998, p. 107).

A Geografia Feminista se consolida como área de investigação sobre espaço e gênero, questionando aspectos que marcam territórios e relações de desigualdade entre sujeitos sociais. A expansão desse campo no Brasil aprofundou discussões sobre relações de gênero constituídas no espaço e como essas práticas reproduzem assimetrias socioespaciais. No entanto, a expansão desse campo foi provocada pela ausência do discurso geográfico em questões como “planejamento ur-

bano e gênero, as questões de gênero nas lutas do Movimento dos Sem Terra, cruzamentos entre gênero, raça e uma feminização da pobreza, migrações nacionais e internacionais” (ORNAT, 2008, p. 313). Além da relação mulheres e trabalho, há muito desenvolvido na Geografia, temas como criminalidade, violência e gênero foram aprofundados, na década de 1990, pelas/os professoras/es:

Antônia dos Santos Garcia (Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil), Antonio Thomaz Júnior (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil), Benhur Pinós da Costa (Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil), Carmen Regina Dorneles Nogueira (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil), Doralice Barros Pereira (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil), Elizeu Ribeiro Lira (Fundação Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil), Ivana Maria Nicola Lopes (Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil), Jones Dari Goettert (Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil), Joseli Maria Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil), Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa (Fundação Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil), Martha Johanna Haug (Faculdades Integradas Cândido Rondon, UNIRONDON, Brasil), Rosa Ester Rossini (Universidade de São Paulo, USP, Brasil), Sonia Alves Calió (Universidade de Uberaba, UNIUBE, Brasil), Sueli Andruccioli Felix (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil) e Susana Maria Veleda da Silva (Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil). (ORNAT, 2008, p. 313)

Apesar de reduzido, esse grupo conseguiu imprimir relevância às temáticas de gênero acrescentando pesquisas geográficas relacionadas à migração, identidades políticas, população e aspectos econômicos. Na década de 1990, incorporar as discussões sobre gênero e espaço à Geografia permitiu compreender as relações de poder que questionam o foco tradicional das estruturas sociais, expandindo o campo para uma abordagem interseccional na qual diferentes experiências de grupos marginalizados passaram a compor o arcabouço geográfico (KOFMAN; PEAKE, 1990).

A consolidação de gênero como categoria de análise é marcada pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Beijing, onde foram discutidos os avanços obtidos nas conferências anteriores, realizadas em 1975, 1980 e 1985. Ao reconhecer a então necessidade de mudança do foco da mulher para o papel dos indivíduos nas estruturas sociais, o conceito de gênero valida os direitos das mulheres como direitos humanos e reforça ao interesse global a ideia de igualdade de gênero. Assim, a conferência estimulou a geografia brasileira a incluir essa perspectiva às análises espaciais, tanto do ponto de vista teórico, a exemplo das concepções feministas e *queer*, quanto pelo sentido metodológico, considerando também nas experiências de pesquisa de campo aspectos como corporeidade e suas implicações na construção do conhecimento científico (SILVA, 1998).

Na década de 2000, a intersecção Geografia e Gênero passa a integrar os programas de pós-graduação no Brasil, mesmo que timidamente, incluindo a formação de grupos de pesquisa que se conectam a categorias como raça e classe. Entre 2010 e 2020, as discussões amadureceram significativamente, marcadas pela abordagem interseccional e pelo abandono da neutralidade científica em direção aos processos de identificação, diferenciação e especificidades das relações de gênero e espaço.

Para Moreira (2022, p. 194) “os primeiros estudos que incorporaram a perspectiva de gênero na Geografia demonstraram suas origens políticas e evidenciaram questões relacionadas à desigualdade do *status* da mulher na sociedade e na ciência geográfica”. Aliados aos movimentos de luta por direitos, esses estudos utilizam gênero como categoria primeiro para explicar as relações de poder na produção do espaço, e segundo, para entender as condições de subalternidade entre espaços, poderes e sujeitos. Assim, associações e movimentos coletivos atribuíram sentido polissêmico por meio das definições aplicadas ao conceito de gênero no campo geográfico.

Atualmente, as pesquisas centram-se no entendimento das dinâmicas sociais contemporâneas no contexto brasileiro circunscrito por desigualdade de gênero, raça e classe. Enfatizam as análises geográficas críticas que encerram as experiências de grupos historicamente marginalizados, retrato desse tipo de produção é o dossiê “Gênero e Geografia: Diálogos e Desafios”, publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), que traz uma série de artigos que refletem as contribuições e as interseções entre os estudos de gênero e a Geografia. Os artigos do dossiê aprofundam a discussão sobre interseccionalidade, conceito central nas pesquisas atuais de gênero, ao abordar como diferentes formas de opressão – como aquelas ligadas à raça, classe e à LGBTQIAP+ – se entrelaçam e impactam as experiências de sujeitos em múltiplos contextos.

A inclusão da interseccionalidade possibilita análises mais complexas sobre as realidades experienciadas sob os contornos culturais, econômicos e sociais. Rodin (2021) apresenta uma análise interseccional dos impactos da cadeia petrolífera sobre as mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, na Baía de Todos os Santos, Salvador–BA. O trabalho analisa como essas mulheres, pertencentes a comunidades tradicionais, são afetadas pela ocupação de seu território e pela exploração ambiental forçada pelo setor petrolífero. A perspectiva interseccional revela como as dinâmicas de poder e de exploração afetam desproporcionalmente as mulheres em comparação a outros grupos, destacando as formas complexas de opressão que atravessam a vida dessas mulheres e ampliam a compreensão dos impactos do capital globalizado sobre os corpos e territórios racializados e marginalizados.

O dossiê também abrange a análise das mobilidades e das territorialidades femininas. As pesquisas abordam como as mulheres experienciam o espaço urbano e rural distintamente, considerando questões de segurança, acesso a serviços, lazer, saúde e a divisão do trabalho. Tais análises fundamentam a compreensão das dinâmicas de gênero nas cidades, revelando como as estruturas sociais e as políticas públicas podem ser otimizadas para garantir a segurança e o bem-estar de sujeitos historicamente invisibilizados ou subalternizados.

Manzi e Anjos (2021) destacam que as dinâmicas de territorialidade vividas por mulheres negras no Brasil encontram no corpo, na casa e na cidade, espaços de construção e afirmação identitária e de resistência. Entendem estar na relação entre gênero e raça formas de desejo e ocupação que moldam territorialidades negras em contextos urbanos de desigualdades explícitas. Mesmo que frequentemente objetificado e controlado socialmente, o corpo também constitui um território de resistência e expressão cultural. No espaço doméstico, a casa assume um local de proteção, reconstrução identitária e de autonomia, enquanto a cidade representa desafios e segregações, sendo um cenário de luta e reivindicação por direitos. Ao articular essas diferentes escalas de territorialidade – corpo, casa e cidade –, Manzi e Anjos (2021) evidenciam como as mulheres negras constroem estratégias de sobrevivência e resistência frente ao racismo e ao sexismo, tornando esses territórios espaços ativos de transformação social.

Outra contribuição significativa situa-se no campo das políticas públicas, destacando a necessidade de incorporar uma perspectiva de gênero no planejamento urbano. Analisando a relação entre planejamento urbano, violência de gênero e segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, Monteiro (2021) discute como as políticas de segurança pública e o próprio urbanismo impactam desproporcionalmente a vida das mulheres, especialmente em contextos de violência cotidiana e segregação espacial. A autora argumenta que o planejamento urbano no Rio de Janeiro ignora frequentemente as especificidades das experiências femininas em espaços públicos e privados, representando um ambiente urbano cujos riscos para mulheres se intensificam. Questões como a militarização das favelas e o policiamento ostensivo criam uma ‘guerra dos homens’, uma lógica de segurança que não considera a vulnerabilidade específica das mulheres ou as estruturas que criam situações de vulnerabilidade e vitimização. A autora destaca como as mulheres adaptam suas rotinas e restringem seus deslocamentos para aplacar os riscos de violência, expondo a falta de políticas urbanas que promovam um ambiente seguro e inclusivo para elas.

O dossiê ressalta também os desafios existentes na interseção entre Geografia e Gênero. Embora avanços significativos tenham ocorrido, ainda persistem resistências à inclusão de uma perspectiva de gênero em muitos campos da Geografia e em disciplinas correlatas. As/os autoras/es enfatizam a importância em promover diálogos contínuos e interdisciplinares que reúnam contribuições de diferentes áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais, Antropologia e Estudos Culturais, à análise geográfica, conforme ilustra o próprio dossiê.

Esta breve contextualização do movimento teórico-metodológico na ciência geográfica do último século, serve para situar, em relação a outras abordagens na Geografia, que as discussões sobre gênero, sexualidades e interseccionalidades já contam com uma base significativa, nacional e internacional, para subsidiar pesquisas nesse campo. Esse avanço contrasta com as lacunas teóricas que existiam no início dos estudos de gênero na Amazônia, como os promovidos pelo GEPEM³. Vale lembrar, no entanto, que nas décadas de 1970 e 1980, a geografia de gênero no Brasil também estava em fase inicial, com recursos teóricos ainda limitados, em um processo cumulativo e gradual que permitiu o desenvolvimento dos arranjos atuais.

Na tentativa de realizar uma historiografia da Geografia da UFPA (Campus Belém), é importante lembrar de Eidorfe Moreira, um professor e pesquisador significativo da Geografia amazônica e paraense. Em sua obra “Ideias para uma concepção geográfica da vida”, publicada em 1960, ele aborda a “Função geográfica da mulher” em um capítulo que propõe uma leitura geográfica tendo a mulher como um foco de análise, desafiando, de certa forma, a tendência de neutralidade, homogeneidade e assexualidade que obscurecem muitas vezes as formas de compreender o espaço.

No contexto da Geografia paraense e da UFPA, conforme enfatizado neste artigo, é importante destacar que, até o momento, foram encontrados trabalhos pontuais de conclusão de curso⁴ da Geografia (licenciatura e bacharelado) no Campus Belém que tratam das questões de gênero na abordagem geográfica. Um deles, é o trabalho de conclusão de curso do geógrafo Almeida (2020), intitulado “Território e Opressão: a segregação de sujeitos LGBTs na cidade de Belém-PA”, de-

³ “A produção científica, no período 1980/1986, sobre a temática da mulher era incipiente, embora as pesquisadoras envolvidas com o assunto estimulassem seus/suas alunos/as para elaborarem os trabalhos finais de curso na trilha de suas pesquisas. O procedimento metodológico para a efetivação desses estudos conduziu à valorização de análises antropológicas e sociológicas e à recuperação de documentos. Isso permitiu diversificar fontes, entre as outras áreas, antes somente valorizadas no campo da História” (ÁLVARES, 2010, p. 9).

⁴ Busca realizada na Biblioteca Digital de Monografias da UFPA.

fendido no ano de 2020. Ainda assim, o discente foi desencorajado a realizar tal pesquisa sob a alegação que o tema nada tinha a ver com a geografia.

Recentemente preocupou-se em empregar uma abordagem metodológica nos estudos de gênero na Geografia da UFPA que combinassem técnicas qualitativas, como entrevistas e observação participante, com análises cartográficas e etnográficas – metodologias amplamente utilizadas pela Geografia. Os trabalhos de campo, entrevistas com coletivos e representantes locais, diários de campo e análise reflexiva, contrapartidas e mapeamento participativo são técnicas elaboradas em pesquisas geográficas simétricas às pesquisas sobre gênero. Quanto à percepção e uso do espaço, por exemplo, o mapeamento participativo pode revelar as dinâmicas de mobilidade ligadas a questões de gênero.

Estamos começando a observar uma nova realidade no âmbito da pós-graduação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA, onde os produtos de pesquisa gerados começam a incorporar o gênero como um enfoque de análise. Como marco inicial das pesquisas de dissertação desenvolvidas no âmbito do GT GGEAMA, Lisboa (2024) defendeu, em 2023, o trabalho intitulado “A gente não usa mais água como usava antes: impactos da UHE Tucuruí na vida das mulheres atingidas por barragens”, tornando-se a primeira integrante do grupo a concluir sua pesquisa. Em 2024, Sousa (2024), também integrante do GT GGEAMA e do LED-TAM (Laboratório de Dinâmicas Territoriais da Amazônia), apresentou sua dissertação intitulada “Entre hidrelétrica e o reassentamento: vidas em transformação — um estudo sobre mulheres no reassentamento Laranjeiras-Altamira-PA”. Ambos os trabalhos destacam-se por abordar as transformações socioambientais e os impactos na vida das mulheres na Amazônia, contribuindo para a discussão sobre gênero, território e justiça socioambiental na região.

Esse movimento inicial de afirmações de uma Geografia de Gênero paraense é significativo e se conecta ao relato da Professora Maria Luzia Álvares (2010) sobre as necessidades de subsídio teórico nos debates das décadas de 1970 e 1980. É importante destacar que, no âmbito de uma Geografia de Gênero amazônica, existem nomes e grupos importantes que contribuem para fortalecer esse movimento. Entre eles, destaca-se a Professora Maria das Graças Silva Nascimento, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (Gepgênero), pela Universidade Federal de Rondônia, fundado em 2000, e o Professor Wallace Rodrigues Pantoja, vinculado ao Núcleo de Gênero e Diversidade (NEGED), no Instituto Federal do Pará (Campus Belém). Mas, tratando-se de UFPA Campus Belém, existia um vácuo, silenciado e trajado de inúmeras camadas históricas de silenciamentos que ainda estamos buscando compreender e enfrentar a partir da organização do GT GGEAMA.

Diante do percurso apresentado nesta seção, que ainda não alcança algumas nuances que poderiam desdobrar outras discussões importantes para o reconhecimento da história das Geografias na UFPA, é relevante revisitar o próprio GT GGEAMA, criado em 2022.

O GGEAMA/UFPA é fruto de uma necessidade teórica, metodológica e política. Uma necessidade teórica, porque temos a urgência em produzir e sistematizar conhecimento científico acerca da categoria gênero na abordagem geográfica, no âmbito da faculdade e programa de pós-graduação em Geografia da UFPA. Buscando entender, reconhecer e potencializar o protagonismo das mulheres na construção de uma geografia viva e encarnada. Para isso, é preciso fazer pesquisa, incentivar os estudos, as reflexões e os debates sobre a temática.

Uma necessidade metodológica, porque as ferramentas utilizadas nas pesquisas geográficas, na maioria, qualitativas e críticas, permitem que elas possam ser bem apropriadas para a construção

e abordagem de gênero na leitura, produção e interpretação do espaço. Como investigamos, as nossas abordagens metodológicas precisam nos ajudar a entender e a desvelar uma determinada realidade e não a engessar, invisibilizando as mulheres, processos e relações de poder existentes.

Uma necessidade política, porque a luta contra as estruturas patriarcais, base do sistema capitalista, que gera opressões e violências de todo tipo contra as mulheres, produzindo hierarquizações, diferenciações e desigualdades, precisa ser destruído em todos os lugares, inclusive na universidade, *locus* da produção da ciência. Assim, a geografia feminista nos interpela a não aceitar uma ciência que esconde as mulheres e as diversidades de identidade de gênero no âmbito da sua formação e composição. Reafirmamos que a geografia se faz com pessoas reais, concretas, históricas, mediadas por relações de poder, classe, raça e gênero.

Nessa perspectiva, o GGEAMA visa construir espaços formativos permanentes, organizando encontros mensais para estudo e aprofundamento de temas, incentiva a produção de TCC, dissertações e teses que desenvolvam estudos que articulem Geografia e gênero. Integrando pesquisadores/as em formação no âmbito da Geografia de várias instituições públicas do Estado do Pará, como a UFOPA, UNIFESSPA, UEPA e IFPA.

As experiências de produção de investigação estão nos ensinando novos caminhos metodológicos na abordagem geográfica tendo as mulheres como elemento central na reprodução do espaço. Perspectivas teórico-metodológicas que consideram o corpo como escala, o corpo-território, o espaço plural e não homogêneo, uma geografia corporificada interseccionada por relações de classe, raça e gênero, tem permitido e criado ânimo e esforço coletivo de investigação e produção de conhecimento, no âmbito do GT. Tais pesquisas visam ampliar o debate acadêmico sobre realidades de gênero, sobretudo, para construir políticas inclusivas e participativas,

Este grupo tem acompanhado, de maneira direta e indireta, as análises e reflexões contidas neste texto. A atuação do GGEAMA contribui significativamente para o entendimento e a valorização das questões de gênero e suas interseccionalidades na Geografia, ampliando o diálogo sobre as especificidades da realidade amazônica e fortalecendo a construção de saberes que visam à transformação social.

3. Entre (Re)Encontros se Faz a Dúvida e a Re-Descoberta

O nome da Professora Albertina Fortuna de Oliveira é retomado para iniciar esta seção, pois através dela pôde-se contatar outros docentes do atual quadro da Geografia da UFPA para buscar relatos, em oralidade, sobre a possibilidade de termos tido o mínimo resquício do debate de gênero em alguma Geografia perdida no tempo e no espaço. Até mesmo o contato ou busca pela própria Professora Albertina ainda faz parte de um processo delicado de contato com outros demais docentes aposentados, seja em vida ou em memória.

Na busca por compreender a ausência da Geografia nos movimentos que envolvem gênero, feminismo, mulheres e outras pautas organizadas pelo GEPEM no contexto institucional do IFCH, evidencia-se a existência de um “nó” epistemológico no âmbito geográfico, imposto pelo caráter hegemônico, ocidental e colonizador, entre outras amarras que protegem e mascaram a diversidade de perspectivas e experiências na construção do conhecimento geográfico. Esse obstáculo não se restringe apenas à Geografia na UFPA, se fazendo presente em outras geografias para além da Amazônia. Silva e Ornat (2016, p. 213) reforçam essa perspectiva ao afirmarem que

“discutir gênero na Geografia brasileira é, até os dias atuais, uma difícil tarefa. A academia não está imune à formação cultural que coloca as mulheres em situação de invisibilidade geográfica”.

Atualmente, o corpo docente do curso de Geografia da UFPA (Campus Belém) conta com quinze homens e sete mulheres, refletindo uma composição de gênero que pode servir como ponto de partida para análises sobre representatividade e questões de gênero na academia. Destaca-se, ainda, que duas professoras e um professor deste mesmo quadro docente têm se dedicado a abrir caminhos para pesquisas, orientando e produzindo trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos, contribuindo para o fortalecimento do campo acadêmico.

Em resposta aos questionamentos que nos alcançaram e motivaram a construção deste artigo – que, em certa medida, também se configura como um relato para contextualizar momentos históricos da Geografia à luz dos movimentos orientados pelo GEPEM –, tornou-se necessário revisitar memórias. Esse exercício de resgate não apenas contribui para entender as origens e limitações das abordagens geográficas voltadas para gênero e feminismo, como também reconhecer o papel pioneiro que o GEPEM exerceu em impulsionar discussões fundamentais no contexto da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas três décadas de atuação do GEPEM, suas contribuições foram essenciais para o fortalecimento das pautas de gênero e feministas na Universidade Federal do Pará (UFPA) e, mais amplamente, na Amazônia. Esse grupo destacou-se como um grupo de resistência e de articulação entre a academia e os movimentos sociais locais, respondendo às demandas sociais e culturais da cidade e região. Contudo, é evidente que a trajetória da Geografia na UFPA não acompanhou de forma integrada esse diálogo, especialmente ao desconsiderar a intersecção entre gênero e as categorias geográficas. A ausência de aproximações com o GEPEM ao longo de muitos anos ressalta a necessidade de ampliar o compromisso dessa ciência com as questões de gênero, promovendo uma abordagem mais inclusiva e sensível às dinâmicas sociais e territoriais corporificadas.

Refletir sobre o distanciamento que marca a relação entre a Geografia da UFPA e o GEPEM tensiona o papel das abordagens geográficas na formação crítica do conhecimento científico e nas lutas por justiça e por equidade que se fazem necessárias também para docentes e discentes na Geografia. O recente surgimento de pesquisas dedicadas a discutir questões de gênero e o Grupo de Trabalho Geografia e Gênero da Amazônia, ambos no âmbito da UFPA, indica um passo positivo à produção geográfica na Amazônia.

Em 70 anos de ciência geográfica paraense, o primeiro movimento de ir ao encontro do GEPEM marca um momento significativo, ainda que ele ocorra para refletir sobre as lacunas e ausências nessa trajetória. Esse encontro é válido, pois revela a necessidade de compreender quais geografias se construíram ao longo dessas sete décadas e quais abordagens ficaram invisibilizadas. É uma oportunidade para avaliar o caminho percorrido, identificar as limitações e, a partir disso, fortalecer um compromisso com pautas que contemplem as interseções entre gênero e território na ciência geográfica da região.

Ao incorporar uma perspectiva interseccional, a Geografia abre possibilidades para abordar as desigualdades socioespaciais de forma mais eficaz e contribui para uma academia que valoriza e inclui a multiplicidade de sujeitos que produzem e reproduzem o espaço, bem como suas estru-

turas, objetos e desejos. Tal inclusão fortalece o campo acadêmico e a sociedade por promover o desenvolvimento de análises e políticas mais justas e representativas das realidades locais. Assim, este texto encerra-se com um agradecimento à contribuição do GEPEM: obrigada, GEPEM, pela inspiração e pelos caminhos abertos para a Geografia da UFPA.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias de Mulheres, Empoderamento e Ativismo Político. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 4, p. 73 – 100, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13165/9113>>. Acesso em: 10 out. 2024.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias, saberes, práticas: os estudos sobre mulheres entre as paraenses. *Revista do Nufên*, v. 02, n. 01, p. 88–100, 2010. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v2n1/a07.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2024.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Versões do Feminismo na Amazônia brasileira: Ormindia e Eneida nos contextos nacional e internacional*. Triplov.com, 2006. Disponível em: <http://triplov.com/Venda_das_Raparigas/Luzia_Alvares/Eneida_de_Morais.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.

ALMEIDA, Eziel Duarte de. *Território e opressão: a segregação de sujeitos LGBTs na cidade de Belém*. 2020. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

KOFMAN, Eleonore; PEAKE, Linda. Into the 1990s: a gendered agenda for political geography. *Political Geography Quarterly*, v. 9, n. 4, p. 313 – 336, 1990.

LISBOA, Marília Geovana de Oliveira. *“A gente não usa mais água como usava antes”: impactos da UHE Tucuruí na vida das mulheres atingidas por barragens*. 2024. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. dos S. C. dos . O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 23, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6642>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

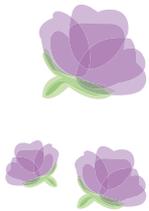
MASSEY, Doreen. *Space, Place, and Gender*. University of Minnesota Press, 1994.

MONTEIRO, Poliana. A guerra dos homens e a vida das mulheres. As interfaces entre planejamento urbano, violência contra a mulher e segurança pública no Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, p. 1 – 28, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202131. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6633>>. Acesso em: 31 out. 2024.

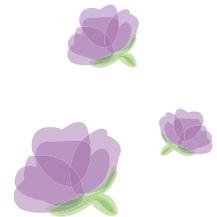
- MOREIRA, Eidorfe. Ideias para uma concepção geográfica da vida. In: MOREIRA, Eidorfe. (Org.). *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: CEJUP (vol. II), 1989 [1960].
- MOREIRA, Ozileide. O Gênero para a Geografia: por uma ciência feita com, por e para mulheres. *Revista Da Anpege*. v. 18. n. ° 36, p. 183 – 206, 2022. DOI [10.5418/ra2022.v18i36.13293](https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.13293).
- OLIVEIRA, Tatiana. O que há de novo nos novos feminismos? Uma cardio-carto-grafia dos arranjos feministas atuais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.
- ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.2. n. 2, p. 309 – 322, 2008.
- RODIN, Patrícia. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 23, p. 1 – 27, 2021. DOI: [10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt](https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt). Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6743>>. Acesso em: 30 out. 2024.
- RODRIGUES, Bárbara Leal. Elmira Lima – na imprensa e na literatura pela propagação do espiritismo (Belém–PA, 1912–1937). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 26., 2022, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH-SP, 2022. Disponível em: <<https://www.encontro2022.sp.anpuh.org/anais>>. Acesso em 15 out. 2024.
- ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: recuperando a memória de uma pesquisa sobre a força de trabalho na agricultura canavieira na macro área de Ribeirão Preto — São Paulo-Brasil, 1977 – 2008. *Revista Latino americana de Geografia e Gênero*, v. 1, p. 121- 133, 2008.
- SCOTT, Joan W. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99, 1995.
- SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>>. Acesso em: 3 fev. 2025.
- SILVA, Susana Maria Velela da. Geografia e gênero / geografia feminista - o que é isto? *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, 1998. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212–219, 2016.
- SOUSA, Josenilda. *Entre a hidrelétrica e o reassentamento: vidas em transformação — um estudo sobre mulheres no reassentamento Laranjeiras em Altamira-PA*. 2024. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.
- SPÓSITO, Maria Encarnação. Prefácio. In: CLAUDINO, Guilherme dos Santos; PAULA, Larissa Araújo Coutinho de; MARES, Rizia Mendes (Org.). *As geografias na história do pensamento geográfico: uma breve introdução*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2024. p. 17-24.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). *Criação e Gestores*. Publicado em: 03 jul. 2019. Disponível em: <<https://ifch.ufpa.br/index.php/memoria>>. Acesso em: 1 fev. 2025.



Seção



B



**Trabalho feminino,
Cuidados e Direitos**



“Aqui criei minha família e tive meu dinheiro”: relações de gênero e interseccionalidades no setor alimentício do Ver-o-Peso em Belém/PA

“Aquí crié mi familia y tuve mi dinero”: relaciones de género y interseccionalidades en el sector alimentario de Ver-o-Peso en Belém/PA

“Here I raised my family and had my money”: gender relations and intersectionalities in the food sector of Ver-o-Peso in Belém/PA

Andréa Silva de Melo

Daniela Ribeiro de Oliveira

Luísa Maria Silva Dantas

Resumo: Este trabalho objetiva compreender experiências e vivências de boieiras – que são mulheres que trabalham no setor alimentício e, predominantemente pobres e negras – da feira do Ver-o-Peso, na cidade de Belém/PA. A pesquisa faz parte da dissertação de mestrado que conta com a perspectiva socioantropológica de inspiração etnográfica, a partir de relações desenvolvidas com as feirantes e produção de narrativas biográficas (ECKERT; ROCHA, 2013) em torno de suas trajetórias sociais (BOURDIEU, 2007). O labor diário na feira se une a outros conflitos e obstáculos, como a Covid-19, que interrompeu as atividades e a adoção de estratégias de sobrevivência, e a COP 30, que gerou uma remodelação de espaço e de trabalho na feira, vulnerabilizando ainda mais as feirantes diante da precariedade do trabalho e da desigualdade de gênero na Amazônia.

Palavras Chave: Desigualdade de gênero. Informalidade. Alimentação. Ver-o-Peso. Amazônia.

Resumen: Este estudio objetiva comprender experiencias y vivencias de trabajadoras de alimentos – mujeres que venden comida y predominantemente pobres y negras – en la feria de Ver-o-Peso, en la ciudad de Belém/PA. La investigación es parte de maestría que se apoya en una perspectiva socioantropológica de inspiración etnográfica, basada en las relaciones desarrolladas con las vendedoras y la producción de narrativas biográficas (ECKERT; ROCHA, 2013) alrededor a sus trayectorias sociales (BOURDIEU, 2007). El trabajo diario en la feria se suma a otros conflictos y obstáculos, como la Covid-19, que interrumpió actividades y la adopción de estrategias de supervivencia y la COP 30, que generó una remodelación del espacio y el trabajo en la feria, haciendo a las vendedoras aún más vulnerables dada a la precariedad del trabajo y la desigualdad de género en la Amazonía.

Palabras Claves: Desigualdad de género. Informalidad. Alimentación. Ver-o-Peso. Amazonía.

Abstract: This study aims to understand the experiences and habits of women food workers – who work in the food sector and are predominantly poor and black – at the Ver-o-Peso fair, in the city of Belém/PA. The research is part of my master’s degree which has a socio-anthropological perspective inspired by ethnography, based on relationships and the production of biographical narratives (ECKERT; ROCHA, 2013) around their social trajectories (BOURDIEU, 2007). The daily work at the fair adds to other conflicts and obstacles, such as Covid-19, which interrupted activities and the adoption of survival strategies, and COP 30, which led to a modeling of space and work at the fair, making them even more vulnerable in the face of the precarious work and gender inequality in the Amazon.

Keywords: Gender inequality. Informality. Food. Ver-o-Peso. Amazonia.

Andréa Silva de Melo – Mestranda em Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). E-mail: andrea.silva.melo30@gmail.com

Daniela Ribeiro de Oliveira – Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. E-mail: danicso02@gmail.com

Luísa Maria Silva Dantas – Pós-Doutora e Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: luisadantas@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Muitos falam sobre a grandiosidade da Amazônia, mas sem entender de fato a potência que ela representa. Considerada o maior bioma brasileiro¹, ainda é retratada de forma exotizada, generalizada e universal, unindo somente fauna e flora, deixando de lado as pessoas e os diferentes modos de vida que integram a região e que a transformam em uma conexão de culturas, conhecimentos, resistências, costumes e trajetórias plurais no Brasil.

A ideia equivocada de que o território amazônico é habitado somente por indígenas, ou que todos “vivem na floresta” ou que somos “atrasados ou selvagens”, ainda permeiam os pensamentos de quem mora em outras regiões. Os trabalhos do antropólogo Rafael Noletto (2018), sobre os concursos de *miss* nas festas juninas em Belém/PA, e dos pesquisadores Suellen Barroso e Jordeanes Araújo (2010), sobre a festa do boi-bumbá em Parintins/AM, também são exemplos que criticam a forma como essas festividades são apresentadas como representações magnificadas e estereotipadas da “cultura amazônica”.

Na região norte do país, no berço dessa “amazonidade plural”, especificamente, no Estado do Pará, a cidade de Belém é uma metrópole carregada de histórias e de revolução popular, como a Cabanagem. É banhada por rios e sua origem está atrelada à época da economia da borracha, mas que coexiste até hoje, em junção com a natureza, povos e culturas que transformam e fortalecem essa região cotidianamente, sejam nas danças, nas culinárias, nas linguagens, nas religiosidades e nas atividades econômicas resistentes como as feiras livres.

O Complexo do Ver-o-Peso, considerado a maior feira à céu aberto da América Latina (SILVA, 2007) e importante centro de abastecimento de hortifrutigranjeiros e pescados da região paraense, também possui um papel simbólico e representativo local muito importante, como um território heterogêneo, de troca de saberes e sabores, que une relações sociais de reciprocidade e práticas tradicionais que fazem parte da vida do paraense. Esse intercâmbio regional e econômico se consolida como um dos cartões-postais mais importantes de Belém, também traz consigo o que Weber (1987) descreve a noção econômica de cidade como um “local de mercado”.

É importante ressaltar que o seu surgimento histórico está relacionado à fundação da própria cidade de Belém, em 1616. A Baía do Guajará, um dos principais rios que permeiam a cidade, também era o principal ponto de chegada e partida de barcos que fomentavam a economia local e, assim, foi instalado um entreposto comercial e fiscal denominado “Lugar de Ver-o-Peso” que pesava e tabelava as mercadorias que ali estacionavam (LEITÃO, 2013). De lá para cá, o Ver-o-Peso foi se reestruturando, crescendo, desenvolvendo, mas sem perder o caráter principal de lugar onde tudo e todos se encontram.

Atualmente, o Complexo possui uma área de 25 mil metros quadrados que inclui o Boulevard Castilhos França², o Mercado de Carne e o Mercado de Peixe, o casario³, as praças do Relógio

¹ “Representando dois terços das florestas naturais do Brasil e cobrindo quase 50% do território brasileiro, a Amazônia é o maior bioma do País. Com extensão aproximada de 421 milhões de hectares, sendo a principal floresta tropical do mundo, o ecossistema concentra uma vasta biodiversidade”. Disponível em: <<https://portal.pucrs.br/blog/dia-da-amazonia/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

² Principal avenida que integra o Complexo do Ver-o-Peso, tombado pelo IPHAN, em 1977, que inclui o Mercado da Carne, a Praça do Relógio, a Doca, a Feira do Açaí, a Ladeira do Castelo e o Solar da Beira, a Estação das Docas e a Praça do Pescador.

³ Conjunto de casarões antigos e sobrados de conservação variada com lojas comerciais nos térreos. Elas fazem parte do patrimônio histórico e artístico da cidade de Belém.

e Dom Pedro II, a Doca de Embarcações, a Feira do Açaí e a Ladeira do Castelo (IPHAN⁴, c2014), e, recentemente, foi realizada a revitalização do Solar da Beira, tornando-se um espaço de exposições culturais.

As feiras livres na região amazônica, possuem um papel fundamental na construção e formação histórica, funcional, espacial, geográfica e social, sendo assim diferenciadas das demais feiras brasileiras (MEDEIROS, 2010). As relações sociais e o labor estão presentes, este último como o único meio de sobrevivência que une gerações, pessoas e famílias, que foram profundamente abaladas pela pandemia em 2020. Em 2023, conforme os jornais locais⁵ e confirmado pelo prefeito municipal na época, Edmilson Rodrigues (PSOL), Belém foi escolhida como a sede da COP 30⁶ em 2025 (PIMENTEL, 2023), fazendo com que as obras de reformas e intervenções urbanas nos pontos centrais da cidade, incluindo o Ver-o-Peso, no início de 2024, ocasionassem interferências no cotidiano da feira e dos feirantes.

O Ver-o-Peso representa uma segunda casa e uma segunda família para os trabalhadores que laboram no local, fazendo com que, no período de isolamento/distanciamento social pela Covid-19, esse vínculo de sociabilidade (SIMMEL, 1983), afetividade e pertencimento, também sofresse limitações e interrupções em virtude da proliferação do vírus, ocasionando a adoção de medidas emergenciais para conter o avanço da doença e o aumento dos números de contaminados e de óbitos na capital, visto que o risco de morte afetou incisivamente as populações mais vulnerabilizadas (WERNECK, 2021).

Para as mulheres que trabalham na feira, a situação ficou ainda mais difícil durante o esse período. No setor alimentício, popularmente conhecido como das “boieiras”, a maioria das mulheres são mães-solo e chefes de família, fazendo com que diariamente enfrentem dificuldades e obstáculos referentes ao gênero e demais interseccionalidades na feira. Assim, tiveram que adotar estratégias de sobrevivência para continuar sustentando e mantendo suas famílias.

1. Relações de Gênero e Interseccionalidades⁷ no Ver-o-Peso: a divisão sexual do trabalho e o protagonismo feminino na feira

O Ver-o-Peso é dividido em vários setores específicos, além da organização e estruturação. A antropóloga Wilma Leitão (2013) acrescenta que a grande reforma do Ver-o-Peso, concluída no ano de 2002, atribuiu à feira um aspecto mais organizado, por conta da estrutura de pavilhões especializados em produtos, sendo dividido do mais perecível ao mais durável (frutas e verduras, camarões secos e uma variedade de farinhas).

O Decreto Municipal nº 26.579/1994 dispõe sobre o funcionamento de feiras livres no município de Belém e em seus artigos estabelece regras de organização, padronização, administração, permissão e formalização de feirantes, assim como multas e demais penalidades. O que demonstra o caráter normativo estabelecido pelo Poder Público para garantir a organização das feiras livres e dos feirantes e fregueses que permeiam o local.

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁵ Exemplo foi o jornal *O Liberal*, que noticiou a matéria sobre a escolha da cidade como sede da COP 30 “Belém é escolhida como sede da COP 30; anúncio foi feito pelo presidente Lula; vídeo”. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/cop-30/presidente-lula-anuncia-belem-como-sede-da-cop-30-1.685736>>. Acesso em: 10 out. 2024.

⁶ 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

⁷ Interseccionalidade é um conceito da teoria crítica de raça criado pela advogada americana Kimberlé Crenshaw para analisar a estrutura que une o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado, e que atingem mulheres negras diante da sobreposição de gênero, raça e classe e da modernização colonial (AKOTIRENE, 2019).

Os feirantes são peças fundamentais na feira, cujas vidas estão entrelaçadas com a própria história do Ver-o-Peso. São homens, mulheres, LGBTQIAP+, pretos, pardos e brancos que compõem os trabalhadores da feira. Desde pessoas mais antigas que nos contam as transformações que a feira sofreu no decorrer dos anos, até os mais novos que chegam e logo têm de aprender o ritmo que só a feira tem. Com o tempo, vão elaborando suas próprias estratégias de comércio e venda no lugar.

Focamos a pesquisa no setor das “boeiras”, que é reconhecido pela gastronomia amazônica local e muito frequentado por turistas. A interlocutora “Maria”⁸, cuja família é antiga no setor, contou que:

Trabalhando na cozinha, o saudoso Paulo Martins que era o dono do restaurante Lá em Casa, fez um festival na feira com as boeiras, o Festival da Cozinha Paraense, e dentro desse tinha o jantar das boeiras e cada uma trabalhava com a paella... Então o nome “boeira” quem deu esse nome foi ele. Eu te confesso que eu não gostava desse nome, me dava uma raiva, e depois meu amigo me perguntou “por que tu não gostas? Sabes o que é boeira?”, eu falei “porque é a mulher do boi”, aí ele “não, boeira é uma mulher que faz boia boa, tua boia é boa”... Pronto, hoje somos conhecidas como as boeiras.

Percebemos a predominância de mulheres trabalhando no preparo e no fornecimento dos diversos pratos regionais. São mulheres de várias idades e gerações, donas e/ou funcionárias dos boxes que estão instalados no local e que sofreram mudanças e interrupções nos modos de vida e de trabalho, ocasionados pelo novo Coronavírus e perpetuando, no “pós-pandemia”, com a chegada da COP 30, que desencadeou uma grande reforma em todo o mercado.

A pesquisa faz parte da dissertação do mestrado em andamento e conta com a perspectiva socioantropológica de inspiração etnográfica, a partir de relações e produção de narrativas biográficas (ECKERT; ROCHA, 2013) em torno das trajetórias sociais (BOURDIEU, 2007) das feirantes, além de identificar os sentidos e interpretações que as trabalhadoras desenvolvem a respeito do trabalho cotidiano realizado. Além do tempo em campo, foi aplicado roteiro semiestruturado com 8 boeiras divididas entre 4 donas de boxes e 4 funcionárias destes, das quais algumas serão mencionadas no artigo, de modo intercalado ao longo do texto.

É evidente e explícita a divisão sexual do trabalho hierarquizada na feira. Nos vários dias andando por ali, antes de chegar no setor da pesquisa, percorremos os lugares do mercado e notamos que cabem às mulheres algumas atividades e, aos homens, outras. Exemplos são os setores das erveiras, das hortaliças e os das “boeiras”, que são predominantemente ocupados por mulheres; já no Mercado do Peixe e na Feira do Açaí, a presença de homens é maior.

Uma feirante do setor de polpas e sucos explicou sobre essa divisão: “É por causa do peso, lá é mais pesado, tem mais homem pra carregar”. Já a boeira “Olga”⁹ que trabalha em um dos boxes do setor, respondeu que: “Tem muita mulher trabalhando aqui na comida, mas não vejo muito homem não, só gay que trabalha aqui também”. Ao longo da pesquisa, observamos a presença de homens no setor alimentício, mas estão divididos em: maridos, fornecedores, filhos e funcionários. Já entre estes, três eram LGBTQIANP+ e trabalhavam nos boxes do setor. Esse fato nos chamou muito a atenção, mas que ainda não aprofundamos na discussão, porém indica como o labor é conduzido e dividido nesse setor.

⁸ Nome fictício para preservar o anonimato.

⁹ Nome fictício para preservar o anonimato.

A historiadora norte-americana Joan Scott (1989, p. 21) afirma que: “um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero”. Já a filósofa brasileira Helena Hirata e a socióloga francesa Danièle Kergoat (2007) definem o conceito de divisão sexual do trabalho como:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA e KERGOAT, 2007)

A questão racial também aparece na feira, de modo implícito nas conversas com as interlocutoras e não é, aparentemente, o ponto central do cotidiano delas. Ao perguntá-las como se autodeclaravam, ouvimos como resposta “morenas” ou pardas, às vezes até com um tom de resposta meio tímido ou envergonhado, com um certo receio e até demonstrando desconhecimento sobre o tema.

A categoria “morenidade”, advinda da ideologia do branqueamento, esconde e nega a existência de uma negritude na região amazônica diversa e múltipla (CÂMARA, 2017; CONRADO, 2022). Torna-se o padrão aceitável, tornando o corpo negro objeto de repulsa, autonegação e subordinação em classes mais exploradas (AMADOR DE DEUS, 2011; GONZALEZ, 1988). Quanto à autodeclaração, das 8 boieiras que responderam sobre o assunto: quatro se autodeclararam pardas, uma se autodeclarou morena, duas se autodeclararam negras e uma não quis se autodeclarar, pois me respondeu que: “*é igual como qualquer outro*”.

O historiador e antropólogo Vicente Salles (1971) afirma que a contribuição cultural negra foi diminuída e até negada no conjunto de valores constitutivos amazônicos e que, por vários fatores político-sociais, como a “mestiçagem”, apresentou percentuais irrisórios onde já foi determinante, como ter sido a maior parte étnica da população belenense em 1822, ano da independência do Brasil.

Isso se mostra ainda mais evidente com a existência de pelourinhos na capital paraense no século XVIII (ANDRADE, 2022), como no Ver-o-Peso, onde atualmente se concentra o Mercado de Carne, em que escravizados saíam dos navios, eram examinados e seguiam para o interior do Estado (SILVA, 2020). A finalidade desses lugares, situados em portos, era a punição e a comercialização de escravizados que desembarcavam na área que era conhecida como “praia”, como também detalha Salles (1971):

Mais tarde, em torno da doca do Ver-o-Pêso, vários estabelecimentos particulares se dedicaram à mercancia de escravos. Ali, em 1771, o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive, mandando sanear o desaguadouro do Piri, determinou a construção de um lagamar, onde também haveria estância segura e independente da guarda dos escravos: é a atual Doca do Ver-o-Pêso.

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), mostrou que a capital paraense conta com mais de 76% da população autodeclarada negra (pretos e pardos), evi-

denciando que Belém é uma cidade negra, apesar de todo o apagamento histórico. As feiras livres surgem então, como destinos de labor e obtendo a maior concentração de trabalhos informais, e o Ver-o-Peso, é um espaço de grande representatividade cultural, social e econômica na cidade, diariamente frequentado por grupos heterogêneos de pessoas, porém, predominantemente visitado por pessoas negras (PINHEIRO; RODRIGUES, 2020).

A questão de classe também se apresenta na feira. O Ver-o-Peso está localizado geograficamente no centro de Belém, tornando o percurso de quem mora nas periferias e em bairros ou municípios distantes ainda mais difícil e cansativo para quem precisa se locomover. Todo dia, os feirantes saem cedo de seus lares, na maioria, longínquos, para chegar e preparar tudo antes do início das vendas, demonstrando a realidade do que é viver sob a égide da desigualdade social e da segregação urbana. Os bairros que algumas interlocutoras residem são: Terra Firme, Tapanã, Telégrafo, Mosqueiro, Guamá e Jurunas.

Assim, as trabalhadoras do Ver-o-Peso se veem diante de problemáticas sobre a vida, trabalho e família, discutindo também outras as interseccionalidades presentes no mercado, mas que também é imbuído de conflitos e obstáculos, como, por exemplo, a chefia-solo de suas famílias, jornadas exaustivas de trabalho, disputas de clientela, violências, assédios, baixos salários, doenças relacionadas ao trabalho, infraestruturas inadequadas, ambientes insalubres, divergências com outros feirantes e com o Poder Público diante da fiscalização e da regularização dos boxes, o evento crítico (DAS, 1995) da Covid-19 e o vindowo da COP 30.

A importância do setor alimentício é tão grande para o Ver-o-Peso que foram promulgadas, em 2018, duas Leis Municipais pela Prefeitura de Belém (Lei nº 9.393 e Lei nº 9.395), atribuindo às “boieiras” e aos demais feirantes do Ver-o-Peso, o título de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de Belém.

O setor de alimentação é dividido em duas partes: uma que fica perto do calçadão da Avenida Boulevard Castilhos França, sendo de refeições mais rápidas, como salgados e sucos (o famoso “completo”), açaí com peixe frito e bebidas, em geral. Alguns boxes na parte interna desse lugar oferecem pratos prontos, mas o açaí é a comida preferida dos frequentadores.

Já na parte superior do setor, subindo uma escada (ou rampa ou plataforma, como as feirantes chamam), tem o outro lado do setor alimentício, popularmente conhecido como das “boieiras”. As comidas nesse setor são variadas e regionais, porém, os pratos são mais “sofisticados” e os preços mais elevados. O professor e antropólogo Tiago Silva (2007, p. 43) descreveu o aroma característico e a diversidade de alimentos do setor na feira:

À medida que nos aproximamos das barracas de alimentação, um dos maiores setores da feira, é praticamente impossível não sentir os aromas da culinária paraense, expressa em seus pratos típicos. Diversos pratos típicos são servidos: peixe-frito com açaí, pato no tucupi, maniçoba, vatapá, caruru, tacacá; e refeições consumidas no dia a dia com mais frequência: sopa, caldo, carnes assada e cozida.

Há a presença de redes sociais e de pertencimento horizontais (entre boieiras de boxes vizinhos) e/ou de gerações familiares dividindo o mesmo espaço (filhas, netas e funcionários/as), tornando-o um ambiente diverso de heranças e transmissão de saberes gastronômicos e de susten-

to familiar que transformou esse setor da feira em referência nacional e internacional de culinária amazônica.

No começo da semana (segundas e terças-feiras) o movimento é mais calmo e é possível admirar a paisagem do rio com tranquilidade e quase silêncio, situação essa que muda, principalmente nos finais de semana, quando o clima boêmio toma conta do lugar. Enquanto as manhãs são reservadas para os almoços, os fins de tarde são destinados ao consumo de bebidas e “tira-gostos”, em que vários trabalhadores (da feira ou não) param nos boxes para beber e/ou confraternizar com amigos, familiares ou amores. O público é variado dependendo do dia da semana ou do horário, pelas manhãs são frequentados principalmente por famílias com crianças e, à tarde, por jovens e trabalhadores.

2. As Dificuldades e os Obstáculos de Ser Mulher na Feira: trajetórias sociais e vivências de boeiras no Ver-o-Peso

As mulheres da feira enfrentam dificuldades diariamente, seja dentro ou fora do espaço público e, no setor das “boeiras”, a tarefa de servir é a mais visível, desde o preparo das quentinhas (pratos feitos) e dos pratos típicos da culinária paraense (vatapá, maniçoba, peixe-frito e açaí), cujos produtos utilizados são também comprados no Complexo (LEITÃO, 2013) até o atendimento aos fregueses, sendo conhecedoras da produção, armazenamento e comercialização de suas mercadorias, mantendo o lugar em funcionamento por 24 horas, sendo o horário de almoço, o de maior circulação de pessoas e serviços.

As mulheres negras estão na base da pirâmide socioeconômica, abaixo até dos homens negros e, por isso, apresentam particularidades que se expandem à categoria universal “mulher” que desqualifica as dores e violências cometidas contra os corpos femininos negros (CRENSHAW, 2004; DAVIS, 2016; GONZALEZ, 1988; BENTES, 1993). Assim, no âmbito trabalhista, a dificuldade em conseguir um emprego formal e estável é ainda maior, fazendo com que a informalidade na feira seja o principal destino de sobrevivência desde muito cedo.

A pesquisadora Mayara Silva (2021), em sua dissertação de mestrado sobre as mulheres do setor informal no Ver-o-Peso, identificou que: “Assim, as vidas de nossas interlocutoras são marcadas por cruzamentos entre a falta de condições financeiras, instabilidade e desregulamentação do mercado de trabalho, ausência de oportunidades de ascensão, baixo nível de escolaridade, administração do lar, como “chefes de família” e dupla jornada de trabalho”.

A história da chegada à feira de cada mulher feirante perpassa a amizade – vizinho(s) ou conhecido(s) – ou familiaridade (pai/mãe, tio/tia, irmão/irmã) com alguém que já trabalhava no local e as levam para trabalhar na feira, cujo primeiro trabalho é na condição de funcionárias de outros feirantes, até conquistarem seus espaços e conseguirem os seus próprios boxes, tornando-se elementos fundamentais para o funcionamento do mercado. A seguir, destaco as histórias e trajetórias de algumas “boeiras” do Ver-o-Peso:

“*Neusa*”¹⁰, mulher, negra, mãe-solo de 4 filhos, trabalha no box há 5 anos e é pessoa de confiança da dona do box, ela mesma contrata as funcionárias, explica o funcionamento do trabalho e as regras para ficar lá e diz que chegou na feira por um conhecido. Ela conta que não é fácil trabalhar no lugar, pois começa no horário das 9 horas da manhã até às 23 horas da noite, todos os dias. Ela relata que teve que trabalhar na pandemia, mas quem recebeu o auxílio foi a dona do box que tem CNPJ:

¹⁰ Nome fictício para preservar o anonimato.

Aqui eu cozinho, administro o box e contrato as funcionárias. Já demiti uma funcionária por deixar a comida crua. Trabalhar na feira tem que ser mulher mesmo. Já até confundiram as coisas aqui. Um vendedor ofereceu R\$100,00 pra eu sair com ele e eu recusei. Eu quero que a minha filha mais velha estude, não quero que ela trabalhe aqui.

“Olga”¹¹, mulher negra, aposentada, 74 anos, uma das feirantes mais antigas e conhecidas por todos e pelo Poder Público, vinculada à Federação Nacional do Comércio e trabalha na feira há 54 anos, no ramo das comidas:

Eu tinha 22 anos e comecei lá na feira do açaí. Depois de 1 ano e meio eu consegui ter meu box. Aqui criei minha família e tive meu dinheiro, aqui é o sustento de muitas famílias, tem box que trabalha 5, 6 pessoas da família, a minha família é uma delas, aqui me deu tudo, mas nem todo mundo dar valor, tem gente mais nova que não dar valor a isso aqui. Eu tenho cliente de tudo quanto é lugar, até de fora do país. Já participei de um monte de concurso, o “Estrela Azul” só minha filha e outras feirantes participam. Eu já fui para São Paulo, Santa Catarina... Já fui pra um que tinham vários representantes e o nosso box foi o que acabou comida mais rápido. O Jacquin¹² comen lambendo os dedos! Aqui na pandemia foi muito difícil, sabe? Tive que fechar tudo! Peguei, mas não foi sério e me curei com remédio caseiro. Mas perdi muitos amigos aqui na feira.

“Diana”¹³, mulher parda, 34 anos, é funcionária de um box de boieira, também conta que chegou na feira por meio de outra pessoa:

Cheguei através de uma pessoa. Eu vinha só pra vender, como ela me ofereceu uma oportunidade para trabalhar e eu não estava trabalhando, eu fiquei aqui até hoje, mas não com ela, graças a Deus. Aqui eu atendo, bato conta e me viro nos 30. Logo no início, eu achava um pouco difícil, a gente é muito assediada. Pra ser sincera, tu tens que ter jogo de cintura pra tu ser mulher atendente aqui na feira. Porque se não tiver jogo de cintura, é foda, é complicado. E já aconteceu de um freguês querer passar do limite, eu corto na hora.

Dentre os inúmeros atores sociais presentes na feira, está o Poder Público, que atua por meio da fiscalização pela SECON (Secretaria Municipal de Economia) e em parceria com os cursos oferecidos pelo Sebrae¹⁴, cujo objetivo é transformar os feirantes em microempreendedores individuais (MEI¹⁵). Exemplo disso são as inúmeras atividades promovidas pelo órgão, realizadas no Ver-o-Peso e disponibilizadas aos feirantes, inclusive com incentivos, cursos e orientações sobre as “vantagens do empreendedorismo” e os trâmites para a formalização (G1 PARÁ, 2021¹⁶).

Assim, a ideia de “liberdade” oriunda dessa nova lógica de trabalho flexível, é contrastada pela imposição de poder e controle pelo Estado, desencadeando na individualização do trabalho

¹¹ Nome fictício para preservar o anonimato.

¹² Chef de cozinha francês e jurado no *reality show* gastronômico, “Masterchef”, veiculado pelo canal televisivo Band.

¹³ Nome fictício para preservar o anonimato.

¹⁴ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

¹⁵ É a pessoa que trabalha por conta própria e ao se regularizar como pequeno empresário, é criado um CNPJ e recebe benefícios previdenciários e sociais, desde que siga os requisitos, como não possuir sócio(a), não ser sócio titular de outra empresa, não possuir filial, possuir um empregado(a) e entre outros.

¹⁶ Matéria jornalística do site G1 Pará, “Ver-o-Peso recebe Unidade Móvel do Sebrae”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/especial-publicitario/sebrae-para/compre-do-pequeno-amazonia-market/noticia/2021/08/20/ver-o-peso-recebe-unidade-movel-do-sebrae.ghtml>>. Acesso em: 07 abr. 2022

(CASTELLS, 2002), que transforma o indivíduo em uma “empresa de si mesmo”, em que organiza o seu curto tempo e define seu caráter pessoal (SENNETT, 2009). A feirante “Olga” diz que a relação com a Prefeitura e com a SECON é boa e que é cobrada uma taxa de R\$ 400,00 pela manutenção do box, podendo ser parcelado, mas que ela tinha isenção por ter mais de 60 anos de idade.

Problemas sanitários, infraestruturas inadequadas, insegurança, violências, disputas de clientela e outros fatores sempre foram impasses e afastaram muitos consumidores do local, demonstrando que, mesmo sendo um setor lucrativo, não escapa do descaso governamental. “Neusa” disse que a dona do box em que trabalha paga um vigia para proteger o box: *“Ela paga R\$ 40,00 pro vigia, porque tava tendo muito roubo de cabos. Agora que mudou”*.

A feirante “Olga” mencionou que: *“Todos nós pagamos um segurança que fica de dia e de noite, mais pela noite porque tava tendo muito roubo. Quando a fiação era por baixo, como roubavam. Melhorou agora, quando colocaram por cima”*. Porém, a sensação de medo também afeta a clientela do seu box: *“Não que seja perigoso, mas porque é muita gente, né? Tem que ter cuidado, aí acaba espantando cliente”*.

A posição que as feirantes ocupam na feira as vulnerabilizaram ainda mais com a suspensão das atividades na pandemia, visto que a maioria são mães-solo, cuja necessidade de renda para criar seus filhos é o principal motivo que as fizeram chegar à feira. O que demonstra que a situação econômica é um fato que pesa na relação do trabalho e não opção, sendo presente até hoje ao ser “dona do próprio box”, mas que contrastou com a realidade dura em lidar sozinha com as dificuldades e os custos que surgem, e, conseqüentemente, o fechamento dos boxes ou trabalhar “escondido” das autoridades locais durante a Covid-19.

3. Covid-19 e a COP 30 no Ver-o-Peso: estratégias de sobrevivência e resistência na informalidade

A pandemia causada pelo novo Coronavírus evidenciou a fragilidade da estrutura socioeconômica brasileira, fazendo com que a desigualdade social tomasse proporções ainda maiores ao atingir, sobretudo, os grupos mais vulneráveis, como a classe trabalhadora, seja por ser vítima da ausência de políticas públicas e pelo acesso restrito a serviços básicos de saúde, seja pela concentração desse grupo à trabalho em setores denominados informais.

Os antropólogos Carmem Izabel Rodrigues e Marcos Trindade Borges (2012) e a pesquisadora e cientista econômica Ana Laura dos Santos Sena (1999) afirmam que o trabalho informal em Belém absorve uma parcela significativa da população economicamente ativa. Esses trabalhadores geralmente são localizados próximos às grandes vias e corredores de circulação da cidade, assim como em praças, feiras e mercados.

Várias explicações corroboram sobre a discussão da informalidade, que apresenta diferentes abordagens, sendo desde a perda do emprego assalariado estável (SILVA, 2002) até a possibilidade de ser “dono do próprio negócio” (SENA, 1999), ou, mais precisamente, a polêmica em torno do surgimento da “figura do empreendedor”. Com a “modernização” capitalista, surgiram novos tipos de trabalho que recrutaram vários grupos sociais, principalmente os mais vulnerabilizados, como a população negra.

O sociólogo Fabrício Maciel (2012) afirma que os feirantes integram o que se denomina “nova classe trabalhadora” ou “batalhadora brasileira”, caracterizada pela intensificação da precariedade, da desqualificação e da informalidade. Estão divididos em “batalhadores empreendedores”

ou não, cujas semelhanças são: origem familiar estruturada, disposição para o trabalho esforçado e honesto (dignidade) e disposições econômicas básicas para cálculo e administração primários. Os “batalhadores empreendedores” se caracterizam por gerenciar seus próprios negócios, cujo elementos diferenciais são: disposição e cálculo para autossuperação e disposição para chefia e liderança.

Dessa forma, os trabalhadores informais do Ver-o-Peso sentiram os efeitos da pandemia em suas vivências e impressões, em todos os aspectos, apresentando dificuldades de se manter nesse período, desde na aquisição de materiais higiênicos (NASCIMENTO *et al*, 2020) até na influência nas vendas e consumos no local. Consequentemente, no primeiro semestre de 2020, uma testagem realizada pela Secretaria Municipal de Saúde junto aos trabalhadores das feiras do Ver-o-Peso e do Comércio de rua de Belém revelou um alto índice de contaminação, em 40% (UOL, 2020).

O “empreendedorismo” imposto pelo Estado, colocou os trabalhadores em uma categoria de “empreendedores por necessidade”, já que dependem do trabalho para sobreviver (LIMA, 2010) e a pandemia impactou na geração de riquezas para o país e no sustento dos feirantes, sendo vítimas da ausência e/ou ineficácia de políticas públicas, do racismo e da desigualdade social que transforma labor em mecanismo de sobrevivência, principalmente durante o período crítico da pandemia, que, em Belém, iniciou-se no primeiro semestre de 2020.

São também analisados sob a ótica sociológica da “informalidade precária”, por ser um ofício desprotegido, que não possui renda fixa e realizado em condições degradantes e de eficiência econômica reduzida e limitada, como os “camelôs” do comércio de Belém (PIRES, 2014). Entretanto, o sociólogo Válber de Almeida Pires (2014) também afirma que, com o surgimento da Nova Informalidade, novos aspectos foram inseridos, relacionados ao sistema flexível e globalizado, diretamente relacionado ao desenvolvimento capitalista, surgindo assim novas configurações no setor informal. Assim, o trabalhador sem gerência é subsidiarizado, muitas vezes, pela microeletrônica e passa a ter a responsabilidade sobre si mesmo e sobre o processo de trabalho (RAMALHO; SANTANA, 2004).

Alguns feirantes, sobretudo do setor alimentício, também alegaram estranhamentos com o mundo digital, em virtude da impossibilidade de acesso aos aplicativos de venda e a dificuldade financeira no custeio, entrega de alimentos e no pagamento de “motoboy” (JORNAL LIBERAL 1ª ED., 2020¹⁷), fazendo preferirem até hoje a venda física e pessoal. A professora e socióloga Andréa Chaves (2020) exemplifica que esses aplicativos demonstram uma falsa noção de independência em relação ao trabalho e à remuneração, porém submetem os trabalhadores a condições ainda mais precarizadas que a informalidade traz.

Dentre as alternativas de sobrevivência durante esse período, identificamos um conjunto de matérias jornalísticas – visto que estávamos em isolamento/distanciamento social – que destacaram as estratégias dos feirantes do Ver-o-Peso para a geração de renda nesse período, como as vendas por aplicativos para manter clientes (D’ALMEIDA, 2020¹⁸), como o “Ver-a-Feira” do Governo Estadual, o fortalecimento e crescimento de cooperativas e associações, como o “Feira Segura” do Senar/CNA (NASCIMENTO *et al*, 2020), os auxílios fornecidos pelo Estado, como a entrega de cestas básicas durante a paralisação das atividades (BAÍA, 2020) e o programa de crédito emergencial, denominado de Fundo Esperança.

¹⁷Matéria jornalística do *Jornal Liberal* 1ª edição, “Feirantes do Ver-o-Peso utilizam o delivery para continuar as vendas durante pandemia”. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8632692/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

¹⁸Exemplo é a matéria jornalística do site do *Diário do Pará*, “Aglomeração de feirantes e consumidores no Ver-o-Peso não para”. Disponível em: <<https://www.diarionline.com.br/noticias/para/582070/aglomeracao-de-feirantes-e-consumidores-no-ver-o-peso-nao-para>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Entretanto, nem todos os feirantes foram beneficiados pelos auxílios durante a pandemia, pois a feirante “Olga” respondeu sobre o recebimento do Auxílio Emergencial:

Nenhum, nadinha, eu não recebi porque sou aposentada, só as meninas que conseguiram auxílio emergencial. Eu não pedi, porque eu quis que deixasse pra quem mais precisa, sabe? Quem tava passando muita dificuldade. Ai eu pedi empréstimo e até hoje tô pagando, com juros altíssimos! Eu pedi cestas básicas pra Federação, pra ajudar os feirantes aqui e eles me ajudaram. Mas nem a Prefeitura ajudou nem nada aqui.

Passando esse período conturbado, novas mudanças ocorreram na feira, e também no setor das boieiras, demonstrando o ritmo frenético que o Ver-o-Peso possui. Inicialmente, o foco da pesquisa estava na Covid-19 e nas estratégias de sobrevivência das feirantes nesse período, mas logo ao final do campo, um outro evento surgiu, causando ainda mais conflitos e modificações no trabalho e na vida de todos ali, a COP 30.

Com o avançar das obras de reforma do Ver-o-Peso, vários setores fizeram uma espécie de revezamento e saíram de seus locais tradicionais. Os setores de maniva, polpas e sucos e boieiras foram para o estacionamento da feira, que fora interditado e denominado de “feira provisória”. Com isso, novos conflitos surgiram, principalmente em relação ao ambiente escolhido e na forma com que o Poder Público os deslocou sem nenhuma conversa prévia ou acordo sobre as mudanças que viriam. A boieira “Diana” conversou antes do box em que ela trabalha ser remanejado:

O espaço em si, tá se deteriorando, a gente quer mudança, mas não desse jeito que eles querem. Querem tirar a gente daqui pra jogar pra um lugar que não tem estrutura pra receber a galera, entendeu? É, as pessoas veem, mas só que agora com essa reforma que vai ter pra COP 30 piorou. É, fecharam o estacionamento como vocês podem ver, as pessoas querem vir e não tem onde estacionar e as pessoas, os poucos que tão vindo reclamam da estrutura, do calor. O Ver-o-Peso tá baixo, o calor a cada mês, a cada ano que passa tá aumentando, tá esquentando mais, pode ser inverno ou verão, tá quente. Aqui devia ter uma infraestrutura melhor e aquilo, a tendência é só piorar. Ok?.

Uma das reclamações mais faladas pelas interlocutoras, é sem dúvida alguma, o calor excessivo. Belém é uma cidade tropical, quente e úmida, mas nos últimos tempos alcançou um longo período de temperaturas elevadas e umidade relativa do ar bem baixa, tornando os ambientes de convívio e de trabalho bem agoniantes e secos.

A boieira “Helena”¹⁹ relata a preocupação do setor na feira provisória em impactar negativamente nas vendas das feirantes: “É muito quente, é muito quente. Hora de meio-dia, uma hora ninguém aguenta e às vezes o cliente chega e já quer almoçar pra ir embora, não quer ficar, porque tá muito quente, tá muito calor, mas a gente não pode fazer nada, né? A gente coloca ventilador, é três, quatro ventilador que é pra ver se ameniza um pouco”.

Até o encerramento das entrevistas, realizadas em 2024, as boieiras ainda não tinham retornado ao lugar tradicional (na parte de cima da feira, em frente ao rio). Entretanto, as mudanças vão ainda mais além, pois, durante as entrevistas, descobrimos que algumas boieiras, as donas de boxes, abriram restaurantes fora da feira e próximos ao centro da cidade. Dentre as entrevistadas, duas estavam com restaurante, em que uma estava montando e a outra tem até dois restaurantes, todos

¹⁹ Nome fictício para preservar o anonimato.

climatizados. Porém, essa trajetória de sucesso ainda não alcança as funcionárias, principalmente as que sonham em ter seus próprios boxes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Complexo do Ver-o-Peso possui um papel histórico e simbólico importante para a cidade de Belém do Pará, e, principalmente, para os feirantes informais que ali trabalham. Dentre esses, destaca-se o setor alimentício, popularmente conhecido como das “boieiras”, liderado por mulheres negras (pretas e pardas) e mães-solo, que tiram da feira o sustento diário de suas famílias, e que enfrentam diariamente obstáculos e percalços por serem mulheres, tendo suas atividades laborativas e familiares impactadas pela Covid-19 e, recentemente, pelas obras da COP 30.

Segundo o economista Fabrício Rebello e os engenheiros agrônomos Paola dos Santos e Marcos Antônio dos Santos (2021), o setor sempre sofreu com a ausência de políticas públicas referente à higiene, estrutura adequada, calor excessivo, insegurança no local e outros fatores que afastaram ou foram queixas constantes dos fregueses. O que contrasta com o apelo e a propaganda diária do Poder Público em enaltecer a feira e fortalecer o “orgulho paraense”, mas adota medidas e ações governamentais sem consultar os próprios feirantes que são responsáveis pela vida pulsante da feira.

Com a chegada da Covid-19, a situação piorou e o ritmo de funcionamento do setor e da feira em geral foi afetado drasticamente, fazendo com que fossem adotadas medidas sanitárias ainda mais rígidas, inclusive no manejo, no fornecimento e na entrega de comidas prontas para os frequentadores, ocasionando, inclusive, no fechamento das atividades laborativas no período mais crítico da doença, fazendo com que os feirantes adotassem estratégias para continuar comercializando e fornecendo os alimentos dentro ou fora do setor.

Para as feirantes desse setor alimentício, a adoção de alternativas de sobrevivência foi o caminho mais viável, como o trabalho “escondido”, recebendo auxílio de cestas básicas e a introdução no meio ambiente digital com a utilização de *delivery*, mas que, mesmo assim, trouxe dificuldades e estranhamentos diante da tecnologia, modificando ainda mais o ritmo agitado que a feira tem. Essas dificuldades impostas pela informalidade demonstram que a ideia de ser “dona do próprio negócio” mascara ainda mais a precarização do trabalho diante da impossibilidade em custear sozinhas seus próprios boxes e no pagamento de taxas de uso para o Poder Público municipal, sem nenhum tipo de retorno ou ajuda financeira.

No período “pós-pandêmico”, com a realização da COP 30, novas mudanças e conflitos chegaram, como o remanejamento do setor para a “feira provisória”, localizada no estacionamento do Ver-o-Peso, em que relataram mais problemas envolvendo, principalmente, o espaço, o ambiente e a temperatura elevada que interfere na saúde das feirantes e no trabalho na feira, afastando os clientes e fregueses do local.

Sendo assim, por serem vulnerabilizadas diretamente pela desigualdade social e de gênero, abandono estatal e precariedade do trabalho, as “boieiras” do Ver-o-Peso vivenciaram os impactos causados pela pandemia em suas vidas e ofícios. Além disso, a nova mudança advinda pela COP 30 já influencia a feira, que incide sobre as obras públicas locais que remanejaram o setor, causando outros transtornos e percalços referentes ao espaço pequeno, calor excessivo, divisão do setor inadequada, remodelação de estratégias de vendas e adaptação de clientes. Assim, as trajetórias de sucesso nem sempre atingem todas de forma igualitária no setor, em que muitas ainda sonham em serem “donas do seu próprio box”.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. *Feminismos Plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, 152p.
- AMADOR DE DEUS, Zélia Amador de. O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. In: COLAB – Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e Desigualdades, XI, Salvador, 07 a 10 de agosto, 2011. *Anais [...]*, Salvador, BA: UFBA, 2011. Disponível em: <https://fenomenologiadasolidariedade.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/1308245884_arquivo_corpocomomarcaidentitariaartigooversaofinal-zelia.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2024.
- ANDRADE, Francisco. De símbolos da opressão a padrões de liberdade: a preservação de pelourinhos coloniais e o apagamento da memória da escravidão (sécs. XVI-XX). *Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1-37, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/188402/184334>>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- BAÍÁ, Dayane. Trabalhadores informais e instituições recebem mais de 2 mil cestas de alimentos. *Agência Pará*. 06 abr. 2020. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/18844/>>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- BARROSO, Suellen Andrade; ARAÚJO, Jordeanes do N. Entre símbolos e imagens: por uma crítica à noção de “cultura amazônica”. In: *Revista EDUC.Amazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente*. Humaitá, LAPESAM, GISREA/UFAM/CNPq/EDUA. ISSN 1983-3423. Ano 3, vol. 2, jul-dez, 2010, pág. 44-56.
- BELÉM. *Decreto Municipal nº 26579, de 14 de abril de 1994*. Dispõe sobre o funcionamento de feiras livres no Município de Belém. Belém: Prefeitura, [1994]. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?lei=26579&ano=1994&tipo=2#:~:text=Decreto%20Municipal%20N.%C2%BA%2026579,Bel%C3%A9m%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 07 abr. 2022.
- _____. *Lei nº 9.393, de 31 de julho de 2018*. Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de Belém, as Boieiras do Ver-o-Peso (vendedoras de refeição do Mercado Ver-o-Peso). Belém: Prefeitura, [2018]. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2018/940/9393/lei-ordinaria-n-9393-2018-reconhece-como-patrimonio-cultural-de-natureza-imaterial-do-municipio-de-belem-as-boieiras-do-ver-o-peso-vendedoras-de-refeicao-do-mercado-ver-o-peso-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 07 abr. 2022.
- _____. *Lei nº 9.395, de 31 de julho de 2018*. Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de Belém, os feirantes do Ver-o-Peso. Belém: Prefeitura, [2018]. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pa/b/belem/lei-ordinaria/2018/940/9395/lei-ordinaria-n-9395-2018-reconhece-como-patrimonio-cultural-de-natureza-imaterial-do-municipio-de-belem-os-feirantes-do-ver-o-peso-e-da-outras-providencias?r=p>>. Acesso em: 07 abr. 2022.
- BENTES, Raimunda Nilma de Melo. *Negritando*. Belém, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introd., org., sel. Sergio Miceli. 6ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. *Mulheres negras amazônicas frente à cidade morena: o lugar da psicologia, os territórios de resistência*. 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia – PPGP) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do

Pará, Belém, 2017. Disponível em: <<https://ppgp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Turma%202015/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Flavia%20C%C3%A2mara%202017>>.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. vol. I, 6ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002, cap. 4.

CHAVES, Andréa Bittencourt Pires. Da Planta Taylorista/Fordista ao Capitalismo de Plataforma: as engrenagens da exploração do trabalho. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 6, e01963473, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i6.3473>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CONRADO, Mônica. Segunda geração de brasileiros em Paramaribo e jovens brasileiros em mobilidade: uma etnografia. *Amazônia Negra: imagens, narrativas e saberes em diálogo (e-book)*. Mônica Conrado, Thiane Neves Barros e Lorena Esteves (Orgs.). Castanhal: Monteiro Editora; Belém: NOSMULHERES, 2022, 120 p. Disponível em: <<https://www.ppgcom.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/474-lancamento-ebook-amazonia-negra-imagens-narrativas-e-saberes-em-dialogo>>. Acesso em: 12 out. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Painel 1. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2024.

D'ALMEIDA, Denilson. Aglomeração de feirantes e consumidores no Ver-o-Peso não para. *Diário do Pará*. 06 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/582070/aglomeracao-de-feirantes-e-consumidores-no-ver-o-peso-nao-para>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

DAS, Veena. Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India. In: *Oxford University Express*, 1995.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. 1ª ed. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

Feirantes do Ver-o-Peso utilizam o delivery para continuar as vendas durante pandemia. Jornal Liberal 1ª ed. Belém: TV Liberal, 17 jun. 2020. Programa de TV. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8632692/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

G1 PARÁ. *Ver-o-Peso recebe Unidade Móvel do Sebrae*. 20 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/especial-publicitario/sebrae-para/compre-do-pequeno-amazonia-market/noticia/2021/08/20/ver-o-peso-recebe-unidade-movel-do-sebrae.ghtml>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 92/93, 69/82, jan-jun 1988, p. 69-81.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Trad. Fátima Murad. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n° 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa da Distribuição Espacial da População Segundo Cor ou Raça – Pretos e Pardos – 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 1 p. Disponível em: <https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ver-o-Peso (PA). In: *Portal Iphan*, c2014. Página inicial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/828>>. Acesso em: 30 out. 2021.

LEITÃO, Wilma Marques. Ver-o-Peso: um mercado de coisas boas e belas. In: *CINCCI - IV Colóquio Internacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem*. Uberlândia, 26-28 mar. 2013. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/4_cincci/019-wilma.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

LIMA, Jacob. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, set./dez. 2010, p. 158-198.

MACIEL, Fabrício (col.). Batalhadores feirantes: O Ver-o-Peso de Belém e a Feira de Caruaru. In: SOUZA, Jessé *et al.* (Org.). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. 2ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, v. 1, p. 149-172, cap. 5.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. *As feiras livres em Belém (PA): possibilidades e perspectivas de (re)apropriação do Território na/da cidade*. 2010.

NASCIMENTO, Rebecca do *et al.* Feiras livres em tempo de pandemia: um estudo de caso do município de Belém-PA. In: *Paper do NAEA (472)*, 2020, vol. 29, nº1 (Dossiê Crise e Pandemia). Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/9324/6455>>. Acesso em: 19 out. 2021.

NOLETO, Rafael da Silva. Cor de jambo e outros matizes amazônicos: sobre a abolição da mulata e o advento da morena cheirosa nas festas juninas de Belém. In: *MANA* 24 (2), p. 132-173, ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/CctJcnSk9dMYch4RRTStRTs/?lang=pt>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PINHEIRO, Tainara Lúcia; RODRIGUES, Carmem Izabel. Mediações visíveis na cidade: Olhares sobre o racismo em Belém do Pará. In: *Nova Revista Amazônica*. vol. VIII, nº 02, set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/9372/6474>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PIMENTEL, Dilson. Reforma do Ver-o-Peso deve ser concluída no primeiro semestre de 2024, diz prefeito. *O Liberal*. 27 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/belem/reforma-do-ver-o-peso-deve-ser-concluida-no-primeiro-semester-de-2024-diz-prefeito-1.661950>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PIRES, Válber de Almeida. *Nova informalidade entre os vendedores autônomos do centro comercial de Belém do Pará e o caso do Espaço Palmeira*. 2014. 383 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, p. 44-45, Belém, 2014.

PUCRS. *Dia da Amazônia: maior floresta tropical do mundo contribui para a regulação do clima*. 05 set. 2024. Disponível em: <<https://portal.pucrs.br/blog/dia-da-amazonia/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco. *Sociologia do Trabalho*. RJ: Zahar, 2004.

REBELLO, Fabrício Khoury; SANTOS, Paola Côrrea dos; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos. Boieiras do Ver-o-Peso: tradição, cultura e valores não econômicos da culinária regional na mais importante feira da Amazônia brasileira. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 50, 2021. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/37200>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

RODRIGUES, Carmem Izabel; BORGES, Marcos Trindade. Economia informal no bairro do Juru-nas, Belém (PA). *28ª Reunião Brasileira de Antropologia*, GT 02, 02 a 05 jul. 2012. São Paulo – SP, Brasil.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de publicações [e] Universidade Federal do Pará (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo), 1971, 2ª parte.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of history analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press, 1989, p. 1-35.

SENA, Ana Laura dos Santos. Dimensões da informalidade em Belém. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, nº 2, dez. 1999. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/3130/1/Artigo_DimensoesInformalidadeBelem.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. 14ª ed., Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2009.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18603/11977>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SILVA, Marley Antonia Silva da. *Nas correntes do atlântico norte e sul: tráfico de escravizados para Belém do Grão-Pará (1777-1841)*. 2020. 237 f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/SILVA_Marley_Tese.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

SILVA, Mayara de Oliveira. *Nas veredas da sobrevivência: Mulheres no setor informal na feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará*. 2021. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, p. 50-52, Belém, 2021.

SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz. *Ver-a-cor: um estudo sobre as relações sociais no mercado do Ver-o-Peso em Belém (PA)*. 2007. 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, p. 74. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89854/246840.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SIMMEL, Georg. O problema da sociologia. In: *Sociologia*. Evaristo de Moraes Filho (Org.); Florestan Fernandes (coord.). Editora Ática, SP, 1983.

SOUSA, Erika de. *et al.* Prospecção socioeconômica em feiras livres: o caso do Complexo do Ver-o-Peso, Belém, Pará, Brasil. In: *Revista Espacios*. v. 38, nº 36, ano 2017, p. 5. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a17v38n36/a17v38n36p05.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

UOL. *Belém faz testagem em massa em comércio para medir índice de contaminados*. São Paulo, 02 jul. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/02/bel-em-40-de-contaminados-em-testagem-aposta-em-imunizacao.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. Trad. Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: *O fenômeno urbano*. Org. e Introd. Otávio Guilherme Velho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 68-89.

WERNECK, Jurema. Impactos da covid-19 na comunidade negra, com destaque para a vida das mulheres. *Anistia Internacional*. 23 ago. 2021. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/23-08-2021-covid19-na-comunidade-negra-jurema-werneck>>. Acesso em: 12 out. 2024.

Educação Sexual Para Mulheres Ribeirinhas: uma concepção Freiriana*Educación Sexual Para Mujeres Ribeirinhas: una concepción Freireana**Sexual Education for Riverside Women: a Freirean conception***Monique Evelin Lobato da Silva****Caroline Carvalho Silva****Gabriela Costa Favali**

Resumo: O artigo analisa a importância da educação sexual para mulheres ribeirinhas do Poção, em Cotijuba (PA), utilizando a metodologia freiriana, que valoriza os saberes prévios das participantes. A pesquisa envolveu uma palestra sobre sífilis e uma oficina integrando conhecimentos populares e científicos sobre saúde feminina. Os resultados foram satisfatórios dentro dos recursos disponíveis, promovendo o diálogo sobre temas considerados tabus e incentivando o autocuidado. No entanto, ainda há muito a ser trabalhado na comunidade, especialmente diante das barreiras culturais e da necessidade de maior acesso à informação. Este foi apenas o primeiro momento de uma iniciativa mais ampla, a qual se pretende dar continuidade. Fundamentada em Freire (2004), Santana (2019), Campos (2010), Gil (2002) e Schneider (2017), a pesquisa ressalta a importância de metodologias interativas para fortalecer a autonomia das mulheres.

Palavras Chave: Educação sexual. Educação de Jovens e Adultos. Educação Freireana. Ilha do Poção.

Resumen: El artículo analiza la importancia de la educación sexual para las mujeres ribereñas de Poção, en Cotijuba (PA), utilizando la metodología freireana, que valora los conocimientos previos de las participantes. La investigación incluyó una charla sobre sífilis y un taller que integró conocimientos populares y científicos sobre la salud femenina. Los resultados fueron satisfactorios dentro de los recursos disponibles, promoviendo el diálogo sobre temas considerados tabú y fomentando el autocuidado. Sin embargo, aún queda mucho por trabajar en la comunidad, especialmente frente a las barreras culturales y la necesidad de un mayor acceso a la información. Este fue solo el primer paso de una iniciativa más amplia, que se pretende continuar. Basada en Freire (2004), Santana (2019), Campos (2010), Gil (2002) y Schneider (2017), la investigación resalta la importancia de metodologías interactivas para fortalecer la autonomía de las mujeres.

Palabras Claves: Educación sexual. Educación de Jóvenes y Adultos. Educación Freireana. Isla de Poção.

Abstract: The article analyzes the importance of sexual education for riverside women in Poção, Cotijuba (PA), using Freirean methodology, which values participants' prior knowledge. The research involved a lecture on syphilis and a workshop integrating popular and scientific knowledge about women's health. The results were satisfactory within the available resources, promoting dialogue on topics considered taboo and encouraging self-care. However, there is still much work to be done in the community, especially in addressing cultural barriers and the need for greater access to information. This was just the first step in a broader initiative that is intended to continue. Based on Freire (2004), Santana (2019), Campos (2010), Gil (2002), and Schneider (2017), the research highlights the importance of interactive methodologies to strengthen women's autonomy.

Keywords: Sexual education. Youth and Adult Education. Freirean Education,. Poção Island.

Monique Evelin Lobato da Silva – Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará – UEPA. E-mail: moniquelobato20@gmail.com

Caroline Carvalho Silva – Estudante de Pedagogia na Universidade do Estado do Pará. Faz parte do grupo de pesquisa Pará Leitura, onde contribui para estudos sobre práticas de leitura e educação. E-mail: carvalhocarol777@gmail.com

Gabriela Costa Favali – Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (2021). Fundadora/Coordenadora Pedagógica do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Pará Leitura/NEP/UEPA coordenando o Grupo de Estudo e Trabalho em Educação Freireana e Sexualidade (GETEFS) e o Grupo de Trabalho em Educação, Gênero e Sexualidade (EGESEX). E-mail: gabyfavali@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação sexual na comunidade do Poção, em Cotijuba, é essencial para a valorização das mulheres, especialmente quando fundamentada na metodologia de Paulo Freire, que prioriza o diálogo e a conscientização crítica. Esse enfoque permite que as participantes compreendam melhor seus corpos, direitos e saúde, enfrentando desafios impostos por um ambiente patriarcal e religioso que limita o debate sobre sexualidade. Ao integrar saberes populares e promover um espaço seguro para a troca de experiências, a educação sexual não apenas desconstrói tabus, mas também fortalece a identidade cultural da comunidade. Além disso, capacita as mulheres a tomarem decisões informadas sobre sua saúde reprodutiva e a reivindicarem seus direitos, contribuindo para a promoção da saúde coletiva e o fortalecimento comunitário.

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma ação do projeto de pesquisa e extensão Pará Leitura, conduzido pelo grupo de estudo e trabalho EGESEX, que aborda questões de gênero e sexualidade com base na pedagogia freiriana. O grupo realiza atividades na comunidade mensalmente, adaptando suas práticas às necessidades e demandas das mulheres locais. Embora o público seja diversificado em idade, atualmente, a participação é majoritariamente de mulheres que residem ou frequentam a região.

Nesta ação, foram realizadas uma palestra sobre sífilis e uma oficina de poesias, abordando amor próprio e cuidados com o corpo. A educação sexual ainda enfrenta resistência nas instituições de ensino, onde costuma ser tratada como um tabu devido a valores morais e religiosos enraizados. Segundo a Agência do Pará, há um crescimento nos casos de infecções sexualmente transmissíveis, especialmente HIV e sífilis, problema agravado em comunidades ribeirinhas, onde o patriarcado e a influência religiosa frequentemente dificultam o diálogo sobre o tema.

A falta de uma abordagem interdisciplinar na educação sexual compromete a formação integral do sujeito ao restringi-la aos aspectos biológicos. Nesse contexto, a educação sexual para mulheres se torna uma ferramenta essencial para ampliar a compreensão do mundo e estimular uma participação mais ativa na sociedade.

Este artigo tem como objetivo geral analisar como a educação sexual para mulheres ribeirinhas do Poção contribui para o combate ao analfabetismo funcional e às barreiras culturais, valorizando os saberes populares sobre saúde sexual e reprodutiva. Para isso, serão explorados os seguintes objetivos específicos: identificar o impacto do analfabetismo funcional na compreensão de temas ligados à educação sexual; investigar os desafios e resistências enfrentados na abordagem do tema em uma comunidade patriarcal e religiosa; e examinar o conhecimento e o uso de medicamentos naturais relacionados à saúde sexual e reprodutiva, enfatizando a troca de saberes entre gerações.

1. A Importância da Educação Sexual para Mulheres Ribeirinhas na Comunidade do Poção em Cotijuba Inspirado na Metodologia Paulo Freire

A ética e o respeito são pilares centrais na pedagogia freireana. Ao abordar temas sensíveis como a sexualidade, é crucial que os educadores mantenham uma postura ética, criando um espaço seguro e acolhedor para o diálogo. Nesse sentido, a ausência de debates sobre sexualidade nas comunidades ribeirinhas é um fator preocupante, especialmente considerando os avanços da ciência e suas contribuições para a saúde e longevidade. Com o aumento da

expectativa de vida e a melhoria na qualidade de vida, observa-se um comportamento sexual mais ativo entre adultos e idosos, tornando essencial uma educação sexual inclusiva. Segundo Santana (2019), as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) estão entre as cinco principais causas de procura por serviços de saúde no Brasil, evidenciando a necessidade de intervenção educativa nessa área.

Inspirando-se na metodologia de Paulo Freire, é fundamental que a educação sexual na comunidade seja construída de forma dialógica e participativa. Em “Pedagogia da Autonomia”, Freire enfatiza que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2004, p. 22). Isso implica que o processo educativo deve valorizar os saberes prévios das mulheres ribeirinhas, promovendo um ambiente onde elas possam compartilhar experiências e construir coletivamente novos entendimentos sobre sexualidade e saúde. Além disso, Freire destaca a importância da “curiosidade epistemológica” como motor do conhecimento. Estimular a curiosidade das mulheres acerca de seus corpos e da saúde sexual pode levá-las a questionar tabus e mitos enraizados na comunidade, facilitando a adoção de práticas preventivas e maior autonomia em relação às suas escolhas sexuais.

2. Deficiência na Formação Docente e Impacto na EJA

Um obstáculo significativo para a implementação da educação sexual é a deficiência na formação dos professores. Dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) apontam que 74% dos professores do ensino fundamental I, em mais de 139 municípios do Brasil, não tiveram educação sexual em sua graduação. Esse déficit formativo é ainda mais prejudicial para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que necessitam de um ensino adaptado à sua realidade social e cultural.

A diversidade de experiências dos alunos da EJA representa um potencial pedagógico valioso. Paulo Freire enfatiza a importância do ensino dialógico, no qual o educador não apenas transmite conhecimento, mas também aprende com os educandos. Freire (2004) afirma:

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenço, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.”. (FREIRE, 2004, p. 16)

3. O Círculo de Cultura como Ferramenta Pedagógica

Freire destaca o diálogo como elemento essencial para o aprendizado significativo. Campos (2010) reforça essa ideia ao afirmar que "o diálogo, entendido como interação social, é essencial para que o indivíduo resolva seus problemas e construa conhecimento a partir de experiências externas". Nesse contexto, o círculo de cultura surge como metodologia adequada para o ensino da educação sexual na EJA, pois permite que os participantes compartilhem saberes e reflitam criticamente sobre suas realidades. Freire (2014) ilustra a eficácia dessa abordagem ao relatar que "assistimos a uma sessão de um ‘Círculo de Cultura’ em que militantes armados se alfabetizam,

aprendem a ler palavras fazendo a releitura do mundo". Essa perspectiva demonstra que a educação sexual deve ir além da simples transmissão de informação, estimulando a autonomia dos educandos.

4. Metodologia da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem quanti-qualitativa, permitindo uma análise ampla e aprofundada do objeto de estudo. A metodologia adotada combinou a coleta de dados qualitativos, que envolvem narrativas, ideias e experiências individuais das participantes, com a coleta de dados quantitativos, que utilizam números concretos para validar a hipótese proposta. Segundo Schneider (2017), esse tipo de estudo proporciona resultados mais precisos, enriquecendo a análise e discussão finais. A pesquisa qualitativa possibilita a compreensão detalhada do contexto, enquanto os dados quantitativos servem para respaldar as afirmações feitas na investigação.

A pesquisa de campo foi realizada na comunidade ribeirinha do Poção, na ilha de Cotijuba-PA, com um grupo de 16 mulheres, com idades entre 15 e 60 anos. Esse recorte etário foi escolhido para abranger diferentes gerações e perspectivas sobre a educação sexual e o impacto do contexto sociocultural na vida dessas mulheres. A pesquisa foi organizada pelo grupo de pesquisa e extensão Pará Leitura, por meio da iniciativa do grupo EGSEX, que atua na promoção da educação sexual e de gênero. Para garantir uma abordagem eficiente e acolhedora, a metodologia foi estruturada em três etapas principais.

4.1. Palestra Educativa Sobre Saúde Sexual e Reprodutiva

Uma enfermeira especialista em saúde da mulher foi convidada para ministrar uma palestra sobre sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). O conteúdo abordado incluiu:

- Causas e sintomas das principais ISTs;
- Formas de transmissão e prevenção;
- Métodos contraceptivos e planejamento familiar.

A participação da profissional de saúde foi essencial para garantir que as informações fossem transmitidas com precisão técnica e linguagem acessível. Essa etapa também teve caráter dialógico, permitindo que as participantes fizessem perguntas e compartilhassem experiências sobre sua saúde sexual e reprodutiva.

4.2. Coleta de Perguntas Anônimas e Análise das Dúvidas das Participantes

Para promover um ambiente mais confortável e encorajar a expressão de dúvidas sem constrangimentos, foi adotada a estratégia da coleta anônima de perguntas. Cada participante recebeu um pedaço de papel para escrever suas dúvidas ou preocupações sobre educação sexual. Essas perguntas foram recolhidas, analisadas e categorizadas conforme os temas recorrentes, tais como:

- Métodos contraceptivos;
- Menstruação e funcionamento do corpo feminino;

- Prevenção e tratamento de ISTs.

Esse método permitiu identificar lacunas de conhecimento na comunidade e compreender melhor as principais preocupações das mulheres sobre saúde sexual. Além disso, os dados coletados ajudaram na formulação de estratégias educacionais mais eficazes.

4.3. Oficina de Poesia: amor próprio e autocuidado

A última etapa consistiu na realização de uma oficina de poesia, com o tema "amor próprio e cuidados com o corpo". O objetivo foi estimular a reflexão sobre a relação das mulheres com seus corpos e a importância da autoestima no contexto da saúde sexual.

As participantes foram incentivadas a expressar suas vivências por meio da escrita poética. Para aquelas com dificuldades de alfabetização, foram oferecidas atividades alternativas, como desenhos e ilustrações, garantindo a inclusão de todas as participantes.

Essa atividade proporcionou um espaço seguro para que as mulheres pudessem compartilhar suas experiências e sentimentos. A metodologia da educação dialética, baseada em Paulo Freire, foi essencial nesse processo, permitindo que o conhecimento fosse construído de forma colaborativa, a partir das realidades e percepções das participantes.

5. Análise dos Dados e Abordagem Metodológica

A combinação da abordagem quali-quantitativa possibilitou uma compreensão mais ampla e detalhada sobre o impacto da educação sexual na comunidade ribeirinha do Poção.

Dados qualitativos: Foram extraídos a partir das narrativas das participantes, dos poemas e desenhos produzidos na oficina, e das discussões geradas durante a palestra. Esses relatos foram analisados segundo o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), permitindo a identificação de padrões e categorias temáticas.

Dados quantitativos: A coleta e categorização das perguntas anônimas forneceram informações sobre o nível de conhecimento das mulheres sobre saúde sexual e reprodutiva. Foram identificados padrões de interesse e lacunas informacionais que orientaram a análise dos resultados.

5.1. Desafios Metodológicos

Durante a realização da pesquisa, foram identificados alguns desafios metodológicos que impactaram o desenvolvimento do estudo:

- Resistência cultural ao tema da sexualidade – Algumas mulheres demonstraram hesitação em participar da pesquisa ou expressar suas dúvidas, refletindo o peso das normas sociais e religiosas na comunidade;
- Dificuldades de alfabetização – Aproximadamente 7% das participantes apresentaram analfabetismo funcional, tornando necessário o uso de metodologias alternativas, como desenhos e explicações mais visuais;
- Falta de acesso à informação – Muitas mulheres desconhecem conceitos básicos sobre saúde sexual, o que reforçou a importância de estratégias pedagógicas acessíveis e contínuas.

Legenda: Participantes executando a atividade proposta



Fonte: Próprias Autoras, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou, em grande parte, a eficácia das estratégias educativas e criativas na promoção do conhecimento e da autonomia das mulheres na comunidade do Poção, em Cotijuba. A palestra educativa sobre sífilis, ministrada por uma enfermeira, cumpriu o papel de esclarecer dúvidas essenciais sobre a doença – incluindo suas formas de transmissão, prevenção e tratamento – e funcionou como um mecanismo de letramento, proporcionando aos participantes informações fundamentais para a gestão de sua saúde. Entretanto, os dados indicaram que, apesar dos avanços, ainda é necessário adaptar as estratégias pedagógicas ao contexto cultural e social da comunidade. A persistente relutância em abordar temas ligados às doenças sexualmente transmissíveis, mesmo com a coleta anônima de perguntas, evidencia barreiras culturais profundas que precisam ser superadas para um diálogo efetivo.

A oficina de poesia, centrada no tema do amor próprio e cuidados com o corpo, mostrou-se uma ferramenta valiosa para engajar os participantes e estimular a reflexão crítica sobre sua própria identidade. Por meio da escrita e do desenho, as mulheres tiveram a oportunidade de expressar suas experiências e sentimentos, contribuindo para o fortalecimento da autonomia ao reconhecerem seu valor e a importância do autocuidado. Esse aspecto foi especialmente relevante considerando as dificuldades de analfabetismo funcional observadas em parte do grupo, o que reforça a necessidade de integrar atividades continuadas de alfabetização e capacitação para garantir a inclusão e a efetivação de um processo transformador.

Contudo, o estudo também apontou desafios e limitações que merecem atenção. A resistência cultural, profundamente enraizada na comunidade, dificultou a abertura para discussões sobre sexualidade, limitando a abrangência das intervenções mesmo em um ambiente preparado para o diálogo. Além disso, a metodologia quali-quantitativa, embora robusta, revelou a necessidade de ampliar a amostra e explorar outros métodos que possam captar de forma mais abrangente a complexidade das experiências vividas pelas mulheres ribeirinhas.

Em suma, a combinação de métodos educativos e criativos mostrou-se eficaz para criar um espaço de aprendizado e reflexão, contribuindo para o fortalecimento da autonomia das mulheres. Este estudo representa apenas o início de uma linha de investigação que, se aprofundada, poderá oferecer subsídios para a implementação de estratégias interdisciplinares e culturalmente sensíveis



na educação sexual – ações essenciais para a transformação social e a promoção de uma saúde mais integral na comunidade do Poção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Giovanna. Governo do Estado orienta sobre a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. *Agência do Pará*, Pará, 2023. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/41225/governo-do-estado-orienta-sobre-a-prevencao-de-infeccoes-sexualmente-transmissiveis>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 70. ed. Lisboa: Edições 70, 2011. Acesso em: 5 mar. 2025.

CAMPOS, Fátima *et al.* *Educação Sexual EJA*. Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6022/1/2010_FatimaCampos_PauloSilva_SilviaCarvalho_TaniaSantos.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários e prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Acesso em: 9 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. Acesso em: 15 ago. 2024.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Acesso em: 15 ago. 2024.

RIBEIRO, Marco. Pesquisa aponta que 74% dos professores do ensino fundamental 1 não tiveram aula de educação sexual. *Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação*, 7 out. 2020. Disponível em: <<https://cnte.org.br/noticias/pesquisa-aponta-que-74-dos-professores-do-ensino-fundamental-1-nao-tiveram-aula-de-educacao-sexual-e170>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SANTANA, Tarcila Azizi. *Educação sexual na EJA: a importância do modelo biopsicossocial no ensino de ciências*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32752/1/ARTIGO%20CECIMIG%20TACIANA%20AZIZI.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SCHNEIDER, Eduarda Maria *et al.* Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. *Revista Pesquisa*, 2017. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/157>>. Acesso em: 15 ago. 2024.





Seção

C

**Políticas Públicas, Saúde,
Direito e Legislação**



Gênero como Integração Regional: a construção do III plano estadual de políticas para as mulheres no Estado do Pará

Género como Integración Regional: la construcción del III plan de política estatal para las mujeres en el Estado de Pará

Gender as Regional Integration: the construction of the III state policy plan for women in the State of Pará

Karen Gabriely Sousa Santos

Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão

Resumo: O artigo discute gênero como estratégia de integração regional no planejamento setorial no Estado do Pará. O problema de pesquisa formulado foi: como a integração regional é mobilizada pela categoria gênero no terceiro plano estadual de políticas para as mulheres? O diagnóstico dado pelos movimentos sociais na promoção dos direitos das mulheres no Estado é da necessidade de municipalização das políticas públicas. A tessitura do instrumento destacou o estímulo a vocalização de mulheres indígenas e quilombolas, compreendendo que essas vozes estão fisicamente espalhadas pelo território paraense. O aporte teórico do trabalho concentrou-se nos estudos de gênero e na teoria crítica feminista. O termo “integração”, que se repete 16 vezes no documento, verbaliza uma reivindicação de conexão regional entre os múltiplos espaços construídos pelos movimentos sociais de mulheres no Pará.

Palavras Chave: Gênero. Integração Regional. Política Pública. Planejamento.

Resumen: El artículo analiza el género como estrategia de integración regional en la planificación sectorial del estado de Pará. El problema de investigación formulado fue: ¿cómo se moviliza la integración regional mediante la categoría de género en el tercer plan estatal de políticas para las mujeres? El diagnóstico dado por los movimientos sociales que promueven los derechos de las mujeres en el estado es que es necesario municipalizar las políticas públicas. En la elaboración de la herramienta se destacó el estímulo a la voz de las mujeres indígenas y quilombolas, entendiendo que esas voces están físicamente diseminadas por todo el territorio de Pará. El marco teórico del trabajo se centró en los estudios de género y en la teoría feminista crítica. El término «integración», que se repite 16 veces en el documento, verbaliza una demanda de conexión regional entre los múltiples espacios construidos por los movimientos sociales de mujeres en Pará.

Palabras Claves: Género. Integración Regional. Políticas Públicas. Planificación.

Abstract: The article discusses gender as a strategy for regional integration in sectoral planning in the state of Pará. The research problem was: how is regional integration mobilized by the gender category in the third state plan for women's policies? The diagnosis given by social movements promoting women's rights in the state is that public policies need to be municipalized. The drafting of the tool highlighted the encouragement of indigenous and quilombola women to speak out, understanding that these voices are physically spread throughout the territory of Pará. The work's theoretical framework focused on gender studies and critical feminist theory. The term “integration”, which is repeated 16 times in the document, verbalizes a demand for regional connection between the multiple spaces built by women's social movements in Pará.

Keywords: Gender. Regional Integration. Public Policy. Planning.

Karen Gabriely Sousa Santos – Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2013) e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (2015). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pertence ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará. E-mail: gneraks23@outlook.com

Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão – Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre em Gestão Pública (PPGGP/NAEA/UFPA). E-mail: hellen.miranda@tjpa.jus.br

INTRODUÇÃO

A mobilização conceitual e teórica do trabalho dialoga com o projeto de tese das autoras, atrelados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) que pertence ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e discute a relação de gênero e desenvolvimento dentro dos “17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. Especificamente na ODS 5, sobre alcançar a igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas até 2030. O aporte teórico do trabalho concentrou nas ciências humanas. Especialmente na ciência política, sociologia e antropologia com enfoque especial nos estudos de gênero e na teoria crítica feminista. A literatura científica que relaciona “integração regional” e “gênero” apresentou-se escassa, o que justificaria a realização de maiores estudos acerca da temática.

A partir disso, o seguinte problema de pesquisa foi formulado: “como a integração regional é mobilizada pela categoria gênero no terceiro plano estadual de políticas para as mulheres?”. A pergunta norteadora surge a partir de mudanças de nomenclaturas de órgãos e legislações estaduais de promoção aos direitos das mulheres, que passaram a inserir o termo “integração” como mote institucional das políticas públicas. Isso é percebido na Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres (CIPM), criada em 2007 com outra nomenclatura e reestruturado em 2015. Antes, a coordenadoria atuava em seu regimento como promotora de direitos da mulher, com a mudança, a coordenadoria passa a ser de integração de políticas públicas para as mulheres no Estado.

Além da incorporação do plural “mulheres”, chama atenção o termo *integração*, isto é, o que antes promovia, não integrava. Em um jogo de palavras, a sobreposição da palavra “promoção” pela “integração” denota um artifício linguístico e político de conectividade entre as macrorregiões do Estado. O objetivo do trabalho foi o de pensar a Amazônia a partir das mulheres que compõem a região, discutindo a instrumentalização da variável gênero nas políticas de Estado. Por isso, a interpretação centra-se no recém-lançado “III Plano Estadual de Políticas para as Mulheres” e na “lei N° 9.594, de 16 de maio de 2022”, que regula o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e o Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres. O artigo está dividido em 6 partes: a Introdução, apresentando o problema de pesquisa e as linhas gerais de construção da pesquisa; a Metodologia, concentrada na análise crítica de conteúdo e análise de discurso; a terceira seção faz um apanhado histórico e contextualizado acerca da regionalização da Amazônia; o quarto item faz um apanhado acerca das mulheres e gênero na perspectiva do desenvolvimento; em Resultados são interpretados os pontos principais do III Plano Estadual de Políticas para as Mulheres; e, por último, a Conclusão, que compartilha os principais achados da pesquisa.

1. Metodologia

Para interpretar a construção do III Plano Estadual de Políticas para Mulheres no Estado do Pará, a pesquisa documental aliada à análise de conteúdo foram os recursos técnicos e metodológicos utilizados na verificação do problema de pesquisa. A análise de conteúdo auxilia metodologicamente com um conjunto de mecanismos que estruturam os variados tipos de discursos contidos na leitura do plano, baseados na dedução e inferência, incluindo extração de estruturas traduzíveis em modelos e calculando frequências que fornecem alguns dados, e expressam os repertórios, interesses, tomadas de decisão no processo de tessitura do documento.

O software *sobek* foi utilizado como ferramenta de teste relacional e quantitativo que verificou não apenas a incidência de termos, mas também o padrão de relacionamento entre si. Essa

ferramenta foi construída a partir de um algoritmo inicialmente definido por Schenker (2003) e, subsequentemente, modificado pelo Grupo de Pesquisa *GTech.Edu*, visando adequá-lo às aplicações educacionais e análises de conteúdo discursivas (REATEGUI *et al.*, 2011). Ao analisar as palavras recorrentes em um texto, o programa consegue identificar termos relevantes e representá-los graficamente em formato de nuvem de palavras. Para identificar conceitos referidos usando palavras diferentes, para poderem ser representados em um único nodo. Destaca-se que houve uma atualização do programa: para além de detalhar a frequência conceitual, ele também aponta um relacionamento inferencial dos termos que se repetem e se relacionam no corpo textual.

A pesquisa está orientada pela Análise Arqueológica do Discurso (AAD) fundamentada por Michel Foucault (1987). O método parte da profundidade das coisas, e em quem diz. O autor explicita as dinâmicas de poder construídas em torno de objetos científicos. Discursos de verdade e de “governamentalidade” capazes de determinar o que seria socialmente aceito. O método arqueológico consegue revelar em profundidade a constituição do objeto científico, diferentemente da história da ciência, o objetivo não é narrar de forma linear a validade acadêmica de uma área de estudo. No caso do terceiro plano estadual de política para as mulheres, mas revelar o discurso político de validade e passível de dominação corporal e mental.

Consoante o autor, a prática discursiva é indispensável na constituição de uma ciência. Antes de adquirir posição científica, um determinado conhecimento é um saber, traduzido como um conjunto de singularidades e condutas atreladas ao tempo. O saber, nas palavras de Foucault (1987), consegue coordenar e se apropriar da realidade. “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, p.205, 1987).

2. Amazônia: uma região em disputa

Ao descrever a etimologia da palavra “região”, Bourdieu (1980) apresenta ideia de cisão na continuidade natural. Essa descontinuidade é discursiva, já que a região é uma insígnia de luta material e simbólica que não coincide perfeitamente com a separação das fronteiras internas responsáveis por criar as linhas políticas e sociais como ato jurídico. Segundo o autor, a região é um marcador “performativo”, pois enuncia enquanto produz aquilo que está sendo representado. Mas quem torna o discurso da separação regional como integração algo legítimo?

Não necessariamente quem, mas o que, já que, na visão de Bourdieu (1980), seria a capilaridade e a objetividade do discurso a ferramenta eficaz capaz de produzir internalização das fronteiras regionais. O regionalismo, como destaca o autor, é uma face do nacionalismo, pois a divisão do território é estruturada como conquista. Em uma pretensa proteção das características étnicas, culturais e naturais, a divisão é um marco capitaneado pelo viés científico, produzindo assim uma “trombose venosa” territorial. Isto é, um coágulo profundo de obstrução parcial ou total do fluxo das relações sociais, culturais e ambientais.

A invenção da região amazônica apresenta traços de uma “trombose venosa” que, no decorrer da história, é atualizada perversamente. A professora e pesquisadora Violeta Loureiro (2022) destaca que a história da região é marcada por perdas e danos, pois seu ecossistema complexo é abundante e, simultaneamente, instável. A sua vasta extensão territorial e a narrativa do “vazio demográfico” consolidaram um discurso colonial que se atualiza conforme os interesses nacionais. Para Gusmão (2012):

[...] a história da Amazônia é a “história de lutas e conquistas, produto do encontro de vários grupos sociais que conformaram a sociedade em tempos diferentes. A imagem reproduzida na sociedade brasileira sobre o índio e que chega até o presente, é de servil e submisso. Uma nova escrita da história tem sido empreendida pelos povos indígenas do presente, e historiadores, que têm ressignificado as leituras de documentos do passado”. (GUSMÃO, 2012, p.15)

A narrativa oficial do Estado incutiu um imaginário da “incivilidade do caboclo”, recursos naturais abundantes e com matérias-primas infinitas. O modelo de desenvolvimento e progresso para a região vem esterilizando populações tradicionais, indígenas e quilombolas que existiram sempre nesse território. O amplo projeto de desenvolvimento e modernização do país foi organizado dentro de uma dinâmica predatória. O fluxo migratório motivado pela ocupação do espaço criou tensões permanentes nas fronteiras demarcadoras. Dessa forma, a Amazônia encontra-se deslocada das fronteiras civilizatórias (CASTRO; CAMPOS, 2015).

De acordo com Simonian, Silva e Baptista (2015), a Amazônia e suas comunidades tradicionais não são ontológicas, mas fruto de uma confluência histórica no processo de ocupação da região. A presença humana é datada há cerca de 11 mil anos, desmistificando a ideia do vazio espacial ou não convivência pacífica com o meio natural. Como destaca Castro e Campos (2015), a busca por uma história plural sobre a Amazônia faz parte de uma agenda de pesquisa prioritária, visando a diversidade e singularidade da região e dos grupos que aqui habitam. Segundo Souza (1994), “essa cultura foi capaz não apenas de formar sociedades perfeitamente integradas às condições ambientais, como também de estabelecer sociedades complexas e politicamente surpreendentes” (SOUZA, 1994, p. 14).

Olhar para formação econômica e socioambiental da Amazônia é revisitar os projetos e teorias desenvolvimentistas, é resgatar um cenário de inquietação local e global bem distinto das preocupações atuais. Hoje em dia, a proposta em torno da “governança estratégica” engloba o ideal de desenvolvimento com outros arranjos. As capacidades estatais, capital social e o enfoque aos estudos acadêmicos conduzidos pelas universidades. Como destacam Joelson Carvalho e Vera Cepêda (2017), o conceito de governança ultrapassa o aspecto economicista que marcou o desenvolvimento como crescimento em suas teorias iniciais no contexto do pós-segunda guerra.

O desenvolvimento como proposta de progresso é indissociável do conceito de modernidade, os quais são tanto uma excursão civilizatório quanto uma mudança de estágio do modelo econômico e político que foi e é o capitalismo. Como ressaltou Celso Furtado no livro *Formação Econômica do Brasil*, a ocupação do território no continente americano foi reflexo da expansão comercial da Europa. O elevado grau de desenvolvimento interno do continente no século XV coincidem com as invasões turcas que criaram dificuldades no abastecimento de produtos de alta qualidade vindos das linhas orientais (FURTADO, p.25, 2007).

Apesar da atualização conceitual nas últimas décadas, o desenvolvimento regional brasileiro ainda é questão não muito bem definida. De acordo com Liana Carleial (2014), no Brasil, existe uma dificuldade de convergência quanto ao projeto de desenvolvimento regional. A divisão inter-regional do trabalho distancia o crescimento econômico do índice de desenvolvimento humano (IDH). Isto é, o aumento do PIB regional não tem se materializado em alcance da qualidade de vida e direitos sociais da população local, principalmente quando olhamos para a Amazônia. Carleial

(2014) chama a atenção ainda para um Estado que é bipolar, pois institui na constituição federal de 1988 o compromisso com a redução das desigualdades regionais, mas também impõe um corte no financiamento do desenvolvimento local (CARLEIAL, p.42, 2014).

A fragilidade quanto a redução das desigualdades regionais fica evidente na alteração da legislação quanto à cobrança do ICMS, que deixa de ser cobrado na origem, o lugar de produção, e passa a ser cobrado no destino, onde será consumido, o que impacta na arrecadação da energia elétrica, petróleo e do gás natural, como no caso do Pará (CARLEIAL, 2014). Ainda de acordo com Loureiro (2022), a Amazônia tem sido sistematicamente atacada por projetos coloniais de desenvolvimento. Antes, o colonialismo se dava na relação com a metrópole no contexto imperial, hoje, no neocolonialismo de base interna que subordina a região aos projetos nacionais criando órfãos da terra e de sua ancestralidade. Destaca Loureiro (2022):

“O Estado brasileiro tem demonstrado sua incapacidade histórica e continuada de compreender, articular e desenvolver as potencialidades da região amazônica. A solução encontrada foi a de nela engendrar um novo processo de colonização, com violação de direitos de várias ordens. Durante todo o período autoritário a complexidade da Amazônia foi subestimada, e continua sendo atualmente. E, sempre que é olhada de modo simplista, afoga-se a capacidade governativa do Estado brasileiro, as misérias regionais se aprofundam e ‘atrasam’ a Amazônia em relação as demais regiões brasileiras.” (LOUREIRO, p. 345, 2022)

Esse histórico de captura e dominação territorial atinge em diferentes graus seus habitantes históricos. Os marcadores sociais são exemplos disso, as diferentes desigualdades são percebidas e sentidas ao adicionarmos as variáveis raça, gênero, classe social, etnia e aspecto geracional. O espaço amazônico, para além de suas contradições culturais, se insere na lógica da colonialidade do poder. Demonstra-se, assim, que o acesso das mulheres na região às políticas públicas são historicamente escamoteadas dentro de uma visão da Amazônia como periferia do território brasileiro. A ideia de desenvolvimento é estruturada pelas relações de poder, e as relações de poder são hierarquizadas conforme as instituições sociais que determinam o acesso à vida digna.

O trabalho de Miranda e Barroso (2020) foram um dos nortes do trabalho para se pensar o desenvolvimento regional a partir do gênero. O artigo das autoras avalia o acesso das mulheres às políticas públicas no Amazonas, Pará e Tocantins; partindo da teoria feminista, tecem uma crítica forte ao modelo de desenvolvimento na região. Principalmente quando o projeto de emancipação social das mulheres está condicionado a uma agenda puramente econômica e de acesso à renda. Isto é, como pensar a ruptura da hierarquia de gênero a partir de uma política que delega ao mercado o empoderamento econômico e consequentemente social? À luz do recurso do microcrédito, a subjetividade particularmente feminina seria a responsável pelo desenvolvimento coletivo de uma sociedade civil. Na próxima seção, é discutida as diferentes interseções das mulheres nos projetos de desenvolvimento social ao longo tempo.

3. Mulheres no Desenvolvimento (WID); Mulheres e Desenvolvimento (WAD); Gênero e Desenvolvimento (GAD)

No estudo de Alaei *et al.* (2019), avalia-se a correlação entre a proteção dos direitos econômicos e sociais das mulheres (WESR) com a melhoria da saúde e desenvolvimento social de um

país. Ainda segundo os autores, quando os direitos das mulheres são altamente respeitados, a nação é mais propensa a ter médias maiores de saúde e desenvolvimento de forma acelerada. O estudo apresenta evidências sobre a distinção entre o Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW). Segundo o estudo, a ratificação da CEDAW não afeta os direitos das mulheres.

Tanto os direitos civis e políticos quanto os direitos econômicos e sociais estão profundamente inter-relacionados com o direito ao desenvolvimento. Os autores chamam a atenção para o desenvolvimento integral do sujeito, suscitando maior integração dos campos com as ODS. Mas, antes disso, é necessário inserir nesse contexto o momento em que a variável mulher, e posteriormente gênero, é agregado às questões do desenvolvimento.

Mulheres no Desenvolvimento (WID), Mulheres e desenvolvimento (WAD) e Gênero e Desenvolvimento (GAD) são siglas que indicam a inserção da categoria mulher como sujeito – ou no último caso do gênero – nas discussões e projetos históricos acerca do desenvolvimento. Conceito carregado de controvérsias, denota superação, evolução ou mesmo um cenário positivo para a sobrevivência. Entretanto, as ações desenvolvimentistas têm passado ao largo do “bem viver” enquanto plena realização do sujeito, de suas potencialidades e conexão com o meio ambiente.

A crítica feminista insurge como pensamento integral e reflexivo dos projetos imperialistas que universalizam um único ser: homem, cis, hétero, branco, adulto localizado ao norte do globo no mundo ocidental. Da mesma forma que joga luz sobre a priorização economicista e generalista de evolução das instituições humanas. O bem viver tratado pelos movimentos sociais e pela teoria feminista é diametralmente oposta ao desenvolvimento. Os programas de reconstrução econômica e estabilidade financeira das décadas de 70 e 80 ignoravam as relações de poder no interior das famílias, na mesma medida que naturalizava as funções do cuidado ligadas ao sexo biológico (FEDERICI, 2017; SCOTT, 1991; BEAUVOIR, 1980).

A introdução do conceito Women in Development (WID) ocorre após Conferência Mundial sobre a Mulher, em 2 de julho de 1975, no México. A compreensão se desenvolve dentro do feminismo liberal e propõe a inclusão da mulher nos recursos materiais e no mercado do trabalho. Isto é, "Mulheres no Desenvolvimento" acaba por não inferir críticas sobre o sistema capitalista, grande aliado do sistema patriarcal no processo de exploração da divisão sexual do trabalho. Além de não destinar críticas contundentes ao modelo de desenvolvimento, essa perspectiva acabava por reforçar a naturalização de uma “mística feminina” do cuidado. Essa compreensão justifica políticas destinadas à inclusão da mulher ao sistema de crédito por uma maior capacidade de administrar recursos com maior eficiência familiar. Minimizar as desvantagens das mulheres no setor produtivo é o objetivo da WID, estreitando a relação entre desenvolvimento e modernidade. Nesse período, a corrente pedagógica tecnicista cuidava da ampliação de um sistema educacional especializado, responsável por fornecer um exército de reserva e mão de obra qualificada para o mercado.

Como analisa Eva Rathgeber (1990) no artigo *WID, WAD, GAD: Trends in Research and Practice*, a corrente concentrava-se nos aspectos produtivos do trabalho, ignorando o trabalho invisível ou reprodutivo no espaço doméstico. “A suposição comum é que o acesso à renda será um estimulante suficientemente poderoso para encorajar as mulheres de alguma forma a fazer malabarismos com seu tempo para participar de mais uma atividade.” (RATHGEBER, 1990, p.492). Políticas de microcrédito, renda e inserção no mercado de trabalho são as marcas políticas da corrente liberal do feminismo. Que ofereceu pouca defesa contra as relações sociais básicas de gênero.

É questionando o modelo de desenvolvimento e a perspectiva liberal do feminismo que surge, na segunda metade de 1970, *Women and Development* (WAD). A abordagem neomarxista do feminismo que se inspira na teoria da dependência como crítica ao sistema de exclusão do terceiro mundo. Apesar dessa teoria de metodologia marxista não abordar de forma significativa os debates de gênero, o que se traz é que as mulheres sempre foram agentes econômicos, realizando, no espaço doméstico, a função de reprodução social necessária para a manutenção do mercado.

A proposta caminha de maneira mais analítica sobre a desproporcionalidade entre países do sul e do norte. Concentrando-se na escala global de exploração e na centralidade da classe como objeto de desvelamento do sistema global. As questões interseccionais ou de gênero são tangenciadas nesse movimento. Em um nível teórico, WAD reconhece uma visão mais crítica sobre o lugar das mulheres no modelo capitalista, mas foge de uma visão mais combativa à exploração patriarcal. Tanto que a gestão prática da corrente acaba por adotar a mesma visão estratégica da WID, quanto às políticas de inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, quando as estruturas globais forem equitativas, por tabela, a situação das mulheres terá uma melhora. Ou seja, não há uma atenção sobre a desigualdade de gênero ou sobre o patriarcado uma vez que homens e mulheres são colocados em posição desigual a nível internacional e de classe (RATHGEBER, 1990, p.492).

O Gênero e Desenvolvimento (GAD) além de concentrar sua crítica na construção de gênero, que transcende o sistema capitalista, critica ambas as abordagens anteriores pela preocupação singular do setor produtivo em detrimento do reprodutivo e do cuidado. Despontando na década de 1980, GAD toma forma na visão das feministas socialistas que apontam as multiplicidades de opressões na constituição histórica da mulher. Objetivo é compreender a inferioridade atribuída sistematicamente às mulheres, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo.

A preocupação aqui se dá na construção da categoria gênero e nos papéis socialmente atribuídos. Observando as naturalizações, julgamentos, expectativas e cristalizações que a colocam em um lugar de “cidadã de segunda classe”. A esfera privada é o lócus inicialmente priorizado nas discussões das opressões de gênero. É importante frisar o convergir de cada movimento com a ampliação da epistemológica do sujeito mulher. A palavra gênero é inserida em um documento jurídico importante na convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979; posteriormente denominada "Convenção da Mulher", em vigor desde 1981, é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher.

São duas as frentes propostas: promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte. A abordagem do GAD supera os limites das duas anteriores, uma vez que não se contenta com a inserção nos espaços econômicos, educacionais e sociais mais amplos das mulheres, mas critica, questiona e leva-nos ao reexame fundamental das estruturas e instituições sociais programadas à exclusão sumária de certos corpos.

Apesar dessa visão holística agregada pelos estudos de gênero, os programas de políticas públicas para o empoderamento feminino como quinto Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) focam no “gênero e desenvolvimento. Das quais se originam, sem dúvida, os programas de microcrédito para as mulheres no mundo inteiro” (LABRECQUE, p. 910, 2010). Como observado em alguns estudos, esses programas geram a melhora da qualidade de vida econômica de mulheres empreendedoras, mas sem impactar culturalmente na melhora da justiça social e dos direitos humanos desses sujeitos.

4. Resultados

4.1. Etapas

O terceiro plano Estadual de políticas para as mulheres é um documento produzido por três entes políticos associados, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), a Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres (CIPM) e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM). A primeira, orientada pela Lei nº. 7.029 de 30 de julho de 2007, fomenta a cidadania enquanto exercício e bem como a proteção dos direitos humanos e o acesso à justiça. O segundo órgão, que está hierarquicamente abaixo da SEJUDH, foi criado em 2007 com outra nomenclatura e reestruturado em 2015, antes desse processo, a coordenadoria atuava como promotor de direitos da mulher, com a mudança, a coordenadoria passa a ser de integração de políticas públicas para as mulheres no Estado.

No Pará, o I Plano Estadual de Políticas voltado às Mulheres, de 2010, foi resultado de três conferências estaduais organizadas nos respectivos anos de 2004, 2007 e 2008 e veio no bojo das Conferências e Planos Nacionais de Políticas para Mulheres do governo federal. O segundo plano Estadual, lançado em 2015, resultou de revisão e, agora, apresenta-se o terceiro plano fruto da VI Conferência Estadual ocorrida no ano de 2021 (PARÁ, 2022).

O plano destaca a conjuntura nacional de realização a da VI Conferência Estadual. De acordo com o documento, no período do governo Bolsonaro, a gestão da Ministra Damares Alves à frente da pasta da Mulher, da família e dos direitos humanos atingiu negativamente o progresso dos direitos das mulheres, não apenas congelando as políticas de proteção e promoção, mas retroagindo nos direitos conquistados (PARÁ, 2022).

Além deste aspecto, a exigência de maior atuação de movimentos sociais, conselhos e da gestão local, seja ela municipal ou estadual, são variáveis que apresentam um reposicionamento das agendas políticas e configurações de atuação na não retração dos direitos das mulheres. Esse posicionamento influenciou a criação das conferências municipais, iniciada em 2019 e interrompida pela grave pandemia da COVID-19, sendo no 2º semestre de 2021, quando foi coordenado pelo CIPM e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

4.2. Reuniões, Debate Estruturação do Plano: seções, temáticas, setores

Cabe destacar que, apesar do plano de ter sido lançado no dia 21 de novembro de 2022 pelas autoridades estaduais e com a presença de representantes da ONU Mulheres, houveram dificuldades para acessá-lo na íntegra. Buscou-se em sites institucionais e no portal de transparência do governo do Estado, contudo, o documento apenas foi obtido em contato pessoal com servidora do Tribunal de Justiça. É um contrassenso, já que sua construção – como informado no texto sobre as conferências estaduais e municipais – se deu a partir de ampla participação e conhecimento da sociedade civil em sua multiplicidade de atores e atrizes.

O terceiro plano estadual de políticas para mulheres está dividido em cinco partes. Na apresentação, é sintetizada o papel dos órgãos estaduais na construção conjunta do plano, bem como na reflexão e atualização dos dois planos estaduais anteriores. A primeira parte resgata as discussões e as pautas da VI Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres realizada em 2021. A segunda parte faz uma avaliação das políticas públicas para as mulheres com o enfoque na violência contra a mulher, desenvolvimento, trabalho e renda. A terceira parte dispõe do plano em si, das diretrizes

nacionais e estaduais, dos antecedentes para elaboração do plano, dos resultados dos trabalhos em grupo, das recomendações gerais e as proposições de políticas públicas definidas em oito eixos temáticos. A última parte expõe registros fotográficos, quadros gerais das conferências municipais, algumas leis de proteção que surgiram a partir dos encontros e audiências públicas, e, por fim, as Referências Bibliográficas que fundamentaram o plano.

A VI Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres demonstrou-se como singular na construção do terceiro plano estadual lançado em 2023. No bojo da COP 30, que será sediada no Pará, o lançamento do documento contou com a presença de representantes da ONU Mulheres no Brasil. Com o lema “participação, diversidade e controle social das políticas públicas”, o evento ocorreu em Belém nos dias 29 e 30 de novembro de 2021, reunindo 274 participantes em 6 eixos temáticos específicos.

No processo de descrição das participantes do evento, o documento apresenta uma variedade de identificações, reafirmando uma diversidade étnicas, de gênero e geográficas: “negras, quilombolas, parteiras, pescadoras, marisqueiras, indígenas, ribeirinhas, das florestas, das periferias, LGBTQIAP+, das demais comunidades tradicionais.” (PARÁ, p 14, 2022). Esta composição de participantes denota uma perspectiva de pluralidades e de desigualdades de mulheres no território amazônico no Estado do Pará. Da mesma maneira que sinaliza as experiências distintas do ser mulher em vivências práticas da realidade, como os sentidos da violência, do acesso à justiça, trabalho, renda e direitos sociais.

4.3. Análise do Conteúdo: diagnóstico, temáticas, abordagens, ideias, percepção dos conflitos, soluções e proposições.

A organização do III Plano Estadual de Política para as Mulheres, como destacado no documento, se deu nos encontros dos grupos de trabalho no interior da VI Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. São destacadas as conferências de Colares e Bragança. O plano como instrumento de promoção de políticas públicas às mulheres depende da adesão em audiências públicas e de uma construção conjunta de agendas sociais.

A expectativa do plano é de um alcance maior das políticas promocionais às mulheres, enfatizando a “igualdade de gênero e o empoderamento” (PARÁ, p.10, 2022). No processo de mineração de palavras-chave, o termo “empoderamento” se repete 5 vezes, enquanto que “desigualdade de gênero” aparece mais vezes do que “igualdade de gênero”. A primeira repete-se 4 vezes e a última 3 vezes. Como discurso, o documento recorre à “procuradoria especial da mulher”, órgão vinculado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). A interpelação se dá no sentido da aprovação no espaço legislativo do terceiro plano.

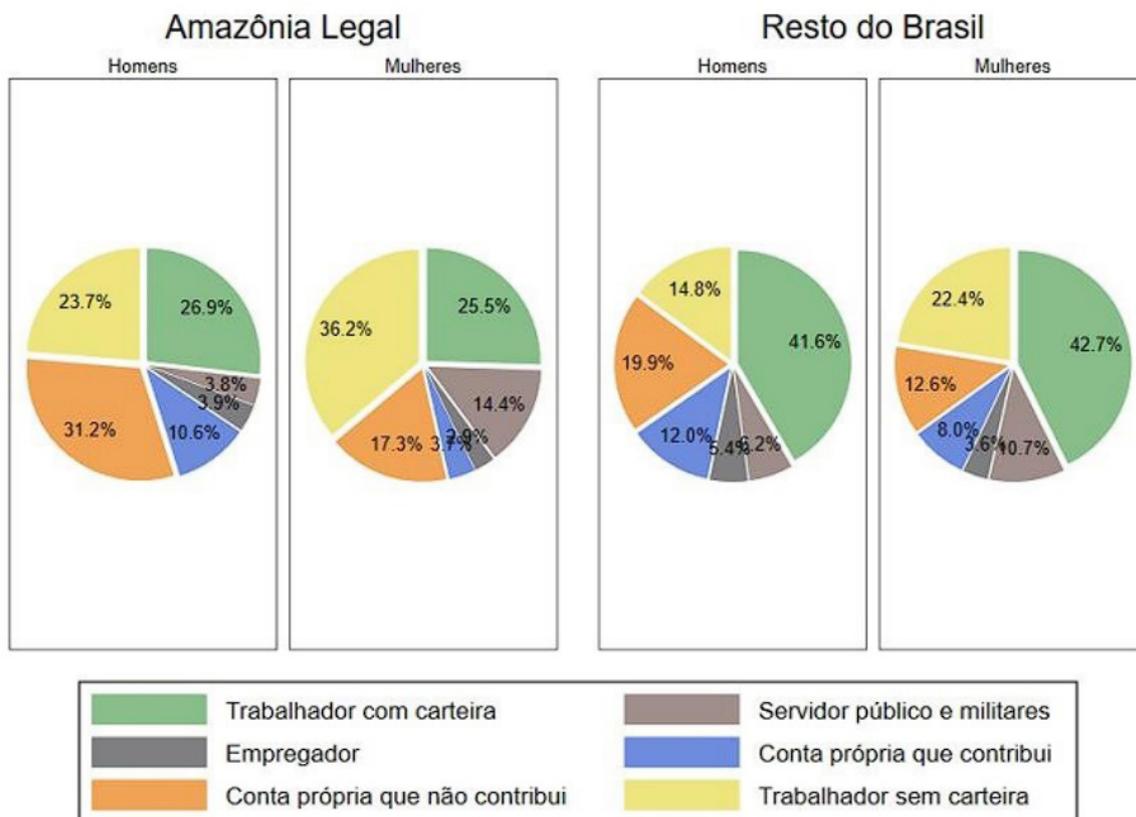
Contudo, uma procuradoria especial representada por mulheres, não necessariamente garantiria que pautas de igualdade social da agenda feminista sejam levadas em consideração. Partindo dessa premissa de descompasso entre representação e representados, analisemos os dados do PNAD (2022). Em relação ao quantitativo populacional, o número de mulheres no Brasil é superior, correspondendo a 51,8% dos habitantes, logo, a divisão sexual apontada como impactante ao exercício da cidadania das mulheres, visto que as condições de vulnerabilidade e excesso de trabalho as subalternizam nessa hierarquia de gênero, provocaria um déficit democrático de, no mínimo, 50% no Brasil. Esse quantitativo só pode ser mensurado ao adicionar o perfil dos parlamentares federais: 15% são mulheres enquanto 85% são homens.

Os números não chamam atenção pela pauta identitária, até porque não necessariamente a “parlamentar” pautará as agendas de gênero pelo simples fato de ser mulher, como já mencionado anteriormente, outros marcadores se unem nessa constelação e adicionam o que Biroli (2016) chama de “vulnerabilidade relativa”. Mesmo para as mulheres brancas de classe média, a ocupação com a reprodução e o cuidado são maiores se comparadas com os homens do mesmo estrato. A carga desigual produzida pela divisão sexual se dá pela precariedade da remuneração do trabalho doméstico e pelo tempo dedicado aos cuidados familiares; em ambos, a mulher é sujeita oprimida do cenário.

Por isso a *vulnerabilidade relativa* descreve a variabilidade do ônus para os grupos de mulheres existentes, “mesmo as mulheres em posição vantajosa dedicam maior tempo aos afazeres domésticos do que os homens, mas tem seu impacto reduzido pelo acesso a produtos e contratação dos serviços de outras mulheres” (BIROLI, 2016. p-741”).

Ao observar o cenário amazônico, essa disparidade fica patente, uma vez que as mulheres na Amazônia Legal encaram vários obstáculos no mercado de trabalho na região e que essas dificuldades são mais notórias quando comparadas ao resto do país. As mulheres têm menos acesso ao emprego e renda fixa, participam em menor escala do mercado de trabalho e têm maiores chances de ficarem desempregadas e de terem um subemprego sem carteira assinada. Esse cenário é desenhado pelo projeto “Amazônia 2030”, que é uma iniciativa de pesquisadores brasileiros na construção de um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira. Essas informações marcam o sexto estudo do Amazônia 2030, de autoria de Gonzaga e Calvacante (2022), com o enfoque no mercado de trabalho e na inserção laboral por gênero na Região, como demonstrado na figura abaixo.

Figura 1: Distribuição das pessoas ocupadas por categoria de empregos (%), mulheres e homens, Amazônia Legal, 2019



Fonte: GONZAGA; CAVALCANTI, 2022.

Destaca-se a diferença entre a média nacional de mulheres sem carteira assinada em comparação às mulheres da Amazônia Legal. A nível Brasil são 22,4%, enquanto as mulheres na informalidade na Amazônia correspondem a 36,2%. Entre gêneros, na Amazônia Legal, destaca-se a maior presença de mulheres no setor público, os homens concentram 3,8%, enquanto que as mulheres representam 14,4% desse universo. Pode-se especular que o concurso público, como o critério de seleção, demonstra a relevância da educação como caminho de entrada das mulheres ao mundo do trabalho. Contudo, não podemos afirmar com precisão, uma vez que esse não foi o foco da pesquisa. Seria necessário avaliar cargos comissionados e contratação para inferir com mais exatidão essa hipótese.

Apesar do acesso à educação ser um dos fomentadores ao alcance dos direitos sociais das mulheres, por si só, não é determinante. De acordo com as “Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil” lançado pelo IBGE em 2021, as mulheres ainda enfrentam desigualdades no mercado de trabalho mesmo representando a maior parcela da população brasileira a possuir ensino superior completo. A ausência de qualificação seria um dos discursos que supostamente justificaria a desigualdade salarial entre homens e mulheres, bem como compreenderia a presença e a ausência em empregos de carteira assinada.

O maior acesso à educação e às políticas de equidade profissional não impactaram, necessariamente, na divisão doméstica e nas funções históricas as quais as mulheres estão subordinadas. Seja a subordinação da exploração de classe e raça entre mulheres, na qual mulheres brancas de classe média transferem a carga do cuidado do lar às mulheres pretas e pobres condicionadas ao trabalho precário e informal. Ou na forma mais ampla da exploração patriarcal e capitalista que, para sua manutenção, determina que aquele que alienará sua força de trabalho abdique do cuidado com a sua própria existência.

Mesmo levando em consideração outros marcadores que integram o contexto de gênero, a divisão sexual do trabalho é um impeditivo estruturante e de base coletiva. Em um estado democrático de direito, a participação e a tomada de decisão requer um alinhamento com o tempo livre e a renda, como salienta Biroli (2016). O acesso à renda foi ampliado no decorrer do tempo para as mulheres, contudo, isso se deu em função da ausência do tempo livre, uma vez que a dinâmica do cuidado permanece desempenhada por elas, sejam elas mães solo ou casadas. É o que se destaca na Tabela 1, cujos dados são apresentados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) com base na Relação Anual de informações Sociais (RAIS) ligada ao Ministério do Trabalho.

Tabela 1 - Vínculos Empregatícios Total e por Sexo no Emprego Formal - 2019

<i>Estado/Região de Integração</i>	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
<i>Pará</i>	1.095.520	650.244	445.276
<i>Araguaia</i>	55.517	35.406	20.111
<i>Baixo Amazonas</i>	70.011	38.549	31.462
<i>Carajás</i>	130.275	84.736	45.539
<i>Guajará</i>	499.338	294.248	205.090

<i>Guamá</i>	66.179	40.214	25.965
<i>Lago de Tucuruí</i>	31.598	16.501	15.097
<i>Marajó</i>	28.254	13.934	14.320
<i>Rio Caeté</i>	32.913	17.731	15.182
<i>Rio Capim</i>	58.452	35.968	22.484
<i>Tapajós</i>	19.825	11.373	8.452
<i>Tocantins</i>	73.684	45.396	28.288
<i>Xingu</i>	29.474	16.188	13.286

Fonte: MTE-RAIS

Elaboração: FAPESPA

A Tabela 1 demonstra que, em todas as 12 regiões de integração do Estado do Pará, os homens dispõem de maior presença no emprego formal do que as mulheres. Com destaque na região de integração Guajará que, por concentrar os municípios metropolitanos de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, representam quase metade dos empregos formais do Estado, da mesma forma que apresenta uma diferença menor entre os gêneros. As informações robustecem a discussão entre integração regional e igualdade de gênero ao observarmos a concentração do direito social ao trabalho e a renda na região metropolitana do Estado.

As políticas de gênero, voltadas ao bem-estar de homens e mulheres, buscam reconhecer as diferenças entre os dois de modo a superar as desigualdades e promover as equidades. Desta forma, quando há a desfamiliarização das políticas públicas, as mulheres têm maior possibilidade de ocupar espaços em que até então eram excluídas ou estavam como minoria, como é o caso da vida política. Como menciona Evangelina Prince (2015), na América Latina e no Caribe na década de 90, antes que uma ideia mais clara acerca do conceito e aplicabilidade de “política pública” em si fosse desenvolvida na região, houve uma cristalização temática. Interesses e prioridades centrados nas mulheres traziam uma forte conexão com a maternidade biológica e as demandas do cuidado (PRINCE, 2015 p-14).

O aumento da participação de mulheres nos processos decisórios traz significativo efeito sobre os desenhos institucionais das políticas públicas. A incorporação do tema equidade de gênero e, por conseguinte, a viabilização de ações paritárias revelam a relação Estado e sociedade dimensionadas pelos conflitos ideológicos. Os movimentos sociais feministas trazem esse embate político para centralidade das questões públicas na América Latina (PRÁ e SCHINDLER, 2013).

4.4. Análise dos Elementos Essenciais

Em meados de novembro de 2021, a Conferência Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) reuniu o total de 5.049 participantes, dentre eles, 34 representantes dos municípios das 12 Regiões de Integração do Estado. O método de organização territorial por subdivisões regionais foi criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Congrega-se municípios com características semelhantes e a subdivisão é usada para fins estatísticos, de política pública e controle territorial (PARÁ, 2022).

De acordo com o IBGE, compreende-se por mesorregião uma área individualizada, em uma divisão da Federação, que demonstra uma forma de organização do espaço geográfico definidas

pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o ambiente natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. “Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que nesse espaço foi formado” (IBGE, 1989).

De acordo com Vidal (2018), a nova proposta de regionalização para o Estado do Pará emergiu da percepção de que os modelos de regionalizações estabelecidas pelo IBGE – mesorregião e microrregião – não representava a realidade estadual. Na interpretação dos autores, a identificação das 12 regiões de integração levou em consideração “as características de concentração populacional, acessibilidade, complementaridade e interdependência econômica. Ao todo foram utilizados doze critérios, os quais permitiram uma versão preliminar para a regionalização do estado.” (VIDAL, p. 86, 2018). Na Tabela 2, disponível abaixo, é possível observar os dados de referência do encontro.

Tabela 2 - Participantes das Etapas Municipais

REGIÕES DE INTEGRAÇÃO	TOTAL DE MUNICÍPIO POR REGIÃO	CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS POR REGIÃO	TOTAL DE PARTICIPANTES POR REGIÃO	DELEGADAS ELEITAS POR REGIÃO		
				Poder Pub.	Soc. Civil	Total
1- RI Araguaia	15	01	30	01	02	03
2- RI B. Amazonas	13	03	281	07	11	18
3- RI Carajás	12	02	700	06	10	16
4- RI Guajará	05	04	1087	33	62	95
5- RI Guamá	18	04	368	06	10	16
6- Lago Tucuruí	07	04	432	07	11	18
7- RI Marajó	17	03	210	04	08	12
8- RI Rio Caeté	15	03	374	05	09	14
9- RI Rio Capim	16	03	381	04	08	12
10- RI Rio Tapajós	06	01	182	02	04	06
11- RI Tocantins	10	04	503	07	14	21
12- RI Xingú	10	02	510	03	06	09
Totais	144	34	5.049	85	155	240

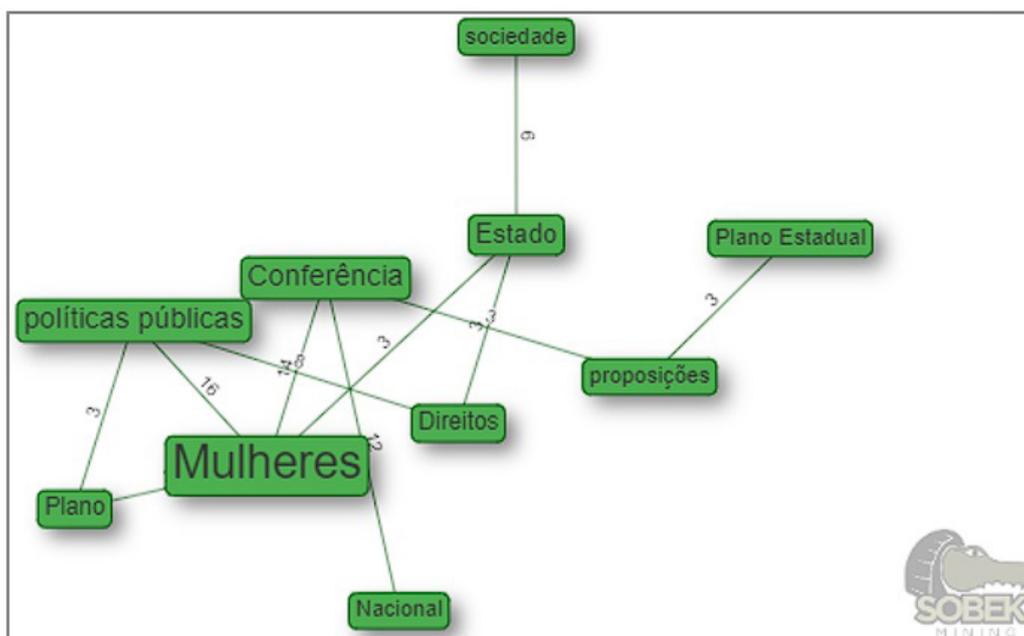
Fonte: elaborado a partir da ficha de inscrição CIPM, 2022

Observa-se que a menor participação por região de integração está no Araguaia, que congrega 15 municípios e obteve o total de 30 participantes. No oposto, com maior participação nas conferências municipais, está a região de integração do Guajará, com 1087 participantes, sendo deles 62 da sociedade civil e 33 do poder público. É relevante uma análise crítica acerca da participação e da aliança entre sujeitos, a maior presença de pessoas nos municípios da capital não determina maior interesse. É necessário restituir historicamente o estatuto da participação, além do perfil institucional, ele exerce o comportamento da opinião pública e da vontade política de seus cidadãos nas democracias contemporâneas (GOHN, 2019). É essa vontade que interfere diretamente no desenho institucional do modelo democrático vigente. Se hoje, em países democráticos pós-período ditatorial das décadas iniciadas em 1970 e em 1980, o instituto da participação se faz mais presente, é porque ele é fruto da vontade coletiva, de arranjos não formais e sensoriais.

Observa-se que a ideia dos conselhos e conferências é gerar um engajamento representativo que se conecta com a proposta da democracia representativa. Porém, o contexto das audiências públicas pressupõe um caráter permanente, opinativo e de compartilhamento das responsabilidades. O estímulo à participação advém de uma identificação com o tema em questão que será deliberado. Por isso, as audiências públicas são previstas em várias instituições, legislativa, executiva e judiciária; perpassando também por todos os entes da federação.

Desse modo, a importância do desenho institucional é incontestável nos estudos como um dos fatores fundamentais para a efetividade das instituições participativas (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2016). Isso se dá porque o formato institucional reflete a estrutura da participação e a própria qualidade da deliberação (AVRITZER 2008; CUNHA 2009). Assim, é o desenho institucional que vai mostrar a natureza da participação e qual instância vai prevalecer, quer seja o debate, quer seja a negociação, quer seja a decisão (CUNHA; ALMEIDA 2011).

Figura 2: Sumarização da palavra mais frequente e palavras relacionadas no Terceiro Plano Estadual de Políticas para as Mulheres no Estado do Pará



Fonte: elaborado a partir do III Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado do Pará, 2022

Como demonstrado no campo metodológico do artigo, essa ferramenta de mineração, para além de analisar a repetição, ela traduz a conexão entre as palavras. Não por um acaso a palavra “conferência” está conectada com a palavra “nacional”, a terceira versão do plano estadual inspirou-se nas diretrizes da política nacional para as mulheres de 2016. No documento, ressalta-se a crítica ao período conservador do governo federal, e, por isso, reafirmou os princípios dos documentos internacionais e nacionais anteriores, o que se tornou a tônica do plano. Dessa forma, a revisão do documento se deu mediante a Portaria nº 420 de 02 de setembro de 2021.

Na nuvem de palavras, destaca-se de forma sobressalente a palavra “mulheres” em conexão com: a) plano; b) políticas públicas; c) conferência; d) Estado. A ideia de mulheres no plural é ressaltada pelos marcadores sociais que qualificam e que se somam a variável gênero. Pensar a mulher amazônica é localizá-la em sua multiplicidade identitária, na sua construção racial, territorial, étnica, geracional, entre outros. A palavra “Estado”, em maiúsculo, acentuasse como intermediária entre “direito” e “sociedade”, demonstrado a função desse ator político como mediador de políticas públicas. Contudo, essa agenda se constrói na participação política da sociedade civil, legitimando as proposições legais.

No dilema da participação, quais movimentos populares podem pautar suas agendas de forma legítima na construção da política de Estado? Butler (2018) entende que a constituição de um povo autodeterminado se dá a partir da exclusão de um “outro”. O corpo como território político nunca será uma unidade homogênea como se pretende. Dessa forma, 5 movimentos sociais foram convidados na “construção de cenários” para elaboração das metas do plano: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), o Centro de Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), o grupo de Mulheres do Benguí (GMB), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI), a Federação das Entidades Comunitárias de Marabá (FECOM) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

A partir da construção conjunta com as secretarias estaduais e os setores da sociedade civil, quatro eixos gerais foram lançados dentro do plano. E, dentro da perspectiva de interseccionalidade, oito eixos foram lançados, sendo do I ao VI gerais e do VII ao VIII eixos especiais, direcionados às mulheres indígenas e quilombolas e às mulheres militares.

Quadro 1: Eixos do III Plano Estadual de Política para as Mulheres do Estado do Pará

EIXOS
Eixo I: política de incentivo e fortalecimento sociopolítico das mulheres e municipalização das ações;
Eixo II: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social;
Eixo III: educação, cultura, mídias igualitárias, democráticas e inclusivas para a igualdade e diversidade;
Eixo IV: saúde integral e diversidade da mulher amazônica: direitos sexuais e direitos reprodutivos;

Eixo V: enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres da cidade, do campo, das águas e da floresta;

Eixo VI: direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos Meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;

Eixo VII: ações afirmativas para as mulheres dos povos e comunidades tradicionais;

Eixo VIII: políticas de proteção e promoção aos direitos das Mulheres militares do Estado do Pará.

Fonte: elaborado a partir do III Plano Estadual de Políticas para às Mulheres do Estado do Pará, 2022.

O primeiro eixo tem destaque especial nesse trabalho, pois é partindo da discussão de gênero que é feita a conexão com integração regional no Estado do Pará. E, para isso, é necessário o fortalecimento das secretarias municipais e dos conselhos civis; destaca-se, em conformidade ao plano, a lei nº 9.594, de 16 de maio de 2022, que regula o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e cria o Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres. Essa mesma portaria cria a Política Estadual dos Direitos para as Mulheres, vinculado à recém-criada Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU). Entretanto, tanto a portaria como o plano não explicitam os valores e a forma de gestão orçamentária.

Destaca-se que o fortalecimento da perspectiva de gênero nesse momento está aliado à vitrine a qual a região amazônica vem se tornando nos últimos anos. A igualdade de gênero é uma das metas da 5 ODS e, por isso, é interessante atentar-se para o contexto de inclusão de atores sociais antes marginalizados. O eixo VIII – “ações afirmativas para as mulheres dos povos e comunidades tradicionais”, faz parte das atividades do projeto “Direitos humanos das mulheres indígenas e quilombolas: uma questão de governança!”, que atualmente é financiado pela Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e as Florestas, do Governo da Noruega.

Como demonstrado neste artigo, a variável gênero tornar-se fator relevante ao ser relacionado com o desenvolvimento de um país, seja por se conectar com o alcance dos direitos civis e políticos ou por enfatizar as taxas de direito social e econômico. É indiscutível na literatura sobre desenvolvimento humano que o investimento nas mulheres e a sensibilidade ao gênero oferece um caminho a longo prazo em relação à saúde, educação e desenvolvimento local (RANKIN, 2001; ALAEI *et al.*, 2019).

É necessário levar em consideração como foi e como é transversalizada a perspectiva de gênero em políticas públicas desde os acordos, pactos e convenções em favor dos direitos das mulheres. De acordo com Labrecque (2010), a transversalização de gênero surge no contexto do consenso de Washington e é inspirada na abordagem de Milton Friedman e os Chicago Boys. Observa-se a “instrumentalização das mulheres” como processo de mercantilização dos grupos vulneráveis, como ressalta Dobrowolsky, (2007):

“[...] a mercantilização significa também que várias das responsabilidades do Estado recaem seja sobre o mercado ou seja sobre a família, presumindo que as mulheres vão assumir o lugar na área da saúde. O trabalho subvalorizado e gratuito das mulheres, em casa, pode então ter efeitos negativos nas oportu-

nidades de trabalho remunerado. É nesse sentido que as mulheres são usadas de maneiras muito instrumentais, o que reforça as desigualdades de gênero.”. (DOBROWOLSKY, 2007, p. 643; ALAEI *et al.*, 2019)

A exemplo desse processo de instrumentalização, estão as duas leis estaduais exemplificadas no terceiro plano estadual de políticas para as mulheres: a lei nº 8.884 de 2019, que instituiu o “dia estadual do empreendedorismo feminino, no Estado do Pará; e a lei nº 8.775 de 16/10/2018, que criou, no âmbito das escolas públicas e privadas do Estado do Pará, “a semana do empoderamento feminino”. O conceito de empoderamento e o esvaziamento dado a ele com o mote de operacionalizá-lo é um exemplo dessa transversalização instrumental.

De acordo com Joice Berth (2019), o termo “*empowerment*” foi criado pelo sociólogo americano Julian Rappaport em 1977 e, de forma simples, significaria “ganhar a liberdade e poder fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você” (BERTH, p.29, 2019). Na mesma medida que empoderamento significaria instrumentalizar os grupos oprimidos. No processo de instrumentalização dos grupos oprimidos, observa-se a predileção pela autonomia econômica das mulheres, como se, automaticamente, os demais campos do desenvolvimento humano fossem alcançados pelo grupo apenas tendo acesso à independência econômica. De acordo com Nelly Stromquist:

“O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si próprio, para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar) e a economia (capacidade de gerar renda independente).” (STROMQUIST, 2002)

No âmbito político, a partir do sistema de cotas parlamentares adotados por alguns países, é possível destacar uma visão de empoderamento feminino além do elemento econômico. Essa instrumentalização da autonomia traz consigo a ideia dicotômica entre familiarizar e desfamiliarizar o Estado, o que influencia diretamente na criação de políticas públicas. Motta e Campos (2019) explicam que a diferença básica entre as duas é que, nas políticas familistas, há a ideia de priorização da família, na qual elas próprias são as responsáveis pelo cuidado básico de seus membros como, por exemplo, nos casos de licença maternidade ou paternidade, na qual os pais cuidam de suas crianças.

Já as políticas públicas de desfamiliarização atribuem ao Estado a responsabilidade de garantir aos indivíduos o acesso aos serviços básicos, como saúde e educação, principalmente no que diz respeito ao amparo dos mais novos e mais velhos, como, por exemplo, a criação de creches e mais serviços de inclusão social para o público da terceira idade. Apesar disso, as políticas de microcrédito que reforçam o empoderamento econômico em detrimento de um empoderamento integral tem maior capilaridade no modelo de Estado neoliberal.

Como destaca Katharine Rankin (2001), ao pesquisar o crédito de produção rural para mulheres no Nepal na década de 90, além do mercado ter se tornado o fim em si mesmo, o microcrédito apresentou-se como tecnologia governamental mais adequada no financiamento rural. Ao capitalizar a disposição de pessoas pobres, e nesse caso de mulheres pobres, a economizar dinheiro e pagar as taxas de mercado pelo crédito, institucionaliza-se uma abordagem “ganha – ganha” (RANKIN, p. 24, 2001).

A subjetividade da mulher econômica racional, apresentada no modelo do microcrédito, reflete, segundo Rankin (2001), em uma mudança nos sujeitos beneficiários do desenvolvimento. Nesse caso, “mulheres clientes”, com a responsabilidade para consigo e para com suas famílias reificadas em modelo de cuidado. Se há o cuidado na reprodução social, haverá cuidado no planejamento e na renda familiar, sem que com isso se altere as hierarquias domésticas e familiares no sentido cultural. Trazendo para a realidade local, o governo do Estado do Pará possui programas de microcrédito atrelado ao Banpará para micro e pequenos empreendedores, formais e informais, que atuam no Estado.

Dentro do “programa” há o “empodera”, que financia negócios formais e informais de mulheres em situação de vulnerabilidade. No site do Banpará, são destacadas as linhas de crédito possível para financiamento, desde capital de giro até investimento fixo. No site da Agência Pará, foram divulgados o número de mulheres impactadas em 2021: “o Empodera já beneficiou 270 mulheres em um investimento total que já ultrapassa os R\$ 500 mil.” (AGENCIA PARÁ, 2021). Ainda de acordo com o site, o perfil das mulheres é de chefe de Famílias e que atuam, em sua maioria, na informalidade e com baixo controle gerencial do banco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira introdutória, o esforço deste artigo foi o de aliar as discussões de igualdade de gênero como estratégia de integração regional em planejamento setorial do Estado do Pará. A literatura acadêmica sobre essa relação demonstrou-se escassa, o que dificultou a construção de uma análise mais consistente sobre o assunto. Apesar disso, o momento atual para essa interpretação é fértil: acontecimentos como o lançamento da COP-30 em Belém. Uma nova agenda democrática do governo federal, a repactuação de acordos com organismos internacionais acerca da crise climática e a multiplicidade de agendas sociais concentradas no território amazônico contribuíram para alguns achados interessantes para pesquisas futuras.

O Terceiro Plano Estadual de Políticas para as Mulheres apresenta um discurso sólido e uma robustez na participação social para sua construção, com plenárias frequentes nos municípios das 12 regiões de integração. Contudo, tivemos dificuldades em encontrá-lo nos sites oficiais do Estado, apenas tendo acesso, em sua integralidade, a partir de contatos informais e *networks* institucionais. A ausência da disponibilidade do documento para amplo acesso da sociedade civil ao seu conteúdo demonstra uma inconsistência na avaliação e monitoramento das metas, impactando na qualidade do acesso à informação e em debates futuros.

O documento também incorre em um reducionismo quanto às pospostas de políticas públicas para as mulheres no Estado, restringindo-se ao combate à violência, trabalho e renda. Em alguns momentos, mesmo citando um referencial teórico interseccional, o documento cristaliza a ideia do “cuidado e da maternidade”. Logo, pensar a relação economia e sociedade a partir da reprodução social como função historicamente desempenhada por mulheres, é compreender a influência da hierarquia de gênero no campo da produção da riqueza material. A crise da economia de mercado, que também atinge o território amazônico, é uma crise social estruturante e profunda. Interpretar o plano do ponto de vista da teoria crítica feminista é reposicionar o gênero na economia como uma tônica fundamental dos laços de interação.

Contudo, não só a lente feminista na compreensão dessa política é importante, mas localizar de qual feminismo estamos falando. É importante, do ponto de vista da consciência feminista,



ter a responsabilidade com os saberes científicos produzidos temporalmente. O feminismo como uma continuidade da colonialidade moderna universalizou uma interpretação sobre a sociedade e as condições das mulheres. A genealogia crítica do feminismo na América Latina proposta por Miñoso (2020), ao contrário, é fundamental na construção de um saber local que tensione o que se apresenta como hegemônico e expanda as ideias e ideais feministas. “Através desses rompimentos, a imagem das condenadas do mundo vai se formando, essas cujas vidas e histórias foram ocultadas pela estrutura feminista eurocêntrica.” (MIÑOSO, 2020, p.115).

Uma das críticas direcionadas aos dois planos estaduais anteriores pelos movimentos sociais foi a concentração das políticas de Estado na região metropolitana. Tanto que a palavra “integração” aparece 16 vezes no documento, superando a recorrência de “igualdade de gênero” e “empoderamento”. Dessa forma, responde-se ao problema de pesquisa formulado inicialmente: como a integração regional é mobilizada pela categoria gênero no terceiro plano estadual de políticas para as mulheres? No plano, o diagnóstico dado pelos movimentos sociais na promoção dos direitos das mulheres no Estado é da necessidade de municipalização das políticas públicas. Isto é, apenas ações pontuais nas regiões de integração demonstraram-se insuficientes na garantia de direitos subjetivos e coletivos das mulheres no Pará.

A tessitura do instrumenta traz em destaque o estímulo à vocalização de mulheres indígenas e quilombolas, compreendendo que essas vozes estão fisicamente espaiadas pelo território paraense e não concentradas na capital do Estado. O que se caracteriza a partir disso é a relação entre integração regional e mulheres da floresta. A reavaliação dos planos anteriores identificou uma concentração das políticas públicas para as mulheres na capital do Estado. O termo “integração” verbaliza uma reivindicação de conexão regional entre os múltiplos espaços construídos pelos movimentos sociais de mulheres no Pará. Uma agenda de Estado deve compor uma estratégia capilarizada de ações entre os municípios e as mesorregiões que compõe o território amazônico.

Em relação ao fomento financeiro, não fica claro a conexão com o plano orçamentário do Estado, o que prejudicaria o fortalecimento econômico das secretarias municipais das mulheres e dos conselhos municipais e estaduais colocados como metas do plano. Quanto ao programa “Empodera” gerenciado pelo Banpará, as questões que emergem são: os valores mencionados acima atingem as demandas de sobrevivência de forma qualitativa? Quais endividamentos são produzidos dentro da economia doméstica uma vez que o controle gerencial é flexível? O Programa Empodera está voltado para o desenvolvimento econômico de mulheres vulneráveis, mas e as vulnerabilidades que não podem ser resolvidas no campo privado, isto é, e as políticas públicas de desfamiliarização? Estas são questões a serem suscitadas em agendas de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ALAEI, Kamiar *et al.* *Cross-country analysis of correlation between protection of women's economic and social rights, health improvement and sustainable development.* *Bmj Open*, [S.L.], v. 9, n. 6, p. 1-13, jun. 2019. BMJ. <<http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2017-021350>>.
- ALMEIDA, C.; CARLOS, E.; SILVA, R. *Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil.* *Opinião Pública*, 22 (2), p. 250-285, 2016. DOI: [10.1590/1807-01912016222250](https://doi.org/10.1590/1807-01912016222250).
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. *In: ed. Experiências Nacionais de Participação Social.* São Paulo: Cortez, 2008.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos.* Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BERTH, Joice. *Empoderamento/ Joice Berth.* – São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Revista de Ciências Sociais: Rio de Janeiro*, v.59, n.3, p.681 a 719, 2016.
- BOURDIEU, P. L'identité et la représentation [Éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région]. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* 1980, n. 35 pp. 63-72.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARLEIAL, Liana Maria de Frota. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. *Revista Política e Planejamento Regional (PPR)*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan./jun. 2014
- CARVALHO, Joelson Gonçalves de; CEPÊDA, Vera Alves. *Economia política e Desenvolvimento: um debate teórico.* Grupo de Pesquisa Ideias, Intelectuais e Instituições, UFSCar, São Carlos, 2017.
- CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia. *In: Formação Socioeconômica da Amazônia/ Edna Ramos de Castro, Índio Campos, Organizadores – Belém: NAEA, 2015.*
- CUNHA, E.S.M. *Efetividade deliberativa: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997/2006).* Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- CUNHA, E.S.M. & Almeida, D.C.R. A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. *In R.P.C. Pires, ed. A efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.* Brasília: IPEA, 2011.
- DOBROWOLSKY, Alexandra. (In)Security and Citizenship: Security, Im/migration and Shrinking Citizenship Regimes. *Theoretical Inquiries in Law*, v. 8, n. 2, 2007. p. 629-662
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.* São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber.* 8a edição. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 34. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013.* Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- GONZAGA, Gustavo. CAVALCANTI, Francisco. *Desigualdades no Mercado de Trabalho por Gênero Evidências para a Amazônia Legal.* Amazônia 2030: Belém, 2022.

GUSMÃO, D. A. Guerras na Amazônia do século XVII: resistência indígena à colonização. Belém: *Estudos Amazônicos*, 2012. (Coleção Estudos Amazônicos/História).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil* - 2a edição. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1989. *Boletim de Serviço. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República* <Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Diretoria de Geociências (DGC) - Coordenação de Geografia (CGEO) >. Acessado em 20 do 07 de 2023.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres?. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 18, n. 3, dez. 2010.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia – colônia do Brasil*, Manaus, Ed. Valer-Manaus, 2022.

MOTTA, Filipe; CAMPOS, Bárbara Lopes. Estado de bem-estar social e políticas públicas para mulheres nos países nórdicos e na América Latina: Da sociedade civil à institucionalização. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)* [online]. 2019, n. 33 [Acessado 25 Maio 2022], pp. 158-179. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.09.a>>. Epub 10 Feb 2020. ISSN 1984-6487. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.09.a>.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência; o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: Hollanda, Heloisa Buarque (org.) *Pensamento Feminista Hoje: perspectiva decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar, 2020.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Gênero e desenvolvimento na Amazônia: acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 23, n. 2, out. 2020. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7184>>. Acesso em: 20 jun. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i2.7184>.

PNAD - Conheça o Brasil – População, QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES. Outubro de 2022. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres.&text=Totalizaram%2C%20em%202019%2C%2017%2C,feminina%20da%20mesma%20faixa%20et%C3%A1ria>>. Acessado às 18:35 do dia 10/01/2022

PARÁ. *Cartilha da mulher*. 1º edição: setembro de 2019. Disponível em: <<http://seju.pa.gov.br/sites/default/files/anexos/CARTILHA%20MULHER.pdf>> Acessado em: 14 jun. 2023.

PARÁ, *Lei nº 9.594, de 16 de maio de 2022*. Regula o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e o Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres, e revoga as Leis Estaduais nºs 5.671, de 12 de julho de 1991, e 6.681, de 23 de agosto de 2004. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/138103.pdf>> Acessado em: 14 jun. 2023.

PARÁ. *Pará Agência*. Governo do Estado do Pará. Banpará já 'empoderou' quase 300 mulheres com programa de crédito. 2021. Disponível em: <<https://www.agenciapara.com.br/noticia/25040/banpara-ja-empoderou-quase-300-mulheres-com-programa-de-credito>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PARÁ. *III Plano Estadual de Políticas para as Mulheres*. Belém, 2022.

PARÁ, Fapespa. *Radar de Indicadores das Regiões de Integração 2021*. Disponível em: <<https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2021/#mainSlider>> Acessado em: 14 jun. 2023.

PRÁ, Jussara Reis, SCHINDLER, Eduardo. POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E NOVAS INSTITUCIONALIDADES. *Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes* 23 a 25 de abril de 2013, UNESP, Araraquara (SP).

PRINCE, Evangelina. “Políticas Públicas de Igualdad de género: ideas básicas sobre sus soportes doctrinarios, conceptuales y metodológicos”. In: MARTINS, Ana e GUEVERA, Maria. *Políticas de Género na América Latina: aproximações, diálogos e desafios*. Jundiaí: Paco editora, pág. 13-36, 2015.

RANKIN, Katharine N. Governing development: neoliberalism, microcredit, and rational economic woman, *Economy and Society*, 30:1, 18-37, 2001. DOI: [10.1080/03085140020019070](https://doi.org/10.1080/03085140020019070)

RATHGEBER, Eva. WID, WAD, GAD: Trends in Research and Practice. *Source: The Journal of Developing Areas*, Vol. 24, No. 4 (Jul., 1990), pp. 489-502 Published by: College of Business, Tennessee State University.

REATEGUI, E., Epstein, D., Lorenzatti, A., Klemann, M. Sobek: a Text Mining Tool for Educational Applications. In: *International Conference on Data Mining*, 2011, Las Vegas, USA, 2011, 59-64.

SCHENKER, A. *Graph-Theoretic Techniques for Web Content Mining*. PhD thesis, University of South Florida, 2003.

SCOTT, Joan. W. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1991.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes; SILVA, Marcio David Macedo da; BAPTISTA, Estér Roseli. *Formação Socioambiental na Amazônia*. Ligia T. L. Simonian, Estér Roseli Baptista (Orgs.). Belém: NAEA, 2015, p. 14.

SOUZA, Marcio. *Breve história da Amazônia*. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

STROMQUIST, Nelly. Education as a means for empowering women. In: PARPART, J. L.; SHIRIN, Rai M.; STAUDT, Kathleen (Eds). *Rethinking Empowerment: Gender and Development in a Global/Local World*. Londres: Routledge, 2002

VIDAL, Josep Pont. *Da governança hierárquica à interativa: observações e análises* / Janieiry Queiroga da Costa...[et al.]; Coordenação de Josep Pont Vidal.- 1. Ed. – Belém : Editora Paka-Tatu, 2018.

Programa Ciência na Escola: possibilidade de inclusão de mulheres nas ciências no Sul do Amazonas

Programa Ciência na Escola: possibilidade de inclusión de mujeres en las ciencias en el Sur de Amazonas

Programa Ciência na Escola: possibility for the inclusion of women in the sciences in Southern Amazonas

Ruth Reis Oliveira

Kethlen Garcia dos Santos

Vanessa da Conceição Nascimento Pereira

Elrismar Auxiliadora Gomes Oliveira

Resumo: Este estudo, de mapeamento em pesquisa educacional (BIEMBENGUT, 2008) com abordagem qualitativa e documental (LÜDKE; ANDRÉ, 2012), situa-se nos estudos de gênero e ciência (SCOTT, 1995; SCHIEBINGER, 2008; LETA, 2014). Tem como objetivo analisar políticas de incentivo à participação de mulheres em pesquisas científicas apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e seu alcance em municípios do interior. Os resultados mostram que, comparadas aos primeiros estudos que interseccionam gênero e ciência, datados de 1960, as políticas para corrigir desigualdades estruturais na participação das mulheres na atividade científica foram tardias no Amazonas. Além disso, a concentração dos projetos de pesquisa na capital do Estado perpetua desigualdades de participação das pesquisadoras.

Palavras Chave: Iniciação científica. Questões de gênero. FAPEAM.

Resumen: Lo estudio, de mapeo en investigación educativa (BIEMBENGUT, 2008) con un enfoque cualitativo y documental (LÜDKE; ANDRÉ, 2012), se basa en los estudios de género y ciencia (SCOTT, 1995; SCHIEBINGER, 2008; LETA, 2014). Su objetivo es analizar las políticas de incentivo a la participación de las mujeres en la investigación científica apoyadas por la Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de Amazonas y su alcance en los municipios del interior. Los resultados muestran que, en comparación con los primeros estudios que intersectan género y la ciencia, que se remontan a la década de 1960, las políticas para corregir las desigualdades estructurales en la participación de las mujeres en la actividad científica fueron tardías en Amazonas. Además, la concentración de los proyectos de investigación en la capital del estado perpetúa las desigualdades en la participación de las investigadoras.

Palabras Claves: Iniciación científica. Cuestiones de género. FAPEAM.

Abstract: The study, in mapping educational research (BIEMBENGUT, 2008) with a qualitative and documentary approach (LÜDKE; ANDRÉ, 2012), is based on gender and science studies (SCOTT, 1995; SCHIEBINGER, 2008; LETA, 2014). Its aim is to analyze policies to encourage the participation of women in scientific research supported by the Amazonas State Research Support Foundation and their scope in inland municipalities. The results show that, compared to the first studies that intersect gender studies and science, dating back to 1960, policies to correct structural inequalities in the participation of women in scientific activity were late in Amazonas. In addition, the concentration of research projects in the state capital perpetuates inequalities in the participation of female researchers.

Keywords: Scientific initiation. Gender issues. FAPEAM.

Ruth Reis Oliveira – Graduada em Ciências: Matemática e Física pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Orcid: [0008-7809-7574](https://orcid.org/0008-7809-7574). E-mail: ruth99.reis@gmail.com

Kethlen Garcia dos Santos – Graduada em Ciências Matemática e Física pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestranda no Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH-UFAM). Orcid: [0009-0005-4668-1184](https://orcid.org/0009-0005-4668-1184). E-mail: katysantosufam2@gmail.com

Vanessa da Conceição Nascimento Pereira – Graduada em Letras - Língua e Literatura Portuguesa e Inglesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestranda no Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH-UFAM). Orcid: [0000-0002-5810-1571](https://orcid.org/0000-0002-5810-1571). E-mail: vanessapereira16303@gmail.com

Elrismar Auxiliadora Gomes Oliveira – Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Pós-Doutoranda da Universidade de São Paulo (USP). Orcid: [0000-0002-5922-0273](https://orcid.org/0000-0002-5922-0273). E-mail: elrismaroliveira@ufam.edu.br

INTRODUÇÃO

Num século em que se busca cada vez mais a igualdade de gênero nos diversos aspectos da sociedade, são preocupantes os baixos índices de participação das mulheres nas Ciências. Costa (2006, p. 459) ressalta a necessidade de “[...] continuar a apontar a invisibilidade, o teto de vidro e o piso pegajoso que cerceia, de diferentes maneiras, explícita e implicitamente, a carreira de mulheres cientistas”.

Pesquisas mais recentes, como Ferreira (2023), com o artigo nomeado “Os estereótipos de gênero e o interesse de alunas em idade escolar por ciências exatas e tecnológicas”, investigam o interesse e o ingresso de alunas em carreira científica. Baseando-se nos estudos de Saitovitch *et al.* (2015), a autora afirma que “apesar do exponencial aumento da mulher na sociedade, em todos os espaços anteriormente considerados masculinos, o número de pesquisadoras ainda é bastante inferior ao número de pesquisadores, especialmente na área da Física [...]” (FERREIRA, 2023, p. 2).

Da mesma forma, Cantal e Pantoja (2019) evidenciam a sub-representação feminina em áreas de exatas ao apresentar alguns dados do Censo da Educação Superior do ano de 2016: as mulheres correspondem a 82,1% de matriculados (as) em cursos de Enfermagem, e, na Engenharia Mecânica, elas constituem 10,5%. Os autores apontam que, embora a participação feminina tenha aumentado, as desigualdades de gênero e a sub-representação ainda se mantêm, como no campo de Ciência e Tecnologia (C&T).

Essas pesquisas mostram que o aumento da participação das mulheres na atividade científica e em áreas consideradas masculinas não resolve as questões de gênero, especificamente da mulher na ciência. Compreende-se que é necessário mudanças na estrutura da atividade científica, e, para além dela, as "práticas de representações" (HALL, 2016). Isso significa que não basta incluir mais mulheres na ciência. É fundamental transformar normas, valores e hierarquias que moldam o campo científico, desafiando estereótipos de gênero e promovendo uma cultura mais equitativa e inclusiva.

Kimberlé Crenshaw (2002) apresenta o conceito de interseccionalidade como uma forma de compreender a sobreposição de diferentes eixos de subordinação, como gênero, etnia, raça, localização geográfica, etarismo, classe social e deficiência, e analisar suas consequências estruturais e dinâmicas na sociedade. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade pode ser útil para compreender as relações entre gênero e ciência, considerando que a própria estrutura científica pode funcionar como um eixo de subordinação, reproduzindo desigualdades e excluindo determinados grupos de sua produção e reconhecimento.

De acordo com informações na página do CNPq¹, em 2005, a colaboração entre MCTIC², CNPq³, MEC⁴ e ONU Mulheres⁵, além da CAPES⁶, ANDIFES⁷ e FINEP⁸, levou à criação do Programa Mulher e Ciência. Os objetivos do Programa são “estimular a produção científica e a

¹ <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia>

² Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

³ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico

⁴ Ministério da Educação

⁵ <https://www.onumulheres.org.br>

⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

⁷ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

⁸ Financiadora de Estudos e Projetos

reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas”.

No Estado Amazonas, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) também tem contribuído nesse sentido, considerando, em seus editais, particularidades relacionadas às mulheres, como o período de licença maternidade. Além disso, essa instituição tem publicado editais específicos para mulheres pesquisadoras do ensino superior, entre eles, estão os editais Mulheres das Águas e Kunhã, Programa de Apoio a Pesquisas Desenvolvidas por Mulheres no Setor Primário – AGROMULHER/INTER, Programa Mulheres +STEM. Para pesquisadoras da educação básica, a FAPEAM tem editais, como o Programa de Desenvolvimento e de Inovação para Educação Básica – PRODEB/INTER MULHERES E MENINAS NA CIÊNCIA/FAPEAM.

Outra iniciativa da FAPEAM que pode contribuir para a participação de mulheres pesquisadoras é o Programa Ciência na Escola (PCE), criado em 2004, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-AM) e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Manaus). O qual “[...] é uma ação criada pela FAPEAM direcionada à participação de professores e estudantes de escolas públicas estaduais do Amazonas e municipais de Manaus em projetos de pesquisa científica e de inovação tecnológica a serem desenvolvidos nas escolas” (AMAZONAS, 2022).

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar políticas de incentivo à participação de mulheres em pesquisas científicas apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e seu alcance em municípios do interior. Vale ressaltar que pesquisas dessa natureza podem contribuir para a realização de estudos baseados em uma coleta de dados mais abrangente, visando a integração de metodologias que objetivam não apenas a contagem de homens e mulheres atuantes nas áreas de ciências exatas e naturais, mas que explorem “[...] os fatores que promovem o afastamento das mulheres dessas áreas [...]” (FERREIRA, 2023, p. 15).

Sendo importante enfatizar que “[...] a ciência não é um lugar exclusivo dos homens, mas de quem tem talento para desempenhar estas funções, seja homem ou mulher” (MELO; OLIVEIRA, 2006, p. 328). Para tanto, são necessárias investigações que abarque meninas em idade escolar e o interesse delas por ciências exatas e naturais.

1. Metodologia

Esta investigação constou de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa permite aproximar os pesquisadores da cena das questões investigadas, bem como tornar os focos, que inicialmente eram amplos, mais específicos à medida que o processo se desenvolve (LÜDKE; ANDRÉ, 2012).

A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva do mapeamento em pesquisa educacional de Biembengut (2008). De acordo com a autora, o mapeamento pode ser visto como uma ferramenta essencial para a compreensão de uma determinada realidade, permitindo identificar, esclarecer e detalhar um conteúdo. Seu propósito é fornecer ao pesquisador as condições necessárias para construir um diagnóstico sobre a ocorrência desse fenômeno, possibilitando que as análises subsequentes sejam interpretadas de maneira a caracterizar como essa realidade se desenvolve.

A pesquisa tem como objetivo analisar, em editais e projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), políticas de incentivo à participação de mulheres em

pesquisas científicas e o alcance dessas políticas em municípios do interior do estado. Dessa forma, elegeram-se como categorias de análise: i) questões de gênero explicitadas no edital, considerando políticas de incentivo à participação de mulheres em pesquisas científicas; ii) o alcance dessas políticas em municípios do interior do Estado e iii) em escolas do município de Humaitá.

Para o desenvolvimento deste mapeamento, as informações documentais foram obtidas por meio de buscas no sítio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM).

Para a produção dos dados, na primeira etapa, buscou-se identificar os editais de projetos apoiados pela FAPEAM que, de alguma forma, incentivam pesquisas realizadas por mulheres. Na segunda etapa, delimitamos o foco nos resultados publicados pela FAPEAM de um dos programas mais antigos dessa FAP: o Ciência na Escola (PCE). Esse processo permitiu identificar as cidades e instituições dos coordenadores, bem como as temáticas abordadas nos projetos aprovados no período entre 2020 e 2022. Delimitamos esse período, uma vez que as publicações de resultados anteriores não apresentavam informações cruciais, como título e área de conhecimento, essenciais para a análise da área das ciências exatas e naturais nesta pesquisa. Uma representação gráfica (Quadro 3) permitirá entender a distribuição geográfica do PCE no Estado do Amazonas. A pesquisa analisou os resultados de todos os municípios do Estado e, mais especificamente, o município de Humaitá – AM, onde as pesquisadoras atuam.

2. Incentivo à Participação de Mulheres em Pesquisas Financiadas pela FAPEAM

Por meio de lutas das mulheres e de comunidades científicas, algumas iniciativas de uma agenda mundial têm sido realizadas procurando reparar as desigualdades de gênero na carreira científica. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização das Nações Unidas (ONU) lideraram um movimento em defesa da participação igualitária de mulheres e meninas na Ciência. No Brasil, instituições estaduais de fomento à pesquisa (FAP) passaram a apoiar pesquisas realizadas por mulheres, publicando editais específicos de apoio a projetos, participação em eventos e premiações.

De acordo com informações encontradas no sítio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM), essa FAP entrou em funcionamento no ano de 2003. A finalidade de criação desta fundação foi exclusivamente apoiar a pesquisa científica básica e aplicada, bem como o desenvolvimento tecnológico experimental, nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e Engenharias.

O primeiro diretor-presidente desta FAP foi o professor José Aldemir de Oliveira, nomeado através do Decreto de 24 de março de 2003. Ao longo dos últimos 20 anos, várias personalidades ocuparam esse cargo. Atualmente, a FAPEAM tem como diretora-presidente a professora Márcia Perales Mendes Silva, que foi a primeira mulher, depois de 100 anos, a assumir a reitoria da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ocupando o cargo entre 2009 a 2017.

O Quadro 1 apresenta programas e projetos financiados pela FAPEAM, que, de alguma forma, apoiam pesquisas realizadas por mulheres. Apresenta também o alcance dos editais que atendem especificamente pesquisadoras do interior do Estado ou do Amazonas de forma geral.

Quadro 1 - Programas e Projetos da FAPEAM que apoiam pesquisas realizadas por mulheres

Linha de Ação	Programa	Alcance	Início
Meninas e Mulheres na ciência e no empreendedorismo científico	Programa de Desenvolvimento e de Inovação para Educação Básica – PRODEB/INTER Mulheres e Meninas na Ciência/FAPEAM	Específico para interior do Amazonas	2023
	Programa Empreendedorismo Feminino em CT&I – PEF/FAPEAM	Todo estado do AM	2023
	Programa Mulheres + STEM	Todo o estado do AM	2023
	Programa de Apoio a Pesquisas Desenvolvidas por Mulheres no Setor Primário – AGROMULHER/INTER	Específico para interior do AM	2023
	Programa Kunhã – CT&I no Amazonas	Todo o estado do AM	2022
	Programa Mulheres das Águas/FAPEAM	Específico para interior do Amazonas	2022
	Programa Amazônidas: Mulheres e Meninas na Ciência	Todo o estado do AM	2021
	Programa FAPEAM: Mulheres na Ciência	Todo o estado do AM	2021
Fomento à formação sustentável de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação	Programa Ciência na Escola (PCE)	Todo estado do AM	2004

* Editais do PCE passaram a apoiar pesquisas realizadas por mulheres, a partir de 2022.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir dos dados da FAPEAM (2024)

Fruto de uma parceria do Governo do Estado do Amazonas e da FAPEAM, os Programas Mulheres+STEM, AGROMULHER/INTER e PRODEB/INTER Mulheres e Meninas na Ciência trazem editais voltados a promover maior participação feminina na Ciência, Tecnologia e

Inovação (CT&I). Falando mais especificamente, o Mulheres +STEM apoia projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação coordenados por mulheres, tendo como objetivo “incentivar a inclusão de jovens pesquisadoras nas áreas de ciências exatas e naturais, engenharias e computação, visando contribuir para aumentar o protagonismo feminino na STEM” (AMAZONAS, 2023).

Os Programas AGROMULHER/INTER, PRODEB/INTER Mulheres e Meninas na Ciência e, também, o Programa Mulheres das Águas (apresentado mais adiante) trazem em comum o apoio a projetos coordenados por mulheres no interior do Estado. Enquanto o AGROMULHER/INTER visa “contribuir com o desenvolvimento do setor primário do estado do Amazonas, em consonância com o Plano Plurianual do Governo do Estado do Amazonas” (AMAZONAS, 2023).

O PRODEB/INTER Mulheres e Meninas na Ciência traz um diferencial, financia projetos de pesquisadoras mestras e doutoras atuantes na rede pública de ensino básico, voltado ao “desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da educação no estado do Amazonas” (AMAZONAS, 2023).

O Programa Mulheres das Águas apoia projetos coordenados especificamente por pesquisadoras no interior do Amazonas, visando evidenciar o protagonismo feminino em diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de “selecionar e fomentar projetos de pesquisa aplicada e inovação ou de transferência tecnológica no interior do estado do Amazonas coordenados por pesquisadoras [...]” (AMAZONAS, 2022). Já o Programa Kunhã visa “apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, ou de transferência tecnológica, destinadas as pesquisadoras residentes em todo o estado do Amazonas, que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado [...]” (AMAZONAS, 2022).

Alinhada ao Plano Plurianual do Governo do Estado, o Programa Amazônicas: Mulheres e Meninas na Ciência foi divulgado no dia 11 de fevereiro de 2021 como uma política focal da FAPEAM na tentativa de aumentar a participação de mulheres e meninas na Ciência e diminuir as desigualdades de gênero na ciência, tecnologia e inovação. Este programa tende a selecionar propostas de pesquisa e desenvolvimento de processos e/ou produtos inovadores no estado do Amazonas, que “[...] envolvam significativo risco tecnológico associado a oportunidades de mercado” (AMAZONAS, 2021).

O programa mais antigo, que atualmente integra essa modalidade de apoio à pesquisas realizada por mulheres, é o Programa Ciência na Escola (PCE), publicado em 2004 por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-AM) e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Manaus). No tópico a seguir, conheceremos um pouco mais deste Programa, bem como a sua contribuição para inclusão de mulheres no meio científico.

3. Programa Ciência na Escola (PCE)

Criado em 2004, o Programa Ciência na Escola (PCE), é uma ação da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas - FAPEAM que objetiva “contribuir com a participação de professores e estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, e, da 1ª à 3ª série do ensino médio, em projetos de pesquisa a serem desenvolvidos em escolas públicas estaduais sediadas no Amazonas e municipais de Manaus” (AMAZONAS, 2022). De acordo com a FAPEAM (2022), os principais objetivos do PCE, são:

- a) Contribuir para o processo de formação continuada dos professores;
- b) Contribuir para o processo de formação de estudantes, a partir do

5º ano da educação básica de escolas públicas estaduais do Amazonas e municipais de Manaus, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa nas escolas;

- c) Facilitar o acesso às informações científicas e tecnológicas aos diferentes participantes do programa;
- d) Desenvolver habilidades relacionadas à educação científica;
- e) Incentivar o envolvimento de professores, coordenadores dos projetos aprovados, com o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- f) Despertar a vocação científica e incentivar talentos entre os estudantes de ensino público estadual do Amazonas e municipal de Manaus. (AMAZONAS, 2022 - edital nº 004/2022)

Por cinco anos consecutivos, o Governo do Estado do Amazonas, por meio da FAPEAM, vem recebendo número recorde de propostas submetidas ao PCE. Em 2022, por exemplo, segundo o sítio da FAPEAM, o Programa obteve 1.811 projetos inscritos, superando as marcas históricas de propostas em 2019 (767), 2020 (912) e 2021 (1.088). Ainda de acordo com o sítio da FAPEAM, as ações do Programa Ciência na Escola alcançaram o Amazonas em quase sua totalidade, apoiando projetos em 54 dos 62 municípios.

O processo de análise e julgamento das propostas submetidas ao PCE obedecem a quatro etapas sendo, respectivamente: verificação do envio correto da parte documental exigida no Edital; análise do mérito por meio da avaliação de consultores *Ad Hoc* (ou à Comitê de Especialistas); classificação, com as notas atribuídas, a partir da adequação das propostas aos objetivos do Edital; e, aprovação por meio do Conselho Diretor da FAPEAM, que se dará após todas as outras etapas citadas, bem como através de uma reunião do Comitê de Análise. Cada proposta aprovada contempla 1 (uma) bolsa para docentes que coordenarão o PCE, com duração de 6 (seis) meses, e até 3 (três) bolsas de Iniciação Científica Tecnológica Júnior, para estudantes, no período de 5 (cinco) meses.

Ao observar o primeiro Edital do PCE (nº 013/2004), nota-se que este não trazia o tópico “Critérios para Seleção e Avaliação”, conforme observa-se nos demais editais como o de 2008 (Edital nº 004/2008), por exemplo. Em 2021, os critérios para seleção e avaliação vieram acompanhados de uma pontuação a ser atribuída a cada proposta, de acordo com o cumprimento dos critérios. No que diz respeito a estes critérios, podemos elencá-los, de acordo com a pontuação, em: caracterização das propostas como projeto de pesquisa (2); coerência entre objetivos e metodologia (2); benefícios que trarão para a educação amazonense (2); viabilidade das etapas de trabalho demonstradas no cronograma (2); e, projetos realizados nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharia e Ciências Agrárias (2).

Em 2022, além dos critérios já expostos, o Edital 004/2022 trouxe consigo uma novidade de grande relevância para as pesquisadoras: a FAPEAM passou a atribuir 1 (um) ponto a mais para os projetos submetidos por mulheres. Neste sentido, os 2 (dois) pontos que eram atribuídos aos projetos nas áreas de conhecimento Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Agrárias (áreas prioritárias, de acordo com o Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado do Amazonas) passou a ser dividido com os projetos coordenados por mulheres, com 1 (um) ponto para cada um desses critérios.

4. Programa Ciência na Escola (PCE) no Interior do Amazonas

Embora os Editais do PCE tenham ampla divulgação na página da FAPEAM, a análise dos resultados permitiu identificar que, dos 62 municípios, 23 não participaram do Programa no período analisado. A análise dos resultados publicados na página da FAPEAM mostrou que, durante o triênio 2020 - 2022, foram aprovados 2.286 projetos, distribuídos em: 2020 (600); 2021 (712); e, 2022 (974). Os municípios que mais se destacaram quanto à quantidade de projetos aprovados durante esses três anos, foram: Manaus (1.487), Itacoatiara (235), Manacapuru (138), Parintins (99), Borba (41) Humaitá (33), Barreirinha (31), Tefé (23) e Coari (22).

Dentre esses municípios identificados, há aqueles que apresentaram projetos aprovados somente no ano de 2020 como, por exemplo: Beruri, Canutama, Manicoré, Novo Aripuanã e Santa Isabel do Rio Negro. Sucede-se também os municípios que apareceram apenas no ano de 2022, como: Amaturá, Careiro, Lábrea e Urucurituba. Alguns municípios apresentaram projetos aprovados em um único ano do triênio: Ipixuna (2021) e Urucurituba (2022). Municípios como Benjamin Constant e São Gabriel da Cachoeira variaram em relação aos demais, visto que apresentaram projetos aprovados em 2020 e 2022, se ausentando em 2021. Quanto aos demais municípios, mantiveram a assiduidade, comparecendo nos três anos.

Além dos municípios que participaram de forma significativa no PCE, identificamos outros 23 que não tiveram participação no triênio 2020 - 2022, como: Alvarães, Anamá, Apuí, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Boa Vista do Ramos, Caapiranga, Carauari, Eirunepé, Envira, Guajará, Itamarati, Japurá, Juruá, Jutai, Manaquiri, Marã, Pauini, Rio Preto da Eva, São Sebastião do Uatumã, Tonantins e Uarini.

A Figura 2 procura mostrar, em uma nuvem de palavras, os municípios em destaque em relação ao número de projetos aprovados no triênio analisado nesta pesquisa.

Figura 2 - Municípios em destaque em relação ao número de projetos aprovados no triênio (2020 -2022)



Fonte: autoras, a partir dos dados da pesquisa (2024)

Considerando os 62 municípios do Estado do Amazonas, de acordo com nossa análise, durante esses três anos (2020-2022), 39 municípios tiveram projetos aprovados no PCE, o que significa que 23 ficaram de fora. Essas estimativas nos mostram que nem todos os municípios do Amazonas participam anualmente do PCE. Dados da FAPEAM para o ano de 2023 indicam que o PCE alcançou 54 municípios, mostrando um aumento na participação.

5. Programa Ciência na Escola - PCE (2020 - 2022) no Município de Humaitá

O município de Humaitá, foco desta pesquisa, localiza-se na região Sul do Amazonas, às margens do Rio Madeira, sendo carinhosamente chamado de princesinha do Madeira. Situado no entroncamento entre as rodovias Transamazônica e Manaus - Porto Velho, a cidade também faz parte do chamado Arco Norte Amazônico. O grande potencial logístico e facilidade de acesso favorece ações de impacto ambiental, designando a região, também de Arco do desmatamento e Nova fronteira da soja. A Figura 1 mostra a localização deste município ao Sul do Estado do Amazonas.

Figura 1 - Localização do município de Humaitá no mapa do Amazonas



Fonte: IBGE (2020)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, a população de Humaitá era de 57.473 habitantes, possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,605. A cidade oferta ensino em diversas modalidades, em escolas urbanas e do campo, entre essas, escolas indígenas.

Sendo um dos sessenta e dois municípios do Estado do Amazonas, a cidade de Humaitá integra o grupo de municípios alcançados pela FAPEAM com o Programa Ciência na Escola (PCE). O PCE contempla escolas a partir do 5º ano da educação básica, em escolas públicas estaduais do

Amazonas e municipais de Manaus. O Quadro 2, adaptado de informações da página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), mostra as escolas estaduais de Humaitá e identifica projetos PCE aprovados no período de 2020 a 2022.

Quadro 2 - Escolas Estaduais em Humaitá – AM com projetos PCE aprovados no período de 2020-2022

	Escolas Estaduais	Anos
1	Escola Estadual Oswaldo Cruz	2022
2	Escola Estadual Patronato Maria Auxiliadora	2020
3	Escola Estadual Prof ^a Cândida Souto	Não apresenta
4	Escola Estadual Duque de Caxias	2020; 2021
5	Escola Estadual Tancredo Neves	Não apresenta
6	Escola Estadual Álvaro Maia	2020; 2021; 2022
7	Escola Estadual Governador Plínio Ramos Coelho	2020; 2021; 2022
8	Escola Estadual Professora Marly de Carvalho Lobato Nery	Não apresenta
9	Escola Estadual Indígena Kwatijariga	Não apresenta
10	Escola Estadual Indígena Tupajakui	Não apresenta
11	Centro Rural de Ensino com Mediação Tecnológica de Humaitá	Não apresenta
12	Centro de Educação Indígena – Humaitá	Não apresenta
13	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – Cetam	Não apresenta
14	Centro Educacional de Tempo Integral Tarcila Prado de Negreiros Mendes	2020; 2021; 2022

Fonte: autoras, a partir dos dados da pesquisa (2024)

De acordo com o Quadro 2, verificamos a presença de 14 (quatorze) escolas estaduais sediadas no município de Humaitá. Dessas, quatro são de Educação do Campo, sendo três delas específicas da Educação Escolar Indígena. No decorrer desta pesquisa, identificamos que, dessas 14 escolas estaduais do município de Humaitá, somente 6 participaram com projetos aprovados no período de 2020 a 2022, entre essas, não aparecem escolas de Educação do Campo, sejam elas indígenas ou não indígenas.

No Quadro 3, constam os Projetos PCE aprovados no triênio 2020 - 2022 no município de Humaitá – AM. O Quadro apresenta a área de formação dos (as) pesquisadores (as), a escola onde o projeto foi desenvolvido, o título e área (definida pela FAPEAM) e o ano da ação.

Quanto às Escolas do município de Humaitá que aparecem na pesquisa, verificamos a presença de Escolas Estaduais, dentre as quais estão: Centro Educacional de Tempo Integral Tarcila Prado de Negreiros Mendes (CETI); Escola Estadual Álvaro Maia; Escola Estadual Duque de Caxias; Escola Estadual Patronato Maria Auxiliadora, Escola Estadual Governador Plínio Ramos Coelho (GM3) e Escola Estadual Oswaldo Cruz.

Quadro 3 – Projetos aprovados no PCE 2020-2022

	Área do (a) pesquisador (a)	Escola	Título do Projeto	Área do projeto	Ano
1	Educação Física	CETI	Primeiros socorros na Escola	Ciências da saúde	2020
2	Química	CETI	A experimentação investigativa no contexto ambiental	Ciências Humanas	2020
3	Geografia	E. E. Duque de Caxias	Escalas de economicidade hortifrutícola na cidade de Humaitá - AM	Ciências Humanas	2020
4	Matemática	E. E. Álvaro Maia	A importância da educação financeira para a administração do orçamento familiar	Ciências Exatas e da Terra	2020
5	Matemática	E. E. Álvaro Maia	Sinalário de Humaitá em Língua Brasileira de Sinais (Libras)	Ciências Humanas	2020
6	História	CETI	A história da Amazônia sob ótica do projeto aprovar	Ciências Humanas	2020
7	Geografia	E. E. Patronato Maria Auxiliadora	Música na Escola: Uma ferramenta de incentivo à aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental II	Linguística, Letras e Artes	2020
8	Matemática	GM3	Estudo da geometria plana, espacial e construção de sólidos geométricos no cotidiano	Ciências Exatas e da Terra	2020
9	Língua Portuguesa	CETI	Teatro de fantoches como ferramenta de leitura e desenvolvimento de valores	Linguística, Letras e Artes	2020
10	Língua Portuguesa	E. E. Álvaro Maia	A ação interpretativa através dos contos maravilhosos contemporâneos	Linguística, Letras e Artes	2020
11	Artes	E. E. Álvaro Maia	O basquete como ferramenta educacional de ensinar e aprender pelo esporte	Ciências da Saúde	2020
12	Matemática	E. E. Álvaro Maia	Utilização de recursos digitais (geoplanos virtual) para interação de alunos e professores no ensino de matemática em tempo de pandemia	Ciências Exatas e da Terra	2021
13	Educação Física	CETI	Exercícios físicos no pós Covid	Ciências da saúde	2021

14	Sociologia	GM3	Ensino remoto: uma análise sociológica sobre a realidade socioeducacional da escola GM3	Ciências Humanas	2021
15	Educação Física	E. E. Álvaro Maia	Educação Física para todos	Ciências da Saúde	2021
16	Química	CETI	O ensino investigativo em Química e as problemáticas socioambientais do município de Humaitá - AM	Ciências Exatas e da Terra	2021
17	Artes	E. E. Álvaro Maia	Tênis na Escola: uma estratégia de vivências práticas corporais sociais e cognitivas	Ciências da Saúde	2021
18	Língua Portuguesa	E. E. Álvaro Maia	Roda de poesia uma ação lúdica para o despertar	Linguística, Letras e Artes	2021
19	Física	CETI	Atividades experimentais e simulações computacionais: possibilidades de despertar o gosto pelas Ciências Exatas na Educação Básica	Ciências Exatas e da Terra	2021
20	Geografia	E. E. Duque de Caxias	Os “Grandes Projetos” dos governos militares: um estudo sobre os impactos das obras de infraestrutura na cidade de Humaitá - AM	Ciências Humanas	2021
21	Física	CETI	Estudo e aproveitamento das Espécies Nativas da Amazônia Ocidental Brasileira como desenvolvimento de novos produtos no município de Humaitá/AM	Ciências Exatas e da Terra	2022
22	Física	GM3	Experimento do Barco: Compreensão dos Fenômenos Físicos envolvendo a Termologia e a Termodinâmica	Ciências Exatas e da Terra	2022
23	Matemática	CETI	O ensino da Matemática e Estatística através do tema transversal Educação para o Trânsito	Ciências Exatas e da Terra	2022
24	Biologia	GM3	A presença do lúdico com materiais recicláveis como uma didática para o ensino de química ambiental	Ciências Exatas e da Terra	2022

25	Educação Física	CETI	Impactos causados pelos exercícios físicos no período menstrual	Ciências da saúde	2022
26	Matemática	CETI	O uso do jogo de recurso didático para o ensino e aprendizagem de Matemática: dominó mexicano ou duplo	Ciências Exatas e da Terra	2022
27	Sociologia	GM3	Sociologia, Protagonismo e Cultura Digital	Ciências Humanas	2022
28	Química	Oswaldo Cruz	Potencialidades do uso do óleo residual de fritura na produção de biodiesel a ser utilizado por comunidades ribeirinhas no município de Humaitá - AM	Ciências Exatas e da Terra	2022
29	Artes	Álvaro Maia	A prática do badminton como instrumento pedagógico no desenvolvimento das competências e habilidades físicas sociais e cognitivas	Ciências da Saúde	2022
30	Língua Portuguesa e Inglesa	Oswaldo Cruz	“MARIAS”: a leitura literária promovendo o encontro entre o real e o imaginário por meio de conto de Conceição Evaristo	Linguística, Letras e Artes	2022
31	Educação Física	CETI	A natação como subsídio para a promoção da saúde e bem-estar do estudante em tempos de pandemia da Covid-19	Ciências da saúde	2022
32	Matemática	CETI	Aprender Experimentando	Ciências Exatas e da Terra	2022
33	Língua Portuguesa e Inglesa	Álvaro Maia	É Leviôsa e não Leviosá a magia da leitura o despertar para o lectio	Linguística, Letras e Artes	2022

Fonte: autoras, a partir dos dados da pesquisa (2024)

No Quadro 3, é possível constatar que os (as) coordenadores (as) dos projetos aprovados possuem áreas de formação diversificadas, como: Física, Matemática, Educação Física, Química, Geografia, Língua Portuguesa, Artes, História, Sociologia e Biologia. E, se considerada a área de formação desses(as) pesquisadores(as), observa-se que, nesses três anos, há uma maior quantidade de projetos aprovados sob coordenação de docentes com formação em Matemática (n=7), seguido de Educação Física (n=5), Língua Portuguesa (4), Química, Geografia, Artes e Física (com 3 cada um), Sociologia (2), e Biologia e História (ambos com apenas 1 projeto). Vale destacar que a maioria dos(as) docentes realizou a graduação na

UFAM e que todos(as) concluíram cursos de pós graduação, *lato sensu* ou *stricto sensu*, sendo alguns egressos do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PP-GECH) e Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), ambos no município de Humaitá.⁹

Considerando as informações expostas no Currículo Lattes dos (as) coordenadores (as) dos projetos e que todos se declaram cisgênero ao responder ao formulário do *Google*, temos que, dos 33 projetos aprovados nos anos de 2020 - 2022, vinte são coordenados por mulheres. No que diz respeito à área de Ciências Exatas e da Terra, esses números se confirmam, visto que, dos 12 projetos aprovados nesta área, 8 trazem mulheres como coordenadoras.

A Tabela 1, resultante dos dados expostos no Quadro 3, apresenta o total de Projetos aprovados por área de conhecimento nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Tabela 1 - Total de Projetos aprovados no PCE (no município de Humaitá) no triênio 2020 - 2022

Área	2020	2021	2022	Total
C.E	2	3	7	12
C.S	2	3	3	8
C.H	4	2	1	7
L.L.A	3	1	2	6
Total				33

Fonte: autoras, a partir dos dados da pesquisa (2024)

Por meio da Tabela 1, verificamos que, nos anos de 2020, 2021 e 2022, temos um total geral de 33 projetos aprovados, sendo a maioria de Ciências Exatas (C.E), seguido de Ciências da Saúde (C.S), Ciências Humanas (C.H) e, em menor quantidade, de Linguística, Letras e Artes (L.L.A).

Dessa forma, após a análise dos editais e resultados de projetos aprovados no Programa Ciência na Escola dos últimos três anos, foi possível verificar que a produção de projetos científicos na área de Ciências Exatas e da Terra aumentou exponencialmente, sendo: 2020 (2 produções); 2021 (3 produções); e em 2022 (7 produções).

A Tabela 2 apresenta a distribuição de projetos aprovados por escolas no município de Humaitá durante o triênio 2020 - 2022. Os dados foram organizados com base nas informações detalhadas no Quadro 3, proporcionando uma visão geral do número de projetos que cada instituição de ensino conseguiu aprovar ao longo do período analisado. Essa tabela é fundamental para compreender a dinâmica de aprovação de projetos, evidenciando possíveis padrões ou disparidades que podem ter ocorrido entre os anos e entre as diferentes escolas do município.

⁹A coordenação dos projetos respondeu a um formulário de perfil do Google.

Tabela 2 - projetos aprovados por escolas do município de Humaitá

Escola	Projetos aprovados	Projetos aprovados nas Ciências Exatas e Naturais
CETI	13	6
Duque de Caxias	2	0
Álvaro Maia	10	2
Patronato	1	0
GM3	5	3
Oswaldo Cruz	2	1
Total	33	12

Fonte: autoras, a partir dos dados da pesquisa (2024)

A Tabela 2 mostra que, entre os 33 projetos aprovados em Humaitá, nos três últimos anos, 12 são da área de Ciências Exatas e Naturais. Em relação às escolas, o Centro Educacional de Tempo Integral Tarcila Prado de Negreiros Mendes (CETI) conta com o maior número de projetos aprovados tanto no total geral como na área de Ciências Exatas.

6. Resultados e Discussões

A análise dos editais e resultados do PCE, mostra que a maioria dos projetos aprovados no município de Humaitá, no triênio 2020 - 2022, eram coordenados por mulheres, deixando explícito o resultado positivo da luta feminina por espaço na sociedade nos últimos anos.

Embora existam editais específicos para o interior, é possível identificar que a maioria dos projetos estão concentrados na capital do Estado, em Manaus; dessa forma, perpetua-se a desigualdade da participação das pesquisadoras nos projetos de pesquisa. É importante ressaltar a importância de políticas públicas que incentivam a inserção de mulheres em áreas tradicionalmente dominadas por homens, contribuindo para a transformação do panorama científico no Amazonas.

A representatividade de Humaitá no PCE ainda é baixa, quando comparada com municípios como Manaus (1487), Itacoatiara (235), Manacapuru (138) e Parintins (99). Enquanto esses municípios apresentam alta quantidade de projetos aprovados, pesquisadores(as) de Humaitá desenvolveram 33 projetos. O PCE possibilita a democratização do acesso à educação científica no ensino básico, e a participação das escolas no programa representa o envolvimento da comunidade escolar para promover a cultura científica. No entanto, conforme identificado, o município de Humaitá/AM mostra uma baixa presença no programa por parte das escolas, somente com seis dentre as 14 estaduais (Quadro 2, evidenciando uma lacuna, e, quando comparada à participação entre as escolas, constatamos que somente três atuaram de forma equilibrada no período de 2020 a 2022. Esses dados mostram que a pesquisa na educação básica em Humaitá alcança a cidade e pode contribuir para a democratização da atividade científica; no entanto, ainda há lacunas e desafios – muitas escolas não participam do programa, como escolas indígenas e do campo. Como destacado por Souza e Borges (2021, p. 10), o PCE não é desenvolvido em “[...] um quantitativo que expresse a inclusão

de escolas, professores e estudantes da realidade campesina, haja vista a adesão ser mínima, principalmente no que tange os municípios mais distantes da capital.”

De acordo com a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e Instituto Unibanco (IU) (2022), a infraestrutura escolar intervém no rendimento dos(as) estudantes, e destacam que, “[...] somente 24% das escolas da região amazônica possuem biblioteca, 6% laboratório de ciências e 20% laboratório de informática” (2022, p. 24). Além disso, complementam ressaltando que “[...] os melhores desempenhos escolares estão com os estudantes das escolas que possuem espaços de apoio ao ensino, como biblioteca, laboratórios de ciências, salas de computadores, acesso à internet [...]” (FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL, INSTITUTO UNIBANCO, 2022, p. 24). Dessa forma, a infraestrutura pode ser um fator que contribui para a baixa adesão das escolas. Outro ponto está relacionado ao incentivo à pesquisa na educação básica, incluindo o apoio institucional da gestão escolar na mobilização de docentes e estudantes. A ausência desse incentivo pode reproduzir relações de poder, e manifesta-se por meio do capital cultural da escola. Visto que esse princípio é “[...] repassado e inculcado permanentemente por meio de ações pedagógicas nos indivíduos desde a educação familiar (formação do habitus primário) e reforçado posteriormente pela educação escolar e n’outros contextos sociais (formação do habitus secundário) [...]” (ALVES, 2016, p. 122). Por fim, é necessário que os professores estejam engajados na produção científica, e a formação continuada é um fator importante para o desenvolvimento de projetos científicos, pois a capacitação docente influencia a integração de metodologias e desenvolvimento de pesquisas.

A FAPEAM teve a iniciativa de criação de programas específicos de apoio à participação de mulheres na pesquisa científica quase duas décadas após sua criação. O Amazonas tem 62 municípios, e muitos deles não participaram desses programas, mesmo tendo editais específicos para municípios do interior. Leta (2014) aponta que os primeiros estudos que interseccionam mulher e ciência são datados de 1960, nesse sentido, as políticas nacionais foram tardias para corrigir as desigualdades estruturais da participação das mulheres na atividade científica. Mais tardias, pode se dizer, foram essas políticas no Estado do Amazonas, uma vez que, de acordo com os resultados, a primeira iniciativa nacional apareceu em 2005, com o programa Mulher e Ciência do CNPq, e no Amazonas apareceu quase duas décadas depois, em 2021.

Os interiores com maior quantidade de pesquisas são da Mesorregião Centro Amazonense, cidades próximas à capital do Estado, com exceção de Tefé e Coari, que são mais afastadas. Ao passo que Humaitá e Borba pertencem à Mesorregião Sul Amazonense. No entanto, a maior quantidade de projetos aprovados não está necessariamente relacionada apenas à localização geográfica do município. Alguns fatores que podem influenciar esse cenário incluem a presença de instituições de ensino superior instaladas nos municípios e, conseqüentemente, aumento de docentes com formação inicial e continuada, além da infraestrutura educacional disponível.

Vale ressaltar que o Amazonas também teve implementação tardia de instituições de ensino e pesquisa. A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), fundada em 1909, é a mais antiga do Brasil. Durante quase um século possuía apenas um campus na capital, e a implantação de cursos de graduação no interior ocorreu somente em 2006, após 100 anos de sua existência. O mesmo pode-se dizer dos institutos federais do interior como, por exemplo, em Humaitá, que só foram implantados em 2014. Dos 62 municípios, apenas 12 possuem Institutos Federais instalados (Coari, São Gabriel da Cachoeira, Presidente Figueiredo, Maués, Parintins, Lábrea, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara, Manacapuru e Tefé). Isso mostra a relevância da universidade

pública no interior do Estado, e cursos de pós-graduação para a formação continuada desses(as) docentes. No que tange à formação continuada dos(as) professores(as), ela pode contribuir para a formação de estudantes e desenvolvimento de pesquisa no âmbito do PCE. Stuart Hall (2016), ao tratar das “práticas de representação”, argumenta que a representação não apenas reflete, mas constrói realidades sociais. No caso do Amazonas, a demora na interiorização do ensino superior e, conseqüentemente, desenvolvimento da pesquisa e da extensão, pode ser vista como um reflexo de uma narrativa dominante que desconsidera as necessidades educacionais da população, em sua maioria ribeirinha e indígena. Isso relegou essa região ao esquecimento, submetendo-a à falta de investimentos em infraestrutura educacional, formação de professores e criação de programas de Pós-Graduação. Vale lembrar que o Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH), onde coordenadores(as) do PCE realizaram mestrado, é o primeiro PPG em ensino do interior do Amazonas.

Outro ponto a se destacar é a reitoria da única universidade federal do Amazonas, que levou 100 anos para ter uma mulher no cargo. Schiebinger (2008) aponta que uma das perspectivas dos estudos de gênero e ciência é a análise da exclusão das mulheres nas instituições científicas. Nesse contexto, o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) é útil para compreender as relações entre gênero e ciência, considerando que a própria estrutura científica pode atuar como um eixo de subordinação, juntamente com gênero e localização geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa documental na página da FAPEAM permitiu identificar que esta Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP), ainda que de forma tardia, implementou políticas de ação formativa para apoiar a participação feminina na ciência por meio de editais específicos para as mulheres ou com pontuação diferenciada. Atualmente, a FAPEAM conta com nove modalidades de programas nessa perspectiva, todos criados nos últimos quatro anos. Em comparação com as primeiras iniciativas nacionais do CNPq, datadas de 2005, o Estado do Amazonas levou mais de duas décadas para dar início a essas políticas.

Em relação ao PCE, mesmo com ampla divulgação na página da FAPEAM, nem todos os municípios participaram do Programa com projetos aprovados, no período analisado. A capital do Estado se destaca quanto à quantidade de projetos aprovados nesse triênio. A análise está de acordo com estimativas do sítio da FAPEAM, que expõe que o PCE, até 2023, ainda não alcançou o Amazonas em sua totalidade, sendo apoiados projetos em 54 dos 62 municípios.

Quanto às Escolas de Humaitá, município foco desta pesquisa, verificamos que a maioria das Escolas Estaduais urbanas participaram com projetos aprovados no PCE. Vale destacar que escolas que ofertam educação do campo, entre essas as de Educação Escolar Indígenas, não apareceram nos resultados com projetos aprovados. Os resultados observados em Humaitá podem ser uma representação da realidade de outros municípios do Amazonas, principalmente no que se refere à desigualdade na participação das escolas campestres no PCE. A ausência de projetos aprovados em escolas que ofertam educação do campo, entre elas, de Educação Escolar Indígena, indica desafios estruturais que se estendem para além desse município, sugerindo que as políticas de incentivo ainda não alcançaram de forma equitativa todas as instituições de ensino.

Nos três anos analisados, foi aprovado um total de trinta e três projetos nas escolas do município de Humaitá, dentre os quais doze são da área de Ciências Exatas e da Terra. Considerando a participação por gênero, o número de mulheres coordenadoras de projetos ultrapassa o número de homens. No que diz respeito à área de Ciências Exatas, este número também se confirma, pois a maior parte traz mulheres como coordenadoras. Podemos refletir que o magistério na educação básica, carreira das pesquisadoras coordenadoras dos projetos, tem sido um território predominantemente feminino. Aliado a essa característica do magistério, temos também o incentivo da FAPÉ-AM em pontuar diferentemente projetos coordenados por mulheres pesquisadoras.

Como possibilidade de ampliação da pesquisa, estão sendo desenvolvidas investigações participativas dos projetos PCE, possibilitando dessa forma compreender, de forma mais ampla, as possíveis contribuições desse projeto. Pesquisa com os(as) participantes pode contribuir para compreender a ausência de municípios nas propostas aprovadas e se a maior presença de pesquisadoras se deve às contribuições efetivas do PCE ou se está relacionada ao fato de o magistério permanecer como um campo de atuação predominantemente feminino.

Agradecimento

As autoras agradecem à Universidade Federal do Amazonas, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas pelo apoio à realização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edson Ferreira. Diálogos com Pierre Bourdieu e Passeron sobre o Sistema de Ensino e Suas (Im) Possibilidades. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS*, v. 21/22, n. 42/44, 2016.

AMAZONAS. RESOLUÇÃO N.º 002/2021 - EDITAL N.º 002/2021 PROGRAMA AMAZONIDAS - MULHERES E MENINAS NA CIÊNCIA. 2021. Disponível em: <<https://www.fape-am.am.gov.br/editais/edital-n-o-0022021-programa-amazonidas-mulheres-e-meninas-na-ciencia/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

AMAZONAS. RESOLUÇÃO N.º 006/2022 – EDITAL N.º 004/2022 PROGRAMA CIÊNCIA NA ESCOLA – PCE. 2022. Disponível em: <<http://www.fapeam.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Edital-004-2022-PCE.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

AMAZONAS. RESOLUÇÃO N.º 008/2023 - EDITAL N.º 008/2023 PROGRAMA MULHERES +STEM. 2023. disponível em: <<https://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-o-0082023/>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BIEMBENGUT, Maria Salett. *Mapeamento na Pesquisa Educacional*. Ciência Moderna, 2008.

CANTAL, Amanda; PANTOJA, Glauco. Mulheres no curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física da Universidade Federal do Oeste do Pará: mapeando trajetórias sob a perspectiva de gênero. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 15, jan./jun., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.29327/22094.15-8>

COSTA, Maria Conceição da. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. *Cadernos Pagu* (27), julho – dezembro de 2006: p. 455-459. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644791>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 1/2002, p. 171-188, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

FERREIRA, Rogelma Maria da Silva. Os estereótipos de gênero e o interesse de alunas em idade escolar por ciências exatas e tecnológicas. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 1-20, 1 jan. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/14827>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS); INSTITUTO UNIBANCO (IU). *Radar educacional amazônico: iniciativas promissoras para a educação de populações tradicionais da Amazônia*. 1. ed. Manaus, AM: FAS, 2022. PDF. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2022/03/radar-educacional-amazonico-1_compressed-1.pdf>.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Apicuri, 2016. 260 p.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2020*. Amazonas: IBGE, 2020.

LETA, Jacqueline. Mulheres na Ciência Brasileira: Desempenho Inferior? *Revista Feminismos*, [S.l.], vol. 2, n. 3 set./dez. 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 2012.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. *Cadernos Pagu* (27), julho-dezembro de 2006: p.301-331. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200012>.

SAITOVITCH, Elisa Maria Baggio *et al.* Mulheres na Física: casos históricos, panorama e perspectivas. *Sociedade Brasileira de Física*, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 1-270, 1 jan. 2015. Disponível em: <https://www1.fisica.org.br/gt-genero/images/arquivos/Mulheres_Pioneiras_livro-mulheres-na-fisica.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. Apresentação de Maria Margaret Lopes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15 (suplemento), p. 269-281, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500015>

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade, Porto Alegre*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: Gênero: uma categoria útil de análise histórica | Educação & Realidade. Acesso em: 13 fev. 2025.

SOUZA, Dariany Andrade de; BORGES, Heloísa da Silva. O ensino com pesquisa, a partir do Programa Ciência na escola-PCE, como ferramenta de formação continuada em escolas do Campo do Estado do Amazonas. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 12, p. e330101220144, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20144>

Tributação e Subalternização: uma revisão de literatura?*Fiscalidad y Subalternización: ¿una revisión bibliográfica?**Taxation and Subalternization: a literature review?***Luiz Alberto Cerbino da Cunha Junior****Maria Stela Campos da Silva**

Resumo: O artigo pretende, como objetivo geral, verificar o panorama dos estudos brasileiros que alinham a disciplina tributária às categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, tendo como problema de pesquisa: em que medida a atual literatura tributária produzida no Brasil aborda os marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe? Foi realizada uma revisão de literatura sistemática na base de Periódicos CAPES sob parâmetros justificados, e teve como objetivos específicos avaliar de formas quantitativa e qualitativa os trabalhos publicados. Oferece diagnóstico da tributação perante certos marcadores de grupos subalternizados, propondo uma inflexão interpretativa da produção científica fiscal nacional. Conclui pelo baixo retorno de resultados, o que denota a necessidade de desenvolvimento do estudo do direito tributário desde uma perspectiva científica de caráter social.

Palavras Chave: Tributação. Raça. Classe. Gênero. Sexualidade.

Resumen: El objetivo general de este artículo es verificar el panorama de los estudios brasileños que alinean la fiscalidad con las categorías de raza, clase, género y sexualidad. El problema de investigación es: ¿en qué medida la literatura tributaria actual producida en Brasil aborda los marcadores de género, sexualidad, raza y clase? Se realizó una revisión sistemática de la literatura en la base de datos CAPES bajo parámetros justificados, y sus objetivos específicos fueron evaluar los trabajos en términos cuantitativos y cualitativos. Ofrece un diagnóstico de la fiscalidad en relación con determinados marcadores de los grupos subalternizados, proponiendo un giro interpretativo en la producción científica fiscal nacional. Concluye con un bajo rendimiento de los resultados, lo que indica la necesidad de desarrollar el estudio del derecho tributario desde una perspectiva científico-social.

Palabras Claves: Fiscalidad. Raza. Clase. Género. Sexualidad.

Abstract: The general objective of this article is to verify the panorama of Brazilian studies that align the tax discipline with the categories of race, class, gender and sexuality. The research problem is: to what extent does the current tax literature produced in Brazil address the markers of gender, sexuality, race and class? A systematic literature review was carried out in the CAPES periodicals database under justified parameters, and its specific objectives were to evaluate the published works quantitatively and qualitatively. It offers a diagnosis of taxation in relation to certain markers of subalternized groups, proposing an interpretative inflection of national scientific tax production. It concludes with a low return on results, which indicates the need to develop the study of tax law from a social scientific perspective.

Keywords: Taxation. Race. Class. Gender. Sexuality.

Luiz Alberto Cerbino da Cunha Junior – Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA) e Assessor Jurídico na Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA). Membro do grupo de pesquisa-CNPQ “Federalismo, Renúncia de Receita, Responsabilidade Tributária e Direitos Humanos”. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5340-2101>. E-mail: luizcerbinocunha@gmail.com

Maria Stela Campos da Silva – Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA). Especialista e mestre em Direito Tributário pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE). Professora de Direito Financeiro e Direito Tributário da FAD/UFPA, PPGD/UFPA e PPGDDA/UFPA. Líder do grupo de pesquisa-CNPQ “Federalismo, Renúncia de Receita, Responsabilidade Tributária e Direitos Humanos”. Advogada. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7820-9547>. E-mail: stelacampos@gmail.com

INTRODUÇÃO

O direito tributário, conforme praticado e reproduzido na literatura brasileira, é tradicional no que concerne ao caráter social inerente aos estudos da ciência jurídica. A função da tributação, cujo sistema se encontra insculpido no texto constitucional, é objeto de leitura dogmática que pode resultar em visão hermética de sua aplicação, desprendida de multidisciplinaridade.

Ainda assim, não se pode escapar à importância de analisar o tributo, em seus mecanismos fiscais e extrafiscais, e sua relação direta com o orçamento e custeio do Estado Social Democrático, de seus direitos fundamentais e de suas políticas públicas.

A questão reside em permitir à intertextualidade da ciência tributária, a fim de que se possa levar a seu seio temas outrora desprivilegiados, afetos aos sujeitos subalternizados: as questões imbricadas a gênero, sexualidade, raça e classe.

O trabalho pretende, como objetivo geral e por meio de revisão sistemática de literatura, verificar o panorama dos estudos brasileiros que alinham a matéria tributária com as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, tendo como problema de pesquisa: em que medida a atual literatura tributária produzida no Brasil aborda os marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe?

Tem como objetivos específicos quantificar os resultados de artigos científicos concernentes à temática analisada, registrando resultados numéricos, e ainda qualificá-los, descrevendo critérios que lhe proporcionem percentual de aptidão. Para tanto, é utilizada como base de coleta de dados a Plataforma de Periódicos CAPES, com padrões metodológicos de pesquisa e seleção de ocorrências pormenorizadas em seção apropriada.

Por fim, verifica-se a relativa baixa existência de estudos robustos e não convencionais frente aos marcadores, corroborando o afastamento entre o direito tributário e os grupos subalternizados em âmbito acadêmico, pelo que é necessário incentivar literatura que permita a produção de conhecimento fiscal privilegiando ao gênero, às sexualidades, à raça e à classe.

1. Tributação e Subalternização: estado de ser?

Rocha e Godoi (2019) refazem o percurso histórico do estudo tributário nacional dividindo-o em dois momentos ideológicos no decurso do século passado: a proposta metodológica fiscal vigente entre os anos 1940 e 1960; sucedida pela corrente doutrinária hegemônica a partir da década de 1970.

Naquele primeiro intervalo de produção de conhecimento, observava-se uma intenção interdisciplinar do direito tributário, não reservada à uma tendência singular de interpretação científica. De outro lado, a literatura tributária setentista, ainda dominante, com fonte na produção de conhecimento paulistana, reverte o quadro interpretativo para alinhá-lo à uma compreensão significativamente mais formal de princípios e normas fiscais.

Entrementes, os autores divergem de Teodorovicz (2017) quanto ao posicionamento interpretativo assumido pela escola paulistana, ao postularem uma concepção mais porosa da hermenêutica setentista, cuja adesão à um positivismo formal kelseniano não se demonstrava categórica, asseverando (ROCHA e GODOI, 2019, p. 9):

“O que melhor caracteriza a corrente majoritária, hegemônica da doutrina do Direito Tributário brasileiro a partir da década de 70 não é uma determinada

postura metodológico-aplicativa formalista, nem uma determinada postura teórica sobre o Direito. Aproximadamente de 1970 a 2000, o normativismo lógico pretensamente kelseniano era o ferramental metodológico básico da doutrina tributarista brasileira. Mas a partir dos anos 2000 até a atualidade, tendências que se denominam a si mesmas como pós-positivismo, neoconstitucionalismo e hermenêutica jurídica foram incorporadas sem qualquer pejo pela doutrina tributária. A postura formalista e antiformalista convivem lado a lado. Tudo depende do problema específico sobre o qual argumentar.”.

Inobstante a divergência acerca da vinculação teórica apropriada ao direito tributário soberano na doutrina brasileira, inegável a guinada positivista imposta ao estudo fiscal, amparada sobremaneira em pretensa neutralidade interpretativa e aliada, sobretudo, à tradição hermenêutica formalista latino-americana.

No seio do historicismo jurídico latino, o ferramental do formalismo predomina como método interpretativo, e mesmo didático; fundado na leitura hermética das normas como propósito e finalidade do direito, “[...] identifica o sistema jurídico como a lei; considera que o direito é completo, coerente e fechado; [...] e, em versões extremas nivela validade formal com justiça.” (BONILLA MALDONADO, 2012, p. 102).

A posição formalista da ciência jurídica parece nativa à própria estruturação do direito: comunicada por meio de constituições, códigos e compilações de legislação, a disciplina se confundiria, assim, com a normativa. À vista disso, conceitua Schauer (2011, p. 66):

Formalismo é a maneira pela qual regras adquirem sua “regridade”, e isso se dá precisamente por meio do que se supõe ser a falha do formalismo: remover do alcance de um tomador de decisões fatores que, se não fosse por essa filtragem, um tomador de decisão mais sensível levaria em consideração. [...] Nesse sentido, as tarefas que as regras cumprem têm na formulação linguística específica de uma regra a sua ferramenta principal.

O autor apresenta uma proposta interpretativa discutivelmente neutra que, por suposto, ampara um melhor padrão decisório conferido ao julgador: a linguagem jurídica descrita na norma, por si só, seria definitiva na compreensão do direito (SCHAUER, 2011)¹.

Nessa amálgama, a leitura estrita de normas tributárias serviria a uma suposta objetividade (FEITAL, 2018), quando, em verdade, “[...] A ênfase em fatos objetivos e na realidade econômica convenientemente ignora as diferenças individuais entre os contribuintes — com a exceção da renda.” (KNAUER, 2014, p. 219).

Apoiada, então, em uma pretensa imparcialidade aplicada, a ciência fiscal dominante reproduz uma interpretação própria de caráter convencional (FEITAL, 2018, p. 48-49):

¹ Alexy (2014, p. 34) transporta o embate compreensivo ao núcleo da filosofia jurídica, de cuja natureza sugere conteúdo ainda mais capcioso: “A máxima restritiva reflete uma imagem de filosofia do direito que é fundamentalmente diferente da imagem desse ramo do saber que corresponde ao ideal compreensivo. A filosofia do direito se transforma em uma teoria jurídica do direito, que está separada da filosofia em geral assim como da filosofia moral e da filosofia política. [...] O caráter da filosofia do direito é determinado por ela em medida muito mais radical do que pela escolha entre o positivismo e o não positivismo. A escolha entre o positivismo e o não positivismo é uma escolha dentro do âmbito do direito. A escolha entre o ideal compreensivo e a máxima restritiva equivale a uma escolha entre um pensamento filosófico e um pensamento não filosófico.”.

Esse movimento de obliteração da política não é exclusividade do DTT². [...] Trata-se, na realidade, de um dos sinais gerais da investida neoliberal contra o igualitarismo. Todavia, como o Direito Tributário é talvez o ramo do direito que mais próximo se encontra das discussões econômicas, nele vemos repercutir com maior intensidade a retórica do formalismo e da imparcialidade [...] Com efeito, o Sistema Tributário apresenta duas faces opostas, como Janus, o deus romano dos pórticos. De um lado, pode ser um instrumento para a construção de uma sociedade justa e, de outro, um dispositivo de opressão e manutenção das desigualdades sociais.

Existe, mesmo na produção intelectual tributária, privilégio sobre o sujeito atendido, despido de marcadores e categorias de significância, como que existente debaixo de um “véu da ignorância” (RAWLS, 1971). Afirma Feital (2021, p. 151):

Temos, de um lado, o indivíduo neoliberal. Por definição ele é o homem surgido do nada [...] Do outro lado, temos aqueles que não podem se livrar do peso de seus corpos. Submetidos aos espectros autossuficientes do neoliberalismo, eles têm o gênero e a raça marcados na carne. Já o sujeito neoliberal está livre das cicatrizes da matéria, porque o seu gênero é a ausência de gênero — o homem — e a sua raça é a inexistência da raça — o branco. Os outros estão presos, em maior ou menor medida, a uma condição animal, o que não os livra da responsabilidade exclusiva pelo eventual fracasso de suas vidas.

Inevitável mencionar que a realidade fiscal brasileira já se encontra atravessada por mecanismos e categorias que ultrapassam esta mesma apreensão dogmática. Segundo dados da OXFAM Brasil (2018, p. 37), facilmente verificável as implicações da tributação nos indicadores socioeconômicos nacionais:

Numa análise do impacto da tributação na sociedade brasileira em diferentes grupos, percebe-se como a regressividade (ou quase neutralidade) ocorre. [...] Uma estimativa da incidência tributária sobre rendimentos médios dos 40% mais pobres e 20% mais ricos, de diferentes composições familiares por raça e sexo, aponta para poucas variações da carga tributária total individual dentro da sociedade. Uma mirada geral é suficiente para concluir que não há diferença substantiva entre a tributação relativa da base e do topo da pirâmide social, com categorizações variando de 17% a 26%. (OXFAM Brasil, 2018)

Urge, portanto, a necessidade de enveredar o estudo tributário para além da convencionalidade imposta pela corrente majoritária, para aproximá-la de um caráter social no intuito de cumprir objetivo fundamental do próprio mecanismo da tributação (SILVEIRA, 2019): a redução de desigualdades.

Necessário comentar que existe posicionamento doutrinário organizado nesse sentido; de origem nos estudos seminais de Blumberg (2009), a *Critical Tax Theory* “[...] surge da necessidade de se contrapor à ideologia da neutralidade, para afirmar que as leis tributárias não respondem a postulados naturais inafastáveis, mas são o resultado de variáveis políticas.” (FEITAL, 2018, p. 51).

² Direito Tributário Tradicional, abreviação do autor (2018, p. 33).

No presente trabalho, todavia, não se pode afirmar que este é o aporte teórico de todas as produções selecionadas, em vista da amplitude das abordagens empreendidas, pelo que não se definiu como critério metodológico.

É nesse contexto que o artigo pretende a investigação do estado da arte do direito tributário no que concerne a grupos subalternizados, em proposta de análise da produção científica brasileira contemporânea na seara fiscal, e sua relação com gênero e sexualidade, raça e classe.

Válido ressaltar que o próprio conceito de subalternização e/ou subalternidade segue amplamente debatido, desde que cunhado por Gramsci (2001), e objeto de constantes reapropriações, em especial por Spivak (1988).

O presente trabalho se alinha à concepção de(s)colonial de subalternização teorizada por Quijano (2005), centrado na dualidade entre subordinador – o explorador europeu branco –, e subordinado – as populações racializadas –; na modernidade, espaço em que a colonialidade ainda se reproduz (CARVALHO, 2020), o conquistador se traduz na figura cisheteronormativa branca, enquanto o conquistado se replica em todo sujeito marginalizado.

Por sua vez, os marcadores gênero-raça-classe são, também, compreendidos como categorias de análise histórica, política, social e econômica (SCOTT, 1995). Remontando às origens do legado feminista interseccional, ainda conforme Joan Scott (1995, p. 73):

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava [...] o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e [...] uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos.

Ratificando a recíproca no domínio hegemônico, Gomes (2018, p. 67) define: “[...] corpo, sexo, gênero e raça são categorias fundamentais [...] em uma sistema de colonialidade que articula os três marcadores para diferentes sentidos aos corpos que categoriza.”

Relevante reiterar a extensão a que essas categorias já são mecanismos de influência na realidade tributária nacional. O mesmo relatório País Estagnado ratifica a presença do recorte racial junto da análise dos indicadores fiscais brasileiros (OXFAM Brasil, 2018, p. 40):

Ao lançar um olhar sobre as desigualdades raciais, percebe-se que negros (considerando indivíduos e casais “pretos” e “mestiços”) da base da pirâmide destinam de 17% a 23% de seus rendimentos ao pagamento de tributos, com muito maior ênfase na tributação indireta. Trata-se de uma proporção parecida com a variação entre brancos pobres, que gastam de 18% a 25% de seus rendimentos em tributos, também em sua maioria indiretos. Apesar do sistema tributário não ser ele mesmo causa das desigualdades raciais, pesa diferentemente sobre negros: ser pobre significa pagar mais tributos, mas ser pobre e negro significa pagá-los sobre uma base de renda menor, fragilizando ainda mais a condição de famílias negras.

Em dossiê que correlaciona sistema tributário, política fiscal e desigualdades de gênero, Piscitelli *et al.* (2020, p. 8-9) identificam os seguintes dados:

A distância salarial entre homens e mulheres fica ainda mais evidente quando interseccionamos os dados de gênero e raça: mulheres negras (englobando pretas e pardas), que constituem 28,42% da população brasileira, auferem menos da metade (44,4%) da renda de homens brancos. Essa mesma disparidade segue presente se desconsiderarmos o gênero: pessoas brancas ganham 45% a mais do que pessoas negras, que compõem cerca de 55,8% da população total brasileira. A desigualdade social, como se vê, mais intensa entre negros e mulheres em relação aos homens brancos, é histórica e persistente. (PISCITELLI *et al.*, 2020)

Logo, redesenhar o horizonte tributário significa descentralizar a discussão do bolsão cisternonormativo branco, convidando a “[...] construir uma nova identidade política que seja de fato libertária, transformadora e inclusiva para todas as pessoas que estão fora da norma dominante, sancionada pelo Estado, de uma classe média e alta branca e heterossexual.” (COEN, 2019, p. 27).

2. Tributação e Subalternização: estado de ler?

Na tradição formalista, a formação educacional do estudante de direito pode ser demasiadamente metódica e enviesada segundo Bonilla Maldonado (2012, p. 102):

[...] gira em torno ao enciclopedismo curricular, a memorização e o conceitualismo. Promove currículos com um alto número de matérias de maneira que os estudantes conheçam todas as criações do legislador, considera que conhecer o direito é diretamente proporcional à capacidade de repetir o texto da lei, e afirma que o ensino do direito deve girar em torno de categorias abstratas, princípios e regras, e de suas relações formais e substanciais.

O empecilho para o desenvolvimento de uma teoria crítica, deriva do fato de “[...] não são relevantes as perguntas pela legitimidade moral e política das normas e instituições jurídicas, separa a dogmática da teoria e prática jurídica, isola o direito privado do direito público [...]” (BONILLA MALDONADO, 2012, p. 102).

De suma importância, assim, investigar o estado da arte da disciplina tributária no que concerne aos marcadores selecionados, de gênero, sexualidade, raça e classe, a fim de que não apenas apresente-se o diagnóstico da produção científica de referência contemporânea, como também se avalie novos modelos de expressão do conhecimento questionado.

Vale mencionar que, na literatura nacional, sob forma de dissertação, Rocha (2021) realizou apanhado específico de trabalhos voltados à análise das matérias fiscal e orçamentária aliadas à questão do gênero, referenciando Lavinias e Dain (2005), Salvador e Yannoulas (2013), Silva, Ricardino e Matos (2018), Piscitelli *et al.* (2019) e compêndio organizado por Melo, Saraiva e Godoi (2020).

Da mesma maneira, a existência de grupos multidisciplinares laborais, científicos e extensivos como o *Tributos a Elas*, organizado por Procuradoras da Fazenda Nacional, e o *Women in Tax Brazil*, coordenado dentro da Fundação Getúlio Vargas e junto a Ordem do Advogados do Brasil/Seccional São Paulo, denota a preocupação das pesquisadoras brasileiras na produção e disseminação de conhecimento da matéria.

A relevância da presente revisão sistemática é justificada, então, pela carência de uma estruturação atualizada e ostensiva dos trabalhos produzidos como ponto de partida para uma avaliação

do estado da pesquisa dentro de seus requisitos e tipos conceituais (GRANT e BOOTH, 2009) e em torno da temática, amalgamando tributação à gênero, sexualidade, raça e classe.

Para tanto, esta revisão (GALVÃO e RICARTE, 2019, p. 58-59):

Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo. Explícita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria revisão.

Como mencionado na seção introdutória, a presente pesquisa foi conduzida junto à base de dados disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, ligada ao Ministério da Educação, por meio de seu Portal de Periódicos e devidamente endereçada no espaço de referências.

Considerando a necessidade da obtenção do resultado global de referências aproveitáveis, o recorte temporal selecionado no sítio eletrônico deu-se no intervalo de novembro de 2000 (mês e ano de lançamento do Portal de Periódicos³) até julho de 2024 (mês e ano de execução da pesquisa).

Como palavras-chave, foi proposta a utilização das categorias justificadas: gênero, raça e classe. Igualmente, fez-se uso de termos afetos aos direitos sexuais: sexualidade, identidade, *queer*⁴, LGBT(I). No contexto fiscal, adicionou-se vernáculo jurídico: tributação.

Assim, de modo a obter a reprodução do número mais fidedigno à produção científica publicada, a pesquisa teve como parâmetros: “tributação + gênero”; “tributação + sexualidade”; “tributação + identidade”; “tributação + *queer*”; “tributação + LGBT”; “tributação + LGBTI”; “tributação + raça”; “tributação + classe”.

Foram usados como padrões de seleção: direito; direito tributário. Não foram usados como padrões de busca: autoria; origem do periódico; avaliação *qualis*.

Para além da aferição, fez-se apreciação perfunctória do conteúdo dos trabalhos resultantes, com fatores: resumo, palavras-chave e bibliografia. Tendo em vista a necessidade de avaliar sua pertinência científica com as temáticas selecionadas, foram usados como elementos de avaliação: problema, hipótese e referencial teórico. Posteriormente, com base na apuração conteudística, os resultados foram classificados em: hábeis ou não-hábeis.

Considerando a natureza da base de dados usada, os produtos encontrados serão exclusivamente artigos científicos, excluindo-se, por funcionalidade, produções acadêmicas de maior extensão: dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

Com fim em descrição matemática, calculou-se, também, o percentual dos resultados apurados de cada categoria.

Sistematicamente organizados os dados, encontram-se tabulados e resenhados abaixo.

³ Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/nossa-historia.html>>. Acesso em: 01 fev. 2025.

⁴ O anglicismo se justifica considerando sua utilização contumaz nos estudos de gênero e sexualidade brasileiros; a teoria *queer*, mencionada a propósito nesse mesmo trabalho, é ampla enquanto referencial teórico (BUTLER, 2004).

2.1. Tributação, Gênero, Sexualidade e Dissidências

Em um primeiro momento, a busca pela expressão “tributação + gênero” se mostrou relativamente frutífera, oferecendo 35 (trinta e cinco) resultados, dos quais 6 (seis) tratavam de publicações duplicadas na base de dados. Assim, dos 29 (vinte e nove) trabalhos originais remanescentes, 7 (sete) foram considerados hábeis, meros 24% das produções – importante comentar que a seleção do vocábulo “gênero” ofereceu ocorrências referentes a gêneros alimentícios e demais usos da palavra⁵.

Notavelmente, nos resultados de “tributação + gênero”, da Silva, Tavares e Okado (2023) fazem estudo lastreado no direito tributário crítico (ver nota de rodapé 4) e na nova sociologia fiscal para analisar a incidência do imposto de renda sobre a pensão alimentícia, exação que consideram tributação injusta e fortalecedora do sistema patriarcal ao privilegiar o pai pagador de pensão, que poderia deduzi-la de sua declaração, em detrimento da mãe, que deveria declará-la como renda, e assim incidir em alíquota do imposto elevada⁶.

Da mesma forma, Sousa de Oliveira e Pereira de Araújo (2022) investigam o peso da tributação sobre a figura da mãe trabalhadora, observando os indicadores socioeconômicos na inserção feminina no mercado de trabalho globalizado; o mercado de trabalho formal é também pano de fundo da pesquisa de Dias Neto e Martelli Fais Feriato (2018), ao avaliarem a fiscalidade como instrumento de potencialização da participação laboral feminina.

Em trabalho mais abrangente, Pereira, Silva e Diogo de Lima (2022) examinam a política tributária brasileira como mecanismo de acirramento de desigualdades de gênero, com base em dados coletados pela Organização das Nações Unidas, enquanto Carvalho Motta e Alves Peixoto da Rocha Brito (2022) averiguam a tributação de absorventes e produtos de higiene íntima como elemento de pobreza menstrual.

Ao fim, Rezende e Gonçalves (2021) abordam a estrutura fiscal em tempos de austeridade como provocadora de disparidades de gênero e impedimento de realização de direitos sociais, e, em estudo internacional, Caicedo Enríquez (2020) indica, no sistema tributário colombiano, a participação do imposto IVA no paradigma da desigualdade.

Curiosamente, a locução “tributação + identidade” registrou número significativo de respostas, totalizando 12 (doze), das quais, contudo, nenhuma (zero) foi considerada hábil, também entregando porcentagem de 0%. Notável citar que um dos trabalhos localizados nessa seleção pretende investigar “[...] se a identidade do acionista controlador é um fator determinante para a distribuição de lucros (JCP em relação a dividendos regulares) em uma amostra de companhias abertas brasileiras.” (COLOMBO; TERRA, 2022, p. 1), prognóstico do modelo de “identidade” preferido pelo campo de estudo.

Na seleção “tributação + LGBT” ocorreu 1 (um) resultado, intrinsecamente hábil, com aproveitamento de 100%. Pinheiro (2016) sugere revisão de imunidades tributárias de templos religio-

⁵ Resultado providencial, porquanto durante as recentes discussões legislativas acerca da reforma tributária no Congresso Nacional (Proposta de Emenda à Constituição nº 145/2019, ratificada em Emenda Constitucional nº 132/2023), foi registrado em ata comentário de parlamentar afirmando que a questão “alimentícia” seria tratada em momento apropriado, quando confrontado com a possibilidade de uma incursão de gênero em normativa fiscal. Ver, e ouvir, em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196833>.

⁶ A oneração da pensão alimentícia sobre a mãe já foi discutida perante o Supremo Tribunal Federal em 2022, que declarou inconstitucional a incidência de imposto de renda sobre alimentos e pensões alimentícias (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5422, com referências completas em seção apropriada).

tos, na medida em que tal instrumento constitucional pode descambar no incentivo econômico à homofobia, em razão do histórico conservador das instituições imunes.

De outra forma, as conjunções “tributação + sexualidade”, “tributação + *queer*” e “tributação + LGBTI” não apresentaram resultados (zero), sejam hábeis ou não-hábeis, com percentual em 0%.

No total, com respeito às expressões indicadas na categorização dos estudos de gênero e direitos sexuais, de 42 (quarenta e duas) produções relacionadas, somente 8 (oito) incorrem em literatura fiscal que tratam sobre a discussão entre direito tributário e gênero de maneira substancial; em pontos percentuais, culminam em poucos 19% dos resultados.

Para mais, é perceptível que o debate científico no tema ainda se encontra em momento de formação: a pesquisa mais antiga referenciada data de 2018, meros 6 (seis) anos do presente trabalho.

Mesmo por conta do caráter inovador conferido temporalmente à discussão, os artigos propõem análise da categoria gênero binarizada: enfocada nos sujeitos homem e mulher, nas categorias pai e mãe – em nada divergindo da ótica da cisgeneridade heteronormativa, revista enquanto paradigma político (SILVA, 2023).

Silva ressalta ainda (2023, p. 30):

É justamente esse ponto que me parece interessante explorar, pois tal relação estabelece uma estrutura conceitual complexa, uma vez que a cisgeneridade apresenta-se como universal, como aquilo que aponta a relação de poder que permite nomear, conceituar e tornar o outro, Outro⁷. Nesse sentido, (in)diretamente, a cisgeneridade efetiva-se como um “espelho”. Por isso, torná-la “outro”, numa análise como esta, é uma estratégia intelectual e política que permite revelar certas estruturas de poder-saber até então ocultas na sua pretensa neutralidade impensada.

Desconsiderar, em exemplo, arranjos diversos do padrão normativo social na aferição da renda familiar ou, ainda, a experiência transexual e travesti no que se refere à pobreza menstrual de mulheres, afasta a produção contemporânea de uma verdadeira inflexão da ciência fiscal perante atravessamentos categóricos, circunstâncias que a redefiniriam sobremaneira.

Segundo Tchalian (2018, p. 36-37), “Essa construção pautada na divisão binária feminino/masculino interfere e coopta a manutenção da agência do poder do estado que incide sobre os corpos, principalmente corpos compreendidos dentro dessa lógica como abjetos.”.

A superação metodológica, portanto, percorre por uma virada tanto de sujeitos quanto do objeto, convidando ao holofote acadêmico partícipes de uma arquitetura (PRECIADO, 2010) sócio, política e economicamente divergente das categorias convencionais até então analisadas.

2.2. Tributação e Raça

Tratando da relação com a categoria de raça, a busca empreendida “tributação + raça” teve registro de 1 (um) resultado, o qual não foi considerado hábil (zero). O panorama científico da tributação e raça é, nessas circunstâncias, desalentador: o resultado nulo (significativamente de 0%),

⁷ Conceito também amplamente debatido por Mbembe (2014), ao funcionalizar a Alteridade como elemento de criação do outro por aquele que desde historicamente lhe difere, sob sua análise, a relação travada entre branquidade e negritude.

comparado ainda à única produção localizada, denota, em igual medida, o baixo interesse da doutrina fiscal na óbvia conexão entre a matéria e o marcador.

Os indicadores socioeconômicos e fiscais concernentes à população preta brasileira corroboram a desigualdade na exação sob viés racial, já descritos como no relatório “País Estagnado” (OXFAM Brasil, 2018), o que fomenta a dissonância com os dados (não) localizados, em relação inversamente proporcional que potencializa a problemática na produção científica.

Nesse contexto, Moreira (2017, p. 396) é assertivo na necessidade da prática antirracista desde a academia, sob perspectiva hermenêutica que “[...] procura oferecer uma interpretação alternativa às narrativas presentes no discurso jurídico, narrativas que não levam em consideração o lugar na raça na experiência cotidiana de subalternos.”

No mesmo intento, a *Critical Race Theory* – cujo aporte se ramifica àquela *Critical Tax Theory* – estadunidense almeja correlaciona a teoria do direito e suas implicações em políticas raciais, configurando “[...] a collection of activists and scholars interested in studying and transforming the relationship among race, racism, and power.” (DELGADO e STEFANCIC, 2001, p. 2).

Não escapa, portanto, a concomitância entre os movimentos: o desafio à uma interpretação jurídica convencional floresce em espaços que se propõem a considerar experiências marginalizadas no seio da ciência jurídica, de modo a permitir uma intertextualidade na compreensão do direito.

2.3. Tributação e Classe

Por sua vez, a adição “tributação + classe” se mostrou minimamente proveitosa, na qual houve 18 (dezesete) resultados, em que 2 (dois) são republicações traduzidas; inteiram 16 (dezesesseis) resultados originais, de quais 5 (cinco) retornaram hábeis, proporção de 31%.

Fundamentalmente, Anselmini e Buffon (2018) constataam a correlação entre tributação e iniquidades de renda, induzida pela natureza regressiva do sistema fiscal brasileiro, cuja arrecadação-mór se dá sobre o consumo ao revés da renda e/ou patrimônio. Na mesma toada, Falcão e Oliveira (2017) classificam o tributo como agente de barganha política, revisitando a fiscalidade como base de custeio do Estado Democrático de Direito.

Em trabalhos focalizados, Prado (2020) explora a herança como componente mantenedor da estrutura de classes nacional, confrontando dados da Receita Federal que corroboram a acumulação de riqueza familiar; em seu turno, Costa, da Silva e Leal (2018) planificam os efeitos da incidência dos impostos ICMS e IRPF no orçamento de famílias no Estado da Bahia entre os anos de 2009 e 2019.

No resultado mais recente, Vieira, Vieira e Tupiassu (2024) exploram *policy* fiscal engendrada aos beneficiários de projetos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S), propondo agenda de política tributária municipal atenta às pessoas habitantes de áreas historicamente precarizadas no espaço urbano brasileiro.

Em que pese o parcial proveito retirado na seleção, sem prejuízo às pesquisas apresentadas, justo mencionar que a justaposição entre tributação e classe pode ser considerada mais bem posicionada nos estudos fiscais, porquanto a que mais aproximada de ciências econômicas, apropriações empresariais e práticas mercadológicas, sujeitando-se a recortes metodológicos notadamente convencionais.

3. Esquematização dos Resultados e Breves Comentários Entre Literatura e Legislação

De sorte a melhor organizar os dados coletados dentre os resultados junto ao Portal de Periódicos CAPES, tem-se tabulação que compreende as palavras-chave utilizadas, o quantitativo numérico de respostas obtidas (dos quais já subtraídas as repetições), a quantidade de trabalhos remanescente posterior a avaliação qualitativa de seu conteúdo e, por fim, o percentual aproveitável de produções, para observação da revisão pretendida:

Tabela 1 – Esquematização dos dados coletados no Portal de Periódicos CAPES

Palavras-chave	Quantitativo de resultados	Quantitativo de resultados posterior à avaliação qualitativa do conteúdo	Percentual aproveitável
Tributação + Gênero	29	7	24%
Tributação + Identidade	12	0	0%
Tributação + LGBT	1	1	100%
Tributação + Sexualidade	0	0	0%
Tributação + <i>Queer</i>	0	0	0%
Tributação + LGBTI	0	0	0%
Tributação + Raça	1	0	0%
Tributação + Classe	16	5	31%

Fonte: elaborado pelos autores.

Ademais, tabula-se a comparação entre o somatório de resultados obtidos na pesquisa (subtraídas as repetições), bem como aqueles resultados reputados aproveitáveis, e, assim, obtém-se o percentual aproveitável geral dos artigos selecionados:

Tabela 2 – Comparativo de aproveitamento geral dos dados coletados

Resultados obtidos	Resultados aproveitáveis	Percentual aproveitável geral
59	13	22%

Fonte: elaborado pelos autores.

Em vista do que tabulado, cumpre ainda à presente pesquisa ressaltar que o conceito de neutralidade fiscal insito à aplicação do direito tributário igualmente precisa ser revisitado com vistas à identificação dos institutos que exigem tal neutralidade como requisito para implementação de uma real equidade fiscal, e ainda daqueles institutos para os quais o uso da neutralidade afasta a equidade, tal como se dá em alguns dos exemplos tratados em muitos dos trabalhos aqui listados.

Essa separação entre as espécies de tributos e institutos jurídicos tributários exigem uma aplicação de neutralidade, e aquelas em que a imposição da neutralidade amonta automaticamente em iniquidade fiscal é uma interpretação a que se direciona a partir de autores como José Casalta

Nabais (2022, p. 56-57), da necessária divisão entre dois conjuntos de princípios constitucionais: “os princípios gerais, aplicáveis a todos e a cada um dos impostos que integram o sistema fiscal”, ligados aos impostos de acordo com a sua estrutura, e “os princípios especiais que se reportam a cada imposto ou tipo de imposto como se apresentam em sua menção constitucional.”.

Segue o professor Casalta Nabais explicando (2022, p. 56-57):

Relativamente aos primeiros, podemos referir os que fixam limites de natureza formal, respeitantes a quem pode tributar, ao como tributar e ao quando tributar, em que temos os princípios da legalidade fiscal e da não retroactividade dos impostos, e os que estabelecem limites de natureza material, relativos ao que e quanto tributar, em que se destaca, sobretudo o princípio da igualdade fiscal a aferir pela capacidade contributiva.

Nesse sentido, a necessária separação entre quando e de que forma realizar a aplicação das normas tributárias precisa tomar em consideração, sobretudo nesse segundo grupo de tributos, também as questões de gênero, raça, classe e sexualidade postas em discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que a pesquisa propôs revisão sistemática de literatura do direito tributário brasileiro em suas implicações com gênero, sexualidade, raça e classe, resultou quociente expressivamente baixo de retorno. Os artigos referentes a gênero e sexualidade entregaram 8 (oito) resultados aproveitáveis, enquanto não foram encontrados trabalhos atinentes à raça (zero), e houve 5 (cinco) produções registradas referentes à classe.

Calculada a totalidade de resultados, subtraídas as repetições, de 59 (cinquenta e nove) artigos científicos listados no Portal de Periódicos da CAPES, somente 13 (treze) dos produtos foram classificados como hábeis na produção de conhecimento fundamental à revisão da doutrina convencional, em proporção implicando somente em 22% de resultados aproveitáveis.

Demais disso, mesmo os trabalhos coletados apresentam teor enviesado em suas proposições, replicam binariedade identitárias, e falham ao desconsiderar vivências desviantes de um padrão comportamental característico e convencional.

A resposta ao problema de pesquisa é evidente, tendo em vista que o modesto percentual de resultados selecionados demonstra o estado embrionário dos trabalhos que propõem a interseção entre a tributação e as categorias de gênero, sexualidade, raça e classe no panorama acadêmico brasileiro.

A conclusão do presente trabalho é pela necessidade de expansão no instrumental científico tributário de modo que atine às experiências marginalizadas, provocando uma reestruturação doutrinária que imponha o estudo da fiscalidade perante gênero, sexualidade, raça e classe, no intento de uma expressiva redução de desigualdades materiais e também epistemológicas.

Assim, necessário repensar a ciência tributária, a fim de que seguramente atenda a “[...] grupos historicamente *desempoderados*, tais como os negros; as mulheres de todas as raças, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, os deficientes, e as famílias não tradicionais.” (INFANTI; CRAWFORD, 2009, p. xxi *apud* FEITAL, 2021, p. 50).

REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. *O conceito e a natureza do direito*. 1ª. ed. São Paulo: Marcial Pons, 2014.
- ANSELMINI, Priscila; BUFFON, Marciano. Tributação como instrumento de redução das desigualdades no Brasil. *Revista do Direito Público [online]*, v. 13, n. 1. Curitiba: UNESPAR, 2018. p. 226-258. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/29111>>. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BLUMBERG, Grace. Sexism in the Code: A Comparative Study of Income Taxation of Working Wives and Mothers. In: INFANTI, Anthony; CRAWFORD, Bridget (Orgs.). *Critical Tax Theory: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 03-10.
- BONILLA MALDONADO, Daniel Eduardo. O Formalismo Jurídico, a Educação Jurídica e a Prática Profissional do Direito na América Latina. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás*, v. 36, n. 2. Goiânia: UFG, 2012. p. 101-134.
- BUTLER, Judith. *Precarious Life: The powers of mourning and violence*. Nova Iorque: Verso, 2004.
- BRASIL. Câmara Federal. *Proposta de Emenda à Constituição, PEC 145/2019*. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196833>>, Acesso em 1 jan. 2024.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portal Periódicos*. Disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>; Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI 5422*. Relator: Luiz Fux. Julgamento: 01/10/2022. Plenário virtual. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4893325>>. Acesso em 1 jan. 2024.
- CAICEDO ENRÍQUEZ, Diana Carolina. Impacto de la política fiscal en la desigualdad de género: el caso del IVA en Colombia. *Revista de Derecho Fiscal [online]*, n. 17. Bogotá: UEC, 2020. p. 185-210. Disponível em: <<https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/fiscal/article/view/6575>>. Acesso em: 1 jan. 2024.
- CARVALHO, Rayann Ketully Massahud de. Direito e pensamento descolonial: aspectos introdutórios. *Revista de Direito [online]*, v. 12, n. 02. 2020. p. 01-30. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/10700>>. Acesso em: 30 dez. 2023.
- CARVALHO MOTTA, Maria Carolina; ALVES PEIXOTO DA ROCHA BRITO, Mariana. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. *Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 24, n. 1. Niterói: UFF, 2022. p. 33-54.
- COEN, Cathy. Traduzido por Valeria Lima de Almeida. Punks, sapatonas e *welfare queens*: o potencial radical da política *queer*. *Revista Docência e Cultura*, v. 03, n. 03. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019. p. 21-58.
- COLOMBO, Jéfferson Augusto; TERRA, Paulo Renato Soares. Juros sobre o capital próprio versus dividendos: o papel da identidade do acionista na elisão fiscal de empresas. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 24, n. 1. 2022. p. 175-205.
- COSTA, Gustavo de Oliveira; DA SILVA, Marcelo dos Santos; LEAL, Priscila de Queiroz. Incidência do ICMS e do IRPF no orçamento das famílias baianas entre 2008 e 2009. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas [online]*, v. 15, n. 25. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/3984>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. *Critical Race Theory: an introduction*. Nova Iorque: NYU Press, 2001.

DIAS NETO, Orlando Fernandes; MARTELI FAIS FERIATO, Juliana. A tributação como instrumento para a promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas [online]*, v. 6, n. 2. Bebedouro: UNIFAFIBE, 2018. p. 420-444. Disponível em: <<https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/504>>. Acesso em: 1 jan. 2024.

FALCÃO, Maurin Almeida; OLIVEIRA, Luciana Gualda de. O tributo como mecanismo de barganha política. *Revista Brasileira de Direito*, vol. 13, n. 3. 2017. p. 342-363.

FEITAL, Thiago Álvares. Apontamentos teóricos para um conceito de Direito Tributário Crítico. In: *Estudos críticos do direito tributário: ano I*. JUNIOR, Onofre Alves Batista; DE OLIVEIRA, Ludmilla Mara Monteiro; MAGALHÃES, Tarcisio Diniz (Orgs.). Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018. p. 32-71.

FEITAL, Thiago Álvares. *Quem é o sujeito do direito tributário?: tributação, desigualdade e cidadania*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2021.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *LOGEION: Filosofia da informação*, v. 6, n. 1, Rio de Janeiro: Logeion, 2019.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas: revista de Ciências Sociais [online]*, v. 18, n. 1. 2018. p. 65-82. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28209>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2ª ed. COUTINHO, Carlos Nelson (Trad., Ed.); HENRIQUES, Luiz Sérgio; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Co-Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANT, Maria J.; BOOTH, Andrew. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health information and libraries journal*, v. 26, n. 2. 2009. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19490148>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

KNAUER, Nancy. Critical Tax Policy: a Pathway to Reform?. *Northwestern Journal of Law and Social Policy*, v. 09, n. 02. Chicago: 2014. p. 206-263.

LAVINAS, Lena; DAIN, Sulamis. *Proteção Social e Justiça Redistributiva: Como Promover a Igualdade de Gênero*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/versao_final_texto_lena_e_sulamis.pdf?PHPSESSID=539375efc5acf4b47ec4b92462e0c145>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1ª ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MELO, Luciana Grassano; SARAIVA, Ana Pontes; GODOI, Marciano Seabra (Orgs.). *Política fiscal e gênero*. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MOREIRA, Adilson. Pensando como um negro: ensaio de uma hermenêutica jurídica. *Revista de Direito Brasileira*, v. 18, n. 7. São Paulo: CONPEDI, 2017.

OXFAM BRASIL. *País estagnado – Um retrato das desigualdades brasileiras 2018 [E-book]*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

NABAIS, José Casalta. *Por um Estado Fiscal Suportável – Estudos de Direito Fiscal*. Vo. 6. Coimbra: Almedina, 2022.

PEREIRA, Maria Marconiete Fernandes; SILVA, Samyla Carvalho Gonçalves; DIOGO DE LIMA, Leda Batista da Silva. Desigualdade de gênero e segurança humana: uma análise da política tributária no Brasil. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas [online]*, v. 10, n. 2. 2022. Disponível em: <<https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1205>>. Acesso em: 1 jan. 2024.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. Os impostos e os direitos humanos: a imunidade tributária religiosa como potencial incentivo econômico à homofobia. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná*, vol. 61, n. 01. Curitiba: UFPR, 2016.

PISCITELLI, Tathiane; MASCITTO, Andrea; PRETO, Raquel; GRUPENMACHER, Betina; RODRIGUES, Catarina; LARA, Daniela Silveira; PAZELLO, Fernanda Ramos; CUBAS, Renata Correia. *Tributação e gênero*. 2019. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/tributacao-e-genero-03052019>>. Acesso em: 4 fev. 2024.

PISCITELLI, Tathiane (coord.) et. al. *Reforma tributária e desigualdade de gênero [recurso eletrônico]*. São Paulo: FGV Direito, 2020.

PRADO, Arthur Cristóvão. Herança e estrutura de classes: uma análise a partir dos grandes números da Receita Federal do Brasil. *Revista Debates [online]*, v. 14, n. 1. 2020. p. 150-172. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/97856>>. Acesso em: 1 jan. 2024.

PRECIADO, Paul B. *Pornotopia: Arquitectura y sexualidad en Playboy durante la guerra fría*. Barcelona: Anagrama, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas*. *Colección Sur Sur*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Massachusetts: Belknap Press, 1971.

REZENDE, Mirela Faleiros; GONÇALVES, Carolina Lima. As interações entre iniquidades de gênero e a inefetividade dos direitos sociais em tempos de austeridade. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 10, n. 02. Curitiba: UFPR, 2021.

ROCHA, Isabelle Resende Alves. *Tributação e Gênero: como o Imposto de Renda Pessoa Física afeta as desigualdades entre homens e mulheres*. Belo Horizonte: Dialética, 2021.

ROCHA, Isabelle Resende Alves; GODOI, Marciano Seabra de. Incorporando as questões de gênero e raça aos estudos jurídicos sobre tributação e orçamento público. In: CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; RODRIGUES, Poliana Lino (Orgs.). *Trinta anos de Constituição e 130 anos de Lei Áurea*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 387-420.

SALVADOR, Evilasio Silva; YANNOULAS, Silvia Cristina. Orçamento e Financiamento de Políticas Públicas: Questões de Gênero e Raça. *Revista Feminismos*, vol. 1, n. 2, Mai-Ago 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20682>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SCHAUER, Frederick. Formalismo. In: *A justificação do formalismo jurídico*. RODRIGUEZ, José Rodrigo (Org.). São Paulo: Saraiva. 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & realidade*, vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995). Porto Alegre: UFRGS, Lumen. p. 71-99.

SILVA, Janaína Lima Penalva da; TAVARES, Francisco Mata Machado; OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo. Um Tributo ao Patriarcado. *Revista Estudos Feministas [online]*, v. 31, n. 1. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/GfjvjDQz7QKgvn5RZzJZJNB/>>. Acesso em: 1 jan. 2024.

SILVA, Mariah Rafaela. *Zonas de Te(n)são entre desejo e nojo: cisgeneridade como paradigma de subjetivação sexual*. 1ª. ed. Salvador: Devires, 2023.

SILVA, Maria Stela Campos da; RICARDINO, Carolina de Souza; MATOS, Hamanda de Nazaré Freitas. Tributação e Direitos Humanos: uma alternativa do Imposto de Renda para a tributação de gênero. 2018. *XXIII Conferência Nacional da OAB – Rio de Janeiro/RJ*.

SILVEIRA, Alexandre Coutinho da. *O direito financeiro e a redução de desigualdades*. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

SOUSA DE OLIVEIRA, Maria de Jesus; PEREIRA DE ARAÚJO, João Luiz. O patriarcado e a tributação: o peso dos tributos sobre a mãe trabalhadora. *Revista Ciências Humanas [online]*, v. 15, n. 1. 2022. Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/795>>. Acesso em: 1 jan. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak?. In: *Marxism and the Interpretation of Culture*. NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Orgs.). Londres: Macmillan, 1988.

TEODOROVICZ, Jeferson. *A afirmação histórica da história do direito tributário brasileiro*. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

TCHALIAN, Vicente. Questões de gêneros: transgeneridades, masculinidades hegemônicas e o controle sobre os corpos. In: *Corpos transgressores: políticas de resistência*. JESUS, Dánie Marcelo de; MELO, Glenda Cristina Valim de; TCHALIAN, Vicente; JÚNIOR, Sara Wagner Pimenta Gonçalves (Orgs.). Campinas: Pontes Editores, 2018.

VIEIRA, Bruno Soeiro; VIEIRA, Iracema Teixeira; TUPIASSU, Lise. A isonomia na tributação em projetos de REURB-S. *Revista Veredas do Direito*, vol. 21. Belo Horizonte: Dom Helder Escola Superior, 2024.

Quando o Judiciário Viola a Perspectiva de Gênero: análise de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça

Cuando el Poder Judicial Viola la Perspectiva de Género: análisis de Sentencias del Superior Tribunal de Justicia

When the Judiciary Violates the Gender Perspective: analysis of judgments from the Superior Court of Justice

Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho

Luanna Tomaz de Souza

Resumo: Este trabalho visa contribuir para o debate sobre a aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Analisa acórdãos do Superior Tribunal de Justiça para identificar como o tribunal se manifesta quando a inobservância das lentes de gênero decorre do próprio Judiciário. O objetivo é fomentar uma cultura judiciária crítica, pautada pela necessidade de julgamentos com perspectiva de gênero. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica de cunho qualitativo, com técnica de análise de conteúdo. Dentre os acórdãos analisados, foram encontrados dois julgamentos que abordam o descumprimento da perspectiva de gênero pelos(as) próprios(as) julgadores(as). Nesses julgamentos, o STJ estabeleceu as seguintes diretrizes à magistratura: necessidade de postura ativa para se desvencilhar de estereótipos de gênero; devida diligência na investigação criminal, considerando a palavra da vítima; evitar a perpetuação de ciclos de violência institucional contra as mulheres na jurisprudência; e, por fim, promoção de julgamentos imparciais, a partir da perspectiva de gênero. Ademais, percebeu-se que os acórdãos que mencionaram expressamente o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero adotaram posicionamentos mais protetivos às mulheres em comparação com acórdãos anteriores sobre o mesmo tema.

Palavras Chave: Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Poder Judiciário. Perspectiva de Gênero.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo contribuir al debate sobre la aplicación del Protocolo para Juzgar con Perspectiva de Género. Analiza sentencias del Superior Tribunal de Justicia para identificar cómo se manifiesta el tribunal cuando la falta de aplicación de las lentes de género proviene del propio Poder Judicial. El propósito es fomentar una cultura judicial crítica, basada en la necesidad de juzgar con perspectiva de género. Para ello, se realizó una investigación documental y bibliográfica de carácter cualitativo, utilizando la técnica de análisis de contenido. Entre las sentencias analizadas, se encontraron dos que abordan el incumplimiento de la perspectiva de género por parte de los propios jueces. En estos fallos, el STJ estableció las siguientes directrices para la magistratura: necesidad de una postura activa para superar los estereotipos de género; la debida diligencia en la investigación penal, considerando la palabra de la víctima; evitar la perpetuación de ciclos de violencia institucional contra las mujeres en la jurisprudencia; y finalmente, la promoción de fallos imparciales desde la perspectiva de género. Además, se observó que las sentencias que mencionaron expresamente el Protocolo para Juzgar con Perspectiva de Género adoptaron posiciones más protectoras hacia las mujeres en comparación con fallos anteriores sobre el mismo tema.

Palabras Claves: Protocolo para Juzgar con Perspectiva de Género. Poder Judicial. Perspectiva de Género.

Abstract: This paper aims to contribute to the debate on the application of the Protocol for Judging with a Gender Perspective. It analyzes judgments from the Superior Court of Justice (STJ) to identify how the court responds when the failure to apply a gender lens arises within the Judiciary itself. The goal is to promote a critical judicial culture grounded in the necessity for judgments with a gender perspective. To achieve this, a qualitative documentary and bibliographical research was conducted using content analysis techniques. Among the judgements analyzed, two cases were found that addressed the failure to apply the gender perspective by the judges themselves. In these rulings, the STJ outlined the following guidelines for the Judiciary: the need for an active stance to overcome gender stereotypes; due diligence in criminal investigations, considering the victim's testimony; avoiding the perpetuation of institutional cycles of violence against women in case law; and finally, promoting impartial judgments through the lens of gender. Furthermore, it was observed that the rulings that expressly mentioned the protocol for judging with a gender perspective adopted more protective stances towards women compared to previous judgements on the same subject.

Keywords: Protocol for Judging with a Gender Perspective. Judiciary. Gender Perspective.

Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho – Especialista em Direito Público (2017). Pós-graduanda *lato sensu* em Promoção de políticas públicas em gênero e sexualidade na Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ana.bgcarvalho@tjpa.jus.br

Luanna Tomaz de Souza – Doutora em Direito, Justiça e Cidadania no Séc. XXI pela Universidade de Coimbra - Portugal. Pós-doutora em Direito na Puc-Rio. E-mail: luannatomaz@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este artigo busca contribuir para o debate sobre a aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero pelo Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero após a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso *Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil*, em 2021.

A adoção do referido protocolo por juízes e juízas foi objeto da Recomendação CNJ n.128/2022 e, depois, tornada obrigatória pela Resolução CNJ n. 492/2023, que tornou obrigatória a aplicação do Protocolo.

Analisa-se no presente artigo como o STJ, corte superior, trata a inobservância da perspectiva de gênero pelos(as) julgadores(as). Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil e oferecer a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional e nem a justiça especializada.

Como forma de estimular uma cultura judiciária que amplie o acesso à justiça para mulheres e meninas, nos termos do Protocolo, propõe-se investigar como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem reconhecido e enfrentado, em seus acórdãos, a inobservância da perspectiva de gênero pelos tribunais brasileiros.

Para alcançar esse objetivo, o artigo será dividido em três seções, além da introdução e conclusão, que abordarão o contexto de criação do protocolo, os aspectos fundamentais do julgamento com perspectiva de gênero e a análise de acórdãos do STJ que reconheceram expressamente a inobservância da perspectiva de gênero em decisões judiciais.

Além da pesquisa bibliográfica acerca da temática, com busca por artigos científicos nacionais que abordassem o tema do protocolo e seu uso no Poder Judiciário, realizou-se uma pesquisa documental e de cunho jurisprudencial, com abordagem qualitativa. A pesquisa documental tem como pano de fundo a análise do protocolo e dos demais documentos referentes à sua aplicação. Na análise jurisprudencial, optou-se pela técnica de análise de conteúdo. Verificou-se os acórdãos do STJ em que houve o reconhecimento da inobservância da aplicação da perspectiva de gênero por outros(as) julgadores(as).

Este estudo pretende contribuir para a compreensão do entendimento jurisprudencial do STJ quanto à perspectiva de gênero no sistema judiciário brasileiro. Ademais, torna visível tensões que envolvem a aplicação da perspectiva de gênero por julgadores(as) brasileiros(as).

1. Contextualizando o Protocolo

Julgar com perspectiva de gênero implica romper com a visão androcêntrica de que a justiça deve ser cega, estabelecendo que os julgadores considerem as realidades vivenciadas e compreendam como os sistemas de opressão e privilégios se entrecruzam e impactam as mulheres de forma diferente. Trata-se de atuar como agente de transformação social, buscando erradicar o cisheteropatriarcado, o racismo e outros sistemas opressivos por meio de decisões judiciais (HERNANDEZ; RAMOS, 2023).

Durante muitos anos, as feministas se dedicaram a lutar por mudanças legislativas, promovendo alterações e promulgações de leis mais igualitárias para as mulheres. No entanto,

perceberam que nem sempre a desigualdade advém tão somente das leis, mas, muitas vezes, daqueles que as interpretam (JARAMILLO, 2023).

Nesse contexto, o caso Márcia Barbosa foi fundamental para a criação do Protocolo. Márcia Barbosa de Souza era uma jovem negra e pobre de 20 anos de idade, nascida na cidade de Cajazeiras, extremo oeste da Paraíba, que foi assassinada, sendo seu corpo encontrado por um transeunte. Aos 26 dias do mês de setembro de 2007, Aécio Lima, deputado estadual, foi condenado a 16 anos de reclusão pela prática dos crimes tipificados no artigo 121, §2º, incisos II e III (quarta figura) e no artigo 211, ambos do Código Penal, homicídio qualificado por motivo fútil e pelo emprego de asfixia e ocultação de cadáver (FALCÃO, 2022).

Aécio interpôs em liberdade, recurso contra a sentença condenatória, que aguardava exame quando o ex-deputado faleceu, em 12 de fevereiro de 2008, de infarto do miocárdio. Durante todo o período de investigação e processo criminal que tramitaram em desfavor de Aécio Pereira de Lima foram marcados por questionamentos e especulações a respeito da vida sexual pregressa de Márcia Barbosa, com emprego de estereótipos de gênero, e suposta acusação de envolvimento com drogas.

O CEJIL (Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional) e o GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares) levaram o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em novembro de 2021, a Corte prolatou sua decisão, determinando, pela primeira vez, a responsabilidade do Estado brasileiro em um caso de feminicídio, além de estabelecer parâmetros sobre a compatibilidade das imunidades parlamentares com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e reconhecer que existe no país um contexto de violência de gênero estrutural e sistemática, agravado pela discriminação em razão de raça e condição social.

Em dezembro de 2021, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) publicou a sentença que condenou o Brasil no caso do feminicídio de Márcia Barbosa de Souza, morta em 1998. Uma das exigências era que o país adotasse um protocolo de gênero para guiar os julgamentos. Em 2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu um Grupo de Trabalho¹ para colaborar com a implementação da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres pelo Poder Judiciário². Como resultado, em 15 de fevereiro de 2022, recomendou³ a adoção do Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. Inicialmente, a recomendação sugeria às autoridades judiciais brasileiras o uso das lentes de gênero ao interpretar e aplicarem o Direito. Posteriormente, estabeleceu a adoção obrigatória da perspectiva de gênero nos julgamentos em todo o Judiciário do país, por meio da Resolução nº 492/2023 do CNJ⁴.

A criação do Protocolo brasileiro seguiu a tradição de outros países latino-americanos, como o Protocolo da Suprema Corte do México (2020) e o da Colômbia (2018). Além disso, o Protocolo do CNJ colocou em evidência a temática de gênero no Poder Judiciário. Segundo Fabiana Severi (2023), após sua instituição, houve um aumento significativo de trabalhos

¹ Portaria nº 27 de 02/02/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

² Resolução nº 254 de 04/09/2018 instituiu a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres pelo Poder Judiciário.

³ Recomendação nº 128 de 15/02/2022 do Conselho Nacional de Justiça.

⁴ Em 2023, o CNMP publicou a Recomendação nº 2/2023, tratando da adoção de medidas para assegurar a atuação da Instituição Ministerial com perspectiva de gênero

acadêmicos e pesquisas científicas articulando gênero, feminismos e direito. Para a autora, o reconhecimento institucional da ausência de neutralidade e da reprodução de estereótipos de gênero pelas decisões judiciais representa um progresso relevante, visto que o Direito foi historicamente forjado a partir da perspectiva do “homem branco, heterossexual, adulto e de posses” (CNJ, 2021, p. 35).

O documento destaca que o Conselho Nacional de Justiça (2021, p.8) reconhece “que a influência do patriarcado, do machismo, do sexismo, do racismo e da homofobia são transversais a todas as áreas do direito”. Além disso, assume que o protocolo é:

Fruto do amadurecimento institucional do Poder Judiciário, que passa a reconhecer a influência que as desigualdades históricas, sociais, culturais e políticas a que estão submetidas as mulheres ao longo da história exercem na produção e aplicação do direito e, a partir disso, identifica a necessidade de criar uma cultura jurídica emancipatória e de reconhecimento de direitos de todas as mulheres e meninas. (CNJ, 2021, p. 08)

Nesse sentido, o protocolo estabelece que é dever dos juízes interpretar e aplicar o Direito sob as lentes de gênero, isto é, com o objetivo de afastar práticas discriminatórias que afetam as mulheres em razão de construções sociais e relações de poder.

A Resolução do CNJ também foi motivada pelo compromisso assumido internacionalmente pelo Brasil e pelo Supremo Tribunal Federal com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, que visa alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas.

2. O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário

O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero está organizado em três partes: conceituação; passo a passo para a aplicação do Protocolo; e a questão de gênero aplicada a cada ramo da justiça. O Protocolo é abrangente, trazendo bases de interpretação para o direito privado, público e penal. Inicia desmistificando a imparcialidade jurídica, informando que a sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades que impõem desvantagens sistemáticas e estruturais a determinados segmentos sociais (CNJ, 2021).

Caminha nos termos da defesa dos direitos humanos das mulheres tal qual determina documentos internacionais de relevo como a CEDAW - Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres⁵ da ONU (1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994)⁶. De acordo com o art. 1º da CEDAW, a discriminação contra as mulheres consiste em:

Toda distinção, exclusão, ou restrição baseada no sexo que tenha por objeto ou por resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, o gozo ou o exercício pela mulher, independente de seu estado civil, com base na igualdade do homem

⁵ O Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, promulga a Convenção Sobre A Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto n. 89.460, de 20 de março de 1984.

⁶ O Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Segundo a CEDAW, todas as condutas que impliquem em distinções, exclusões ou restrições baseadas no sexo, que gerem prejuízos para o efetivo exercício de direitos, violam o compromisso internacional assumido pelo Brasil quanto ao enfrentamento da discriminação contra as mulheres.

Corroborando com esse caminho, ainda se destacam as Recomendações nº 19 e nº 35 do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). A Recomendação nº 35 atualizou a nº 19, segundo a qual a discriminação contra as mulheres inclui a violência de gênero, ou seja, aquela "dirigida contra uma mulher porque ela é mulher, ou que afeta as mulheres desproporcionalmente, constituindo, portanto, uma violação dos direitos humanos".

De acordo com a Recomendação nº 35, os documentos internacionais enfatizam que a violência contra as mulheres é baseada no gênero, caracterizando-se como um dos meios de subordinação das mulheres em relação aos homens, perpetuando papéis estereotipados.

Sob a mesma ótica, a Convenção de Belém do Pará prevê, no artigo 1º, que a violência contra a mulher é considerada qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. A Convenção determina a adequação de medidas que contribuam para a erradicação de costumes que alicerçam essa modalidade de violência (art. 8, "g", da Convenção de Belém do Pará). A previsão que se coaduna com a CEDAW, pois esta prevê a necessidade de se modificar padrões socioculturais, com vistas a alcançar a superação de costumes que estejam baseados na ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos (art. 5º, *a* e *b*, CEDAW).

No âmbito nacional, inspirada nos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos e igualdade, a Constituição Federal de 1988 enuncia como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos e todas, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV, da Constituição Federal), bem como estabelece a igualdade em direitos e obrigações entre homens e mulheres (art. 5º, I da Constituição Federal).

Em que pese a Constituição Federal não aborde expressamente o termo igualdade de gênero, o texto prevê a igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, caput), bem como reconhece o *status* constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos aprovados com quórum constitucional (art. 5º, §3º).

Pode-se entender então que o Protocolo é um guia interpretativo essencial para orientar a atuação de magistradas e magistrados a evitar a reprodução de estigmas e discriminações de gênero no processo decisório, cumprindo compromissos internacionais e nacionais (GONÇALVES e SOUZA, 2023). Abordagens interpretativas que considerem os marcadores sociais são imprescindíveis para a aplicação mais justa do direito, garantindo os ditames constitucionais.

O Protocolo reafirma a necessidade de um julgamento com lentes de gênero. Isso não significa que seja um único viés decisório, pois que não existe um único tipo de sentença com perspectiva de gênero. Existem múltiplas formas de julgar sob tal ótica. Apesar disso, segun-

do Camilla Gomes, Claudia Carvalho e Júlia Franzoni (2023), é possível identificar o seguinte ponto em comum: a rejeição de dogmas e soluções universalizantes, pois a universalização do gênero e essencialização da mulher é excludente.

3. Caminhos Metodológicos da Pesquisa

A presente pesquisa consiste em uma investigação bibliográfica, documental e jurisprudencial com abordagem qualitativa. É de cunho bibliográfico, pois, para a construção do referencial teórico, foram buscados artigos científicos que discutem o julgamento com perspectiva de gênero, ou seja, o uso das lentes de gênero no processo de tomada de decisão judicial. Para isso, foram selecionados termos específicos como: "perspectiva de gênero", "Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero" e "julgamento com perspectiva de gênero", utilizando aspas para delimitar a pesquisa de artigos com esses temas.

Utilizou-se o *Google Acadêmico* como ferramenta de busca para os artigos científicos, devido à sua relevância como indexador de periódicos. Os artigos obtidos por meio dessa pesquisa foram, em seguida, filtrados com base na qualidade da revista em que foram publicados, dando-se preferência àquelas com alto impacto, conforme os critérios do Qualis/CAPES. Esse critério foi adotado para assegurar que os estudos selecionados tivessem relevância acadêmica e fossem publicados em periódicos reconhecidos por sua qualidade científica e rigor metodológico.

O objetivo dessa etapa foi identificar os artigos científicos e livros nacionais mais atuais que abordam o conceito de perspectiva de gênero e seu uso no contexto judicial. Ao adotar essa estratégia, a pesquisa busca fundamentar teoricamente a discussão sobre como o Poder Judiciário, e particularmente o Superior Tribunal de Justiça, tem lidado com a questão da perspectiva de gênero em suas decisões, e como a literatura acadêmica tem tratado desse tema. Assim, a metodologia bibliográfica complementa a análise de conteúdo dos acórdãos, oferecendo uma visão abrangente sobre os debates teóricos e práticos relacionados ao tema.

Além da pesquisa bibliográfica, este trabalho possui uma abordagem qualitativa e consiste em uma pesquisa jurisprudencial com adoção de fontes primárias, já que a coleta de dados decorreu da consulta direta ao banco de jurisprudência disponível no site do STJ.

De acordo com Rebecca Igreja (2017), a pesquisa qualitativa abrange diversos métodos e técnicas, com o objetivo de uma análise profunda de processos ou relações sociais. Seu principal foco não é a quantificação de dados, mas sim a obtenção de informações detalhadas que possibilitem o estudo do objeto de pesquisa em sua complexidade. É o que ocorre no presente estudo, uma vez que se busca aprofundar o conhecimento sobre a aplicação do protocolo nos casos em que a violação parte do próprio Judiciário.

A escolha pela pesquisa jurisprudencial se justifica por ser o método mais adequado para responder à pergunta de pesquisa: como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem reconhecido e enfrentado, em seus acórdãos, a inobservância da perspectiva de gênero em decisões judiciais dos tribunais brasileiros?

Sobre a pesquisa jurisprudencial, Juliana Palma, Marina Feferbaum e Victor Pinheiro (2019) afirmam que se trata de investigações científicas guiadas por uma metodologia específica, desenvolvida para responder a perguntas que podem ser solucionadas por meio da

análise de decisões judiciais. A particularidade dessas pesquisas reside no fato de que tais perguntas só podem ser respondidas mediante o estudo dos julgados, sendo que a metodologia de investigação é direcionada para esse fim. O que distingue um estudo de jurisprudência é justamente o fato de que a questão de pesquisa só pode ser solucionada pela análise de decisões judiciais, que, portanto, constituem a principal fonte de dados e exigem uma metodologia adaptada ao tratamento desses julgados.

No presente caso, considerando o escopo da pesquisa, os dados foram coletados no site do STJ, na seção "jurisprudência", em 4 de setembro de 2024. Inicialmente, foi realizada uma busca específica intitulada "prova", na qual foram inseridos os descritores "protocolo para julgamento com perspectiva de gênero", "perspectiva de gênero" e "lentes de gênero". Foram analisados 19 acórdãos, dos quais 5 abordavam expressamente o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Não houve limitação de período na pesquisa.

Em seguida, foi realizada uma segunda pesquisa intitulada "contraprova", a partir do termo mais amplo "desigualdade de gênero", indicado pelo tesouro jurídico do STJ como termo relacionado. Não foram incluídos outros termos, uma vez que o objetivo era verificar os acórdãos que mencionavam expressamente a perspectiva de gênero. A inclusão do vocabulário indicado foi realizada para ampliar as possibilidades de busca por julgados que utilizassem a perspectiva de gênero como fundamentação.

Nesse segundo levantamento, 24 acórdãos foram encontrados e, após a leitura das suas ementas e resumos, constatou-se que 2 julgamentos do STJ abordavam o escopo da pesquisa, ou seja, violações praticadas pelos(as) julgadores(as) ante à inobservância da perspectiva de gênero. As duas decisões encontradas também tratavam expressamente do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero.

Dessa forma, o objeto do estudo foi composto por 24 acórdãos do STJ que identificaram expressamente a perspectiva de gênero em seus julgamentos. Esses acórdãos foram analisados com o auxílio do *software ATLAS.ti*, para fins de codificação e categorização dos dados, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo para a interpretação dos resultados.

Segundo Rita Caregnato e Regina Mutti (2006), a análise de conteúdo é um método de pesquisa que foca no uso das palavras para permitir a produção de inferências replicáveis sobre o conteúdo comunicativo de um texto, dentro de seu contexto social, de maneira prática e objetiva. O processo envolve a categorização de unidades textuais, como palavras ou frases frequentemente repetidas, a partir das quais o analista deduz expressões representativas. As autoras explicam que a análise de conteúdo é, em regra, feita por meio do método de dedução frequencial ou análise por categorias temáticas. Considerando que não é objetivo deste trabalho enumerar a quantidade de vezes que determinado termo se repete no corpus da pesquisa, utilizou-se a análise por categoria temática.

Ainda segundo as autoras, o percurso para a análise de conteúdo deve observar as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos dados. Portanto, neste trabalho, na primeira etapa, foi realizada uma leitura exploratória das ementas e dos resumos dos acórdãos, com o intuito de compreender o panorama geral do material selecionado. Na etapa seguinte, o material foi revisitado para a realização dos recortes do texto, com o objetivo de estabelecer as categorias de análise.

4. Análise e Interpretação dos Acórdãos

Na fase de interpretação dos dados, verificou-se que os acórdãos encontrados se referem exclusivamente a processos criminais ou no contexto de aplicação de medida protetiva de urgência em razão de violência contra mulheres, dado que se assemelha à constatação realizada por Carmen Campos e Fabiana Severi (2019), quando dizem que, no campo acadêmico, a maioria das pesquisas são feitas envolvendo violência contra as mulheres, uma vez que o tema representa a realidade social da maioria das mulheres brasileiras. Assim, na presente pesquisa, não foram encontrados acórdãos aplicando a perspectiva de gênero em outras áreas do direito.

Além disso, da leitura dos acórdãos foi possível perceber a predominância de acórdãos no sentido de que, para a incidência da Lei Maria da Penha, o STJ exige a demonstração de vulnerabilidade e hipossuficiência da vítima no caso concreto, bem como motivação da ofensa sofrida. No entanto, no ano de 2023 – período em que o protocolo de julgamento com perspectiva de gênero tornou-se de observância obrigatória –, houve a publicação de acórdãos com entendimento diverso, isto é, mencionando que a vulnerabilidade e hipossuficiência da vítima é presumida e que não há necessidade de motivação da ofensa para fins de enquadramento do caso às normas protetivas da Lei Maria da Penha⁷. Em ambos os casos em que houve a fixação de argumentação mais protetiva às mulheres, houve a citação expressa do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero.

Nesse sentido, o julgamento do AgRg no REsp 2058209/SP foi realizado em 12 de dezembro de 2023, pela 6ª Turma do STJ, com o escopo de analisar a incidência da Lei Maria da Penha à prática do crime de lesão corporal praticado pela filha contra sua genitora. Aplicando entendimento mais protetivo à mulher em situação de violência, a Corte entendeu pela desnecessidade de aferição da motivação da ofensa. Citando o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, afirmou que a lei não reclama considerações sobre a motivação do ofensor, mas tão somente que a vítima seja mulher e que a violência seja cometida em âmbito doméstico, familiar ou em relação de intimidade ou afeto entre agressor e ofendida. Ao final, conclui que, para a incidência da Lei Maria da Penha, basta a comprovação de que a violência tenha sido exercida no âmbito da unidade doméstica, da família ou de qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida.

Tal caso destoa dos demais analisados, uma vez que, dos 24 acórdãos, 07 abordavam a necessidade de motivação de gênero para incidência da Lei Maria da Penha. O caso acima apresentado foi o primeiro e único encontrado dentre os critérios estabelecidos nesta pesquisa que dispensou a motivação da ofensora para fins de incidência do referido diploma legal.

No que tange ao objetivo central deste trabalho, no sentido de avaliar a aplicação da perspectiva de gênero em situações cuja violação foi perpetrada pelo órgão julgador, após a busca dos acórdãos com as palavras "protocolo para julgamento com perspectiva de gênero", "perspectiva de gênero" e "lentes de gênero", dois acórdãos foram encontrados abordando expressamente a inobservância judicial da perspectiva de gênero pelo(a) juiz(a).

A partir disso, a categoria analítica principal desenvolvida consistiu em “violação da perspectiva de gênero por decisões judiciais”. Essa categoria foi extraída a partir da leitura dos acórdãos e do objetivo do trabalho de analisar violações advindas do Judiciário reconhecidas nas decisões judiciais do STJ. Nesse sentido, foi encontrada em dois acórdãos fundamentos e referências à vio-

⁷ AgRg no REsp 2058209 / SP AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2023/0075743-6 e APn 943 / DF AÇÃO PENAL 2019/0213257-0.

lação da perspectiva de gênero por decisões judiciais e, a partir da leitura destes, foi possível criar subcategorias que exprimem deveres a serem observados pela magistratura no processo de tomada de decisão judicial. As subcategorias abaixo relacionadas foram extraídas dos fundamentos utilizados pelo STJ ao analisar as violações judiciais à perspectiva de gênero. A argumentação do STJ desenvolveu-se no sentido de indicar comportamentos às(aos) magistrados(as) para não haver a repetição de violência institucional. Desse modo, as seguintes subcategorias criadas foram baseadas no dever de ação das(dos) juízes em observar a perspectiva de gênero, quais sejam:

- (i) Postura ativa esperada do(a) julgador(a) para se desvincular de estereótipos de gênero;
- (ii) Dever de devida diligência na investigação e na observância do Protocolo;
- (iii) julgadores(as) não devem perpetuar na jurisprudência ciclo de violências institucionais contra as mulheres;
- (iv) Necessidade de julgamento imparcial a partir das lentes de gênero.

Os acórdãos selecionados com a categoria “violação da perspectiva de gênero por decisões judiciais” consistem nos proferidos no julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 2022/0386527-1 (RMS 70338/SP) e no Recurso Especial 2022/0018443-1 (REsp 2005618/RJ). Isto é, dos 24 acórdãos encontrados, apenas dois abordavam a inobservância da perspectiva de gênero pelo próprio Judiciário.

O Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 2022/0386527-1 (RMS 70338/SP), primeiro caso analisado, discutiu a inobservância ao Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero pelo julgador no arquivamento de um inquérito policial envolvendo lesão corporal decorrente de violência doméstica. Segundo o STJ, a decisão judicial que homologou o arquivamento foi proferida sem a devida diligência investigativa, negligenciando a apuração de possíveis violações de direitos humanos e ignorando a importância da valoração da palavra da vítima, corroborada por indícios probatórios, como preconiza o Protocolo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O STJ destacou que a devida diligência no tratamento de casos de violência doméstica é fundamental, conforme jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil por não promover investigações adequadas em casos de violações de direitos humanos, resultando em impunidade. A ausência de uma investigação séria e imparcial representa uma falha grave na proteção judicial da vítima, especialmente quando o arquivamento ocorre sem uma análise consistente das provas disponíveis.

O acórdão concluiu que a decisão de arquivamento foi precipitada, sem observar os princípios de proteção judicial previstos nas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil. O STJ, ao aplicar o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, ressaltou a responsabilidade do Judiciário em garantir que casos de violência contra a mulher sejam tratados com a devida atenção, prevenindo a perpetuação da impunidade e assegurando a plena observância dos direitos humanos. Por fim, o recurso foi parcialmente provido, com a cassação da decisão de arquivamento e o encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça para uma nova análise.

Por sua vez, no Recurso Especial 2022/0018443-1 (REsp 2005618/RJ), segundo caso analisado, o STJ reconheceu a importância da aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no contexto da teoria racionalista da prova. Segundo o referido acórdão, cabe ao Judiciário repelir interpretações que, sob o fundamento da ampla defesa, camuflam-se no sentido de julgar a vítima ao invés de julgar o acusado. Afirmou que o acervo probatório deve ser analisado com pers-

pectiva de gênero, evitando-se a contaminação das inferências epistêmicas pela injusta expectativa de que a vítima se comporte segundo um ideal de “vítima perfeita” que resiste ante o ataque sexual.

Embora os dois julgados estejam relacionados ao campo das ciências criminais, não tendo sido constatada a aplicação da perspectiva de gênero no âmbito de outras áreas do direito, nos casos analisados, o STJ ampliou a aplicação da perspectiva de gênero para condutas praticadas pelo próprio Judiciário, no âmbito do dever de devida diligência em relação às investigações de crimes violentos contra mulheres, bem como no campo da análise probatória no processo penal.

Nesse sentido, os acórdãos encontrados representam indicativos de aprofundamento da perspectiva de gênero para outros institutos jurídicos e atores, bem como reforçam a obrigatoriedade da magistratura brasileira em observar os parâmetros normativos fixados no protocolo para julgamento com perspectiva de gênero.

No contexto dos julgamentos, diversas pesquisas apontam que a reprodução de estereótipos que prejudicam as mulheres e a ausência de abordagem interseccional dos casos judiciais persiste no Poder Judiciário, conforme apontam os estudos de Ithala Souza, Ilzver Oliveira e Daniela Andrade Souza (2022), Cecília MacDowell Santos (2017), Luanna de Souza e Samara Siqueira (2023), dentre outras.

Sobre o tema, Santos (2017) demonstrou que as abordagens da Lei Maria da Penha são realizadas, em regra, de forma unidimensional com enfoque apenas no gênero, deixando de incorporar a perspectiva estrutural da violência. Além disso, constatou que a jurisprudência tem conferido interpretação restritiva em relação ao conceito de motivação de gênero, exigindo a comprovação em concreto de requisitos relativos à vulnerabilidade, hipossuficiência, fragilidade e similares, para a aplicação da LMP.

No entanto, em sentido diverso ao apresentado por Santos (2017), a pesquisa ora realizada apontou para a existência de um acórdão que adotou entendimento mais protetivo ao analisar o conceito de motivação de gênero, isto é, pela desnecessidade de comprovação em concreto de vulnerabilidade e hipossuficiência, entendendo estas como presumidas (AgRg no REsp 2058209/SP).

Ademais, da análise dos julgados comprometidos com a perspectiva de gênero, foi possível identificar quatro deveres essenciais atribuídos ao Judiciário: (i) a adoção de uma postura ativa para se desvencilhar de preconceitos e estereótipos de gênero; (ii) o dever de devida diligência nas investigações e valoração adequada da palavra da vítima; (iii) o dever de não perpetuar o ciclo de violências contra as mulheres por meio de suas decisões; e (iv) a desconstrução da ilusão de neutralidade e imparcialidade dissociada da perspectiva de gênero.

No que se refere ao dever de devida diligência, o STJ deixou claro que os juízes têm o dever de proceder ao efetivo controle das investigações. Não devem, portanto, simplesmente endossar os pareceres da promotoria sem que tenha sido conduzida a devida diligência investigatória. Essa obrigação é especialmente importante em casos de violência contra a mulher, nos quais o desleixo investigativo contribui para a perpetuação de um sistema de impunidade e a repetição das agressões.

A valoração da palavra da vítima, quando corroborada por outros indícios, deve ser um ponto central na análise dos crimes de violência de gênero. O Judiciário deve reconhecer que, em muitos casos de violência doméstica e sexual, o depoimento da vítima é a principal prova disponível. Ignorar esse testemunho ou submetê-lo a padrões de prova excessivamente rigorosos, que não são aplicados a outros crimes, perpetua o ciclo de discriminação e ineficácia judicial.

Quanto à postura esperada do julgador, o STJ consignou que o juiz deve ter uma postura ativa de desconstrução e superação de vieses. Isso significa que o julgador não pode se contentar com uma abordagem passiva, limitando-se a aplicar normas de maneira estritamente formal. É necessário que ele busque decisões que levem em conta as diferenças e desigualdades históricas, especialmente no que se refere à opressão das mulheres. O pressuposto de imparcialidade, nesse contexto, envolve a eliminação ativa de preconceitos e estereótipos de gênero. Isso porque a verdadeira imparcialidade não consiste em ignorar essas desigualdades, mas em reconhecê-las e combatê-las de forma consciente.

A responsabilidade do Judiciário em não perpetuar o ciclo de violências é igualmente fundamental. O sistema jurídico, se interpretado de maneira insensível às questões de gênero, pode se tornar um mecanismo de legitimação da violência. Juízes(as) que desconsideram a perspectiva de gênero ou que reproduzem estereótipos em suas decisões acabam reforçando o ciclo de opressão, ao invés de romper com ele. É papel do Judiciário proteger as vítimas e garantir que suas decisões não resultem na manutenção das mesmas condições que perpetuam as agressões.

Por fim, a desconstrução da ilusão de neutralidade e imparcialidade é um dever que se impõe a todos os operadores do direito. O STJ assentou que a formação jurídica tradicional muitas vezes ignorou as particularidades e opressões históricas enfrentadas pelas mulheres, o que levou à construção de doutrinas e práticas judiciais profundamente marcadas pelo sexismo. A verdadeira imparcialidade não é alcançada pela pretensão de neutralidade, mas pela adoção de uma postura crítica que reconheça as desigualdades e busque combatê-las ativamente. Isso exige que os operadores do direito reconsiderem os fundamentos de suas práticas e percebam que o Direito não é, e nunca foi, neutro ou desprovido de preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação de uma perspectiva de gênero no âmbito do direito e da justiça tem sido um tema de crescente relevância no cenário jurídico brasileiro, especialmente com a publicação, em 2021, do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Este documento estabeleceu diretrizes obrigatórias para a inclusão dessa abordagem nas decisões judiciais, visando garantir maior equidade e justiça nas resoluções de conflitos que envolvem questões de gênero.

O protocolo tem como objetivo transformar a maneira como tribunais lidam com casos em que desigualdades de gênero estão presentes, promovendo uma análise mais justa e sensível a essa realidade. Assim, segundo o documento, a magistratura brasileira deve interpretar e aplicar o direito sob as lentes de gênero, isto é, consciente das práticas discriminatórias que acometem as mulheres (CNJ, 2021, p. 14).

Desse modo, o presente trabalho consiste em uma pequena contribuição para a discussão acerca da observância da perspectiva de gênero nos julgamentos. Pretendeu identificar e, posteriormente, analisar os acórdãos do Superior Tribunal de Justiça em que ficou evidenciado expressamente o não uso das lentes de gênero pelos(as) próprios(as) julgadores(as).

A resistência ao uso dessa metodologia de julgamento pelo Judiciário, consistente em uma perspectiva crítica e atenta à realidade social das mulheres, tem sido reconhecida por diversas pesquisadoras. Nesse sentido, ciente dessa realidade, o Conselho Nacional de Justiça instituiu um Grupo de Trabalho para a elaboração do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.

Após a análise dos acórdãos do STJ, percebeu-se a existência de julgamentos que reconhecem a violação advinda do próprio Judiciário quanto ao não uso da perspectiva de gênero. Tais julgamentos identificados foram publicados após o referido protocolo. Da leitura e análise dos acórdãos, o STJ tem entendido que um Judiciário comprometido com a perspectiva de gênero precisa observar alguns deveres, dentre os quais, destacam-se: dever de atuar com diligência nas investigações, valorizar adequadamente a palavra da vítima, desconstruir estereótipos e preconceitos de gênero, e romper com o ciclo de violências. Somente assim será possível garantir que as decisões judiciais não reproduzam as mesmas estruturas de opressão que deveriam combater, contribuindo para a construção de uma justiça verdadeiramente equitativa.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, C. H. DE; SEVERI, F. C. Violência contra mulheres e a crítica jurídica feminista: breve análise da produção acadêmica brasileira. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 2, p. 962-990, jun. 2019.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, 2021. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br>>. Acesso em: 01 out. 2024.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Portaria nº 27*. Institui Grupo de Trabalho para colaborar com a implementação das Políticas Nacionais estabelecidas pelas Resoluções CNJ nº 254/2020 e nº 255/2020, relativas, respectivamente, ao Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e ao Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário. Atos CNJ: 2021. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3714>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Recomendação nº 128*. Recomenda a adoção do “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero” no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. Atos CNJ: 2022. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original18063720220217620e8ead-8fae2.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução nº 254*. Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências. Atos CNJ: 2018. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2669>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 15, n. 4, p. 679-684, dez. 2006.

FALCÃO, Bruna Cavalcanti. 'Caso Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil': análise da sentença da CIDH. *Conjur.* 3 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-jan-03/falcao-marcia-barbosa-souza-outros-vs-brasil/>>. Acesso em 10 out. 2024.

GOMES, Camilla; CARVALHO, Claudia; FRANZONI, Julia. Método transfeminista de reescrita de decisões judiciais: perspectivas teóricas e caminhos para sua aplicação. *Revista de Direito Público*, Brasília, v. 20, n. 106, p. 95-117, abr./jun. 2023. DOI: [10.11117/rdp.v20i106.7172](https://doi.org/10.11117/rdp.v20i106.7172). ISSN: 2236-176. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/7172/3091>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

GONÇALVES, Cristiane da Silva Gonçalves; SOUZA, Luanna Tomaz de. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero: uma ferramenta para reescrita feminista de decisões judiciais. In: SOUZA, Luanna Tomaz de; SILVA, Paula Pamplona Beltrão da; FABENI, Lorena Santiago; LOPES, Davi Haydée Almeida; MAGALHÃES, Letícia Vitória Nascimento; MAFRA, Emy Hannah Ribeiro. *Prática de intervenção nas violências na Amazônia*. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

HERNANDEZ, Geraldina; RAMOS, Isabel. La metodología para construir el libro “sentencias feministas: reescribiendo la justicia con perspectiva de género. Proyecto México. *Revista de Direito Público*, Brasília, v. 20, n. 106, p. 76-94, abr./jun. 2023. DOI: [10.11117/rdp.v20i106.7347](https://doi.org/10.11117/rdp.v20i106.7347). ISSN: 2236-1766. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/7347>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

IGREJA, Rebecca. O Direito como objeto de estudo empírico: o uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em Direito. In: MACHADO, Maira Rocha (Org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 11-38.

JARAMILLO, Isabel. Lendo e escrevendo sentenças como feministas. *Revista de Direito Público, Brasília*, v. 20, n. 106, p. 55-75, abr./jun. 2023. DOI: [10.11117/rdp.v20i106.7148](https://doi.org/10.11117/rdp.v20i106.7148). ISSN: 2236-176. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/7148/3067>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

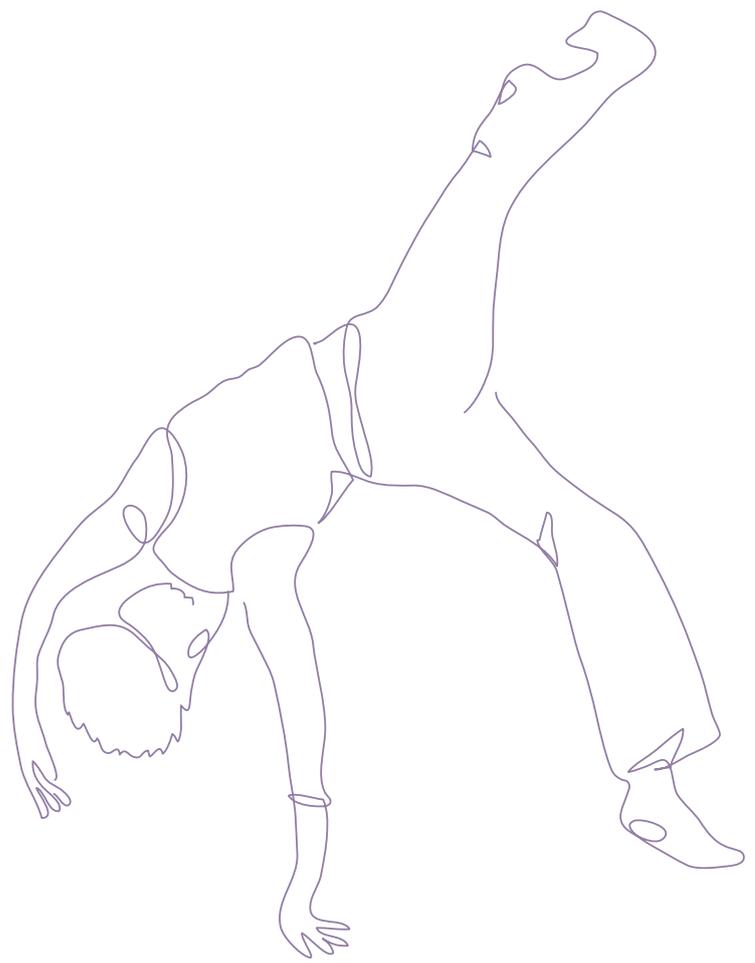
PALMA, Juliana Bonacorsi de; FEFERBAUM, Marina; PINHEIRO, Victor Marcel. Meu trabalho precisa de jurisprudência? Como posso utilizá-la? In: FÉFERBAUM, Marina; MAFERI, Rafael; QUEIROZ, Rabelo (Coord.). *Metodologia da pesquisa em direito*. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 119-137.

SANTOS, Cecília MacDowell dos. Para uma abordagem interseccional da Lei Maria da Penha. In: *Uma década de Lei Maria da Penha: percursos, práticas e desafios*. Curitiba: CRV, 2017.

SEVERI, Fabiana Cristina (Org.). *Reescrevendo decisões judiciais em perspectivas feministas: a experiência brasileira*. Ribeirão Preto (SP): IEA/FDRP-USP, 2023.

SOUZA, Luanna Tomaz; SIQUEIRA, Samara. A pergunta pela mulher negra nos crimes raciais julgados no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. *Revista de Direito Público, Brasília*, v. 20, n. 106, p. 118-140, abr./jun. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.11117/rdp.v20i106.7063>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SOUZA, Ithala Oliveira; OLIVEIRA, Ilzver de Matos; SOUZA, Daniela de Andrade. Criminalização das mulheres pela Lei de Drogas nos discursos do Tribunal de Justiça de Sergipe. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, n. 1, abr. 2022. Disponível em: <<https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/viewFile/7422/pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2024.





Seção

D

Participação, História e
Representação política
de mulheres



História das Mulheres na Amazônia Paraense: historiografia, desafios e perspectivas*Historia de las Mujeres en la Región Amazónica de Pará: historiografía, desafíos y perspectivas**History of Women in the Amazon Region of Pará: Historiography, challenges and perspectives***Cristina Donza Cancela**

Resumo: O artigo analisa o percurso dos estudos sobre a história das mulheres na Amazônia paraense, destacando os trabalhos iniciais da década de 1980 de caráter interdisciplinar, avançando sobre a década de 1990 e os anos 2000, quando tivemos uma produção mais diretamente ligada ao campo da história, mas ainda produzida em universidades estrangeiras, ou mesmo, em universidades fora do Estado do Pará, com exceção do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), até a produção mais atual encabeçada pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia e o Programa Profissional em Ensino de História (ProfHistoria). Segue discutindo a importância da consolidação do campo, com a formação do GT de Estudos de Gênero da ANPUH, seção Pará, e a importância da categoria de gênero para compreender e questionar narrativas historiográficas sobre a Amazônia.

Palavras Chave: História das mulheres. Historiografia. Amazônia. Gênero.

Resumen: El artículo analiza la trayectoria de los estudios sobre la historia de las mujeres en la región amazónica de Pará, destacando el trabajo inicial de la década de 1980 de carácter interdisciplinario, pasando a las décadas de 1990 y 2000, cuando tuvimos una producción más directamente vinculada al campo de la historia, pero todavía producida en universidades extranjeras, o incluso en universidades fuera del Estado de Pará, con excepción del Centro de Estudios Avanzados de la Amazonía (NAEA), hasta la producción más reciente liderada por el Programa de Postgrado en Historia Social de la Amazonía y el Programa Profesional de Enseñanza de la Historia (ProfHistoria). Se continúa discutiendo la importancia de la consolidación del campo, con la formación del Grupo de Trabajo de Estudios de Género de la ANPUH, sección Pará, y la importancia de la categoría de género para comprender y cuestionar las narrativas historiográficas sobre la Amazonía.

Palabras Claves: Historia de las mujeres. Historiografía. Amazonas. Género.

Abstract: The article analyzes the path of studies on the history of women in the Amazon region of Pará, highlighting the initial interdisciplinary work of the 1980s, moving on to the 1990s and 2000s, when we had a production more directly linked to the field of history, but still produced in foreign universities, or even in universities outside the State of Pará, with the exception of the Center for Advanced Amazonian Studies (NAEA), up to the most recent production led by the Postgraduate Program in Social History of the Amazon and the Professional Program in History Teaching (ProfHistoria). It goes on to discuss the importance of the consolidation of the field, with the formation of the Gender Studies Working Group of ANPUH, Pará section, and the importance of the category of gender to understand and question historiographical narratives about the Amazon.

Keywords: History of Women. Historiography. Amazon. Gender

Cristina Donza Cancela – Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia e da Faculdade de História da UFPA. Bolsista produtividade do CNPQ. Participa do GT de estudos de Gênero da Associação Nacional de História ANPUH/Pará e do Grupo de Pesquisa *População, família, migração e gênero na Amazônia-RUMA/CNPQ*. E-mail: donza6@gmail.com

INTRODUÇÃO

A História das Mulheres tem a década de 1970 como referência. O movimento social que veio das ruas e da organização de mulheres feministas foi fundamental para a criação e o fortalecimento desse campo de estudos na historiografia, a qual já vinha sendo repensada em função das mudanças que ocorriam a partir de perspectivas teóricas diversas. A despeito de suas diferenças, as novas abordagens historiográficas tinham em comum a preocupação com uma história social que levasse em conta os sujeitos, em particular, os populares, anônimos e trabalhadores, compreendendo suas práticas culturais, representações, experiências, diálogos e resistências, abrindo espaço para novas temáticas como os estudos sobre a infância, os escravizados, as mulheres, a sexualidade e a loucura.

Como afirma Capelato, nas décadas de 1970-1980 ocorreram as revisões historiográficas mais significativas, em função das

Novas perspectivas de análise surgidas no campo das ciências humanas no contexto internacional como por questões suscitadas pelo processo de redemocratização que deu ensejo ao surgimento de novos movimentos sociais, políticos e culturais que despertaram o interesse de historiadores brasileiros a se interessar por *novos temas, novos objetos e novas fontes* de pesquisa. (CAPELATO, 2016:23)

Contudo, essas mudanças não chegaram sem resistência ao Brasil. O contexto da ditadura militar, na década de 1970 e início de 1980, reforçava o compromisso da universidade com a luta dos(as) trabalhadores(as) e com a história marxista que se construía como arma política contra o golpe civil-militar e burguês, além de resistência à economia capitalista e ao imperialismo. Nessa conjuntura, a universidade era um espaço de debate e oposição ao regime autoritário. Como nos lembra Vainfas, a ditadura, de algum modo, contribuiu para o fato da Nova História e a Nova História Cultural demorar a se legitimar na academia brasileira, que reforçava a importância da História marxista e de temas como luta de classes, mundo do trabalho e movimento social, em detrimento do que era lido como temas menores ligados à cultura, às questões identitárias, às mulheres, à raça/etnicidade, às sexualidades e à infância associados à Nova História. No entanto, a despeito das resistências, as novas abordagens historiográficas foram sendo introduzidas questionando o conhecimento da História positivista *Événementielle*, que enfatizava os grandes feitos, datas e homens e, ao mesmo tempo, a História generalizante, onde inseriam a marxista, que a tudo explicava pela macroestrutura política e econômica, na qual os sujeitos muitas vezes estavam ausentes. A preocupação das novas abordagens era recuperar a importância da política do cotidiano, das mudanças, da experiência comum dos sujeitos, em particular, dos excluídos.

Ainda segundo, Capelato:

Pouco a pouco, as grandes sínteses produzidas pela macro-história, nas quais os sujeitos estavam ausentes, cederam lugar para análises mais voltadas para a micro-história, história do cotidiano, história social e história cultural levando em conta as experiências dos trabalhadores, dos atores anônimos, dos subalternos e dos grupos minoritários. (CAPELATO, 2016: p.25)

Nesse esteio de abordagem, a historiografia inglesa, por exemplo, apoiada na história social e nos estudos dos trabalhadores e do movimento operário, abriu espaço para outros grupos sociais,

em uma história vista de baixo, encarnada, onde os aspectos socioeconômicos eram pensados em conjunto com a cultura, os símbolos e as representações, não mais entendidas apenas como epifenômenos da economia e do modo de produção (THOMPSON, 1981; 2001). Foi assim, em meio a ascensão de novos temas, grupos sociais e fontes, que as mulheres foram incluídas no conhecimento historiográfico.

Nesse momento inicial da década de 1970 e 1980, os trabalhos que se debruçavam sobre a História das mulheres ainda não utilizavam a categoria gênero na análise, e se atinham a incluir a presença feminina nos acontecimentos, dando visibilidade e denunciando sua exclusão nas narrativas, ou por outra, sua participação enquanto exceção e heroísmo. Contudo, alguns pressupostos da categoria de gênero já podiam ser encontrados nesses trabalhos pioneiros, como a atenção à pluralidade e às diferenças de classe, raça, etnicidade e sexualidade, numa perspectiva que valorizava e politizava o cotidiano, a cultura e o mundo privado. As pesquisas entravam porta adentro das casas e das vidas, numa história encarnada, pautada na história cultural, na nova história política, na micro-história de sujeitos mais ou menos anônimos (RAGO, 1998; MATOS, 2013).

De forma tangencial, as mulheres também ganhavam visibilidade nos estudos preocupados com a macroestrutura social, ou a análise mais geral da população presente nas abordagens da Demografia Histórica. Ao utilizar fontes pouco usuais à época, como os registros vitais, e analisá-las de forma quantitativa e serial, esses trabalhos chegavam à massa da população, levantando o perfil de idade, origem, fluxo, padrões de casamento, natalidade, morbidade e deslocamentos de homens e mulheres com condição social distinta (BASSANEZI, 2009; NADALIN, 2004). Ainda que de forma descritiva, sem necessariamente problematizar as assimetrias de gênero, os estudos demográficos davam suporte para se pensar a experiência feminina.

É importante destacar que a introdução dessas novas temáticas só foi possível pelo uso e valorização de fontes até então pouco utilizadas pela historiografia, como periódicos, processos criminais, processos cíveis, literatura, cartas e diários, que permitiram chegar ao universo dos excluídos e marginalizados, às relações informais e cotidianas dos sujeitos. Mesmo os documentos oficiais eram lidos a *contrapelo*, na feliz expressão utilizada por Benjamim para falar da necessidade de a história estudar os populares, os vencidos, afastando-se da perspectiva laudatória da história positivista e política tradicional (BENJAMIM, 1987).

No entanto, mesmo com o avanço e a densidade teórica dos estudos sobre a história das mulheres, nem sempre o trabalho das intelectuais feministas era bem-visto e legitimado como algo importante à compreensão das formações sociais e da historiografia. Joana Pedro, citando Françoise Thébaud, destaca que a historiografia francesa foi, durante muito tempo, um ofício de homens e “A Escola dos Annales, por exemplo, era uma ‘confraria masculina’, utilizando muitas vezes o trabalho gratuito de mulheres, em geral suas esposas, as quais eram encontradas como estudantes, nos bancos das faculdades” continua afirmando que “poucos historiadores fazem referência a esse trabalho gratuito nos prólogos de seus livros.” (PEDRO, 2011, p: 270).

O final da década de 1980 marcou a chegada da categoria gênero nos estudos de mulher. Ela já vinha sendo empregada em diferentes disciplinas, como a psicanálise, antropologia, sociologia e literatura. No ano de 1986, a historiadora, Joan Scott, publicou na *American Historical Review*, o artigo que viria a sintetizar as discussões de gênero e tornar-se um clássico. No ano de 1990, o trabalho foi publicado no Brasil pela *Revista Educação e Realidade* (SCOTT, 1990). O uso da categoria gênero foi importante para redimensionar não apenas a História das Mulheres, mas o próprio fazer histo-

riográfico, ao evidenciar que as análises, inclusive acadêmicas, estavam permeadas de concepções de masculinidade e feminilidade, pensadas de forma relacional e assimétrica.

Neste sentido, gênero se construía como uma *categoria útil de análise*, como destacou Scott em seu título, pois poderia ser pensada a partir de qualquer temática e objeto, mostrando que a escrita e a historiografia estavam desde sempre marcadas pelas questões de gênero e a problematização dessas marcas era uma questão política. Os estudos de mulher ganhavam um forte aliado para sair da guetificação. Como salientou Margareth Rago:

A risadinha deu espaço à curiosidade e, aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico. O feminismo saía do gueto e irradiava seus fluidos mornos e positivos pela academia. (RAGO, 2012, p:51)

No que diz respeito à produção brasileira sobre a História das mulheres, houve a apropriação da categoria de gênero já na década de 1990, e a ampliação das pesquisas na interface com distintos campos temáticos, como nos estudos da escravidão, das populações indígenas, do mundo do trabalho, da história da família, das migrações, do corpo e da sexualidade.

Esses trabalhos alargaram o campo de estudos e problematizavam que não bastava apenas mostrar que as mulheres estavam presentes nos acontecimentos, mas discutir de que forma essa presença redimensionava a teoria da história e os domínios clássicos do saber e do fazer historiográfico, denunciando que esses eram enviesados e elidiam as classificações, hierarquias e assimetrias de gênero, raça e sexualidade.

1. Da Questão Feminina à História das Mulheres no Pará

No Pará, a questão feminina foi inicialmente tratada no campo das ciências sociais. Como nos lembra Álvares:

No Pará, as discussões em torno desse conceito emergiram e tomaram uma linha Regular de questionamentos, a partir da integração de um grupo de pesquisadoras da UFPA ao I Encontro de Pesquisadoras sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte e Nordeste, promovido pelo NEIM/UFBA, em 1992, em Salvador/BA e que trouxe como saldo positivo também a criação, em 1994, do Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre a Mulher e Relações de Gênero – GEPEM –, no CFCH/UFPA, reunindo docentes pesquisadoras e suas bolsistas das diversas áreas interdisciplinares das Ciências Sociais, da Saúde, do Serviço Social, da Educação e das Letras e Artes, quer da UFPA, quer de universidades particulares e estaduais do Pará. (ÁLVARES, 2010: p.14)

Ainda em seu balanço, Álvares reforça que as pesquisas sobre mulheres no Estado do Pará recrudesceram nos anos de 1987 a 1992, englobando temáticas voltadas para as relações de trabalho, sexualidade e participação política. Muitos desses trabalhos foram apresentados nos *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas* nº 12 e nº 13, ou mesmo no *Seminário sobre a Mulher – Região Norte/Brasil*, ocorrido nos anos de 1985 e 1986, coordenado pela professora Jane Felipe Beltrão e financiado pela UFPA e pelo CNPq. Como referi, a maior parte das

pesquisas foi elaborada no veio das Ciências Sociais, embora com diálogos interdisciplinares e, o que é fundamental, a visibilidade e fortalecimento da temática esteve estreitamente ligada à formação de Redes Acadêmicas de Pesquisa, como a REDOR e o financiamento de eventos pelas agências de fomento como o CNPq e a Fundação Carlos Chagas.

Vale aqui destacar a produção de duas pesquisadoras pioneiras na área de estudos sobre a mulher que, embora formadas em História, fizeram suas pesquisas no curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, com abordagem muito ligada à teoria antropológica, são elas: Maria Angélica Motta-Maués, com a dissertação “Trabalhadeiras” e “Camarados”: um estudo do status das mulheres numa comunidade de pescadores”, defendido em 1977 (MOTTA-MAUÉS, 1977 [1993]); e Jane Felipe Beltrão, “Mulheres da castanha: um estudo sobre trabalho e corpo”, dissertação defendida em 1979 (BELTRÃO, 1979), cujo projeto ganhou o concurso de Dotações da Fundação Carlos Chagas (BELTRÃO, 1982).

Por sua vez, os trabalhos sobre mulheres de caráter mais historiográfico, realizados nas décadas de 1980 e início dos anos de 1990, foram gestados ou no âmbito de Programas de Pós-Graduação localizados fora do Pará ou no curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia-NAEA, criado em 1977, na UFPA. Dentre estes trabalhos, destaco dois publicados nos *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*: O primeiro, de Leila Mourão Miranda, “A ilusão do poder e o poder da ilusão: a incorporação do trabalho feminina na indústria paraense, 1949-1980” (lembrando que Miranda era formada em História e realizava à época o mestrado no NAEA, defendido em 1987); e o artigo de Rosa Acevedo-Marin, “Trabalho escravo e trabalho feminino no Pará” (Marin tinha graduação em sociologia, mas realizou sua pesquisa no âmbito do doutorado em História e Civilização, na *Ecole des Hautes Études em Sciences Sociales*, na França, em 1985). Um pouco mais à frente, em 1990, Maria Luzia Álvares, graduada em ciências sociais, defendeu sua dissertação de mestrado “Saias, Laços & Ligas: construindo imagens e lutas: Um estudo sobre as formas de participação das mulheres paraenses-1910/1937”, no Programa de mestrado do NAEA (ÁLVARES, 1990), orientada pela socióloga Edna Maria Ramos de Castro, que havia recém-lançado o filme “Marias da castanha” (1987), dirigido por ela e Simone Raskin, sobre as mulheres operárias, desdobramento de sua tese de doutorado em ciências sociais, na *Ecole des Hautes Études em Sciences Sociales*, EHESS, França.

Como referi, além da abordagem interdisciplinar e do diálogo com as ciências sociais, a história das mulheres também dialogou com outros domínios historiográficos, como à Demografia Histórica e à História da família. No caso da Amazônia paraense, essa trajetória não foi diferente. Nessa perspectiva, Barroso destaca quatro trabalhos em particular, realizados já no âmbito de Programas de Pós-Graduação em História, sendo três deles fora do Brasil. É o caso das pesquisas realizadas em universidades americanas por Robin Leslie Anderson, “*Following Curupira Colonization and migrations in Pará, 1758-1930*” (Universidade da Califórnia, Latin America History, 1976); outro por Arlene Kelly- Normand, “*Family, Church and Crown: a social and demographic history of the lower Xingu valley and the municipality of Gurupá, 1623-1889*” (Universidade da Flórida, 1984); e, um terceiro, realizado por Rosa Acevedo Marin, “*Du travail esclave au travail libre: le Para (Brésil) sous le Régime Colonial et sous l'Empire (XVII - XIX siècles)*” (Ecole des Hautes Études em Sciences Sociales, 1985). No mesmo ano, pela *Revista Estudos Econômicos*, Marin publicou “As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no

século XIX.”, trabalho que se tornou referência para pensar a importância dos arranjos matrimoniais e das redes de parentela na formação social e econômica paraense desde o século XVIII ao XIX. Na mesma época, no Brasil, a historiadora Ruth Burlamaqui Moraes, formada pela UFPA, defendeu, na Universidade Federal do Paraná, a dissertação “Transformações demográficas numa economia extrativista-Pará, 1872-1920” (MORAES, 1984 *apud.* BARROSO, 2014: p.56).

Embora as produções acima não estivessem ligadas à História das Mulheres, elas serviram de referência para as pesquisas que se debruçaram mais à frente à essa temática, pois traziam discussões fundamentais aos estudos de população e de família espaços onde as mulheres tinham alguma visibilidade (BARROSO, 2014).

Saindo dos estudos de História da População e de História da Família, e já caminhando para o início da década de 1990, temos a dissertação de Edilza Fontes, defendida na Universidade de Campinas, em 1993. O trabalho “O Pão Nosso de Cada Dia: Trabalho, Indústria da Panificação e Legislação Trabalhista (1938-1954)” (FONTES, 2002 [1993]), mesmo tendo como tema central o mundo do trabalho na perspectiva da história social e da experiência cotidiana dos sujeitos, reservou um capítulo para tratar da presença feminina nas padarias e os problemas de amor, além da discussão sobre o fato da profissão de padeiro ser lida como masculina.

Já no final da década de 1990 e início dos anos 2000, observamos uma produção mais sistemática no campo historiográfico voltada diretamente para os estudos sobre a História das mulheres, atualizada em monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado, produzidas por historiadoras e historiadores. Alguns desses trabalhos ocorreram no âmbito de programas de pós-graduação do sudeste do país, ou mesmo nos Cursos de Especialização que começavam a ser criados na UFPA, como o de Antropologia, ofertado nos anos de 1998-1999, tendo contado com a participação de diversos alunos/as egressos da graduação em História da UFPA. Boa parte desses trabalhos já havia incorporado a categoria de gênero na análise e, mesmo aqueles que não a utilizavam, agregavam seus pressupostos, como a preocupação com a não essencialização feminina e a atenção às diferenças de classe social, raça/etnicidade e sexualidade. No rastro da História Social e da preocupação com os excluídos, a maioria se debruçou sobre as mulheres populares e, em relação à temporalidade, predominaram os estudos que tinham o final do século XIX e a primeira metade do século XX como periodização. Um período bem caro à historiografia paraense, fruto de debates importantes sobre a chamada *Belle Époque* (SARGES, 2010). Não é à toa que as pesquisas sobre a história das mulheres acabavam se alinhando à perspectiva que lia a economia da borracha e a *Belle Époque* pela ótica dos excluídos, evidenciando os avanços econômicos, urbanísticos e artísticos sem, contudo, deixar de atentar para as contradições e conflitos desse processo (FIGUEIREDO, 1996; LACERDA, 1997; RTZMANN, 1997; BELTRÃO, 2004; CANCELA, 1997). Afinal, a urbanização, o progresso técnico e a modernização de transportes, equipamentos urbanos, pavimentação de ruas e oferta de serviços chegava de forma diferenciada para as pessoas, variando de acordo com a classe social e o local de moradia. As áreas nobres da cidade foram privilegiadas em detrimento das periféricas, as pessoas livres em detrimento das escravizadas, forras e libertas, as pessoas brancas em detrimento das negras.

Portanto, a produção historiográfica sobre a história das mulheres do final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 se alinhou à historiografia dos excluídos, enfatizando as práticas

das mulheres trabalhadoras e discutindo temáticas relacionadas às relações amorosas e os comportamentos sociais e sexuais femininos. Mesmo tendo como escopo a História Social e a História do cotidiano, os estudos também dialogaram com a Antropologia e a perspectiva Foucaultiana acerca da sexualidade, além de incorporarem a categoria de gênero, classe e raça. Aqui se enquadram três dissertações de mestrado defendidas em universidades paulistas. A primeira delas, de minha autoria, “Adoráveis e dissimuladas: As relações amorosas das mulheres das camadas populares (1890-1920)”, onde discuto processos de defloramento e relações de namoro e sexuais (CANCELA, 1997); a segunda, de José Ronaldo Trindade, “Errantes da campina. Belém (1880-1900)” (TRINDADE, 1999), sobre mulheres e prostituição nas ruas de Belém; e a terceira, de Benedita Celeste de Moraes Pinto, “Nas veredas da sobrevivência: Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados Amazônicos de antigos quilombolas (PINTO, 1999), onde a autora realiza a etnografia histórica de uma área quilombola.

Reforçando o recorte interdisciplinar, no âmbito do curso de especialização em Antropologia, ofertado na UFPA, em 1998-1999, orientei dois trabalhos: o de Maria Patrícia Ferreira, “Violência e sexualidade: um estudo sobre as relações conjugais de pessoas pobres em Belém nas décadas de 1960 e 1970” (FERREIRA, 1999), que mais à frente resultou em sua dissertação de mestrado, também defendida na UNICAMP, “Das pequenas brigas entre casais aos dramas familiares: um estudo sobre a violência doméstica em processos criminais de Belém nas décadas de 1960 e 1970”, na área da Antropologia (FERREIRA, 2002). E o de Ana Lídia Pantoja, “Estratégias de Sobrevivência: mulheres, trabalho e práticas culturais nas ruas de Belém do Pará (1890-1910)” (PANTOJA, 1999), que também seguiu em frente com a temática, defendendo seu mestrado no NAEA, em 2002, com o trabalho “Mulheres Negras em Belém do Pará: políticas públicas e estratégias de sobrevivência -1890/1910” (PANTOJA, 2002).

Nesse período, o fortalecimento do campo da história das mulheres nacionalmente contribuiu para que historiadores/as que se debruçavam sobre outras temáticas publicassem artigos onde as mulheres apareciam como sujeitos centrais da análise, como foi o caso do trabalho de Franciane Lacerda, que, mesmo inicialmente trabalhando com temas como migração e infância, publicou o artigo “Requerendo passagem para si e sua família: mulheres migrantes no Pará” (LACERDA, 2003); e, ainda, José Maia Bezerra Neto, que, mesmo sendo especialista em História da escravidão, escreveu “O 'Asylo lindo e protetor': práticas e representações sociais sobre a educação feminina - Belém (1870-1888)” (BEZERRA NETO, 1997). E, ainda, que novas temáticas ganhassem espaço como os estudos sobre a mulher na capoeira (PANTOJA & LEAL, 1997) e mulheres em comunidades rurais (PINTO, 1997).

Para a produção da década de 1990 e início dos anos 2000, é fundamental destacar a importância da criação do Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes" sobre Mulher e Gênero - GEPEM, no ano de 1994, pela visibilidade que o GEPEM deu à produção local. De caráter interdisciplinar, o GEPEM realizou diversos Encontros Acadêmicos e lançou coletâneas que reuniram trabalhos de pesquisadoras/es de diversas áreas, inclusive da História (ÁLVARES & D'INCAO, 1995; ÁLVARES & SANTOS, 1997; D'INCAO, ÁLVARES, SANTOS, 2001; ÁLVARES, SANTOS & CANCELA, 2009). Além das publicações do GEPEM, tivemos também as coletâneas de caráter historiográfico organizadas por docentes do curso de História da UFPA, que passaram a incluir capítulos sobre estudos de gênero, infância e família para pensar a história e a historiografia da Amazônia (BEZERRA NETO, & GUZMÁN, 2002). O

conjunto dessas coletâneas deu visibilidade à produção local sobre a História das mulheres e da infância na Amazônia paraense, evidenciando a ampliação desse domínio.

Seguindo mais à frente, nos anos 2000, temos uma produção ainda realizada em Programas de Pós-graduação fora do Estado do Pará, com destaque para universidades paulistas e cariocas, em particular, UNICAMP, USP, PUC e UFRJ. Resultado de teses e dissertações, essa produção centrava-se em temáticas relacionadas às relações familiares, às relações conjugais e ao divórcio, não apenas por se tratarem de aspectos do mundo doméstico, onde as mulheres costumam ser naturalmente inseridas, mas por partirem desse universo privado para pensar alianças políticas, formações econômicas e poder político entre as elites, ou mesmo arranjos domésticos e relações não institucionalizadas de conjugalidade dos populares, além de representações sociais e discursos do Estado e da Igreja sobre o casamento, a família e o divórcio. Nesse universo temático, destaco a dissertação de mestrado de Ipojucan Dias Campos “Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890-1900)” (CAMPOS, 2004), seguida de sua tese de doutorado, “Para além da tradição: casamento, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916-1940)” (CAMPOS, 2009), ambas defendidas na PUC/SP. Na sequência, a dissertação de mestrado de Luciana Marinho, “Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 - c.1870” (BATISTA, 2004), defendida na UFRJ. A tese de doutorado de Benedita Celeste Pinto “Parteira Parteiras, experientes e poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta” (PINTO, 2004), defendida na PUC/SP. Minha tese de doutorado, “Casamento e relações familiares na Amazônia, Belém (1870-1920)” (CANCELA, 2006), defendida na USP. E, por fim, a dissertação de Vanessa Spinosa, “Pela navalha cotidiano, moradia e intimidade (Belém, 1930)” (SPINOSA, 2005) defendida na PUC/SP.

No final dos anos 2000, a UFPA, através do então Centro de Filosofia e Ciências Humanas, assinou acordo com a PUC de São Paulo para a realização do Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter) na área de História. Diversos professores da UFPA que atuavam na Faculdade de História e na Escola de Aplicação e que ainda não possuíam doutorado se inscreveram no processo de seleção do programa de doutorado da PUC/SP, o que resultou na formação e capacitação do quadro docente da UFPA e a criação, mais à frente, do curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Dentre as teses defendidas na PUC/SP, duas delas dialogaram com a História das Mulheres. A primeira tese de Conceição Almeida intitulou-se “As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX”. Embora Almeida não tratasse diretamente da temática feminina, escreveu um capítulo onde as experiências das mulheres ganharam destaque, em particular, as mulheres lavadeiras (ALMEIDA, 2010). A segunda tese foi de Eliana Ferreira, “Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará - 1835-1860)”, na qual a autora analisou as ações e estratégias femininas frente às normas jurídicas no período pós-cabanagem, destacando o protagonismo feminino e a posse de terras (FERREIRA, 2010).

Como venho destacando, o conjunto de trabalhos até aqui referidos foram gestados em Programas de Pós-Graduação em História localizados fora do Estado do Pará. A abertura e o aumento de cursos de pós-graduação no Brasil refletiu diretamente na ampliação da produção historiográfica brasileira. Para se ter uma ideia, saímos na década de 1970 de 9 (nove) Programas de Pós-Graduação em História existentes no Brasil para 26 (vinte e seis), nos anos 2000, e 54

(cinquenta e quatro) em 2010 (FERREIRA, 2016). É nesse contexto de ampliação que surge o Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - PPHIST, ofertando o curso de mestrado no ano de 2004, e de doutorado, mais à frente, em 2010. Com a abertura do curso, a historiografia sobre a Amazônia paraense se consolidou em densidade teórica e metodológica, fortalecendo antigas temáticas, ampliando o corpo documental, abrindo novos recortes para a compreensão de nossa história.

No campo da História das mulheres não foi diferente, e várias dissertações e teses passaram a ser produzidas no PPHIST. Contudo, é importante destacar que, embora houvesse um aumento de produções nesse campo, as/os pesquisadoras/es não trabalhavam de forma concatenada e as pesquisas se faziam de forma individual, sem a existência de um coletivo – com exceção do GEPEM, que tinha uma organização interdisciplinar. Nacionalmente, havia o Grupo de Trabalho de Gênero da ANPUH, existente desde o ano de 2001. No entanto, localmente, o GT de Gênero da ANPUH, seção Pará, não existia, e só veio a ser criado no ano de 2020, tendo como primeiras coordenadoras Natália Cavalcanti, docente do Instituto Federal do Pará - IFPA e Ana Lígia Nauar, docente da Universidade do Estado do Pará, esta última egressa daqueles primeiros cursos de especialização em antropologia ocorridos em 1998-1999.

Embora recente, já no ano de 2023, o GT de Gênero, seção Pará, organizou uma coletânea onde reuniu diversos trabalhos de pesquisadoras/es de várias gerações, a maior parte delas/es pertencentes ao GT. A obra “História das Mulheres na Amazônia (Pará, século XVIII aos dias atuais)” tornou-se uma referência e uma vitrine da produção local, com artigos que são resultado de teses e dissertações, tendo a participação de egressos do PPHIST e do Prof-História de Ananindeua, além de docentes da Faculdade de História da UFPA (campus Belém e campus Ananindeua), docentes da educação básica e pesquisadoras convidadas de outras áreas.

Assim, a coletânea publicada em 2023 reuniu trabalhos com temáticas diversas, separadas por períodos. Para o período colonial, temos estudos sobre as escravizadas, forras e libertas discutindo questões relativas à escravidão, abolição, lutas e resistências (SILVA & SILVA, 2023); assim como sobre as mulheres da elite, observando trajetórias, casamento e posse de engenhos (VIEIRA JÚNIOR, 2023; SANTOS, 2023).

Para o século XIX, algumas temáticas revisitaram movimentos importantes, como a cabanagem (FERREIRA, 2023), o sufrágio, a emancipação feminina e o movimento de mulheres (RODRIGUES, 2023; ÁLVARES, 2023; MIRANDA, 2023). As mulheres escravizadas a partir da perspectiva da demografia e da história econômica (BARROSO, 2023), assim como as mulheres da elite da área Tocantina (SILVA, 2023), as mulheres telefonistas (GOMES, 2023), prostitutas (TRINDADE, 2023), as representações de feminilidade no olhar de intelectuais, viajantes e naturalistas (LACERDA & SARGES, 2023) e a imigração feminina portuguesa (CANCELA & TAVARES, 2023).

A maior parte dos artigos, no entanto, concentrou-se no século XXI, onde a história das mulheres foi narrada a partir da experiência quilombola (SODRÉ & GUEDES, 2023), a presença de indígenas mulheres (NAUAR & OLIVEIRA, 2023; FERNANDES, 2023), militantes políticas como Iza Cunha (TEIXEIRA, 2023), o ensino de história (LINHARES & MIRANDA, 2023), o mundo do trabalho e as mulheres horticultoras (MORAES, 2023), ourives (QUINTELA, 2023) e pescadoras (CARDOSO, 2023). As discussões em relação às mulheres

transsexuais e travestis e sua organização política e experiências também fizeram parte da obra que se propôs a pensar as mulheres não do ponto de vista essencialista e biológico, mas em sua pluralidade, atravessadas por diversos marcadores sociais (FRANCO; SILVA FILHO & CAVALCANTI, 2023; CORRÊA, REIS JÚNIOR & LÔBO, 2023; VASCONCELOS, 2023).

A despeito da amplitude da obra e da intensa participação de pesquisadoras ligadas ao GT de Gênero da ANPUH e convidados, vários trabalhos não foram nela contemplados, o que só reforça como a história das mulheres na Amazônia paraense se ampliou e é hoje um campo de estudos consolidado. Dentre os trabalhos existentes que não entraram na coletânea, mas que tratam da experiência feminina, destaco os que discutem a presença das mulheres na capoeira ainda no século XIX, performando essa arte-luta (OLIVEIRA & LEAL, 2009; PASSOS, 2023). A temática da prostituição olhada a partir da política de Estado, política sanitária e da prática de prostitutas estrangeiras (AMADOR, 2022), bem como os estudos sobre sífilis (AMADOR, 2015). As discussões sobre o processo de envelhecimento e suas representações no corpo feminino e masculino (SANTANA, 2024); a biografia de mulheres cientistas como Emília Snethlage (ALBERTO, 2022), mulheres que cometeram crimes (MOREIRA, 2022) ou mesmo mulheres anônimas, cujos diários e a escrita de si permitiram a aproximação com suas vivências (JAIME, 2016). Também ressalto o estudo acerca das mulheres e o saber psiquiátrico no sanatório Juliano Moreira (MONTEIRO, 2024) e mulher, casamento e literatura de cordel (ARAÚJO, 2024) e o sufrágio feminino na imprensa paraense (DEMETRIO, 2023). Mais recentemente, tivemos teses e dissertações que avançaram nos estudos de pessoas trans e sexualidades (NASCIMENTO, 2022; VASCONCELOS, 2022; CASTRO, 2022; BRITO NETO, 2024). Outras dissertações e coletâneas saíram do espaço da capital e pensaram as mulheres, seus corpos, relações de conjugalidade e familiares, em sociedades como Bragança (CAMPOS, 2014; 2017; FIGUEIREDO, 2010; 2012), Vigia (NASCIMENTO, 2016) e Marabá (SILVA & SOUSA, 2019).

As temáticas se multiplicam e, mesmo que não se propondo a fazer discussões no âmbito da História das mulheres, alguns trabalhos historiográficos trataram a experiência feminina em suas análises, reforçando o campo, como é o caso das discussões sobre teatro e sexualidades (NUNES, 2019) e Mulher e moda (MARTINS, 2010).

Gostaria de seguir para o final desse levantamento pontuando a importância da formação do Mestrado Profissional em História de Ananindeua, no ano de 2015, para a abertura da temática feminina no universo da educação e da escola. O ProfHistória tem como objetivo a formação continuada de docentes em História que atuam na educação básica no Estado do Pará e, com essa abordagem, ampliou os trabalhos de ensino de história com temas que discutem feminilidades, masculinidades, sexualidade, sexualidades dissidentes, corpo e infância (MIRANDA, 2018; COSTA, 2020; SANTOS, 2024). Da mesma forma, a criação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), possibilitou a elaboração de dissertações que trabalham a relação entre gênero, história e educação (ALVES, 2023; GEMAQUE, 2020).

A despeito dos avanços, algumas temáticas ainda precisam ter lugar no campo de estudos. Me refiro aqui aos ainda escassos trabalhos voltados às mulheres lésbicas, bissexuais, religiosas, PCDs, indígenas mulheres e homens trans, masculinidades. Esses são sujeitos e questões com poucos ou nenhum trabalho produzido, sendo ainda um desafio a ser enfrentado pelo campo não apenas no Pará, mas na historiografia nacional (RODRIGUES, VERAS & SCHMIDT, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das mulheres na Amazônia paraense, desde os primeiros estudos clássicos das pesquisadoras pioneiras do então Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA na década de 1980 e 1990, se formou atenta às diferenças raciais e de classe das mulheres, quando ainda se falava mais em termos de papéis sexuais e de condição feminina. Os estudos de gênero, no final da década de 1990, mostraram a importância da história das mulheres não apenas para dar visibilidade à experiência feminina, à sua participação na história e sua omissão pela historiografia clássica, mas, principalmente, para mostrar que gênero era e continua sendo uma categoria fundamental para pensar a teoria e a metodologia da história. Se não conseguimos pensar a história e os sujeitos sem levar em conta a classe social, por que seria diferente pensá-los inscritos fora das classificações hierárquicas e assimétricas de gênero, sexualidade, raça e etnicidade? Ao elidir esses marcadores sociais da diferença, a historiografia constrói narrativas obliteradas e com um viés perigoso que nos mata enquanto sujeitos da história, produtoras de conhecimento e protagonistas políticas.

Isso fica evidente em temáticas caras à historiografia. O processo de industrialização do Brasil, durante muito tempo, foi e, em alguns casos, ainda é tratado pelo tripé: industrialização, imigração e mão de obra masculina. O que não se explica nessa narrativa é que a maior parte das fábricas que se desenvolveu nesse período era do ramo têxtil e de alimentos, onde a mão de obra de mulheres negras, brancas, nativas e imigrantes era intensa, se não, em alguns casos, majoritária. Elas não estavam necessariamente nos cargos de gerência das fábricas ou na direção de sindicatos, mas trabalhavam na produção das fábricas e nos movimentos sociais, inclusive participando de greves. Entretanto, a despeito da intensa participação feminina, a industrialização no Brasil da Primeira República continua sendo narrada no tripé: industrialização, imigração e mão de obra masculina. A construção da narrativa historiográfica é política, e daí a importância e a necessidade da ampliação dos estudos sobre a história das mulheres para podermos, com cada vez mais densidade teórica, metodológica e ação política, visitar e recontar essas narrativas. Como todo saber, essas narrativas se constroem como verdades, apagando o lugar de produção do discurso científico, seu potencial, mas também seus limites. Portanto, é necessário questionar certos “fatos históricos” consolidados e evidenciar a sua historicidade e a do saber sobre eles construídos, pontuando as omissões, os silêncios politicamente produzidos como exercícios de poder, dentro e fora da academia. Os trabalhos referidos no levantamento desse artigo nos ajudam no processo de questionar a memória histórica e de mostrar os limites de sua fabricação não apenas no que diz respeito à classificação, hierarquização e opressão de classe dos vencedores, mas também de gênero, raça e sexualidade.

A criação do GT de Gênero da ANPUH-Pará foi fundamental nesse processo ao catalisar as produções sobre a História das mulheres no Pará, permitindo com que nós nos enxergássemos, conhecêssemos nossos trabalhos e tivéssemos a dimensão da nossa produção. A formação e produção de coletivos acadêmicos e políticos como esse precisam ser reforçados, não apenas para acrescentar as mulheres à história, dizendo que elas existem e existiram. Nosso batuque é bem mais barulhento. Não é apenas sobre colocar ele/ela, o/a, historiadores/historiadoras, escravizados/escravizadas (e por aí vai) nos textos. É sobre questionar a própria teoria e a metodologia da história, ao mostrar que gênero, raça, etnicidade e sexualidade não são temas à parte, categorias menores, ou mesmo, adereços que se tira e se coloca na análise historiográfica. Os marcadores sociais da diferença são categorias que refinam nosso olhar sobre a experiência dos sujeitos e não nos deixam invisibilizar aquelas/es que estão fora do poder político hegemônico. Quando a historiografia in-

visibiliza a participação e a experiência feminina em sua pluralidade, elas nos mata politicamente, ela nos apaga enquanto pessoas de direito e de poder. Por isso, coletivos como o GT de Gênero são fundamentais para dar visibilidade às temáticas, questões e organização política acadêmica de mulheres negras, indígenas mulheres, mulheres trans, mulheres LGBTQIAPN+.

Assim como Virginia Woolf precisou matar o fantasma do anjo do lar que representava omissão, docilidade e respeito às convenções sociais – como ela mesma disse, em legítima defesa, se não ele mataria o coração de sua escrita –, precisamos fortalecer nosso campo de estudos e nossos coletivos para transformar narrativas, saberes, “fatos históricos” e lugares de poder solidificados que se constroem como universais na narrativa sobre a história da Amazônia paraense.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Diana Priscila Sá. *Emília Sneathlage e Heloísa Alberto Torres: Gênero, Ciência e Turismo na Amazônia do século XX*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. 2010. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALVARES, Luiza Miranda. Retratos de mulheres. In: *Saia, Laços e Ligas: Construindo Imagens e Lutas (Um Estudo Sobre As Formas de Participação Política e Partidária das Mulheres Paraenses – 1910-1937)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, 1990.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda & D'INCAO, Maria Ângela (Orgs.). *A mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. 1ed. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1995.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda & SANTOS, Eunice Ferreira. *Desafios de identidade: Espaço/tempo de mulher*. CEJUP: Belém, 1997.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda, D'INCAO, Maria Ângela & SANTOS, Eunice Ferreira. *Mulher e modernidade na Amazônia*. Tomo I e II. Presidente Venceslau: Letras à margem/Belém: GEPEM, 2001.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda, SANTOS, Eunice Ferreira & CANCELA, Cristina Donza. *Mulher e gênero: As faces da diversidade*. vol. 1. Belém: GEPEM, 2009.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias, saberes, práticas: os estudos sobre mulheres entre as paraenses. *Revista do NUFEN*, v.2, n.º.1, São Paulo, jun. 2010. pp.105-133.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Sufragismo e emancipacionismo das mulheres paraenses nas décadas de 1920-1930 In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

ALVES, Márcia Pereira da Silva. *Relações de gênero: trajetória de meninas do Ensino Médio Integrado*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, Belém, 2023.

AMADOR, Luiza Helena Miranda. *“Vergonhosas Saturnais”: a experiência prostibular em Belém do Pará (1900-1945)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

AMADOR, Luiza Helena Miranda. *“Degenerados e contagiantes”: a luta contra sífilis no Pará (1915- 1934)”*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ANDERSON, Robin. *Following Curupira Colonization and migrations in Pará, 1758-1930*. University of California, USA, 1976.

BASSANEZI, Maria Sílvia. “Os eventos vitais na reconstituição da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p.141-171

ARAÚJO, Rayane Freitas. *Laços e rimas: mulher e casamento na literatura de cordel (Belém 1914-1949)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

BARROSO, Daniel de Sousa. História da Família e da População na Amazônia brasileira: percursos historiográficos. In: CICERCHIA, Ricardo; BACELLAR, Carlos; IRIGOYEN, António. (Org.). *Estruturas, Conjunturas e Representações: perspectivas de estudos das formas familiares*. 1ed. Múrcia: EDIT. UM, 2014, v. 1, p. 51-66.

BARROSO, Daniel Souza. Múltiplas no cativeiro: escravidão, reprodução demográfica e mundos do trabalho no Grão-Pará oitocentista. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c. 1870*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Mulheres da Castanha: um estudo sobre trabalho e corpo*. Dissertação. Antropologia. Universidade de Brasília. 1979.

BELTRÃO, Jane Felipe. Mulheres da castanha: Um estudo sobre o trabalho e o corpo. In: BRUSCHINI, Maria Cristina & ROSEMBERG, Flávia (Orgs.) *Trabalhadoras do Brasil*. Fundação Carlos Chagas. Brasiliense, 1982.

BELTRÃO, Jane Felipe (org.) Reconstituindo a História das Mulheres a partir dos Retalhos. *CADERNOS DO CFCH*, UFPA, n. 12, 1987.

BELTRÃO, J. F. *Cólera: O flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Editora da UFPA/ Goeldi editoração, 2004.

BENJAMIM, Walter - *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. V.01, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEZERRA NETO, José Mais. O 'Asylo lindo e protetor': práticas e representações sociais sobre a educação feminina – Belém (1870-1888). In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: 1997.

BEZERRA NETO, José Mais & GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.) *Terra matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Pakatatu, 2002.

BRITO NETO, Pedro Antônio de. *O caso de Klaus Keller: homossexualidades, narrativas populares e a morte pela imprensa paraense (Belém-Pará, 1983-1990)*. Dissertação. Mestrado em História. UFPA, 2024.

- CAMPOS, Ipojucan Dias. *Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890- 1900)*. (Dissertação) Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2004.
- CAMPOS, Ipojucan Dias (Org.) *Teias de histórias: Famílias, comércio e relações de poder (Bragança entre Império e República)*. Belém: Açáí, 2014.
- CAMPOS, Ipojucan Dias (Org.). *Bragança/PA: Famílias, política e comércio*. Livraria da Física, 2017.
- CAMPOS, Ipojucan Dias. *Para além da tradição: casamento, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916-1940)*. (Tese) Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2009.
- CANCELA, Cristina Donza. *“Adoráveis e dissimuladas”: as relações amorosas e sexuais das mulheres pobres na Belém do final do século XIX e início do XX*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas (UNICAMP), 1997.
- CANCELA, Cristina Donza. Relações familiares em Belém (1890-1940). In: BEZERRA NETO, José Mais & GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). *Terra matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Pakatatu, 2002.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920)*. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo (USP), 2006.
- CANCELA, Cristina Donza & TAVARES, Anndrea. Mulheres, imigração portuguesa e gênero (Pará- 1850 a 1930). In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História do Brasil e revisões historiográficas. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 21-37, jul. 2016.
- CARDOSO, Denise Machado. O trabalho das mulheres na pesca e na produção de massa de caranguejo no norte da Amazônia brasileira. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.
- CASTRO, Alana Albuquerque de. *Sexualidades dissidentes em prosa: As representações das homossexualidades masculinas e das travestis na década de 1970 nos jornais de Belém/PA*. Dissertação. (Mestrado em História). UFPA, 2022.
- COSTA, Camila Frota da. *As mulheres existem: gênero e teoria feminista na formação da(o) professora(o) de história*. Dissertação (Mestrado Profissional do Ensino de História) - Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020.
- CORRÊA, Lyah Santos, REIS JÚNIOR, Leandro Passarinho e LÔBO, Warlington Luz. Discursividades sobre travestis e transexuais na mídia paraense. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.
- DEMETRIO, Lediane Araujo Pires. *Oposição conservadora ao sufrágio feminino na imprensa paraense durante o período de 1919 a 1932: análise das narrativas e resistências*. Dissertação. Mestrado em História. UFPA, 2023.
- FERNANDES, Rosani de Fatima. Indígenas mulheres nas Amazônias: resistências e lutas por direitos. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

FERREIRA, Eliana Ramos. *Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará - 1835-1860)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERREIRA, Eliana Ramos. As viúvas da cabanagem: trajetórias, lutas e afetos das mulheres em meados do século XIX. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

FERREIRA, Maria Patrícia Corrêa. A perda da honra e seus significados no cotidiano da família negra em Belém: etnografia de um caso (1908). In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda et al. (Org.). *Mulher e Modernidade na Amazônia*. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 1997, v. 1, p. 243-268.

FERREIRA, Maria Patrícia Corrêa. *Violência e sexualidade: um estudo sobre as relações conjugais de pessoas pobres em Belém nas décadas de 1960 e 1970*. Especialização (Antropologia), Universidade Federal do Pará, 1999.

FERREIRA, Marieta. O ensino da História, a formação de professores e a Pós-Graduação. MORAES, Ruth Burlamaqui de. Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará(1872-1920). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016

FERREIRA, Maria Patrícia Corrêa. *Das pequenas brigas entre casais aos dramas familiares: um estudo sobre a violência doméstica em processos criminais de Belém nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). Universidade de Campinas-UNICAMP, 2002.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *A Cidade dos encantados: Pajelança, feitiçaria e religiões Afro-Brasileiras. A Constituição de um Campo de Estudo*. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, São Paulo, 1996.

FIGUEIREDO, Denilma Santos. *Senhoras Donas das Vilas de Bragança e Ourém nos Oitocentos*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, 2010.

FIGUEIREDO, Denilma Santos. *Mulheres Proprietárias Rurais em Bragança: a dinâmica socioeconômica nos inventários oitocentista no Pará*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (Belém, 1940-1945)*. Belém: Paka -Tatu, 2002 [1993].

FRANCO, José Luiz de Moraes, SILVA FILHO, Milton Ribeiro da e CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros. Protagonismo de mulheres trans em movimentos sociais no Pará: trajetórias, resistências e luta por visibilidade In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

GEMAQUE, Robelânia dos Santos. *Professora, o que que eu sou? Gênero, sexualidade e trabalho no ensino médio integrado*. 2020. Dissertação (Mestrado em ProfEPT Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, 2020.

GOMES, João Arnaldo Machado. Mulheres na linha: O telefone e o trabalho de telefonistas em Belém (1890-1920). In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

JAIME, Fernanda. *O Diário íntimo e a escrita de si como mulher (1992-1996)* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

KELLY-NORMAND, Arlene. *Family, Church and Crown: a social and demographic history of the lower Xingu valley and the municipality of Gurupá, 1623-1889*. (PhD. Thesis in History). Florida: University of Florida, 1984

LACERDA, Franciane Gama. *Em busca dos campos perdidos: uma história de trem e cidade*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1997.

LACERDA, Franciane Gama. Infância e imigração no estado do Pará (Final do século XIX, início do XX). In: BEZERRA NETO, José Mais & GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.) *Terra matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Pakatatu, 2002.

LACERDA, Franciane Gama. Requerendo passagem para si e sua família: mulheres migrantes no Pará. In: *Revista Projeto História 27 – Nomadismo, memórias, fronteiras*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Departamento de História da PUC/SP. Jul-Dez. São Paulo: EDUC, 2003. pp.305-320.

LACERDA, Franciane Gama & PESSOA, Alba Barbosa. *História Social da Infância na Amazônia*. Coleção Florestas. PPHIST. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. “Entre as quatro melhores cousas do mundo”: gênero e representações femininas na capital do Pará (XIX/XX) In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

LINHARES, Anna Maria Alves & MIRADA, Caroline Barroso ‘Não sou eu uma mulher?’ Ensino de História e (in) visibilidade da História das mulheres no Espaço Escolar. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no Século XIX. *Revistas Estudos Econômicos*, v. 15, 1985.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Du travail esclave au travail libre: le Para (Brésil) sous le Régime Colonial et sous l'Empire (XVII - XIX siècles)*. Tese (Doutorado em História e Civilização). École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1985.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Trabalho Escravo e Trabalho Feminino no Pará. *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, 1987.

MARTINS, Rui Jorge Moraes. *Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém no limiar do século XX*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectiva”. *Mandrágora*, v.19. n. 19, 2013. p. 5-15.

MIRANDA, Caroline Barroso. “De que cor eu sou?” O lugar da menina negra no espaço escolar – um estudo sobre a representação das Mulheres Negras no livro didático de história. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, 2018.

MIRANDA, Leila Mourão. Mulher: Historicidade da Luta Feminina. *Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém, v. 100, p. 1-110, 1984.

MIRANDA, Leila Mourão. A ilusão do poder e o poder da ilusão: a incorporação do trabalho feminino na indústria paraense, 1949-1980. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 1987.

- MIRANDA, Leila Mourão. Movimentos de mulheres no Pará: Utopia e História (1832-2000). In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.
- MONTEIRO, Bruno Silva. *Mulheres e trajetórias psiquiátricas: Juliano Moreira (Belém-PA, 1941-1953)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2024.
- MORAES, Marlison Souza. “Ser gay não é fácil, ser umbandista é mega e os dois juntos é bem difícil”: *Afrofreligiosidade e Homoafetividade nos Terreiros de Umbanda em Igarapé-Açu/PA*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2024
- MORAES, Ruth Burlamaqui de. *Transformações demográficas numa economia extrativa (Pará, 1872-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.
- MORAES, Ieda Palheta. Mulheres horticultoras: Agricultura familiar no Ubiroca em Marituba no Pará. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.
- MOREIRA, Jessica Maria Pastana. “Beatriz era mais fêmea que mulher”: *feminilidade e masculinidade pela imprensa de Belém (1940)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. “Trabalhadeiras” e “Camarados”: *Relações de Gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFGA, (Coleção Igarapé) 1993.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Trabalhadeiras” e “Camarados”: um estudo do status das mulheres numa comunidade de pescadores*. Dissertação. Antropologia. Universidade de Brasília, 1977.
- NADALIN, Sérgio Odilon. Fontes para uma demografia do passado. In: *História e demografia: elementos para um diálogo*. Vol.1, Campinas/SP, ABEP, 2004.p 25-68.
- NASCIMENTO, José Renato Carneiro. *Relações conjugais e amorosas em Vigia, Pará: códigos, crime e poder (1890-1945)*. Tese História. Universidade do Pará, 2016.
- NASCIMENTO, Júlio Ferro Silva da Cunha. *O diário das trans: a representação de mulheres trans e travestis no Diário do Pará (1980-1990)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- NUNES, Kauan Amora Nunes. *A Nau Queer: uma genealogia da sexualidade no teatro de Luís Otávio Barata (1980-1990)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- OLIVEIRA, Alana Wictória Lima de & PANTOJA, Ana Lídia Nauar. Quando a aldeia é a cidade: mulheres indígenas, trajetórias, experiências e identidades no contexto urbano de Belém do Pará. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.
- OLIVEIRA, Josivaldo P.; LEAL, Luiz Augusto P. *Capoeira. Identidade e Gênero: Ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- PANTOJA, Ana Lídia Nauar. *Estratégia de sobrevivência: mulheres pobres, trabalho e práticas culturais nas ruas de Belém (1890-1910)*. (Monografia) Especialização em Teoria Antropológica. Belém: UFPA, 1999.
- PANTOJA, Ana Lídia Nauar. *Mulheres Negras em Belém do Pará: políticas públicas e estratégias de sobrevivência -1890/1910*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, 2002.

- PANTOJA, Leticia Souto; LEAL, Luiz A. Pinheiro. “Das bulhas e vozeiras” a presença de mulheres na capoeira, em Belém do Pará no final do século XIX. *In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. (Org.). Desafios de identidade: espaço tempo de mulher.* Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997
- PASSOS, Lucenilda dos Santos. “*Heroínas da rua*”: a presença de 7 mulheres na capoeira em Belém do Pará (1876-1911). Dissertação (Mestrado em Linguagens e saberes na Amazônia) Universidade Federal do Pará, Bragança, 2023.
- PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n.º. 22, jan.-jun. 2011.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas veredas da sobrevivência: Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados Amazônicos de antigos quilombolas.* Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1999.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. O ‘Fazer-se’ das Mulheres Rurais: a construção da memória e de símbolos de poder feminino em comunidades rurais negras do Tocantins. *In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda & SANTOS, Eunice. Desafios de Identidade: espaço – tempo de mulher.* CEJUP/GEPEM: Redor — Belém, 1997.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Parteiras, experientes e poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta.* Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2004.
- QUINTELA, Rosângela. As mulheres protagonistas do polo joalheiro do Pará - redes sociais visíveis e invisíveis, além das vitrines, na produção de joias artesanais. *In: CANCELA, Cristina et. al. História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais).* São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.
- RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n.11, Campinas/UNICAMP, pp.89-98, 1998
- RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história: Descobrimo historicamente o gênero.* Espanha CNT-Compostela, 2012.
- RODRIGUES, Bárbara Leal. *Feminismo do extremo norte: trajetórias e reivindicações do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (Belém/PA, 1931–1937).* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, 2023.
- RODRIGUES, Cassia; VERAS, Elias; SCHMIDT, Benito (orgs.). *Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+.* São Paulo: Letra e vozes, 2021.
- RODRIGUES, Bárbara Leal. Atuações políticas das feministas paraenses: o Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (Belém/PA, 1931-1937). *In: CANCELA, Cristina et. al. História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais).* São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.
- RTZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: cidade miasmática (1878-1900).* Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1997.
- SANTANA, Breno dos Santos. *Envelhecimento: corpo, saúde e sexualidade (Belém-PA, 1920-1930).* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.
- SANTOS, Alandienis Souza. “E eu não sou uma professora?” *Ensino de História e narrativas femininas das margaridas e girassóis na educação do campo.* Dissertação (Mestrado em ProfHistória) - Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2024.

SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. Mulheres, engenho e poder: A trajetória de Francisca Xavier de Siqueira e Queirós na Amazônia colonial. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/Belém: PPHIST, 2023.

SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas Produzindo a Belle Époque*. Belém do Pará (187-1910), Belém: Paka-Tatu, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez de 1990.

SILVA, Adriane dos Prazeres. A dama dos castanhai: o protagonismo feminino na Amazônia Tocantina (1930- 1961). In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

SILVA, Jerônimo da Silva & SOUSA, Reginaldo Cerqueira (Orgs.). *Gênero e diversidade sexual: Entre histórias, lugares e práticas de liberdade*. Marabá/PA. UNIFESPA, 2019.

SILVA, Marley Antônia Silva da & SILVA, Robervânia de Lima Sá. Mulheres africanas em Belém: Recriando liberdade na primeira metade do século XVIII. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

SODRÉ, Raimunda Conceição & GUEDES, Ana Célia Barbosa. Mulheres quilombolas: tradição oral e saberes afrodiaspóricos no Nordeste Paraense. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

SPINOSA, Vanessa. Casamento e relações conjugais: da convivência à separação (Belém- 1930-1940). In: BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). *Terra matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Pakatatu, 2002.

SPINOSA, Vanessa. Pela navalha: cotidiano, moradia e intimidade. (Belém 1930). (Dissertação) Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2005.

TEIXEIRA, Sandra Regina Alves. Trajetória de Iza Cunha: Militância política e a questão dos direitos humanos na Amazônia. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma Crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward. A história visa de baixo. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campina, SP, Editora da UNICAMP, 2001.

TRINDADE, José Ronaldo. *Errantes da Campina*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

TRIDADE, Ronaldo. Prostituição e biopolítica em Belém (1890-1905). In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

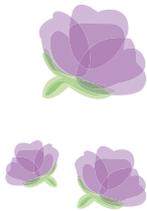
VASCONCELOS, Otto. *Transamazônicas: Memórias, experiências e trajetórias de pessoas trans na segunda metade do século XX*. Tese (Doutorado História) Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

VASCONCELOS, Otto da Silva. Exílio afetivo: a constituição familiar de pessoas trans numa parte da Amazônia brasileira no final do século XX. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.

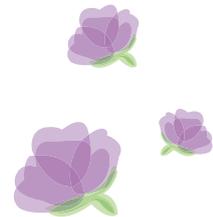
VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano & MESQUITA, Flávia Drielle Aguiar. Donas de casa...donas da vida: Casamento e “cabeça da família”, Grão-Pará na década de 1770. In: CANCELA, Cristina et. al. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física/ Belém: PPHIST, 2023.



Seção



E



**Conferência 30 anos do
GEPEM/UFPA**



Enfoque Decolonial e Interseccional em Saúde Mental de Mulheres¹

Enfoque Descolonial e Interseccional de la Salud Mental de las Mujeres

Decolonial and Intersectional Approach to Women's Mental Health

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel

Resumo: Reflexões apresentadas nos trinta anos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero na Amazônia, o GEPEM, objetivando discorrer sobre conquistas e empoderamento que muitas mulheres trilharam na jornada existencial, bem como alertar para prosseguirmos realizando esclarecimento, políticas públicas em saúde psíquica emocional para todas as mulheres. O texto constitui-se como uma crítica concisa, focalizando termos conceituais aplicados às mulheres em situações de confronto, em que faltam argumentos do interlocutor que a adjetiva de “louca”. O termo funciona como um desqualificador da inteligência e da capacidade decisória das mulheres. Esta ação é associada ao histórico do conceito de “loucura”, em que o hospital psiquiátrico funcionou, por muito tempo no mundo, como instituição higienizadora, reguladora da circulação na cidade das mulheres que requeriam “tratamento e cura” das suas patologias mentais.

Palavras Chave: Mulheres. Loucas. Poder. Psicologia Clínica. Sociedade.

Resumen: Reflexiones presentadas sobre los treinta años del Grupo de Estudios e Investigaciones sobre Género en la Amazonía, GEPEM, con el objetivo de considerar los logros y empoderamientos que muchas mujeres asumen en su camino existencial, además de alertarnos para continuar realizando tareas de esclarecimiento. Políticas públicas en salud psíquica emocional para todas las mujeres. El texto constituye una crítica concisa, centrándose en términos conceptuales aplicados a mujeres en situaciones de confrontación, en las que faltan argumentos por parte del interlocutor que califica el adjetivo de “loca”. El término funciona como descalificador de la inteligencia y la capacidad de toma de decisiones de las mujeres. Esta acción está asociada a la historia del concepto de “locura”, en el que el hospital psiquiátrico funcionó, durante mucho tiempo en el mundo, como una institución higienizante, regulando el movimiento en la ciudad de mujeres que requerían “tratamiento y curación”. por sus patologías mentales.

Palabras Claves: Mujeres. Loco. Fuerza. Psicología Clínica. Sociedad.

Abstract: Reflections presented on the thirty years of the Study and Research Group on Gender in the Amazon, GEPEM, aiming to ponder the achievements and empowerment that many women have made in their existential journey, as well as to alert us to continue to provide clarification and public policies on emotional and mental health for all women. The text is a concise critique, focusing on conceptual terms applied to women in confrontational situations, in which the interlocutor lacks arguments to describe them as “crazy.” The term functions as a disqualifier of women’s intelligence and decision-making capacity. This action is associated with the history of the concept of “madness,” in which the psychiatric hospital functioned, for a long time in the world, as a sanitizing institution, regulating the circulation in the city of women who required “treatment and cure” for their mental pathologies.

Keywords: Women. Crazy. Power. Clinical Psychology. Society.

¹ Conferência apresentada no GEPEM 30 anos: luta, corpo, saúde mental no território e resistência feminista na Amazônia. 26-27/08/2024. UFPA.

INTRODUÇÃO

A imputação da loucura é uma forma de violência que as mulheres vivenciam; logo é pertinente a desconstrução metódica da qualificação para esclarecimento da lógica arquitetada na hierarquia de gêneros, em que estão implicados os processos de desigualdade, contribuindo para que mulheres não efetivem plenamente sua tomada de decisão e o inalienável direito à sua autonomia civil e existencial.

No GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes"), os estudos interdisciplinares sobre saúde psíquica de mulheres estão em movimento ascendente nas linhas de pesquisa. Este é o campo temático da escritura, em que elaborei um panorama, na forma de linha do tempo, do conceito de loucura e do *gaslighting*, uma forma peculiar de violência psicológica; da articulação entre gênero e loucura, mediada pelo controle financeiro dos recursos das mulheres e da supressão da sua cidadania; por fim, situo ações intersubjetivas como bases da efetiva realização dos horizontes de autonomia.

Entendo que as intervenções em saúde requerem intercessão dos determinantes que a estruturam: gênero, cor, classe, condições de vida e bem-estar, distribuição de renda, conjuntura de trabalho, redes de suporte. As condições em que as pessoas nascem, vivem e morrem configuram a qualidade da saúde psíquica emocional e física, do todo existencial, pois não somos partes, mas um conjunto biopsicossocial.

A definição e os tratamentos em saúde mental ao longo do tempo estão permeados pelo uso naturalizado de termos e categorias que isolam as pessoas, designadamente, as mulheres. Por exemplo, loucura, alienação, doença mental, transtorno mental. Por sua vez, os tratamentos buscavam a “cura” dos sintomas, significando readaptar as pessoas, ajustá-las a um mundo do qual elas não fazem parte. Estes processos implicavam e continuam aludindo à *colonização* da existência, ou propagar a razão científica como baliza da cidadania.

É cogente agir para enfrentar os furacões existenciais neste século XXI, que são inúmeros, por exemplo, no Brasil, a destruição das casas, fotografias, memórias e vida de pessoas no Rio Grande do Sul; no Acre, o rio seca e impacta a navegação que traz alimentos à vida cotidiana dos moradores do Estado. Na Venezuela, uma eleição sem atas e sem direito à oposição ao regime. Tais ilustrações são provocadas pela gestão neoliberal do país, que aprofunda as desigualdades e os sofrimentos (DUNKER *et al*, 2021).

As intervenções em saúde psíquica emocional requerem, ainda, enfoque *Interseccional*, e lembrar sempre que há várias gêneses para o adoecimento físico e psíquico. Consumo de drogas, exposição de trabalhadores à radiação, ambiente social e econômico degradantes, vulnerabilidades pessoais, privações, isolamento social, superproteção ou hipoproteção familiar, perdas e luto são fatores não lineares presentes na produção sociocultural das formas sintomáticas de expressar a dor (ASSIS, 2019).

1. A Expressão Você é “louca”

Usualmente é aplicada às mulheres em situações de confronto, em que a falta de argumentos do interlocutor, que inclui diversos gêneros, funciona como um desqualificador da inteligência e da capacidade decisória das mulheres. Esta ação se insere no contexto da violência psicológica nomeada de *gaslighting*. Irigaray (2023, p 2) indica a origem do termo: “Gaslight (À meia-luz, em português) é um filme de 1944, cuja protagonista é Paula, vítima de jogos psicológicos e manipulação por parte de seu marido, Gregory”. A modalidade é igualmente associada ao conceito de “loucura”, em que o

hospital psiquiátrico funcionou como instituição higienizadora, reguladora da circulação na cidade das mulheres que requeriam “tratamento e cura” das suas patologias mentais (IRIGARAY, 2023).

A construção desta lógica foi arquitetada na hierarquia de gêneros. De modo amplo, especificamente me interessa o discurso do sujeito mulher encarnado pela vida, gênero, cor, geração. Não uma mulher universal, e sim a pluralidade *cisgênero*, *transsexuais* e *negras*. Elas são visadas em meu trabalho clínico e de pesquisa. São várias as linguagens que podemos nos valer para o desmonte da conexão citada: fotografia, cinema, literatura científica, biografias, histórias orais etc, que, no trabalho de esclarecimento pedagógico, podem ser aplicadas para elucidar as formas e instrumentos usados pelos senhores – e hoje, por empresários – para escravizar mulheres.

Tomo como ilustração o discurso na esfera do cinema, com o exemplo de uma película, em que se pode analisar a concepção de loucura e o papel dos profissionais de saúde: o filme *A Troca*, protagonizado por Angelina Jolie (disponível em https://youtu.be/Nb_k_nhpATo?si=8t-6VT5pNTCjkh1x1), que desenvolve um enredo que se baseia em uma história vivida por uma mulher. Pois bem, a expressão “louca” é aplicada à ela, que luta contra as mentiras institucionais que serviam ao mantimento da “paz” da polícia daquele lugar, e das autoridades que não queriam a mídia publicando notícias dos erros cometidos na investigação do sumiço do filho da personagem principal. No decorrer da trama, as enfermeiras, profissionais da saúde, são as “guardiãs” da loucura, pois a elas atribuiu-se a tarefa de conter a “paciente” rebelde, “louca” por não se calar ante à imputação de um “outro filho” no lugar do seu. Ademais, sua inteligência é negada quando o policial refere que ela não reconhece seu filho – óbvio que não, pois é outra criança. Em conclusão, temos que qualquer contenda no âmbito privado e no público, rapidamente, se adjetiva as mulheres de “loucas”, tentando supressão do direito civil, pois nesta esfera a consciência racional é o parâmetro da manutenção de bens, tomada de decisão e do inalienável direito à sua autonomia existencial.

Conjunturalmente, nos séculos XX e XXI, nas sociedades ocidentais, as mulheres passaram a circular mais na esfera pública, ganhando autonomia econômica e subjetiva; contudo, a dimensão da sexualidade permanece objetivada por modos de controle dos homens que estão no poder representado pelo Estado, e por companheiros conjugais, além de empregadores. Nas discussões entre homens e mulheres, adjetivá-la de “louca” é um ato comum, com o significado semelhante ao aplicado à hospitalizada em manicômios.

A qual mulher é atribuída a codificação? A que discorda dos ditames dos homens que a cercam: maridos ou companheiros, pais, irmãos, colegas e gerentes no local de trabalho; as que vivenciam vulnerabilidades diversas, e as que experimentam sua sexualidade desvinculada do casamento liberal nuclear. O adjetivo “louca” veicula as significações de ausência de centramento cognitivo, descontrole emocional e arroga a tutela por terceiros: antes pais e irmãos, maridos, companheiros, namoridos, etc (PIMENTEL, 2013; 2013).

2. A Loucura ao Longo da História

De acordo com Silveira & Braga (2005.p 592), as representações sobre a loucura iniciaram na “Grécia antiga”, em que era considerada um “privilegio”, associado à expressão da divindade. “A palavra grega *manikê* designa o “divinatório e o delirante”. Por meio do desatino alguns privilegiados podiam ter acesso a verdades divinas”. Por sua vez, na Antiguidade clássica, se deu o rompimento entre o místico e o racional, a dissociação entre imagem, pintura e a escrita. A arte de pintar

e de escrever foram afetadas na captação do sentido imediatamente percebido. O rompimento favorece que a figura deixe de falar por si mesma, se dando a multiplicação do sentido. Por exemplo, na pintura, as representações simbolizavam o grotesco, o impossível, o fantástico, etc. Por sua vez, na literatura, se firmou a distância entre o imaginado fantástico e o concreto.

Na idade média, a fenda entre a experiência mística e a consciência crítica se dá com a amplitude do vazio entre o trágico e o crítico. A loucura já não era porta-voz da verdade divina, passa a ocupar o lugar de representante simbólico do mal. Os leprosos representam a alteridade radical, o castigo divino e a sentença de exclusão. As estruturas de exclusão social são ocupadas pelo louco, porém não como um fenômeno que requeria um saber específico. Os primeiros estabelecimentos objetivavam retirar do convívio social as pessoas não adaptadas (SILVEIRA & BRAGA, 2005).

No século XVIII, a loucura se tornou objeto do saber médico, uma doença mental passível de “cura”. A razão ocupou lugar de destaque nas relações, tornando-se o meio de conquistar a liberdade e a felicidade. Surge o hospital como espaço terapêutico. Delimitando a ordem e a disciplina, a vigilância, o registro contínuo, a institucionalização das relações exercidas, criando um mundo à parte, afastando cada vez mais o indivíduo da vida exterior. Nesta circunstância, semelhante ao que vimos no filme “A Troca”, a enfermeira passou a ser a “guardiã da loucura”. Afirmou-se que “loucos são perigosos e inconvenientes”; portanto, retirou-se deles todo o saber acerca de si próprio e da sua doença, delegando-se ao especialista, o médico, o biopoder.

A conjuntura existencial não é linear, tampouco a convivência da sociedade ampla com os modos de tratamento dos “loucos e das loucas”; assim, se passou a questionar o modelo hospitalocêntrico, e profissionais no mundo protestavam pela defesa da desinstitucionalização, em que se tem *Franco Basaglia em Gorizia e Trieste* na Itália como uma das referências. Um resultado das inúmeras lutas nos campos da saúde e da sociedade foi a reforma do conceito de “doença mental” para “sofrimento” do sujeito com relação ao corpo social.

No Brasil, a chegada da família real inicia atenção específica em Saúde Mental. No país, sem políticas públicas em saúde mental, havia um consórcio entre Igreja Católica e Estado, em que a Masmorra da Santa Casa abrigava os “insanos”, e todos os que eram “inconvenientes”: doentes físicos, mentais, mendigos, pobres que esmolavam, órfãs, prostitutas, pedintes, bêbados. Na conjuntura, um marco importante no ano de 1852 foi a criação, pelo imperador, do primeiro hospício no Rio de Janeiro, o D. Pedro II, em que o isolamento era a principal técnica psiquiátrica de tratamento. A partir daí, no Século XX, foram fundados novos hospícios nos estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará. Assim, definitivamente, as instituições passaram ao controle médico. Com o fim do milagre econômico brasileiro, e no período pós-ditadura, se deu a crítica e denúncias dos trabalhadores em saúde mental, e em setores da sociedade civil, dos modos de tratamento dos “loucos”. Realizando-se conferências nacionais em busca da reforma psiquiátrica, foi instituída a proposição de criação de serviços substitutivos ao modelo hospitalar, em base às balizas conceituais do respeito à cidadania e ênfase na atenção integral; entretanto, a saúde mental permanece um campo mediado por interesses e ideologias antagônicas, pois há uma modalidade de consórcio entre medicina, empresas de saúde e capitalismo neoliberal em que as políticas públicas são influenciadas para lucro; bem como pelos embates entre profissionais adeptos da reforma psiquiátrica e os da contra-reforma (MIRANDA, 2010).

No Pará, por muito tempo, se manteve a associação entre Estado e igreja católica no que se refere ao tratamento dos “alienados e das mulheres”. No século XX, Coelho (2023) desejava

conhecer mais sobre a história vivida por sua avó Veneranda Melo Matos, que fora encarcerada no hospício Juliano Moreira, nos anos de 1950, em Belém. Para responder as suas indagações, se dirigiu ao arquivo público do Pará, gerenciado pela Diretoria do Patrimônio da Secretaria de Estado de Cultura, em busca de realizar uma pesquisa exploratória em um curso de especialização em feminismo e gêneros, que realizava na Universidade Federal do Pará. Esperava saber quem foi aquela mulher interdita. De modo amplo, naquela época, o encarceramento psiquiátrico de mulheres era uma medida comum para “controlar” a rebeldia do ser inferior que precisava ser tutelada. Assim, Coelho (2023) descobriu que, após ficar viúva, sua avó foi destituída por seus irmãos dos bens que herdara, e, para não os incomodar, foi levada à força para o Juliano Moreira.

No processo de institucionalização dos alienados em Belém, tem-se a Olaria dos Mercenários, em Tucunduba, e o Asilo dos Alienados, que, mais tarde, passou a se chamar hospital Juliano Moreira; e, nos anos de 1980, a criação do Hospital das Clínicas Gaspar Vianna, voltado para atenção geral em saúde, com os serviços de psiquiatria de emergências, hospital dia e clínica ambulatorial.

As referências formam o conjunto de instituições que transitavam entre os modelos hospitalocêntrico e a desinstitucionalização, até o ano de 1992, em que se realiza a criação da rede de atenção psicossocial – CAPS, Portaria nº 221; em 2002, a Portaria nº 336, que ampliou a abrangência e o funcionamento dos CAPS, um serviço de saúde aberto e comunitário, em regime de atenção diária (SILVA, PAULA & ARAÚJO, 2018).

Entre idas e vindas, as políticas públicas brasileiras em saúde mental são conduzidas de tal modo que, em dezembro de 2017, houve um “retrocesso” na política e no modelo de saúde mental brasileiro com a “Aprovação pela Comissão Intergestora Tripartite do Sistema Único de Saúde da resolução nº 32, que introduziu na Rede de Atenção Psicossocial os ambulatorios de saúde mental e os leitos em hospitais psiquiátricos” (PASSARINHO, 2022).

3. O que Impede as Mulheres de Expressar sua Voz?

A psiquiatria pode ser um dos instrumentos de opressão que impede as mulheres de expressarem suas posições no mundo. Obviamente que esta afirmação não generaliza ao exercício da profissão. Há profissionais de saúde no campo *psi* comprometidos com a pessoa humana nas diferentes epistemologias que reúnem conhecimentos da Filosofia Fenomenológica, Psicologia Existencial, Clínicas Gestáltica e Centrada na Pessoa, Sociologia em balizas interdisciplinares para compreender o sofrimento das mulheres. Minha crítica é a medicalização praticada por agentes de saúde a serviço da manutenção do *status quo*, que implica em segregação (FIGUEIRA & CALIMAN, 2014).

No bojo da psiquiatria alinhada ao *status quo*, temos um conjunto de normas e interdições elaboradas pelo capitalismo neoliberal, sociedade do conhecimento e da informação. Também, na sociedade do espetáculo, as mulheres são colocadas em várias caixas com prescrição no rótulo: beleza; vivência da sexualidade monogâmica heterossexual; procura, ainda, do amor romantizado; subserviência; responsabilidade pelo cuidar; desejo de ser celebridade. Todo este conjunto de coações afeta a saúde física e psíquica, limitando a percepção e reconhecimento da potência para a mudança pessoal, em grupos e redes.

Toledo (2021) aponta que o hospital psiquiátrico Juquery, em São Paulo, funcionou desde 1898, objetivando abrigar “indivíduos “nocivos” a um ideal de família moralizada e de um espaço urbano civilizado, vadios, desordeiros, bêbados, prostitutas. O caráter terapêutico exemplar dessas

internações, onde receberiam tratamento adequado para que pudessem se reintegrar à sociedade um dia, ou onde permaneceriam definitivamente isoladas” (p.2).

Quanto à “loucura” associada às mulheres, a autora assinala que,

Comportamentos sociais considerados sadios, assim como seus desvios designados sob a alcunha de doença mental, seguiam padrões distintos para os dois sexos. Essas noções permeiam estruturas sociais, mentalidades, práticas médicas, uso de tecnologias e influenciam os processos diagnósticos de pacientes psiquiátricos, como também a forma como diversas terapêuticas foram e são utilizadas. (TOLEDO, 2021, p 3)

No século XXI, há um adensamento do poder da medicalização devido à organização das empresas do setor farmacêutico e ao estatuto da medicina moderna, que, de acordo com Costa *et al* (2006, p 365), “O nascimento da profissão médica e do mito da erradicação das doenças retroalimentam a medicalização. A diferença mais importante da medicina moderna compreende a associação entre a função de cura do médico e à função política de criação e transmissão de normas.”.

Um resultado da conjuntura descrita é a tentativa de silenciamento das mulheres negras.

Motta & Oliveira (2022) descrevem aspectos da construção geral do emudecer,

A prática de tentar silenciar africanos e seus descendentes é realizada desde o período das “grandes navegações” no qual se justificava, a partir das noções de raça e civilização, uma inferioridade do negro em todos os aspectos, de forma que sua fala fosse sempre desconsiderada. Um dos recursos usados era a máscara que colocavam na boca dos escravizados para que os desse o senso de medo e mudez. (MOTTA & OLIVEIRA, 2022, p.2)

Na especificidade do silenciamento em mulheres na escola, ponderam que,

As mulheres negras foram e continuam sendo o grupo mais silenciado da sociedade. Foi colocada em um lugar de servir como força de trabalho pesado, mucamas submetidas a servir aos desejos sexuais dos senhores e como amas de leite e “bá” das crianças das mulheres brancas, tendo historicamente apenas um reconhecimento passageiro como mulatas, passistas do carnaval, durante esse período do ano. (MOTTA & OLIVEIRA, 2022, p.3)

No escopo dos enquadramentos da saúde psíquica das mulheres no campo da doença mental, síndromes e quadros nosológicos, a Associação Psiquiátrica Americana (APA) tem uma contribuição forte, por meio da elaboração de manuais diagnósticos, em que o termo gênero começou a fazer parte, “O termo gênero começou a fazer parte do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais da APA, em 1994 no DSM-IV para auxiliar na identificação de indivíduos que não estão confortáveis com o seu sexo de nascimento” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013; SPIZZIRI *et al*, 2014).

Responder à pergunta da subseção requer desvelar os objetivos das associações médicas, das instituições que governam os países e das que repetem incessantemente as formas de representação social das mulheres, bem como os enquadres binários de saúde em pautas estatísticas. Este é um

passo que avança cotidianamente com o trabalho em coletivos de mulheres e de pesquisadoras que militam nas instituições de ensino.

4. Mulheres, Diversidade, Gerações, Coletivos e Pesquisas Qualitativas Formam uma Combinação Poderosa

Sáimos da queima de *soutiens*, relacionada à militância feminista que denunciou a relação hierárquica entre feminino e masculino na cultura ocidental, abordando as relações assimétricas de poder e desigualdades dos homens para as mulheres para agregar nas lutas as redes sociais virtuais, à formação de grupos específicos de mulheres negras, transexuais, lésbicas etc. O que nos une é a busca da cidadania e do reconhecimento da liberdade plena para exercer a autonomia civil. A educação sistemática e continuada que ocorre no mundo da vida é um dos pilares de sustentação das pelejas.

Em nosso trabalho no âmbito da Educação formal na Universidade, praticamos de modo continuado reflexões, oficinas, debates visando estimular o empoderamento e a liberdade responsável das mulheres. Alguns procedimentos utilizados são: identificar os autosuportes de cada uma; leituras críticas de obras clássicas e atuais sobre saúde e gêneros, pois o estudo fomenta o esclarecimento, a argumentação, o questionamento e a tomada de outra posição no mundo. O respeito é o fio condutor, a base do cuidado, bem como a adoção de uma postura de não sapiência para conhecer quem se expressa. Por fim, praticar valores que atualizem as relações inter-humanas e entre humanos com animais, meio ambiente, a vida como um todo. Buscamos contribuir para a expressão coletiva sem fomentar guerras entre a polifonia de vozes.

No âmbito da saúde mental de gêneros, contribuir para desvendar as ideologias baseadas nos subsistemas do patriarcado contratual; do discurso religioso judaico cristão; da higiene social do século XIX aos dias atuais, em que saúde e doença configuram um discurso científico normatizador dos corpos e das diversas formas de expressão da vida, em um sistema social sexista, que impacta, sobretudo, as mulheres negras, a quem é imposta a condição de “subalternidade”.

A vivência da condição de subalternidade se aplica a todas as mulheres; contudo, principalmente as negras, as lésbicas, as transexuais, e as idosas. Tal situação desencadeia adoecimento psíquico pela possibilidade de atingir a autoimagem, o autoconceito, e promover ajustamentos neuróticos crônicos, em que o contato é realizado como evitação, fuga ou defesa do ego, e, por fim, gerar um sentimento, também “crônico”, de inferioridade. As ponderações apostas integram o debate ético, político e solidário que desenvolvo na prática clínica em base a Gestalt-terapia. (MOTTA & OLIVEIRA, 2022; PIMENTEL, 2003, 2013; JOSGRILBERG, 2008). É indispensável uma equipe de saúde interdisciplinar para a efetivação do cuidar e não da “cura”. Também é necessário que as políticas públicas se tornem concretas e funcionais, pois não basta tê-las no papel.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Dayane N. Conceição de. *Interseccionalidades*: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; 2019.
- AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5*. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.
- COELHO, Silvana Maria Palheta Pires. Mulheres Interrompidas pelo Poder do Patriarcado - a loucura. *Gênero na Amazônia*, n 24, jul/dez 2023
- COSTA, T. *et al.* Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. *Interface – comunicação, saúde, educação*, v 10, n 20, p. 363-380, jul, 2006
- DUNKER; Christian; JUNIOR, Nelson da Silva, Safatle, Vladimir. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Organização. Editora. Autêntica. Edição. 1. Ano. 2021.
- FIGUEIRA, P. L; CALIMAN, L. V., Considerações sobre os movimentos de medicalização da vida. *Psicologia Clínica*, v.26, n. 2, p. 17-32. 2014.
- JOSGRILBERG, Rui. A Constituição do sujeito ético. *Revista Caminhando*, v. 13, n 21, p 41- 59, jan-maio. 2008.
- IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F.; MANCEBO, R. C. GASLIGHTING: A arte de enlouquecer grupos minoritários no ambiente de trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, v. 63, n. 1, p. e2021-0277, 2023.
- MOTTA, Andréa Cristina de Mattos; OLIVEIRA, Talita de. A máscara do silenciamento em Anastácia, Conceição e Diva: Como o silenciamento atravessa mulheres negras desde o período escolar. *XII COPENE*, 2022.
- PASSARINHO, José Guilherme Nogueira. Retrocessos na política nacional de saúde mental: consequências para o paradigma psicossocial. *EM PAUTA*, 2022 - n. 49, v. 20
- PIMENTEL, Adelma. *O Psicodiagnóstico em Gestalt-terapia*. SP: Summus . 2003.
- PIMENTEL, Adelma. Pesquisa exploratória da violência psicológica por meio da linguagem. *Filol. lingüíst. port.*, 15(1), p. 7-26, Jan./Jun. 2013.
- SALVADOR MIRANDA, Cybelle. *Itinerários da saúde na Belém colonial e imperial*. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014
- SILVEIRA, Lia Carneiro; BRAGA, Violante Augusta Batista. Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental. *Rev Latino-am Enfermagem*, 2005 julho-agosto; 13(4):591-5
- SILVA, T. A. Da; PAULA Júnior, J. D. de; ARAÚJO, R. C. Centro de Atenção Psicossocial (CAPS): ações desenvolvidas em município de Minas Gerais, Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, n 21, n 2, p346-363, abr, 2018
- SPIZZIRI, Giancarlo; PEREIRA, Carla Maria de Abreu; ABDO, Carmita Helena Najjar. O termo gênero e suas contextualizações. *Diagnóstico Tratamento*, v 19, n 1, p. 42-44, 2014
- TOLEDO, Elza Teixeira de. Loucura, rebaixamento intelectual de mulheres e protagonismo: análise histórica a partir de estudo. *Estudos Ibero-americanos*, v. 47, n 3, p. 1- 14, set-dez,2021.
- TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. Pinel e o nascimento do alienismo. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, v 19, n 2, RJ. Maio/ago, 2019.
- VILEICAR, Germana Correia & CARNIEL, Gisele. *Atendimento ambulatorial psiquiátrico no ambulatório de residência médica na FHCGV*. Residência médica. 2007.